

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANDERSON DA SILVA ALMEIDA

...como se fosse um deles
ALMIRANTE ARAGÃO
Memórias, silêncios e ressentimentos

Niterói
2014

ANDERSON DA SILVA ALMEIDA

...como se fosse um deles
ALMIRANTE ARAGÃO
Memórias, silêncios e ressentimentos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense - UFF, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. SAMANTHA VIZ QUADRAT

Niterói
2014

ANDERSON DA SILVA ALMEIDA

...como se fosse um deles
ALMIRANTE ARAGÃO
Memórias, silêncios e ressentimentos

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Samantha Viz Quadrat
(Universidade Federal Fluminense – UFF)
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Angela Maria de Castro Gomes
(Universidade Federal Fluminense – UFF/ Membro Interno)

Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho
(Universidade Federal Fluminense – UFF/Membro Interno)

Prof. Dr. Américo Freire
(CPDOC - Fundação Getúlio Vargas/ Membro Externo)

Prof. Dr. Carlos Fico
(Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ/ Membro Externo)

Suplentes

Prof^a. Dr^a Maria Paula Nascimento Araújo
(Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)

Prof^a Dr^a Alessandra Carvalho
(Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)

FICHA CATALOGRÁFICA

A477c ALMEIDA, Anderson da Silva.
...como se fosse um deles. Almirante Aragão:memórias,
silêncios e ressentimentos/Anderson da Silva Almeida.–Niterói,2014.
293f. : il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Samantha Viz Quadrat.
Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal
Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e filosofia, Programa de
Pós – Graduação em História, 2014.
Bibliografia: f.266 – 276.

1.Biografia.2.Memorias.3.Ditadura.4.Golpe 64. 5.João Goulart
6.História. I.Aragão, Cândido da Costa.II.Título.

CDU 929:94(81).087

Bibliotecária Maria Vandineide T. Silva CRB-5/1244

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela concessão da bolsa de estudos que me proporcionou tranquilidade e recursos para a aquisição de livros, realizar viagens e copiar centenas de páginas de documentos que foram de preciosa contribuição para a realização da tese que ora apresento.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior – CAPES, pela concessão da bolsa sanduíche para pesquisa em Portugal. Essa fase de minha trajetória acadêmica ficará marcada não apenas pelo inegável acréscimo quantitativo e qualitativo das fontes utilizadas na pesquisa, mas também em minha formação integral como ser humano.

A todos que fazem o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense - UFF, por terem me acolhido desde o ano de 2007 quando ingressei no curso de especialização em História Contemporânea. Foram oito anos de uma relação não apenas entre instituição e aluno, mas sim de muito respeito, atenção e carinho com um navegante que não era “da casa”. Agora sou.

Ao professor Paulo Ribeiro da Cunha, da Unesp-Marília, pelas dicas e diálogo profícuo. Da mesma forma, ao amigo, escritor e crítico literário Aderaldo Luciano, pela inestimável contribuição, fruto de suas visitas aos arquivos paraibanos e contatos no Rio de Janeiro. Agradeço também ao pesquisador Felipe Augusto dos Santos Ribeiro, que contribuiu de maneira decisiva para a diversificação das fontes aqui utilizadas.

Aos funcionários do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e da Coordenação Regional em Brasília pela forma profissional com que fui recebido. Da mesma maneira, aos arquivistas, porteiros, recepcionistas e demais funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade de Campinas; Biblioteca Nacional; Biblioteca da Associação Brasileira de Imprensa – ABI; Arquivo Eclesiástico da Paraíba e Cartório Azevedo Bastos, em João Pessoa.

Em Portugal, aos profissionais do Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT; Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros – AMNE; Biblioteca Nacional de Portugal – BNP; Fundação Mário Soares e Associação 25 de Abril. Também não posso esquecer a feliz recepção que tive dos eficientes funcionários do Instituto de Ciências Sociais de Universidade de Lisboa (ICS-UL).

Um agradecimento especial ao professor-doutor António Costa Pinto, da Universidade de Lisboa, que mesmo com uma agenda lotada em virtude do prestígio que possui na comunidade académica portuguesa e na sociedade em geral, sempre encontrou tempo para me receber, orientar e incentivar. Obrigado eu, Pá!

Minha gratidão ao professor Francisco Carlos Palomanes Martinho, da USP, pela ajuda providencial quando de minha ida para Portugal, fazendo contatos e me auxiliando quanto a questões importantes de hospedagem e procedimentos que envolvem o processo de encontrar acomodações em outro continente.

Também agradeço de forma afetiva, àqueles que entrevistei além-mar: almirante Manuel Martins Guerreiro, Sr. Enoir de Oliveira Luz (Seu Juca do Restaurante Brasuca) e Carlos Carneiro Antunes, por terem confiado e confidenciado parte de suas vidas a um estranho pesquisador que procurava saber sobre um exilado brasileiro. Mais do que isso, Martins Guerreiro – militar membro do Conselho da Revolução do 25 de Abril -, montou uma rede de contatos telefônicos, e-mails e mensagens com o objetivo de contribuir para meu trabalho. Por isso tudo, meus sinceros agradecimentos.

Ainda em Portugal, à senhora Maria Manuel Marques Rodrigues, nossa Miúcha, pela ótima acolhida e atenção durante minha estadia em Lisboa. Tê-la por perto, sem dúvidas, me deu a confortável sensação de estar protegido de quaisquer imprevistos e eventualidades. Obrigado, nossa embaixadora!

Sou grato aos marinheiros e fuzileiros de 1964, rebeldes de ontem e de sempre, por terem colaborado comigo desde a pesquisa do mestrado.

À senhora Dilma Aragão, por ter me recebido em sua residência e ter aberto o livro de sua vida e seu álbum de fotografias, literalmente e metaforicamente.

Aos professores que participaram da Banca de Qualificação, Angela de Castro Gomes e Américo Freire, pela leitura atenta e cuidadosa traduzida em ótimas sugestões que muito contribuíram para o resultado que agora apresento.

À minha heroína, Dona Berna, que sempre sonhou em ter um filho doutor, mesmo que este não vista branco. Às minhas irmãs Andreia e Ane e minhas sobrinhas Maria Eduarda e Ana Júlia.

Um agradecimento mais que especial à minha esposa Rita e minha filha Joana por terem compreendido, apoiado, incentivado e por torcerem juntas para que tudo desse certo e, como ninguém é de ferro, que acabasse logo. Sei que estou em falta com vocês, mas pagarei minha dívida com gratidão, respeito, carinho e muito amor.

Por fim, à minha querida, atenciosa, sincera, autêntica, dedicada e competente orientadora Samantha Viz Quadrat. Sou grato por ter me aturado ao longo de quase sete anos. Obrigado por seu incentivo, apoio e paciência. Juntos, ganhamos um Prêmio a nível nacional. Depois disso, não pararam os convites para eventos e publicações. Obrigado pela oportunidade de ter saído do país e conhecido outros mundos. Obrigado por ter contribuído de maneira determinante para que após catorze anos “fora de casa”, eu pudesse voltar para meu mundo, no agreste sergipano. É daqui, da Serra de Itabaiana, que escrevo essa simples, mas verdadeira homenagem.

Pra senhora, presto minha continência. Obrigado por tudo!

RESUMO

ALMEIDA, Anderson da Silva. **...como se fosse um deles. Almirante Aragão: memórias, silêncios e ressentimentos**. Orientadora: Samantha Viz Quadrat. Niterói: UFF/ICHF/PPGH, 2014. Tese (Doutorado em História)

A tese é uma abordagem biográfica sobre um dos mais polêmicos militares da história do Brasil recente. Membro da cúpula militar do governo João Goulart, Cândido da Costa Aragão, militar paraibano que ingressou nas Forças Armadas como soldado na década de 1920, esteve no “olho do furacão” durante o golpe civil-militar de 1964 e figura nas memórias de diversos atores políticos da época simplesmente como “o homem que não reagiu” ou o almirante que se envolvia com subalternos, “como se fosse um deles”. Ao contrário do que aparecia nos jornais no período pré-golpe, quando seu apoio era considerado essencial para fortalecer o chamado dispositivo militar do presidente João Goulart, as próprias forças que apoiavam Jango também contribuíram para o ostracismo que marca a trajetória do personagem aqui investigado. Chamado de “almirante vermelho” por seus opositores e “almirante do povo” por seus simpatizantes, o Aragão que apresentamos vai muito além do momento do golpe, quando foi desafiado pelo governador Carlos Lacerda e chamado de assassino, incestuoso... Aqui mergulharemos em sua trajetória ao longo do exílio e sua passagem por diversos países, não apenas como espectador, mas também como agente e ator privilegiado em cada contexto. As disputas no exílio uruguaio com Brizola pelo apoio de Cuba; sua relação cordial com Carlos Marighella; suas passagens pela China de Mao Zedong, Argélia, o Vietnã em guerra; Chile do governo e da queda de Allende; Argentina de Péron; Portugal da Revolução dos Cravos; e Venezuela de Carlos Andrés Pérez, sempre em momentos de fortes lutas sociais nesses países, nos torna também observadores privilegiados dos acontecimentos e disputas ideológicas que marcaram o século XX. Memórias, silêncios e ressentimentos são apresentados não apenas como categorias analíticas, mas como conceitos-chave que ajudam-nos a compreender o personagem e as disputas de seu tempo.

Palavras-chave: Biografia; Ditadura Civil-Militar; Cândido Aragão; Memórias

ABSTRACT

ALMEIDA, Anderson Silva. ... **as if it were one of them. Almirante Aragão: memories, silence and resentment.** Advisor: Samantha Viz Quadrat. Niteroi: UFF / ICHF / PPGH, 2014. Thesis (Ph.D. in History)

The thesis is a biographical approach about one of the most polemical militaries of recent history of the Brazil. Member of the military summit of the Goulart's government, Candido da Costa Aragão, militar from Paraíba who joined Armed Forces as a soldier in the 1920s, was the "eye of the hurricane" during the civil - military coup from 1964 and remains in the memories of many characters politicians of period just like "the man who didn't react" or admiral who was involved with subordinates, "as if he was one of them". Appositive to the newspapers showed in period before the coup, when his support was considered essential to strengthen called the military device of the president João Goulart, the same forces that supported Jango also contributed to the ostracism that marks the trajectory of the character investigated here. Called "Red Admiral" by his opponents and "Admiral of the people" by his supporters, Aragão who we present goes far beyond the moment of the coup, when he was challenged by Carlos Lacerda Governor and called assassin, incestuous ... Here we dive in his path along the exile and his passage by many countries, not just as a spectator but also as agent and privileged character in each context. The disputes in the Uruguayan exile with Leonel Brizola supported by Cuba, his cordial relationship with Carlos Marighella; their passage by China of Mao Zedong, Algeria, the war in Vietnam, Chile during government and the fall of Allende; Péron Argentina, Portugal of April 25, 1974, and Venezuela of Carlos Andrés Pérez, always in moments of strong social struggles in these countries, it also makes us privileged observers of events and ideological battles that marked the twentieth century. Memories, silences and resentments are presented not only as analytical categories, but as key concepts that help us to understand the character and the disputes of his time.

Keywords: Biography; Civil-Military Dictatorship; Candido Aragão; Memories.

ABSTRACTO

ALMEIDA, Anderson Silva. ... Como si fuera uno de ellos. Almirante Aragão: recuerdos, el silencio y el resentimiento. Asesor: Samantha Viz Quadrat. Niteroi: UFF / ICHF / PPGH, 2014. Tesis (Doctorado en Historia).

La tesis es una aproximación biográfica a uno de la historia militar más controversial de la reciente Brasil. Miembro de la dirección militar del gobierno de Goulart, Candido da Costa Aragão, Paraíba, que se unió al ejército como soldado en el ejército en la década de 1920, era el " ojo de la tormenta " durante el golpe cívico-militar de 1964 y la figura en la memoria de muchos actores políticos de la época simplemente como "el hombre que no respondieron " o almirante que estaba involucrado con los subordinados, " como si fuera uno de ellos . " Al contrario de lo aparecido en los periódicos en el período anterior al golpe , cuando se considera esencial su apoyo para fortalecer el aparato militar llamado al presidente João Goulart , las mismas fuerzas que apoyaron Jango también contribuyó al ostracismo que marca la trayectoria del personaje investigado aquí. Llamado " almirante rojo " por sus opositores y "Almirante del pueblo" por sus partidarios, se presenta la Aragón va mucho más allá del momento del golpe, cuando fue desafiado por el gobernador Carlos Lacerda y llamó asesino, incestuosa... Aquí bucear en su camino a lo largo del exilio y su paso por muchos países , y no sólo como espectador sino también como agente y actor privilegiado en cada contexto. Las disputas en el exilio uruguayo con el apoyo de Cuba Brizola , su relación cordial con Carlos Marighella, sus boletos por China Mao Zedong, Argelia , la guerra de Vietnam , el gobierno de Chile y la caída de Allende , Perón Argentina , Portugal Revolución Clavel y Venezuela Carlos Andrés Pérez, siempre en momentos de fuertes luchas sociales en estos países, sino que también nos observadores privilegiados de eventos y batallas ideológicas que marcaron el siglo XX hace. Recuerdos, silencios y resentimientos se presentan no sólo como categorías analíticas, sino como conceptos clave que nos ayudan a entender el carácter y las disputas de su tiempo.

Palabras clave: Biografía; Dictadura cívico-militar; Candido Aragão; Memories.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Reprodução da galeria dos comandantes fuzileiros navais, álbum de 2008, publicado no Livro Histórico do Corpo de Fuzileiros Navais.

Imagem 2. Reprodução da galeria dos comandantes fuzileiros navais, álbum 1998, publicado na primeira edição do Livro Histórico do Corpo de Fuzileiros Navais.

Imagem 3. Reprodução do Quadro “Os noivos”, de Alberto Guignard, 1937.

Imagem 4. Reprodução do Quadro “Família do Fuzileiro Naval”, Alberto Guignard, 1938.

Imagem 5. A cantora Emilinha Borba se apresentando no Auditório da Rádio Nacional junto com a Banda dos Fuzileiros Navais, década de 1940.

Imagem 6. Foto reprodução do filme *Mazaroppi – o fuzileiro do amor*, 1955-1956.

Imagem 7. Almirante Aragão acompanha comitiva do presidente João Goulart, década de 1960.

Imagem 8. Aragão na sede do Automóvel Clube do Rio de Janeiro, em 30 de março de 1964.

Imagem 9. O jornalista David Nasser na Revista *O Cruzeiro*, 10 de abril de 1964.

Imagem 10. Almirante Suzano, sendo carregado pelos marinheiros, em 27 de março de 1964.

Imagem 11. Aragão em Portugal, em evento organizado pelo Comitê Português Pró-Anistia Geral no Brasil.

Imagem 12. Aragão e os marinheiros no livro de Hélio Silva, 1975.

Imagem 13. Capa do livro de Argelina Figueiredo, 1993.

Imagem 14. Capa do livro de Antonio Duarte, 2012.

Imagem 15. Foto que consta no prontuário de Marcos Antônio da Silva Lima, APERJ.

Imagem 16. Aragão nos braços dos marinheiros e o soldado desconhecido.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AEL – Arquivo Edgard Leuenroth
AEPB – Arquivo Eclesiástico da Paraíba
AI – Ato Institucional
AIB – Ação Integralista Brasileira
ALN – Ação Libertadora Nacional
AMFNB – Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil
AMNE – Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Portugal)
AN-COREG – Arquivo Nacional (Coordenação Regional de Brasília)
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal)
AP – Ação Popular
API – Ação Popular Independente (Chile)
APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BN – Biblioteca Nacional
BNM – Brasil Nunca Mais
BNP – Biblioteca Nacional de Portugal
CACO – Centro Acadêmico Cândido de Oliveira
CAM – Centro de Armamento da Marinha
CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia
CEMA – Chefe do Estado-Maior da Armada
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CFN – Corpo de Fuzileiros Navais
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CIA – Central Intelligence Agency
CIEX – Centro de Informações do Exterior
CNT – Confederação Nacional dos Trabalhadores
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
COSPAL – Comitê de Solidariedade aos Povos da América Latina

CPAGB – Comitê Português pela Anistia Geral no Brasil
CPDoc – Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil
CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CR – Conselho da Revolução (Portugal)
CT – Contratorpedeiro
CTI – Comando dos Trabalhadores Intelectuais
DGPM – Diretoria Geral do Pessoal da Marinha
DINA – Dirección de Inteligencia Nacional (Chile)
DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
EB – Exército Brasileiro
FAB – Força Aérea Brasileira
FEB – Força Expedicionária Brasileira
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FMP – Frente de Mobilização Popular
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca
IOCS – Inspetoria de Obras Contra a Seca
IPM – Inquérito Policial Militar
ISE – Instituto Superior de Economia (Portugal)
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JSN – Junta de Salvação Nacional (Portugal)
MAI – Ministério da Administração Interna (Portugal)
MB – Marinha do Brasil
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MFA – Movimento das Forças Armadas (Portugal)
MIR – Movimiento de Izquierda Revolucionaria (Chile)
MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário
MODAC – Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania
MORENA – Movimento Revolucionário Nacionalista
MRMN – Movimento de Resistência Militar Nacionalista
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

NTrT – Navio Transporte de Tropas
OEBU – Organização dos Exilados Brasileiros no Uruguai
OIJ – Organização Internacional dos Jornalistas
OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade
PAIGC – Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde
PCA – Partido Comunista da Argentina
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCCh – Partido Comunista Chinês
PCU - Partido Comunista Uruguaio
PCP – Partido Comunista Português
PCV – Partido Comunista Venezuelano
PDC – Partido Democrático Cristão
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PN – Partido Nacional
PREC – Processo Revolucionário em Curso
PRP – Partido Revolucionário do Proletariado (Portugal)
PS – Partido Socialista (Portugal)
PSD – Partido Social Democrático
PT – Partido dos Trabalhadores (Brasil)
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUA – Pacto da Unidade e Ação
QE – Quadro Especial
QP – Quadro Permanente
RAN – Resistência Armada Revolucionária
RC – Revolução Cultural
RDA – Regulamento Disciplinar para a Armada
ROU – República Oriental do Uruguai
RPC – República Popular da China
RTP – Rádio Televisão Portuguesa
SNI – Serviço Nacional de Informações
STF - Supremo Tribunal Federal
STM - Superior Tribunal Militar
SUPRA – Superintendência para a Reforma Agrária

UMNA – Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNICAMP – Universidade de Campinas

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

**SOB A HISTÓRIA, A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO
SOB A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO, A VIDA
MAS ESCREVER A VIDA É OUTRA HISTÓRIA
INACABAMENTO.**

Paul Ricouer

A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora de Unicamp, 2001, p. 513.

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	19
INTRODUÇÃO.....	24
 CAPÍTULO I	
A FOTO QUE FALTA NO ÁLBUM: ARAGÃO E AS REFREGAS DAS MEMÓRIAS.....	33
1.1 – O quadro invisível...35	
1.2 – Os silêncios e ressentimentos das memórias...37	
1.3 – Sujeitos e Contextos...39	
1.4 – As visões de bombordo...44	
1.5 – Um Cisne Vermelho? Aragão e a memória institucional...47	
1.6 – A gestão memorial...54	
 CAPÍTULO II	
DE SOLDADO PARAIBANO A ALMIRANTE NACIONALISTA.....	59
2.1 – Corpo de Fuzileiros Navais: apontamentos históricos...59	
2.2 – Peguei um Ita no Norte...67	
2.3 – Mais um Cândido?...70	
2.4 - A formação militar... 74	
2.5 – Não era para “qualquer um” ...76	
2.6 – Vivendo e aprendendo...77	
2.7 – Entre bailes e bailéus...85	
2.8 – O soldado político...90	
2.9 – O nacionalismo de esquerda...97	
2.10 – A renúncia de Jânio Quadros...102	
2.11 – Operação Bagrinho...105	
2.12 – A posse como Comandante-Geral (ComGer)...107	
 CAPÍTULO III	
ARAGÃO E O GOLPE DE 1964.....	113
3.1 – Dóceis resistentes... 126	
3.2 – A posse de Castelo...132	
3.3 – Suzano, o bom companheiro?...137	
3.4 – O presidiário...140	
3.5 – A vida nas embaixadas...143	
3.6 - Os fuzileiros na República Dominicana...147	

CAPÍTULO IV

EXÍLIO: ENTRE ROTAS E *DERROTAS*.....151

- 4.1 – “Como el Uruguay no hay”...153
- 4.2 – Brizola sai na frente...169
- 4.3 – “Cabo” Anselmo, sensação em Havana?!...172
- 4.4 – Letras Revolucionárias. A carta de Marighella...176
- 4.5 – Vivendo os Socialismos...179
- 4.6 – Almirante na terra do *timoneiro*...182
- 4.7 – Sr. Federico! Regresso e *adíos Uruguay*...187
- 4.8 – Vivendo a “experiência chilena”...193
- 4.9 – O almirante e o coronel. Aragão “visita” Péron...204

CAPÍTULO V

DO TEJO À GUANABARA.....207

- 5.1 – O “25 de novembro”...215
- 5.2 – Os atentados?...220
- 5.3 – A última estação...226

CAPÍTULO VI

A ÚLTIMA RETINIDA.....231

- 6.1 – O manifesto...238
- 6.2 – PMDB. O novo, nem tão seguro, porto...242
- 6.3 – A absolvição jurídica...244
- 6.4 – A volta nos braços dos marinheiros...248
- 6.5 – Dilma Aragão, a guardiã da *boa* memória do pai...252
- 6.6 – Os fragmentos...254
- 6.7 – O soldado desconhecido...255

CONCLUSÃO.....261

FONTES.....265

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....267

ANEXOS.....278

PRÓLOGO

...como **se fosse** um deles!

Pretérito imperfeito do subjuntivo

O pretérito imperfeito do subjuntivo é usado para indicar dúvidas, desejos, incertezas, probabilidades e sentimentos.¹

Petúnias amarelas

Em 2008, havia se passado mais de uma década de minha aprovação para o Corpo de Praças da Marinha. Ingressei em 1996, fiquei um ano em regime de internato na Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco e depois fui navegar nas águas calmas dos Rios Paraguai e Paraná, fronteira Brasil-Bolívia-Paraguai, como membro da guarnição do Navio-Transporte *Paraguassu*, sediado na cidade de Ladário, pantanal do Mato Grosso do Sul. Em 1999 fui aprovado para compor o Quadro de Músicos do Corpo de Fuzileiros Navais e fiz o curso no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC), localizado na Ilha do Governador, Rio de Janeiro.

Como tocador de bombardino, participei de inúmeras cerimônias em homenagens a batalhas navais, aniversários de quartéis, passagens de comando, recepções a autoridades, procissões, Dia do Marinheiro, Independência do Brasil, retretas, aniversários de cidades, eventos esportivos etc. Vez ou outra tinha curiosidade em saber por que o almirante Tamandaré era o patrono da Marinha e tinha uma melodia especial só pra ele, a *Marcha Tamandaré*. Também ficava curioso em descobrir por que cada nível hierárquico entre os almirantes (contra-almirante, vice-almirante e almirante de esquadra) possuía seu toque especial. Ai do mestre da banda que executasse a melodia errada. Quando a bronca não vinha de cima, os próprios músicos passavam a criticá-lo, na surdina, pelo equívoco cometido.

Nessas andanças marciais, conheci nome de tudo quanto é almirante. Desde os estrangeiros que atuaram por aqui, como o escocês Thomas Alexander Cochrane, o Lord

¹Disponível em: www.laits.utexas.edu/clicabrazil/sites/laits.utexas.edu.clicabrazil. Acesso em 15 nov. 2013.

Cochrane – considerado herói nacional por sua atuação nos conflitos da Independência do Brasil -, até os mais celebrados, Tamandaré, Barroso, Alexandrino, Wandenkolk, homenageados anualmente e com seus nomes em navios e em importantes centros de instruções da Marinha no Rio de Janeiro.

A Marinha é uma força que preza muito pela tradição e as cerimônias reforçam para os mais jovens a necessidade de culto aos “heróis” do mar. Salvo raríssimas exceções, como é o caso do marinheiro Marcílio Dias,² os grandes estabelecimentos da instituição – situados em grandes complexos com capacidade para receber milhares de militares por dia – homenageiam os almirantes. Também os navios, recebem nomes de almirantes e oficiais como uma maneira de perpetuá-los na instituição. Dessa maneira, algumas *fragatas*³ receberam os nomes de Rademaker, Greenhalgh, Bosísio. Outros navios trazem os nomes de Graça Aranha, Almirante Saboia, Almirante Guillobel, Amorim do Valle, Almirante Maximiano, dentre outros.

No Corpo de Fuzileiros Navais, instituição que abordarei com mais detalhes ao longo da tese, os mais celebrados são Sylvio de Camargo e Milcíades Portela Alves, ambos com seus nomes em grandes Centros de Ensino. Invariavelmente, aspectos biográficos desses personagens cruzaram meu caminho em algum momento de minha trajetória como membro da Marinha.

Nos livros extra instituição, já tinha ouvido falar de outros personagens que marcaram a história da Marinha de Guerra e do Brasil, dessa vez de forma dolorosa para a instituição – às vezes envolvendo oficiais do alto escalão, às vezes os chamados praças.⁴ O caso mais conhecido é o da Revolta dos Marinheiros de 1910 (Revolta da Chibata), que tem como figura mais emblemática o marinheiro João Cândido Felisberto. Há ainda o episódio do orador exaltado da assembleia rebelde dos marinheiros de 1964, José Anselmo dos Santos, o “cabo” Anselmo. Sobre 1910, a Marinha se encarregou de fornecer sua própria versão dos acontecimentos, já sobre 1964, ainda permanece o silêncio institucional.

² Marcílio nasceu na cidade do Rio Grande (RS) em fins de 1843 ou início de 44 (a data exata é desconhecida). Aos 12 anos, aproximadamente, foi encaminhado para a Escola de Grumetes, no Rio de Janeiro (Ilha de Villegaignon), onde iniciou sua carreira como aprendiz-marinheiro. Se tornaria herói da Marinha do Brasil ao morrer durante a Batalha Naval do Riachuelo na Guerra do Paraguai, em 1865. Foi homenageado com seu nome no maior hospital da Marinha, localizado no Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/5dn/vultos/marcilio.htm>. Acesso em 24 jan. 2014.

³ *Fragatas* são classes de navios de guerra que possuem grande capacidade de deslocamento e armamentos variados, como antiaéreos, antissubmarinos e de superfície.

⁴ Praças são os militares situados entre as graduações de soldado ou marinheiro a suboficial (Marinha e Aeronáutica) ou subtenente (Exército). Já os oficiais estão situados do tenente até os generais (almirante e brigadeiro também são considerados oficiais-generais).

Foi em 2008, investigando o movimento dos marinheiros de 1964, mais precisamente a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) e as trajetórias dos marujos e fuzileiros após o golpe, que me deparei com outro almirante. Este, a Marinha tinha escondido de mim. Tinha escondido dos soldados fuzileiros, tinha escondido dos meus amigos músicos, tinha ocultado dos seus jovens oficiais, talvez até dos almirantes que não vivenciaram o período.

Procurei nas memórias das esquerdas e o encontrei. Nas memórias dos generais, como veremos no decorrer da pesquisa, também o achei. Em jornais, revistas, livros de memórias, de reportagens, de entrevistas, e ele também estava lá. Só não o encontrei nos *álbum* dos fuzileiros de outrora. Fiquei confuso!⁵

Aplaudido com entusiasmo pelos sargentos do Automóvel Clube? Homenageado com almoço no Copacabana Palace? Desafiado para um duelo pelo governador Carlos Lacerda? Excluído? Reintegrado? Comandante Geral dos Fuzileiros? Esperança de resistência ao golpe? Preso, exilado, torturado? Queria invadir o Brasil? Cuba, Marighella, guerrilha? Expulso do Uruguai? Chile, Allende, Portugal, Revolução dos Cravos? Argentina, Venezuela, Anistia? Almirante Vermelho? Almirante do povo? Soldado? Carregado nos ombros de marujos rebeldes ...como se fosse um deles?

Calculei rapidamente que entre 1964 e 2008 haviam se passado quarenta e quatro anos. Talvez, com um pouco de sorte, ainda o encontrasse vivo para uma entrevista. Não sobre ele especificamente, naquele momento eu queria saber mesmo era sobre a Rebelião dos Marinheiros,⁶ por que ele se deixara carregar nos ombros? Por que os marinheiros o elevaram como herói?

Fiquei a ver navios, há uma década ele já estava sepultado no Cemitério São Francisco Xavier, no Caju, zona portuária do Rio de Janeiro.

Demorei em ir até lá, afinal, um personagem que na Marinha, nas esquerdas, nos livros de divulgação, nas memórias militares e até na historiografia do período não era visto com muita simpatia, não me empolgava tanto, apenas incomodava-me suas aparições coadjuvantes, sombrias e repentinas ao longo das leituras e entrevistas. Mas o jogo começou a virar quando os documentos inundaram-me de Aragão. Dezenas, centenas, milhares de páginas elaboradas pelos órgãos de repressão sobre o almirante misterioso. Em Campinas, os

⁵ Abordarei com mais destaque essas fontes e esse silêncio no primeiro capítulo da tese.

⁶ A dissertação foi construída entre 2008 e 2010, sob orientação da professora Samantha Viz Quadrat, na Universidade Federal Fluminense – UFF, e agraciada com o Prêmio Memórias Reveladas do Arquivo Nacional no mesmo ano, originando o livro *Todo o leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

processos após o Golpe. Em Brasília, a vigilância constante durante o exílio. No Rio de Janeiro o prontuário da polícia política. Em Portugal, mais documentos sobre o exílio.

Cursei o mestrado ainda como tocador de bombardino, mas, em 2010, deixei a Marinha após conseguir uma bolsa de estudos para cursar o doutorado. O texto que aqui escrevo, apesar de reconhecer meu interesse pessoal na biografia do investigado, é um trabalho acadêmico, uma biografia histórica, não uma *Ode* a Aragão, ou um *Dobrado*⁷ Almirante Aragão.

E foi na condição de pesquisador que, quase quatro anos depois, mais precisamente em 03 de novembro de 2013, depois de cruzar o Atlântico e ter ido até Lisboa, ter visitado a Paraíba, ido a Brasília, São Paulo, Campinas... desci do ônibus na passarela número um da Avenida Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Era chegada a hora de conhecer a morada eterna do personagem que me atormentava há alguns anos. Devo frisar que não estava só no interesse em saber mais sobre o personagem. Agora, já contava com o apoio de amigos doutorandos, professores da educação básica, historiadores de grandes universidades brasileiras, militares portugueses que participaram da Revolução dos Cravos, os marujos e fuzileiros de 1964, amigos fuzileiros ainda na ativa. Até a chamada grande mídia havia destacado Aragão.⁸

Cheguei, depois de certa dificuldade de localização, à quadra 38, sepultura número 1967, do gigantesco cemitério. Depois de longos minutos bisbilhotando a vizinhança de Aragão, observando todo o ambiente, em um cenário praticamente deserto, percebi que seu túmulo era o único coberto por uma folhagem crescida em uma estrutura montada com finos tubos de ferro, arames e galhos vivos cruzados horizontalmente, formando centenas, talvez milhares de encruzilhadas.

Apesar de não ter encontrado nenhum sinal de visita no dia anterior, Dia de Finados, as folhas verdes da ensolarada primavera carioca estavam em perfeita harmonia com o amarelo ouro das flores que embelezavam a planta. Logo verde e amarelo? Procurei o nome da flor e descobri que se chama *petúnia amarela*. Mais ainda, entre os vários significados atribuídos a ela, estão: “Revelações, a força [espiritual] que esclarece o mal entendido”.⁹ Às

⁷ *Dobrado* é um gênero musical, sem letra, geralmente em andamento de Marcha, característico das bandas de música. Geralmente é composto para homenagear cidades, datas históricas, instituições, pessoas, etc.

⁸ Ver Jornal *O Globo*, 31 de agosto de 2013, editorial. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>

⁹ <http://www.viamore.com.br/curiosidades/significado-das-flores.html>

vezes aparece com o significado de *obstáculo*.¹⁰ E, para minha surpresa, também é apresentada como sinal de *ressentimento*.¹¹



Sentei em frente à sepultura e perguntei:

- Afinal, quem és tu, Aragão? O que fazem aqui essas petúnias? Revelações, obstáculos ou ressentimentos?

Essas perguntas são “o vento na popa”. O combustível de nossa viagem que agora se inicia.

¹⁰ <http://www.jardinaria.com.br/site/2010/08/significado-das-flores/>

¹¹ <http://www.floresjardim.com/significado-flor.htm>

INTRODUÇÃO

A tese que agora apresento é uma análise e, ao mesmo tempo, uma tentativa de compreensão de alguns dos principais acontecimentos históricos que marcaram o século XX, principalmente no Brasil, mas também na América Latina, Ásia e na Europa do Sul, tendo a biografia de Candido da Costa Aragão como fio condutor da narrativa. Não gozo aqui da liberdade dos literatos, dos jornalistas ou de biógrafos profissionais, pois, escrevo “controlado, vigiado e pautado” pelas normas acadêmicas e balizado pelas implacáveis, rígidas - mas necessárias – regras metodológicas do conhecimento histórico. Antes de tudo, revelo que minha abordagem recai principalmente sobre aspectos que dizem respeito ao homem público, em detrimento de fatos íntimos ou da vida privada do personagem pesquisado, e suas aparições na cena política, quer nas memórias, na grande imprensa ou nos documentos secretos. Nesse sentido, optei por iniciar com textos que contribuíram para minha reflexão sobre a presença do *método biográfico* no campo do historiador.

Em 1997, Benito Bisso Schmidt chamava atenção para certo sucesso editorial alcançado pelos trabalhos biográficos no Brasil.¹² No entanto, segundo ele, “os historiadores de ofício foram os menos festejados nessa releitura da história do país através de seus personagens. A festa foi, sobretudo, dos jornalistas que, com suas pesquisas minuciosas e seu estilo envolvente, conquistaram o público e a crítica”.¹³ Mesmo com toda a desconfiança dos historiadores em relação à importância desse tipo de trabalho para se compreender um determinado período ou acontecimento, isso não significava que não havia uma produção de biografias no campo do conhecimento histórico. Essa desconfiança dos historiadores não era gratuita. A biografia foi durante muito tempo estigmatizada como um tipo ultrapassado de se fazer história.

¹²SCHMIDT, Benito B. “Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos”. *Estudos históricos*, nº 19. Rio de Janeiro, 1997.

¹³Ibidem, p.01.

De acordo com Marly Silva da Motta, “essa desqualificação do método biográfico se inseriu em uma mudança mais ampla do quadro historiográfico que envolveu o próprio abandono da história política”.¹⁴ Com a emergência de um novo fazer histórico, promovido pela chamada *Escola dos Annales* a partir de 1929 na França, a história política, referência da historiografia dominante desde o século XIX, passou a ser o modelo a ser negado. As pesquisas que tinham como objetos o *Estado*, as *figuras ilustres*, e os *heróis nacionais*, não teriam “condições de atingir a natureza da ‘realidade social’, na medida em que eram prisioneiras de fatos superficiais e atitudes individuais, de análises estreitas e descrições lineares”.¹⁵ Com a negação do fazer de uma história política, a biografia também foi renegada e entrou em um período de ostracismo. No entanto, como bem ressaltou Jacques Le Goff, esse “abandono” não foi total. Segundo ele, afirmar que os *Annales* abandonaram as Biografias era ‘ignorar que Lucien Febvre escreveu um *Luther*, e que a grande tese de Fernand Braudel sobre *Filipe II* e o *Mediterrâneo* é também, à sua maneira, uma biografia’.¹⁶

Essa espécie de defesa empreendida por Le Goff, não esconde certa tensão existente entre os historiadores dos *Annales* e o chamando gênero biográfico.

A explicação mais difundida entre os pesquisadores sobre esse “retorno” das biografias é a chamada *crise do paradigma estruturalista* que orientou uma parcela significativa da historiografia a partir dos anos 1960. De acordo com Roger Chartier, esse tipo de paradigma tinha como principal interesse ‘identificar as estruturas e as relações que, independentemente das percepções e das intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais, engendram as formas do discurso’.¹⁷ Para Schmidt,

a recuperação dos sujeitos individuais na história pode ser vista como uma reação aos enfoques excessivamente estruturalista, descarnados de ‘humanidade’, que caracterizam boa parte da produção historiográfica contemporânea: o modo de produção de Marx e a longa duração de Braudel, por exemplo.¹⁸

Entendemos que essa “recuperação” ressaltada por Benito Schmidt é possibilitada por inúmeras transformações ocorridas no interior da historiografia. Se tomarmos como exemplo a historiografia francesa, escola bastante difundida nos cursos de História das universidades

¹⁴ MOTTA, Marly Silva. “O relato biográfico como fonte para a história”. *Revista Vydia*, nº34. Santa Maria, jul./dez. 2000, p.101-102.

¹⁵ *Ibidem*, p.104.

¹⁶ LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003, p.143. A biografia escrita por Febvre tinha como título *Un destin. Martin Luther*. O grifo é meu.

¹⁷ Citado em SCHMIDT, Benito B. op. cit., 1997, p.02.

¹⁸ *Ibidem*, p.03.

brasileiras, teremos uma noção mais ampla das renovações desses estudos. Na interpretação de Philippe Levillain, foi no início dos anos 1980 que os ensaios sobre o gênero biográfico na historiografia francesa floresceram, os dicionários consagraram-lhe um verbete, e organizaram-se seminários sobre o tema. Para Levillain, dentre as várias explicações para esse florescimento estariam a crise do marxismo após 1968 e a libertação de uma história quantitativa e serial que havia subjugado a história factual.¹⁹

Outra questão sensível e sempre ressaltada pelos autores preocupados com a pesquisa histórica de *biografias*, diz respeito à relação e a interseção entre o contexto histórico e o sujeito pesquisado. Em um texto provocador, intitulado “A ilusão biográfica”, Pierre Bourdieu levantou o problema. Segundo ele, não é possível se produzir uma pesquisa biográfica, ou uma história de vida, sem estarmos atentos ao espaço social no qual esse indivíduo se move. A ilusão estaria em acharmos que uma história de vida pode ser um relato coerente, sequencial, independente dos vínculos e das relações do sujeito com a sociedade. Para Bourdieu, seria o mesmo que “tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede”.²⁰

O problema do contexto histórico ou da superfície social e o indivíduo também foi tratado por Giovanni Levi, porém de uma forma mais otimista. Em Levi, os mesmos problemas metodológicos que envolvem as *biografias* dizem respeito à historiografia contemporânea, “sobretudo as relações com as ciências sociais, os problemas das escalas de análise e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles, mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humanas”.²¹ Abordando principalmente a questão do *contexto*, ele ressalta ser indispensável reconstruí-lo, e a importância de ficarmos atentos à ‘superfície social’ em que age o indivíduo, enfatizando que “não se trata de reduzir as condutas a comportamentos-tipos, mas interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que os torne possíveis e, logo, normais”.²² Nesse mesmo sentido, Lígia Maria Leite Pereira destaca que:

O mais recente enfoque para a elaboração de biografias, ao mesmo tempo em que busca ressaltar a irredutibilidade do indivíduo, busca recuperar o universo social no qual sua personalidade foi formada – seu campo exterior, já que, não sendo isolado,

¹⁹ LEVILLAIN, Philippe. op.cit., p.162.

²⁰ BORDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. In: *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 189.

²¹ LEVI, Giovanni. “Usos da Biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. In: *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.168.

²² Ibidem, p.169.

o indivíduo faz parte de diversos grupos, de uma sociedade e de uma cultura precisas.²³

Dessa forma, outro desafio é colocado. Como abordar o contexto histórico de uma maneira em que o indivíduo biografado não seja só um espectador? Ou, ao contrário, em que a *superfície social*, tão necessária, não apareça apenas como um cenário de palco mal construído e sem nenhuma relação determinante ou determinada com o ator principal? Encontrar as interseções e as relações recíprocas entre sujeito e a sociedade, entre biografia e contexto, é um desafio que impulsiona o trabalho com pesquisador. No marco teórico da sociologia, Norbert Elias, em sua bela biografia sobre *Amadeus Mozart*, chamou atenção para a análise do contexto do biografado e a necessidade de se “traçar um quadro claro das pressões sociais que agem sobre o indivíduo”.²⁴ Com uma perspectiva diferente, mas ainda na linha da sociologia, Gilberto Velho, inspirando no sociólogo norte-americano C. Wright Mills, chama a atenção para certa autonomia dos indivíduos em sua relação com o contexto:

Os indivíduos são condicionados pela vida social, mas não são passivos e objetos inertes. Não são simples produtos, e sim seres atuantes que através de sua ação social e de suas biografias reinterpretam e transformam as instituições sociais.²⁵

No mesmo sentido, Giovanni Levi destacou que “nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação”.²⁶ Atentando para os encontros e desencontros do indivíduo com a sociedade, Pereira ressalta que a biografia, “em todas as suas modalidades, abre amplas possibilidades para compreender melhor as diferentes mediações entre as evoluções estruturais e as trajetórias individuais, recolocando, em novas bases, antigo dilema das ciências sociais e humanas”.²⁷ Citando Lejeune, Pereira destaca que as histórias de vida possibilita-nos enfrentar essas questões colocadas, sempre tendo o cuidado de não escrevermos uma “história de santo” (hagiografia), “e sim um retrato com nuances, estabelecido com a colaboração do modelo, e por isso mesmo mais próximo do indivíduo real: com contradições, limites, defeitos e qualidades (...)”.²⁸

Philippe Levillain não hesita, e afirma contundentemente que:

²³ PEREIRA, Lúcia Maria L. “Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias”. *Revista História Oral*, nº 3, 2000, p.122.

²⁴ ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 15-18.

²⁵ VELHO, Gilberto. “Ciências Sociais e biografia individual” (Aula inaugural). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº38, julho-dezembro 2006, p.06.

²⁶ LEVI, Giovanni. op. cit., 179-180.

²⁷ PEREIRA, Maria L. op.cit., p.122.

²⁸ Ibidem, p.124.

a biografia histórica hoje reabilitada não tem como vocação esgotar o absoluto do ‘eu’ de um personagem (...), e que tampouco tem que criar tipos. Ela é o melhor meio, em compensação, de mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo como prova da vida. Seu método, como seu sucesso, devem-se à insinuação da singularidade nas ciências humanas, que durante muito tempo não soubera o que fazer dela.²⁹

E ainda, “se não isolar o homem ou não exaltá-lo à custa de seus dessemelhantes, a biografia é o lugar por excelência da pintura da condição humana em sua diversidade”.³⁰

Bem-vindos à história com nome e rosto.

Se a história de um simples soldado pode ser considerada “história vista de baixo”, o que diríamos se esse mesmo soldado chegasse a oficial-general? Viraria “história vista de cima”? E se esse general não fosse um herói de guerra, um comandante visionário que acerta em todas as decisões? Se ele não fosse um exímio estrategista, criador de doutrinas ou um grande teórico da arte bélica? Se ele não fosse ajudado pelo destino?

E se ele entrasse para história por se recusar a usar as armas em algum momento de sua vida e por isso ser preso, perseguido, e ter que se mudar constantemente de um país para outro sob vigilância permanente? Se, apesar disso tudo, ele fosse considerado herói por algumas tantas pessoas?

Como as respostas prontas não servem para resolver essas questões, aqui estamos com o objetivo de buscar explicações, dentro da complexidade que cerca um trabalho de *biografia histórica*.³¹ Navegaremos por vários continentes. América do Sul, América Central e Caribe, Ásia, Europa. Com uma extensão tão grande a ser percorrida, escolhi alguns portos específicos. A outros lugares fui levado pelas correntes. Aqui apresento as seis travessias mais significativas dessa saga, algumas mais longas, outras nem tanto.

No primeiro capítulo, intitulado *A foto que falta no álbum: Aragão e as refregas das memórias* apresento as disputas e batalhas memoriais sobre o investigado, que não dizem respeito apenas sobre passado, mas, acima de tudo sobre o presente. As memórias –

²⁹ LEVILLAIN, Philippe. op. cit., p.176.

³⁰ Idem. Nessa citação invertemos a ordem das frases por entendermos que dessa forma a afirmação ficaria mais emblemática.

³¹ Utilizo o termo *biografia histórica* para marcar posição em relação às diferenças que envolvem as biografias escritas com fontes, metodologias e ferramentas de outros campos do conhecimento, como jornalistas, literatos, sociólogos etc. De acordo com Benito Bisso Schmidt, “embora possa soar démodé, historiadores e jornalistas [acredito que mais os primeiros], por dever de ofício, têm um maior compromisso com o mundo real, enquanto que cineastas e literatos podem contar com uma margem mais significativa de invenção. Cf. SCHMIDT, Benito B. “Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema”. In: SCHMIDT, Benito (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p.66-67.

envolvidas em silêncios e ressentimentos -, se revelam *divididas*³² não apenas entre os campos opostos, golpistas *versus* legalistas, mas com variações dentro dos próprios grupos.

Para a construção desse capítulo, além dos textos teóricos e metodológicos sobre o trabalho com memórias que me forneceram o suporte necessário para a interpretação das fontes, utilizei livros memoriais, entrevistas, publicações institucionais do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) e textos publicados ainda em 1964, o que a alguns pesquisadores da teoria da história chamam de “história imediata”. Considero importante destacar que os depoimentos, utilizados como recursos privilegiados na composição do capítulo, foram analisados não apenas como fontes, mas também como objetos a serem interpretados, criticados e questionados. Como bem adverte Lucileide Cardoso “os depoimentos não são apenas meras exteriorizações de realidades, mas expressam um novo fato a ser investigado, erigindo-se enquanto discurso específico que reclama a sua legitimidade frente a outros discursos (...)”.³³

A análise de imagens, no sentido literal do termo, também foram de grande relevância para esse capítulo inicial.

De soldado paraibano a almirante nacionalista é o título da segunda travessia. Nesse momento da tese, inicio uma abordagem reveladamente biográfica, não isolando o personagem em um universo particular, mas, sobretudo, situando-o em cada contexto específico; na paisagem; no cenário. Do início de sua carreira militar, nos anos 1920 até sua chegada do cargo de Comandante-Geral do CFN, em 1963, às vezes ele pode aparecer apenas como observador, mas certamente estava sendo influenciado pelos acontecimentos que estava visualizando e vivenciando. Tento não fazer oposição e separação entre sujeito e contexto, pois a relação entre ambos é intrínseca, dialética, ambos constroem e são construídos ao mesmo tempo. Separá-los como coisas distintas é uma falsa questão, como nos adverte com imensa propriedade Carlos Antonio Aguirre Rojas.

Pues el error que ha originado la antinomia al referida há sido, muy posiblemente, el de asumir al individuo como si fuese una entidade absolutamente

³² As memórias *divididas* são aqui apresentadas com inspiração em PORTELLI, Alessadro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de julho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006. p.103-130. Nesse texto, através de um estudo de caso, o autor nos esclarece que “quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela ‘oficial’ e ‘ideológica’, de forma que, uma vez desmontada esta última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas”. Ibidem, p.106.

³³CARDOSO, Lucileide. *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura*. Cruz das Almas: UFRB, 2012, p.29.

formada, como algo ya dado y establecido, concibiendo a su vez al contexto como algo simple, lineal, e igualmente constituído bajo una forma ya determinada, con lo cual el problema que parecia imponerse era el de como era posible correlacionar al elemento A com el universo B, es decir a esse individuo ya dado con esse contexto igualmente determinado. Pero si, em cambio, entendemos al individuo es el contexto y si esse contexto en parte son los propios individuos, cambia el modo de ver a ambos términos del problema y al problema mismo, cambio del cual derivan diversas consecuencias importantes.³⁴

Também nesse capítulo ficará evidente minha opção pela história política, sem deixar de mencionar aspectos culturais, logo sociais, do período histórico e do universo no qual Aragão estava imerso em cada momento escolhido.

A instituição no qual Aragão estava inserido, o CFN, também ganha destaque e aqui apresento uma subdivisão praticamente independente da Marinha, com tradições, doutrina e objetivos muito específicos. Considero esse mergulho na instituição de fundamental importância para a compreensão da forma de agir e de pensar do investigado e entender de que maneira os agentes políticos e a sociedade em geral se relacionavam ou identificavam a tropa que ficou fiel ao presidente João Goulart.

Aqui ganham destaque as fontes “oficiais”, como os documentos arquivados no Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, que constituem o acervo do Projeto Brasil Nunca Mais – BNM. Principalmente o processo BNM-028, que apurou as atuações dos almirantes e demais oficiais da Marinha que permaneceram ao lado de Jango. Nesse processo, Aragão é a figura central. Constam nele toda a trajetória de Aragão na Marinha, punições, elogios, condecorações, como também toda sua atuação política, principalmente a partir de 1955.

Outras fontes utilizadas com regularidade foram os jornais da época. Como forma de transportar o leitor para dentro dos debates travados calorosamente nas décadas de 1950-1960, os textos jornalísticos – também construções de realidades – nos ajudaram a descartar hipóteses e a confirmar suspeitas. Sempre cruzando sistematicamente com outros documentos e levando em questão as clássicas perguntas: “quem produziu determinado documento? em que situação? com quais interesses?”³⁵

O golpe de 1964; a relação de Aragão com os praças que faziam parte da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB); a não resistência ao golpe; a prisão de Aragão e o asilo na embaixada do Uruguai até sua partida para o exílio, são as temáticas principais do terceiro capítulo. Também construído com múltiplas fontes, a intenção é apresentá-lo como um personagem ativo no biênio 1964-1965, dividindo opiniões tanto na

³⁴ ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. “La biografia como género historiográfico: algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales”. In: SCHIMDT, Benito B. op. cit, 2000, p. 31-32.

³⁵ SCHIMDT, Benito. “Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema”. In: SCHIMDT, Benito, op. cit., 2000, p. 66.

Marinha quanto na classe política que disputava o controle político do país. São os anos nos quais ele mais aparecerá na grande mídia, principalmente impressa, e que também irão marcar definitivamente sua presença no cenário político brasileiro e nas memórias sobre o período. Aqui, mais do que nunca, ele assume o protagonismo na cena do golpe, embora ao lado dos vencidos. Sua trajetória nos anos seguintes será marcada, indelevelmente, pela derrota do governo Jango, que também foi sua derrota, em particular. São momentos de tensões, indecisões e frustrações que o acompanharão nas demais singraduras...

No capítulo quatro, o soldado paraibano *ganha o mundo*. O tempo do exílio na América Latina e suas passagens pela Ásia. Entre raízes e radares,³⁶ entre rotas e derrotas, será um tempo de aprendizado, de experiências muito particulares e também de transformações individuais e coletivas. Será o tempo das metamorfoses, dos codinomes. Tempo de intrigas, de traições. De chegadas e despedidas. Do desejo de voltar, da vontade de ficar. Do Uruguai da democracia plena ao início do processo de fechamento no governo de Pacheco Areco, passando por Cuba de Fidel; a China de Mao Zedong; o Vietnã de “gente morta caindo ao chão”; do Chile de Salvador Allende à Argentina do peronismo.

Mais do que nunca, peço a atenção aqui para as fontes utilizadas. Na impossibilidade de viajar a cada país por onde Aragão passou ou entrevistar quem com ele esteve ou conviveu ao longo dessa fase de desterro, menos como opção, mais como limitação, os documentos produzidos pela ditadura – particularmente do Centro de Informações do Exterior, CIEX – foram utilizados como referências principais no capítulo. Nesse sentido, por mais que eu tenha filtrado e analisado sistematicamente cada informação, faço minhas as palavras de Daniel Aarão Reis e reivindico que os documentos citados sejam lidos como “expressão de uma realidade social complexa. E que às vezes são ecos invertidos dessa realidade”.³⁷

O capítulo cinco abrange as duas últimas estações do exílio até sua volta ao Brasil. *Do Tejo à Guanabara*, passando antes pela Venezuela, apresento-os um Aragão prestigiado em pleno processo revolucionário português iniciado pelos “Capitães de Abril”, no ano de 1974. A vigilância permanente dos órgãos de segurança brasileiros, inclusive na Europa; a tentativa de Aragão de ser um agente da Revolução portuguesa; e seus contatos com militares anti-imperialistas ou anti-fascistas, como preferem os patrícios, são pontos destacados no capítulo.

No esforço de pluralizar as fontes, a investigação sobre a fase do exílio de Aragão em Portugal foi enriquecida com meu estágio naquele país, o que me possibilitou visitar arquivos

³⁶ A expressão é de Denise Rollemberg, autora de livro homônimo. Ver ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

³⁷ REIS, Daniel Aarão. *A construção do socialismo na China*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.08.

lusitanos e realizar entrevistas com pessoas que lá conviveram com Aragão. Dessa forma, apresento documentos salvaguardados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT); Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AMNE) e Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Nesse sentido, essa fase do exílio apresenta um maior número de fontes que as demais.

A última retinida é o nome do capítulo final da tese. Apresento aqui um panorama de como se deu o retorno de Aragão ao Brasil após seu longo exílio, e como ele tentou se reinserir no contexto político do país no início dos anos 1980. Após essa fase, a temática das memórias, silêncios e ressentimentos que exploro no primeiro capítulo volta a ter destaque, agora com uma abordagem direcionada para as “reaparições” de Cândido Aragão. A estreita relação com sua filha Dilma também é apresentada, não apenas entre pai e filha, mas também de uma pessoa que acabou envolvendo-se nos acontecimentos políticos da época. Por fim, sua “volta” triunfal nos/aos braços dos marinheiros e fuzileiros rebeldes de 1964.

Confesso que tentei não cair, mas tentei mesmo, na armadilha que o historiador Charles Firth chamou de ‘*paradoxo do sanduíche*’³⁸ – um pouco de sujeito, um pouco de contexto (ou vice-versa), sem relacionar um ao outro. Mas, às vezes, ao virar a esquina, o sanduíche aparecia numa bela imagem na parede de uma lanchonete e eu não conseguia escapar. Entretanto, os ingredientes não aparecem como “obras do destino”. Foram escolhas, minhas e do biografado. Espero que o resultado seja agradável.

³⁸ Citado em LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998, p.248. A mesma passagem também foi citada por SCHMIDT, Benito Bisso. “História e Biografia”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2012, p.196; e BORGES, Vavy Pacheco. “Grandezas e misérias da biografia”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 223.

CAPÍTULO I

A FOTO QUE FALTA NO ÁLBUM: ARAGÃO E AS REFREGAS DAS MEMÓRIAS

A biografia é um gênero difícil: 'exigimos dela os escrúpulos da ciência e os encantos da arte, a verdade sensível do romance e as mentiras eruditas da história'.³⁹

André Mourais

No dia 12 de novembro de 1998, um dos principais jornais do país divulgou o falecimento de Cândido da Costa Aragão. O enterro foi anunciado e um obituário publicado:

O Brasil vivia dias tensos em 27 de março de 1964, com as forças armadas em ebulição, às vésperas do golpe que derrubou o Governo João Goulart. A data marcou a recondução, pelo já quase deposto presidente, do almirante Cândido da Costa Aragão ao comando do Corpo de Fuzileiros Navais. Muito ligado a Jango, o militar paraibano foi carregado nos ombros de marinheiros e fuzileiros navais, no que foi considerado uma imprudência naqueles dias turbulentos, marcados pela revolta de parte das tropas. Três dias depois (véspera do golpe), o estopim: uma festa da Associação dos Sargentos e Suboficiais da PM teve Aragão como convidado de honra, um sinal de que a Marinha estaria se articulando para defender o governo contra os revoltosos do Exército que partiam de Minas Gerais para a Guanabara. O almirante estaria mobilizando os fuzileiros navais para atacar o Palácio Guanabara, onde conspirava o governador Carlos Lacerda. O levante contra o governo venceu – e Aragão foi preso na madrugada de 2 de abril. Ao longo da vida, ele negou a tentativa de ataque, embora considerasse que ‘seria normal neutralizar o comportamento político do senhor Carlos Lacerda, que fazia virulenta oposição ao presidente’. No dia 14, o almirante foi transferido para a reserva pelo Ato Institucional nº 1 e teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Solto em agosto, pediu asilo na embaixada do Uruguai antes de ser novamente detido. Dias depois, foi afastado da Marinha pelo presidente, o Marechal Castelo Branco. Durante um longo exílio, passou por Uruguai, Cuba, China, Vietnã do Norte, Argélia, Egito, Tchecoslováquia, Chile e Portugal. Voltou ao Brasil com a anistia de outubro de 1979. Ao chegar, Aragão foi preso por peculato, ficando 49 dias detido. Acabou absolvido e depois foi reformado pelo presidente João Figueiredo. Cândido Aragão casou-se duas vezes – com Naide Aragão, mãe das duas filhas do almirante, Diva e Dilma; e depois com a chilena Aldalina Bobadilla. O militar morreu ontem de manhã, no Hospital Marcílio Dias, após longo período de enfermidade. Seu enterro será hoje, às 11h, no Cemitério São Francisco Xavier, no Caju.⁴⁰

³⁹ MOURAIS, André, citado em DOSSE, François. *O desafio biográfico*. São Paulo Edusp, 2009, p. 59-60.

⁴⁰ BN, jornal *O Globo*, 12 nov. 1998, p.21.

Dias antes, Aragão estivera internado no Hospital Naval Marcílio Dias, no Lins, zona norte da capital carioca, acometido por um tipo de infecção que chega a ser comum na maioria dos idosos. Na certidão de óbito consta como *causa mortis*: septicemia, pneumonia de aspiração e demência vascular.⁴¹ Embora o enterro tivesse sido amplamente divulgado, a Marinha não enviou guarda de funeral, rito tradicional nas Forças Armadas, principalmente para militares do alto escalão. Como relatado no obituário, aquele senhor de aparência frágil que estava sendo sepultado, já havia comandado um dos mais expressivos *Corpo* das Forças Armadas brasileiras – o Corpo de Fuzileiros Navais –, tropa especial da Marinha de Guerra. Embora nenhuma honra tenha sido lhe prestada, nenhuma banda militar tivesse aparecido para render-lhe as homenagens e, sequer um corneteiro para executar o *toque de silêncio* – melodia executada nos funerais militares –, alguns senhores apareceram. Eram marinheiros e fuzileiros de 1964. O silêncio daquele dia por parte da Marinha era um forte sinal de que algo na trajetória daquele militar não teria sido visto com bons olhos pelos oficiais-generais⁴² da mais antiga das nossas Forças Armadas.

Ao lembrar o funeral de Aragão, o suboficial fuzileiro Paulo Novaes Coutinho, que era soldado em 1964, desabafou:

Eu tive a honra de participar de sua sepultura, eu e mais três companheiros. E ele tava numa Kombi lá na porta do Cemitério do Caju, sem nenhuma referência. Não foi reservada nenhuma capela sequer. Nós pegamos o corpo [...], a Marinha não mandou nada. Uma falta de respeito, uma falta de grandeza com um homem da importância do almirante Aragão. Pode não ter importância para o Conselho do Almirantado elitista, mas para nós, soldados fuzileiros navais da época, teve importância porque ele deu o exemplo que pode ser seguido: de entrar como soldado, de pé no chão, e sair como almirante, prestando serviço ao nosso país e não sendo testa de ferro dos interesses do estrangeiro aqui dentro. Então fizemos algumas falações na Alameda do Cemitério do Caju e sepultamos o almirante Aragão na presença de sua filha e de sua última esposa e alguns companheiros, inclusive um ajudante de ordens do qual não lembro o nome agora. O almirante Aragão teve uma homenagem prestada por pessoas simples que fomos nós que soubemos valorizar a sua postura como componente do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil.⁴³

Aquele velório, envolvido pela simplicidade e discrição, certamente não era de um herói, pelo menos para a Marinha. Um tom de mistério cercava o ambiente. Era possível um

⁴¹ BRASIL, Estado do Rio de Janeiro. 10ª Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato Freguesia de Engenho Novo, 5ª Zona, Méier. Certidão de Óbito de Cândido da Costa Aragão expedida em 14 de Nov. 1998. Cópia do documento gentilmente cedida por Dilma Aragão.

⁴² Todas as Forças Armadas possuem o chamado ciclo de oficiais-generais. Na Marinha, fazem parte desse ciclo o contra-almirante, vice-almirante e almirante-de-esquadra. Em tempo de guerra existe o posto de *almirante*.

⁴³ Depoimento de Paulo Novaes Coutinho ao autor. Rio de Janeiro, 09 de Nov. 2008.

almirante não ter toda pompa em seu funeral? Talvez algo precisasse ser esclarecido. Falava-se de um segredo que já durava mais de quarenta e cinco anos em uma fortaleza quase inacessível, mas que fica muito perto de todos, às margens da Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro. É lá, na Fortaleza de São José, na Ilhas das Cobras, sede do comando-geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), que fica a chave do cofre. Nele está guardado um quadro, pintado em dezembro de 1963, mas que foi retirado do lugar em março de 1964.

Obviamente, estou exercitando minha capacidade imaginativa, mas, ao mesmo tempo em que não posso afirmar que o quadro existe, tenho certeza que uma imagem não está onde deveria.

1.1 - O quadro invisível

Em 2008, no contexto das celebrações que marcaram o bi-centenário da chegada da corte portuguesa ao Brasil, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), corporação subordinada à Marinha do Brasil (MB), patrocinou o lançamento de um luxuoso livro de fotografias, encomendado um ano antes, com o objetivo de comemorar os duzentos anos da instituição. Nas páginas finais, uma destacada galeria de irretocáveis pinturas, onde constam os bustos dos históricos Comandantes-Gerais. Perfilados lado a lado, trajando o imponente uniforme vermelho-garança, dois oficiais superiores e quinze almirantes compõem uma galeria de “vultos notáveis” ou “faróis de longo alcance”, expressões que a Marinha utiliza em referência a seus heróis.⁴⁴ Composto pelos oficiais que estiveram no topo da pirâmide hierárquica a partir da década de 1930, o álbum destaca aqueles que foram os chefes supremos dos soldados-marinheiros a partir do ano de 1932, quando o então *Regimento Naval* passou a ter a denominação que permanece até os dias atuais: *Corpo de Fuzileiros Navais*.

Ainda sobre a galeria de “notáveis”, constatamos que há um vazio. Entre dezembro de 1963 e março de 1964, ninguém. Nenhum nome, nenhuma pintura, nenhum uniforme. Silêncio, só o silêncio. Silêncio das letras, silêncio das imagens, silêncio na imagem. Naquele período, o CFN foi comandado por Cândido da Costa Aragão, oficial que ficou ao lado do presidente João Goulart por ocasião do golpe civil-militar de 31 de março de 1964. É dele a foto que falta no álbum.⁴⁵ O álbum dos “exemplos” a serem seguidos. O panteão dos que foram escolhidos pela instituição como símbolos de liderança, de inteligência, de amor à

⁴⁴ Essas expressões podem ser conferidas em BITTENCOURT, Armando de Senna (org.). *A importância do mar na história do Brasil* - (Coleção Explorando o ensino; 13). Brasília: Ministério da Educação, 2006, p. 183.

⁴⁵ A imagem em questão encontra-se em: *FUZILEIROS NAVAIS: combatentes anfíbios do Brasil*. Rio de Janeiro: Action Editora, 2007, p.143.

pátria e de dedicação à Marinha e ao CFN, ou seja, a galeria dos *heróis*. Os heróis construídos. Inventados.⁴⁶



(Álbum publicado em 2008, Aragão deveria constar entre a o sexto e o sétimo oficial. Entre dezembro de 1963 de março de 1964 ficou o vazio nas datas e na imagem)⁴⁷

Por que o quadro teria sido retirado – ou não foi incluído? Será que os historiadores e memorialistas do Corpo de Fuzileiros Navais teriam *esquecido* um dos seus chefes hierárquicos, ou estariam cumprindo ordens? Teria sido a primeira e única vez que aquele “erro” ocorreu? Haveria uma “razão”, uma justificativa para aquele vazio ou seria simplesmente uma desatenção, um *problema de memória*? Seria apenas um esquecimento, ou um caso de silêncio, de ressentimento?

⁴⁶ A palavra *invenção* aqui empregada não deve ser associada a algo inverídico ou mentiroso. Empregamos aqui a abordagem de Celso Castro, no sentido do “passado recriado por referência a um estoque simbólico anterior e que precisa guardar alguma verossimilhança com o real, sob risco de não vingar”. In CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 10-11.

⁴⁷ *FUZILEIROS NAVAIS: combatentes anfíbios do Brasil*. Rio de Janeiro: Action, 2007.

Em contraste ao livro fotográfico da Marinha, a imagem de Aragão é quase que obrigatória em obras que tratam do contexto do golpe de 1964. Inúmeros livros, escritos por historiadores, jornalistas e memorialistas trazem sua presença aos olhos dos leitores, inclusive na imagem de capa.⁴⁸ Porém, constatamos que há um descompasso em relação ao destaque dado a ele nas ilustrações e a ausência quase que completa de análises sobre sua participação política no período em questão. Independente do posicionamento político dos autores das obras, quer à esquerda, quer à direita, o que prevalece também é um forte silêncio sobre Aragão. Aparecem nas obras, rápidas referências, fragmentadas, quase sempre negativas, sem nenhum aprofundamento ou tratamento analítico. Dessa forma, surgem algumas indagações: fora da questão institucional, esquerdas e direitas teriam razões para silenciarem sobre Aragão? Sua trajetória antes e depois do golpe justificaria esse relativo ostracismo? Ou ainda, existiriam outras memórias que apresentam o personagem com enfoques mais detalhados e problematizados?

1.2 - Os silêncios e ressentimentos das memórias

Ver, geralmente implica em lembrar. Se as lembranças são indesejáveis, então o melhor seria tentar apagá-las. Nessa perspectiva, o *silêncio* então seria uma estratégia, um meio de tentar exterminar das memórias um passado incompreensível. Esse indizível, impronunciável, não é uma característica que marca apenas “perdedores” ou vencidos. Não raramente, os vitoriosos também calam, principalmente quando a glória foi conquistada de maneira difícil de explicar.

No entanto, como bem advertiu Pierre Laborie, o silêncio possui várias faces e o que pode parecer um inocente esquecimento, na realidade é uma forma de se recordar, de lembrar.⁴⁹ O silêncio pode ser percebido não como uma perda de memória, e sim uma preservação obstinada do segredo, menos uma recusa de se recordar, mas uma maneira de se recordar. Para Laborie, “a escolha do silêncio, quando ele tem lugar, portanto, de memória, exprime o sentimento de certo passado que se tornou incompreensível, inexplicável para os

⁴⁸ Para essas referências, ver: FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, imagem de capa. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.99; RODRIGUES, Flávio Luís. *Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964*. São Paulo: Cortez, 2004, p.125; e BASTOS, Paulo M. *A caixa-preta do golpe de 1964*. Família Bastos, 2006, p.264.

⁴⁹ LABORIE, Pierre. *Lês français dès années troubles. De la guerre d’Espagne a la Liberation*. Paris: Seuil, 2003, p.52-55. Tradução livre do autor.

que ‘não estavam presentes’ e não o viveram de dentro dele”.⁵⁰ Ainda segundo Laborie, “o silêncio possui várias faces e o que pode parecer um inocente esquecimento, na realidade é uma forma de se recordar, de lembrar”. E, para o silêncio que será exemplificado no objeto em tela:

Há também silêncio quando a memória transmitida apaga um elo do evento que cai mal na reconstrução da lógica do conjunto que a estrutura, que perturba seu sentido e sua coerência. Trata-se de um detalhe na narração de um fato que cimenta uma memória de grupo ou no outro extremo da escala de um episódio marcante da memória nacional.⁵¹

Os silêncios das memórias - individual, coletiva ou institucional - também pode ser compreendido com a colaboração de Michael Pollak sob a ótica da *gestão* da memória, quando destaca que “um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação”.⁵² Ou seja, por que a Marinha lembraria um “cortejador de subalterno” e “sem idoneidade moral”, expressões utilizadas por oficiais em referência a Aragão.⁵³ Ou ainda, por que as esquerdas se pronunciariam sobre um “perdedor”, que não teria tido iniciativa, coragem e determinação de resistir ao golpe?

A problemática do silêncio também pode ser operada através da questão do ressentimento destacado por Pierre Ansart, no sentido da existência do *ressentimento* não só do escravo, do subalterno, do dominado. De acordo com Ansart, existe também “o ódio recalado dos dominantes quando se encontram em face da revolta daqueles que consideravam inferiores. Ressentimento reforçado pelo desejo de reencontrar a autoridade perdida e vingar a humilhação experimentada”.⁵⁴ Conceitualmente, o ressentimento também foi problematizado por Marc Ferro, segundo o qual “na História, o ressentimento foi a matriz das ideologias contestatórias, de esquerda como de direita. As frustrações que o suscitam, tanto as promessas traídas como as decepções ou as feridas infligidas, provocam uma cólera impotente que lhe dá consistência”.⁵⁵ Ainda segundo o historiador francês,

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Ibidem, p. 56.

⁵² POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, vol.2, n.03. Rio de Janeiro, 1989, p.13. Versão eletrônica disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>. Consultado em 21 fev. 2009.

⁵³ Abordaremos detalhadamente essas expressões no segundo capítulo.

⁵⁴ ANSART, Pierre. “História e memória dos ressentimentos”. In BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p.19.

⁵⁵ FERRO, Marc. *O ressentimento na História: compreender o nosso tempo*. Lisboa: Teorema, 2009, p.191.

A experiência de voltar a viver a ferida do passado é mais forte que a vontade de esquecer. E assim a existência do ressentimento mostra como é artificial o corte entre o passado e o presente, que deste modo vivem um no outro, tornando-se o passado um presente mais presente que o presente. Transformação de que a História oferece muitos testemunhos.⁵⁶

E continua sua análise:

O ressentimento não é apanágio daqueles que no início identificávamos como vítimas: escravos, classes oprimidas, povos vencidos, etc. A investigação descobre que, simultânea ou alternadamente, o ressentimento pode afetar, inibir não apenas uma das partes em causa, mas as duas. O caso da reação que se segue a uma revolução é óbvio, mas os percursos deste tipo são múltiplos e variados. Esta reciprocidade, síncrona ou alternada, é um dos viveiros que lhe asseguram a perenidade. Devemos a Pierre Nora ter identificado estes lugares de memória, quer se trate da Escola ou da Igreja, da comemoração ou da celebração.⁵⁷

Na chave desse ressentimento, indicaremos possibilidades para o entendimento dos silêncios que envolvem as memórias sobre o personagem. Do lado dos militares, o ressentimento de ter visto um oficial-general sendo carregado nos ombros por praças “rebelados”. O ressentimento de ter como irmão de armas um almirante que se recusou a usar a força para reprimir uma rebelião de marinheiros e fuzileiros. Nas esquerdas, o ressentimento da derrota, do ego ferido em virtude das armas que não chegaram.⁵⁸

1.3 - Sujeitos e contextos

Na manhã do dia primeiro de abril de 1964, no Palácio da Guanabara, sede do governo estadual, o governador Carlos Lacerda desafiou um militar de alta patente das Forças Armadas fiel ao presidente João Goulart. Não era um general, um coronel, um major do Exército Brasileiro (EB), instituição que, em tese, teria o maior número de militares decididos a defender a qualquer preço o governo constitucional de João Goulart. Por uma cadeia de rádio, Lacerda, um dos líderes civis do golpe, proclamou:

‘O Palácio da Guanabara está sendo atacado, neste momento, por um bando de desesperados. Fuzileiros, deixem suas armas, porque vocês estão sendo tocados por um oficial inescrupuloso. Almirante Aragão! Almirante Aragão! Assassino, monstruoso! Incestuoso miserável. Deixe seus soldados e venha decidir comigo

⁵⁶ Ibidem, p.12.

⁵⁷ Ibidem, p.192.

⁵⁸ Para um maior aprofundamento do movimento dos marinheiros, cf. RODRIGUES, Flávio, op. cit., e ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo o leme a bombordo – marinheiros de ditadura civil-militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

essa parada. Almirante Aragão, não se aproxime porque eu te mato com o meu revólver!’⁵⁹

Esse episódio traz uma questão interessante: um almirante, sendo desafiado pelo rádio, passando a ideia de que era o único temido pelos civis e militares golpistas no Rio de Janeiro. Em inúmeras fontes, conforme demonstraremos em seguida, esse personagem foi aparecendo cada vez mais, a ponto de “duelar” em termos de espaços ocupados e participações significativas, com o famoso Anselmo, o presidente da Associação dos marinheiros de 1964 que ficou conhecido posteriormente como “cabo Anselmo”.⁶⁰

Já em 1964, a obra organizada por Alberto Dines, *Os idos de março e a queda em abril*,⁶¹ se tornou uma grande referência para entendermos como parte da imprensa interpretou e retratou aquele momento de turbulência política. Nas páginas finais do trabalho, encontramos uma imagem do almirante Aragão. A foto foi tirada na assembleia dos sargentos no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, o último encontro do governo Jango. Na imagem, Aragão, vestido de terno e gravata, voltado para a plateia, ergue o braço esquerdo e é aplaudido pelos presentes. No entanto, o que mais nos impressionou foi um trecho do texto que ilustra a fotografia: “ [...] o Almirante Aragão [...] repetiu seus espetáculos de ópera-bufa”.⁶² Agora, este personagem aparecia não somente como o que foi pronunciado por Carlos Lacerda – *assassino, incestuoso* – também era apontado como um ator, da pior categoria, de ópera-bufa, e não foi o único espetáculo, era uma repetição. Sobre o mesmo episódio, o ministro da Justiça de João Goulart, Abelardo Jurema, publicou em seu livro de memórias que naquela noite de 30 de março de 1964, somente o almirante Aragão o superou em aplausos.⁶³ Era mais uma informação instigante e que abria caminho para outras direções investigativas, afinal, aqueles aplausos deveriam ter algum significado.

Em outras imagens que dizem respeito aos turbulentos dias que antecederam o golpe civil-militar de 1964, Aragão é presença constante. No intervalo entre os dias 27 - fim da rebelião dos marinheiros – e 31 de março, não é difícil encontrarmos sua fotografia nos

⁵⁹ VILLA, Marco Antônio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004, p.220. Acrescentamos trechos dessa fala de Carlos Lacerda que está disponível em: http://www.franklinmartins.com.br/som_na_caixa_gravacao.php?titulo=lacerda-ameaca-matar-o-almirante-aragao-pronunciamento#. Consultado em 10 ago. 2009. Na realidade o ataque não ocorreu, o Governador Lacerda agiu com base em informações desconstruídas que transitavam naquele fatídico dia.

⁶⁰ José Anselmo dos Santos era marinheiro-de-primeira-classe em 1964. Presidente da AMFNB, foi elevado à condição de líder da rebelião dos marinheiros ocorrida poucos dias antes do golpe de 1964. Após o golpe foi expulso da Marinha e fez curso de guerrilha em Cuba. Em 1971 passou a colaborar com os órgãos da repressão e ficou conhecido como o maior traidor da esquerda armada no Brasil.

⁶¹ DINES, Alberto et al. *Os idos de março e a queda em abril*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

⁶² Ibidem. p. 361.

⁶³ JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira, 13: os últimos dias do Governo João Goulart*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964, p.172.

jornais e revistas semanais. Imagens nas quais o almirante *fuzileiro-naval* aparece dando autógrafos, posando ao lado dos marinheiros, visitando marujos feridos, ou surpreendentemente, carregado nos ombros como um herói.⁶⁴ Sua grande exposição midiática naqueles dias foi consequência direta de ter contrariado a decisão do ministro da Marinha, Sylvio Motta, de reprimir com o uso da força, a assembleia permanente dos marinheiros e fuzileiros navais no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara.⁶⁵

O ministro havia determinado a prisão de Aragão por insubordinação e o destituído do cargo de comandante-geral do CFN. Com a decisão do presidente João Goulart de atender as reivindicações dos marujos e a posse do almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues como ministro, Aragão reassumiu o comando e foi carregado nos ombros por um grupo de marinheiros libertados.

A força simbólica das imagens daqueles tumultuados dias resistiu ao tempo e a importância delas pode ser expressa pela constante reprodução das mesmas em diversas obras que retratam o contexto em tela, inclusive em publicações recentes, conforme já destacamos.⁶⁶ Agora, ele não era apenas o desafeto de Lacerda, nem o *ator de ópera-bufa*. Ele apareceu como um líder, com tratamento de herói, carregado nos ombros, dando autógrafos. Por que ele foi tão reverenciado por marinheiros e fuzileiros rebeldes e tão indesejado por setores da sociedade, como nos exemplos da classe política representada por Lacerda?

Para responder a essas questões, entendemos ser necessário compreendermos como ele apareceu nas memórias dos diversos personagens que vivenciaram o período do golpe e a instalação da ditadura no Brasil, tanto das direitas, quanto das esquerdas. Passados alguns anos daqueles acontecimentos, já era possível perceber as nuances, variações e fugas nas construções memoriais. Logo de início, ninguém menos que Carlos Lacerda, o mesmo que o desafiou pelo rádio em 1964. Em depoimento transformado em livro e publicado em 1978, declarou que:

⁶⁴ Algumas dessas imagens estão no jornal *O Globo*, 28 mar. 1964, capa; e jornal *Última Hora*, 30 mar. 1964, caderno 1, p. 02 e Edição Vespertina, p. 02.

⁶⁵ Durante os dias 25, 26 e 27 de março de 1964, marinheiros e fuzileiros navais pertencentes à Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) ficaram em assembleia permanente no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, para onde foram comemorar o aniversário de dois anos da Associação. Em virtude de o ministro da Marinha não reconhecer oficialmente a entidade e ter mandado prender toda a diretoria dias antes, o episódio ganhou notoriedade da imprensa e o presidente João Goulart foi obrigado a negociar com os marinheiros e a classe política uma saída pacífica. Sua decisão de não reprimir o movimento foi entendida pela oposição e parte da sociedade conservadora como a permissão da quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas. Ver RODRIGUES, Flávio L. op. cit. CAPITANI, Avelino. *A Rebelião dos marinheiros*: Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997. ALMEIDA, Anderson, op. cit.

⁶⁶ Para essas referências, ver: GASPARI, Elio. op. cit, 2002, p.99; RODRIGUES, Flávio L. op. cit, p.125; e BASTOS, Paulo M. op. cit, 2006, p.264.

O Almirante Aragão tinha um profundo ressentimento em relação aos demais almirantes, porque ele era o único que vinha de fuzileiro e se considerava, por isso, uma espécie de proletário tolerado pela burguesia. E, vamos dizer a verdade, ela (sic) não era muito admitido no Almirantado nem tomado muito a sério, até por condições de sua vida pessoal.⁶⁷

Passados quatorze anos do duelo que não houve, Lacerda parece não ter preservado em suas memórias o ódio que expressou no dia do golpe. Pelo contrário, ele deu destaque a um possível preconceito que almirantes tinham em relação ao seu antigo adversário.

Em outra fonte ligada às *direitas*, o general Carlos de Meira Matos, em entrevista publicada no livro *Visões do Golpe: a memória militar de 1964* mencionou indiretamente o almirante Aragão. Ao se referir à Rebelião dos marinheiros, Meira Matos ressaltou que: “Um almirante de esquerda que ficou ao lado deles, foi carregado em triunfo pelas ruas. Carregaram como se fosse santo em andor. Ah, o brasileiro esquece de tudo, mas tudo isso está fotografado (...)”.⁶⁸ Os autores do livro incluíram uma nota de rodapé esclarecendo que o *almirante de esquerda* citado, se tratava de Aragão. Na mesma obra, o general Enio dos Santos Pinheiro lembrou que “(...) houve aquela passeata em que tinha um comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, comandante Aragão, que saiu pelas ruas com os soldados. Enfim, eram bandoleiros, não eram mais soldados, não eram mais coisa nenhuma”.⁶⁹

Esses episódios foram tratados por esses militares como símbolos da quebra de hierarquia e considerados decisivos para que um grande número de militares resolvesse apoiar a derrubada do presidente João Goulart.⁷⁰ Como forma de ilustrar essas opiniões, emblemáticas são as palavras de Olympio Mourão Filho, o general que partiu com as tropas de Minas Gerais dando início efetivo ao processo golpista. Relatando um diálogo que teve no dia 27 de março de 1964 com o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, Mourão Filho rememorou:

(...) os marinheiros foram soltos, o Cabo Anselmo é o líder da Marinha, o *Aragão é bicho papão* e a Marinha está completamente desmoralizada (...). Não acha que agora é o momento impossível de ser adiado? Ele me respondeu: ‘Impossível de ser adiado. Vamos para a luta’.⁷¹

O general Sílvio Frota lembrou Aragão como o homem que incomodava e ressaltou a imagem que guardou dele no contexto do golpe e nos anos seguintes do período da ditadura.

⁶⁷ PAIVA, Cláudio Lacerda (Org.). *Carlos Lacerda: depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p.284.

⁶⁸ Cf. D’ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p.107.

⁶⁹ Ibidem, p.198.

⁷⁰ Ibidem, p.13.

⁷¹ MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978, p. 358. O grifo é meu.

Homem que confunde prestígio com promiscuidade, foi conduzido nos ombros da marinhagem, degradando as Forças Armadas, numa manifestação grotesca de populismo (...). Após a Revolução de 1964, expulso da Marinha e banido pelo Ato Institucional, não descansou em suas investidas e conspirações contra o governo revolucionário. Vagueava pelo norte da América do Sul, sendo assinalada sua presença várias vezes na Venezuela e na República da Guiana, procurando conseguir bases para operar com guerrilhas no território de Roraima (...). Era por tudo isso, *um homem que incomodava* (...).⁷²

Ainda na linha dos oficiais do Exército Brasileiro, mesmo aqueles eram oficiais subalternos e intermediários à época, ficou o retrato de um personagem controverso. O general-de-brigada Euclydes Bueno Filho sentenciou: ‘registro do almirante Aragão, notório comunista, que costumava aparecer abraçado com marinheiros, uma promiscuidade total!’⁷³

No mesmo sentido, o general Acrísio Figueira lembrou:

‘[...] o almirante Aragão optava por dar golpes fatais na hierarquia e na disciplina. Isso tudo para nós, tenentes e capitães, era inconcebível. Como é que um almirante fardado se deixava carregar nos ombros por marinheiros em impressionante baderna? Era uma inversão total de tudo que havíamos aprendido na vida militar’.⁷⁴

Dessa forma, percebe-se que jornalistas, políticos e militares do Exército não esqueceram Aragão. Quer preservando a mesma “fotografia” de 1964, ou reconstruindo, ressignificando e oferecendo nova interpretação sobre ele, o *silêncio* não é a tônica. A maioria o mantém do lado inimigo, o dos *esquerdistas*, que em pouco tempo iriam “entregar o Brasil aos soviéticos”, “fazer do Brasil uma nova Cuba”, “acabar com as igrejas e a família”, “exterminar as propriedades privadas”, “pintar a bandeira do Brasil de vermelho”, jargões muito eficientes do discurso anticomunista e com forte penetração social nas décadas de 1950-1960.⁷⁵ Para esses, a quebra da hierarquia militar era o sinal que a subversão social estava em marcha.

Um almirante nos ombros de soldados e marinheiros era inaceitável, incompreensível e incompatível com a visão de mundo não só de militares, como também da grande parte conservadora da sociedade, que o diga o editorial do *Jornal do Brasil* de 29 de março de

⁷²FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p.583-584.

⁷³MOTTA, Aricildes de Moraes (Coordenação Geral). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, t.9, p. 87, citado em ATASSIO, Aline Prado. *A batalha pela memória: os militares e o Golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2007, p.86.

⁷⁴MOTTA, Aricildes, ibidem, tomo 14, p. 137. Cf. ATASSIO, Aline, idem.

⁷⁵Para um maior aprofundamento sobre o anticomunismo, ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

1964, conclamando que as Forças Armadas, e particularmente o Exército, deveriam agir pelo restabelecimento da legalidade e do estado de direito que, segundo o jornal, haviam sido afrontados no *episódio dos marinheiros*.⁷⁶ Ou seja, um sonoro chamamento ao golpe.

1.4 - As visões de bombordo⁷⁷

Nas visões das esquerdas, a figura de Aragão aparece bem mais diversificada e com uma maior dinâmica. Vários olhares, distintos retratos, mesmo entre aqueles que, em tese, teriam uma imagem mais simpática desse sujeito histórico. Segundo Paulo de Mello Bastos, que em 1964 fazia parte do secretariado do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores):

o almirante Aragão, homem de pouca cultura que falava muito e agia pouco, se desgastou com a crise [rebelião dos marinheiros], perdendo o acesso ao paiol de munições do Arsenal de Marinha (...). Havia entendimentos para, em caso de golpe, ele fornecer armas aos ferroviários da Leopoldina (...).⁷⁸

Em outra obra, Mello Bastos relembrou que “o almirante Cândido Aragão, brizolista, que ficou conhecido como o ‘*Almirante Vermelho*’, era comandante dos fuzileiros navais e apoiou abertamente o levante [dos marinheiros]”.⁷⁹ Na opinião de Hércules Corrêa, deputado comunista e importante quadro do CGT em 1964, Aragão “era um *boquirroto*, botava pra quebrar. (...) também no exílio no Uruguai o Aragão sempre falou mais do que fez. E na hora de conseguir as armas para reagir ao golpe confessou não ter acesso ao paiol”.⁸⁰ Outra voz que se junta a esse coro, é a do editor Enio Silveira, que em 1964 fazia parte do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI). Em entrevista concedida a Dênis de Moraes, ele afirmou ter tido uma conversa com Aragão na qual o militar teria dito, caso houvesse um golpe da direita, que: ‘Em menos de meia hora eu tomo a cidade, arraso o Palácio Guanabara’.⁸¹ Enio Silveira sentenciou ainda que “o Aragão, na hora do golpe, *correu pelas ruas como um doido*. Um homem que com bravatas falhou completamente”.⁸²

⁷⁶ Cf. NETTO, Araújo. “A paisagem”. In: DINES, Alberto et al. *ibid.* p.59. Voltaremos a esse editorial no Segundo capítulo.

⁷⁷ *Bombordo*, na linguagem marinha, é o lado esquerdo a embarcação para quem olha da popa (parte de trás do navio) para a proa (frente do navio).

⁷⁸ BASTOS, Paulo M. *Salvo-conduto: um voo para a história*. Rio de Janeiro: Família Bastos, 2003, p.104.

⁷⁹ BASTOS, Paulo M. *op. cit.*, 2006, p.220. O grifo é meu.

⁸⁰ Entrevista de Hércules Corrêa a Paulo de Mello Bastos. *Ibidem*, p. 266. O grifo é meu.

⁸¹ Cf. MORAES, Denis de. *A esquerda e o golpe de 64*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1989, p.192.

⁸² *Idem*. O grifo é meu. MORAES, Dênis. *op. cit.*, p. 163. O livro de Dênis de Moraes, publicado em 1989, ou seja, no contexto da aprovação da Constituição de 1988, é uma espécie de busca de explicações para as causas da derrota das esquerdas em 1964. Contando com inúmeros entrevistados que perderam o jogo em 1964, a exemplo de Francisco Julião, Francisco Teixeira, Neiva Moreira, Luís Carlos Prestes e Leonel Brizola, Dênis utilizou o

Outro personagem que responsabilizou Aragão por uma falsa ideia de que era possível resistir ao golpe, é ninguém menos que Luiz Carlos Prestes. Perguntado por Dênis de Moraes se ele seria o autor da declaração na qual se afirmou que *os golpistas teriam suas cabeças cortadas*, caso ocorresse o golpe, Prestes esquivou-se: ‘O Almirante Aragão é que prometia cortar a cabeça dos golpistas que se levantassem contra o governo’.⁸³

Esses últimos depoimentos trazem uma conexão com o pronunciamento de Carlos Lacerda no dia do golpe. Havia, sem dúvida, esperança das esquerdas e o temor das direitas, de que os fuzileiros navais resistissem ao golpe. E não era só isso, vários segmentos, dentre os setores sociais que apoiavam Jango, esperaram as armas do almirante Aragão.

Além dos sindicatos, temos referências de estudantes que citaram essa angústia de ter esperado as armas que não apareceram. Um exemplo dos mais emblemáticos está na obra memorial de Fernando Gabeira, *O que é isso Companheiro?* Esse livro retrata outro Aragão, o almirante da esperança. Nele, Aragão é título de capítulo: *Fica conosco, Aragão*.⁸⁴ Em linguagem literária, Gabeira escreveu que: “Todos esperavam que Aragão fosse atacar o Palácio Guanabara (...). Aragão esperava uma ordem do presidente, você [marinheiro Antônio Duarte] esperava uma ordem do Aragão e o tempo ia passando perigosamente”.⁸⁵ Em seguida, Gabeira reflete: “De que adiantaria um ataque ao Palácio Guanabara? Se Aragão o ordenasse, os oficiais tinham condições de sabotá-lo de mil maneiras”.⁸⁶ Nas memórias de Vladimir Palmeira, estudante de direito em 1964 e líder estudantil em 1968, o mesmo tom dos que esperaram por Aragão: “Eu fiquei na minha escola [Faculdade Nacional de Direito] esperando as armas que o Almirante Aragão iria mandar. Mas não chegou nada (...)”.⁸⁷

Nas lembranças do brigadeiro Francisco Teixeira, que antes da criação da Força Aérea Brasileira (FAB) havia sido oficial da Marinha, destaca-se uma pequena explicação sobre o que era o Corpo de Fuzileiros Navais à época e sua opinião de como a Marinha “cuidava” de Aragão:

seguinte subtítulo: “as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões”. Nesse sentido, a exemplo do que já tinha feito Paulo Schilling, com os dois volumes de “Como se coloca a direita no poder”, publicados em 1979 e 1981, respectivamente, o momento era propício para as publicações que tentavam contribuir para exorcizar o fantasma do fracasso das esquerdas atingidas pelo golpe. Nessa mesma linha, ratificando uma espécie de *boom* editorial sobre os derrotados, há a publicação de Hélio Silva, já citada nesse trabalho, intitulada “A vez e a voz dos vencidos: militares X militares”, não coincidentemente, publicada no emblemático ano de 1988.

⁸³ Ibidem, p.261-262. A declaração teria sido feita por Luís Carlos Prestes no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no dia 27 de março de 1964.

⁸⁴ GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* 18ª ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1980, p. 15.

⁸⁵ Ibidem, p.18.

⁸⁶ Ibidem, p. 19.

⁸⁷ Disponível em: <http://historia.abril.ig.com.br/gente/entrevista-vladimir-pereira-476699.shtml>. Acesso em 25 ago. 2009.

[O CFN] Era uma infantaria de Marinha, a que a Marinha não dava muita importância. Nos Estados Unidos é poderosíssima, tem vários almirantes e tal. Posteriormente, no Brasil, criaram o quadro de fuzileiros, e hoje o oficial fuzileiro é igual aos outros e tira o curso na Escola Naval.

O Aragão era malvisto na Marinha, malvisto, e sobretudo porque era de origem humilde, meio mulato, de cor, e a Marinha tem um preconceito desgraçado! Mas ele cresceu politicamente [...].⁸⁸

Sobre a atuação do almirante paraibano, Teixeira - integrante do chamado dispositivo militar do governo Jango e muito próximo a Aragão no contexto do golpe – indica a percepção sobre Aragão entre as esquerdas naquele contexto e demonstra como depois o quadro mudou, sublinhando que a atuação do almirante fuzileiro teria prejudicado as esquerdas:

O auge dele foi no período do Jango, em que chegou a comandante do Corpo de Fuzileiros Navais. Chegou porque era o mais antigo dos oficiais do Corpo de Fuzileiros. E tinha força, promovia almirantes... Ele não usava de discrição: passava por cima dos ministros da Marinha e ia diretamente ao Jango, influía na promoção de almirantes... Assim foi fazendo a sua... O homem da Marinha era o Aragão. (...) Então ele tinha muita força política junto às esquerdas, junto a essa coisa toda. Esse é o quadro do Aragão. Agora, nos prejudicou muito, a meu ver, num balanço, e até me comprometeu.⁸⁹

Ainda na linha das memórias de *bombordo*, o brizolista Paulo Schilling lembrou que Aragão era chamado de *almirante do povo*, “porque tinha vindo de baixo, da tropa, não passando pelo organismo bitolador elitista e reacionário da Escola Naval”.⁹⁰ Segundo Schilling, os Fuzileiros Navais, “era uma das poucas tropas em que o governo podia depositar confiança total para enfrentar o golpe da direita na Guanabara. Sucedia que Aragão era o último comando vinculado ao esquema de Brizola (...)”.⁹¹

Contrariando essa afirmação de que Aragão era brizolista, Vito Giannotti o apontou como membro da direção do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1964,⁹² questão que abordaremos ao longo da tese. Já Caio Navarro de Toledo, percebendo as várias versões existentes sobre o perfil político de Aragão, preferiu citar as duas referências: “Na passeata dos marinheiros que comemoravam o indulto presidencial aos revoltosos, Cândido Aragão,

⁸⁸ TEIXEIRA, Francisco. *Francisco Teixeira (depoimento, 1983/1984)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992, p. 251. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista102.pdf>. Acesso em 27 jan. 2012.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder, vol. 2: os acontecimentos*. São Paulo: Global Editora, 1981, p.61. A Escola Naval, situada no Rio de Janeiro, é responsável pela formação dos oficiais da Marinha do Brasil. Só os oriundos dessa instituição podem alcançar o posto máximo na carreira da Marinha em tempo de paz, que é almirante de esquadra.

⁹¹ Idem, p.71.

⁹² GIANNOTTI, Vito. *História dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: NPC/ Mauad X, 2007, p.176.

conhecido por *almirante vermelho* ou *almirante do povo*, foi carregado em triunfo”.⁹³ A impressão que temos depois dessas referências, é que ficou na memória de setores das esquerdas, certa responsabilidade do almirante Aragão por não ter havido uma resistência ao golpe, embora o chefe do chamado “dispositivo militar” em 1964 fosse o general Assis Brasil.

A derrota das esquerdas em 1964 contribuiu para o ostracismo que envolve a trajetória do almirante Aragão. Ficaram as refregas das memórias, pelejas. Memórias divididas. E a memória institucional da Marinha também entra em cena, participa, constrói seus *lugares*, seus monumentos. Recria o passado, inventa um futuro, numa guerra inacabada. Que história contar para os soldados que não viveram o momento? Que história contar para militares que não gostam de História, ignoram histórias, mas adoram as glórias?

1.5 - Um cisne vermelho? Aragão e a memória institucional

Já destaquei como o almirante paraibano foi “relembrado” pela Marinha por ocasião das comemorações dos duzentos anos do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN). Nossa estratégia aqui é tentar levantar alguns aspectos do tratamento memorial dado a Aragão na Marinha, e entender como a instituição à qual pertenceu cuidou historicamente da existência de um personagem tão “desvirtuado” em seus quadros, desafinado com a trajetória conservadora, aristocrática e elitista daquela instituição.⁹⁴

A primeira obra oficial sobre a história do CFN que tivemos acesso, diz respeito a um livreto datilografado de 1974 com o título “Histórico do Corpo de Fuzileiros Navais”. Com apresentação escrita pelo vice-almirante Roberval Pizarro Marques, comandante-geral, o livreto já era um sinal de que Aragão era uma *ovelha indesejada* na história dos fuzileiros navais. Em um trecho dedicado ao período em questão, uma passagem nos chamou a atenção:

Já em 1963, Oficiais Fuzileiros Navais assinaram um *memorial* proclamando ostensivamente o repúdio da Corporação ante a investidura no cargo de

⁹³ TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: o golpe contra as reformas e a democracia”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p.75. O grifo é meu.

⁹⁴ O general Gustavo Moraes Rego Reis destacou que existia na Marinha um grupo de almirantes ‘linha dura’. Estes eram caracterizados por um ‘inarredável preconceito contra as duas outras Forças [Armadas] e em particular contra o Exército (...)’. Cf. D’ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso. op. cit. p. 55. Em pesquisa de campo realizada por Celso Castro na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), órgão responsável por formar os oficiais do Exército, alguns cadetes relataram que o ‘espírito militar’ da Marinha era mais elitista, aristocrático e até racista, em comparação com o Exército. Cf. CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p.98.

Comandante-Geral, de *elemento indigno* de sequer vestir a farda dos Combatentes Anfíbios da Marinha.⁹⁵

Essa citação nos fornece o primeiro indício de como o alto comando dos Fuzileiros Navais, dez anos após os acontecimentos, via o almirante Aragão. Ele era um “elemento indigno”, mas sem nome, não se menciona o seu nome em nenhum momento da pequena obra. Essa foi a tônica que encontramos ao longo de nossa pesquisa inicial, que a partir desse momento foi direcionada para um periódico do CFN, intitulado *O Anfíbio*.⁹⁶ Esse periódico, de publicação anual, além de trazer questões relacionadas à estratégia militar, organizacionais e tecnológicas, esporadicamente traz aspectos que dizem respeito à história dessa peculiar organização militar. Entrevistas com comandantes veteranos compõem uma seção do periódico intitulada Projeto Memória.

Em *O Anfíbio*, o tratamento que encontramos foi o mesmo do livreto de 1974. A citação destacada acima foi disciplinarmente reproduzida, sem alterações, em sucessivas “edições especiais”, destacando-se as de 1974, 1981, 1988.⁹⁷ Mas foi em outra fonte que encontramos um sinal significativo que o silêncio sobre Aragão era algo muito mais forte do que um simples desprezo, muito mais que um mero mal-estar contra um passado incômodo, que não deveria ser lembrado e exposto para as atuais gerações de oficiais e praças fuzileiros navais.

Em 1997, antecedendo em dez anos o livro que citamos no início do capítulo, o comando-geral do Corpo de Fuzileiros Navais publicou o primeiro livro fotográfico, só lançado no ano seguinte, para celebrar o aniversário de 190 anos da instituição.⁹⁸ Neste livro, Aragão não havia sido incluído no álbum. O curioso é que naquele ano ele ainda estava vivo, mas a instituição já o eliminara de sua história. Nesse sentido, fica claro que sua ausência em 2008 não era uma questão de descuido, de esquecimento, um lapso de memória. Era sim um silêncio comandado, ordenado.

⁹⁵MARQUES, Roberval Pizarro (Apresentação). *Histórico do Corpo de Fuzileiros Navais* (livreto). Rio de Janeiro, 1974, p.56. Os grifos são meus.

⁹⁶ Como órgão de divulgação do Corpo de Fuzileiros Navais, a primeira revista foi editada em setembro de 1939 com o nome “O Naval”, circulando até 1943. Em março de 1954, surgiu o primeiro jornal dos fuzileiros, denominado “O Anfíbio”, publicado até 1977. A partir de 1961, iniciou-se a edição da Revista dos Fuzileiros Navais, “O Anfíbio”, em circulação até hoje. Cf. *O Anfíbio*, nº26, ano XXVII, 2008, sumário. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/cgcfndownloads/oanfibia/actual/oanfibia.pdf>. Acesso em 11 jun. 2011.

⁹⁷ Disponíveis em: https://www.mar.mil.br/cgcfndownloads/oanfibia/index_oanfibia.htm. Acesso em 11 jun. 2009.

⁹⁸Na história oficial do Corpo de Fuzileiros Navais, a data 07 de março de 1808 – chegada da família real portuguesa ao Brasil – é retratada como o marco inicial dessa instituição no Brasil. Cf. MARQUES, op. cit. 1974, p.04.



(Álbum histórico do Corpo de Fuzileiros Navais, 1998.⁹⁹ Entre o sexto e o sétimo oficial deveria constar a imagem de Cândido da Costa Aragão.)

No período compreendido entre as duas publicações, mais precisamente em 2005, o almirante Carlos Augusto Costa publicou uma obra onde pretendeu abordar a trajetória da instituição. No livro, o nome de Aragão aparece em uma tabela dos ex-comandantes, e uma legenda informa que foi o único oriundo do Corpo de Praças.¹⁰⁰ Seria um sinal de que o *ressentimento* havia passado? Parece que não.

Três anos depois, em 2008, nas comemorações dos 200 anos da chegada da corte portuguesa ao Brasil além do já citado livro fotográfico, mais duas publicações oficiais trataram da história dos fuzileiros navais brasileiros. Uma direcionada aos jovens dos ensinos médio e fundamental, e a outra, uma nova edição de *O Anfíbio*. Na revista, mais uma reprodução literal do texto de 1974.¹⁰¹ Preservou-se o mesmo “elemento indigno”, sem revelar quem era.

⁹⁹ FUZILEIROS NAVAIS : *combatentes anfíbios do Brasil*. Rio de Janeiro: Action, 1998.

¹⁰⁰ COSTA, Carlos Augusto. *Fuzileiros Navais: da praia de Caiena às ruas do Haiti*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2005, p. 79. Os praças são militares que vão da graduação de soldado ou marinheiro a sub-tenente ou sub-oficial.

¹⁰¹ REVISTA *O Anfíbio*, nº26, ano XXVII, 2008, p.45. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/cgcfm/downloads/oanfibia/Atual/oanfibia.pdf>. Acesso em 11 jun. 2011.

A terceira e última obra nos trouxe uma surpresa. Pela primeira vez, em pesquisa realizada em publicações do CFN, não encontramos um trabalho destinado somente aos leitores da *caserna*. Com o título *Os fuzileiros navais na história do Brasil*, o livro foi ilustrado com figuras e traços juvenis. Apesar de a obra ser assinada por uma pesquisadora civil, Alba Carneiro Bielinski, na realidade foi uma encomenda institucional. O brasão oficial do CFN está presente na capa.¹⁰² Seria uma espécie de “historiadora da casa”, na expressão de Pollak.¹⁰³ O interessante é que a obra rompeu o silêncio da instituição a respeito de Aragão. Nas linhas que tratam da queda do Presidente João Goulart, a abordagem foi feita da seguinte forma:

Entre o final de 1963 e o início de 1964, recrudesceram no Brasil ações que vinham sendo fomentadas para a construção de um caos institucional. Nas Forças Armadas, a ação esquerdista vinha sendo gradativamente elaborada, visando à quebra da hierarquia e da disciplina – pilares do militarismo -, e o consequente esfacelamento dessas instituições, esteios da segurança e da soberania nacional.

O Presidente da República contava com as forças sindicais comunistas e com alguns grupos militares influenciados pela esquerda, sob a liderança do general Assis Brasil e do Almirante Cândido da Costa Aragão, Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais no período de 6 de dezembro de 1963 a 31 de março de 1964 (...).¹⁰⁴

Pela primeira vez, em quarenta e cinco anos, o nome de Aragão foi lembrado com certa profundidade em uma publicação oficial do CFN. E a referência a ele não se limitou a essa passagem. Nas páginas seguintes, Bielinski reproduziu um manifesto de oficiais da Marinha, publicado no jornal *Tribuna da Imprensa*, de 10 de novembro de 1963, onde protestavam contra a nomeação do almirante Aragão para o cargo de comandante-geral. Segundo a autora, esse protesto era um sinal da preocupação dos oficiais com o destino da nação.

[...] A Marinha de Guerra do Brasil foi surpreendida com a exoneração intempestiva do Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais e a nomeação de novo comandante. [...] Seu passado, excluído da Marinha Brasileira, *por não ter idoneidade moral*, seus *processos criminais*, suas *aventuras no campo da política partidária*, seus *tráficos de influência* e, principalmente, suas atitudes como Comandante da Guarnição do Quartel Central do Corpo de Fuzileiros, *cortejando subalternos*, minando a disciplina, corrompendo, fazem do Almirante Cândido da Costa Aragão o menos indicado dos componentes da nossa tradicional corporação, o Corpo de Fuzileiros Navais, para comandá-lo. [...] E, se amanhã, a cortina negra (sic) do arbítrio, caracterizada pelo golpe de Estado, descer sobre o Brasil, que não

¹⁰² BIELINSKI, Alba Carneiro. *Os fuzileiros navais na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Agência 2ª Comunicação, 2008.

¹⁰³ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, vol.2, n.03. Rio de Janeiro, 1989, p.10. Versão eletrônica disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>. Consultado em 21 fev. 2012.

¹⁰⁴ BIELINSKI, Alba. op. cit, p. 109.

se diga que todos concordaram e, silenciosos, caminharam cabisbaixos para o tenebroso desconhecido [...].¹⁰⁵

Todo o silêncio da instituição, durante esses 45 anos, fora motivado por essas questões presentes nesse protesto e pela atuação de Aragão na defesa do presidente João Goulart.¹⁰⁶ Para a Marinha, o problema não foi só ter sido carregado nos ombros por marinheiros e fuzileiros rebeldes em 1964. Tinha algo muito mais forte no passado [processos criminais, atuação política, tráficos de influência, cortejador de subalternos...], um passado reproduzido literalmente em 2008, um passado-presente. O Aragão que emerge desse livro é o mesmo de 1963. O silêncio não era esquecimento. Era lembrança, uma indesejável lembrança.

Entre os oficiais do Corpo da Armada, setor da Marinha de maior prestígio e influência, as lembranças sobre Aragão convergem e assemelham-se às dos oficiais fuzileiros. Em depoimento concedido a pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDoc/FGV), o almirante Ângelo Nolasco de Almeida, que foi ministro da Marinha entre junho de 1961 e setembro de 1962, relembrou alguns momentos tensos relacionados a Aragão:

[...] Cândido Aragão era unha e carne com Brizola. E um dia lá ia haver uma reunião qualquer, o Aragão esteve lá no Ministério e eu disse: Aragão, não se meta em política, não quero a Marinha envolvida em política, cuidado com esses movimentos políticos aí, etc. Qual foi no dia seguinte o Aragão vai ao tal negócio do Brizola, pede a palavra e faz discurso político... Não era um caso de prisão minha porque eu era o ministro; ele estava subordinado ao comando geral do Corpo de Fuzileiros. E então eu vi aquilo, um oficial me informou, trouxe a notícia do jornal e eu telefonei para o comandante geral do Corpo de Fuzileiros e disse a ele: ‘Ó Bustamante, você já teve notícia das declarações do almirante Aragão?’ Não, não... “Pois então leia.” E disse a ele: Olha, você vê se é caso de prisão, hem? (...) Você ouve o Aragão - porque todo mundo tem que ser ouvido- e vê o que tem que fazer. Ele depois me telefonou e disse: Olha, eu já falei com o Aragão, realmente li, e ele confirmou tudo etc. e eu vou prender ele por cinco dias. Eu disse: Aragão não, é pouco. Cinco dias é pouco. Almirante tem que dar exemplo. (...) Então o Aragão foi preso por dez dias a bordo do Custódio de Melo. Comeu os dez dias de prisão rigorosa lá. E não chiou e ficou preso mesmo. E como ele era unha e carne com o Brizola e ele parece que tinha relações lá com o presidente da

¹⁰⁵ Ibidem, p.113. Os grifos são meus.

¹⁰⁶ É difícil afirmar que essa reaparição de Aragão como o *indesejável* na Marinha foi uma decisão apenas da autora. No período 2004-2008 aconteceram inúmeros lançamentos de livros sobre os 40 anos do Golpe e a passagem das quatro décadas do ano rebelde de 1968. As universidades organizaram eventos e debateram esses acontecimentos. Documentários, livros de memórias e jornais de grande circulação levaram o debate para a sociedade. No campo político, com a sucessão de Fernando Henrique Cardoso pelo sindicalista Luís Inácio Lula da Silva em 2003, houve prosseguimento da tentativa de apuração dos crimes cometidos no período da ditadura. Nesse sentido, trazer Aragão de volta, pode ter sido uma estratégia institucional para mostrar outra versão aos militares da ativa que não viveram o período em discussão. Para livros e documentários lançados nesse quadriênio, ver bibliografia. Cf. ALMEIDA, Anderson, op. cit.

República, com o Jango Goulart, eu então comuniquei a ele o caso desagradável [...].¹⁰⁷

Na sequência do depoimento, Nolasco de Almeida demonstra claramente sua percepção do sujeito Aragão e da presença do mesmo no alto escalão da Marinha.

O Aragão não podia ser oficial-general, mas foi oficial general no governo do Juscelino, por que o nosso ministro, que era o Matoso Maia, não teve coragem de dizer ao Juscelino que não assinava um decreto daqueles. O único mérito do Aragão foi ter partido de soldado e, através de uma série de..., a permanência no coisa, inteligente etc. foi galgando uma série de promoções e chegou a capitão-de-mar-guerra. Mas não podia nunca ser um oficial-general. (...) Um oficial que tinha sido transferido para a reserva com inquérito de saques sem fundos, de letra promissória sem pagar... todo sujo na vida particular. Depois, esses negócios vão para a justiça, passam-se os anos e acaba voltando outra vez. Porque aquilo tudo é apagado, aquele troço todo é anulado e o sujeito volta para a Marinha (...). Mas todos nós estamos sabendo quem é aquela figura. E no entanto nós fizemos desse oficial um oficial-general. Com grande tristeza para todos nós.¹⁰⁸

É importante ressaltar nessa passagem, que o almirante da Armada, mesmo não simpatizando com Aragão e tendo feito graves acusações de ordem moral e pessoal – algo comum nas memórias oponentes –,¹⁰⁹ destacou um aspecto invisível nas memórias dos oficiais que se opunham a Aragão: a inteligência. Porém, o que sobressai mesmo em suas lembranças é o tom melancólico; a mágoa do ministro que não impediu a chegada de Aragão a almirante. O ressentimento coletivo do “todos nós sabemos quem é aquela figura, (...) nós fizemos desse oficial um oficial-general. Com grande tristeza para todos nós”.

No entanto, nas memórias dos marinheiros e fuzileiros que se rebelaram em 1964, diferente das esquerdas e dos militares, o almirante paraibano tem seu lugar. No álbum dos que foram expulsos e perseguidos pela Marinha e que também ficaram à margem dos lugares de memória de setores das esquerdas, Aragão tem seu lugar. A fala do fuzileiro-naval Paulo Novaes Coutinho ilustra bem essa nossa afirmação:

O almirante Aragão foi um homem muito importante. Foi meu comandante-geral. O almirante Aragão valorizava o soldado. Muitos o discriminavam porque ele veio da Paraíba com os pés descalços, como trabalhador braçal, adentrou à Marinha como voluntário e chegou a almirante (...). O presidente da República passou por cima do almirantado, que é um centro miserável do conservadorismo no país, e o elegeu almirante. E a pequinesa desse Conselho do Almirantado é tão grande que pela importância que o almirante Aragão ganhou como representante da nossa raça, como

¹⁰⁷ ALMEIDA, Ângelo Nolasco. *Ângelo Nolasco de Almeida (depoimento, 1986)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1990, p.60. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista29.pdf>. Acesso em 07 fev. 2012.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 518.

¹⁰⁹ Na pesquisa que fiz sobre os marinheiros de 1964, percebi que é comum oficiais da Marinha e setores conservadores da sociedade fazerem acusações de ordem pessoal e moral contra militantes das esquerdas.

representante dos nossos miscigenados e indígenas do Nordeste, galgou o almirantado.¹¹⁰

O marinheiro Raimundo Porfírio Costa, também guarda em suas memórias uma imagem muito entusiasmada do almirante Aragão. Porfírio, presidente do Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania (MODAC), nos forneceu o seguinte relato: “Aragão era um mulato que veio para o CFN com 14 anos de idade e ficou como faxineiro, varrendo quartel até completar a idade de ingressar no CFN (...). Aragão era superdotado, ele era um sujeito com uma inteligência fora do comum (...)”.¹¹¹

Dessa maneira, o Aragão, silenciado e preservado pela Marinha como o *indigno*, sem *idoneidade moral*, aparece nas memórias do fuzileiro Coutinho como um exemplo a ser seguido. O Aragão, *homem de pouca cultura, bravateiro* e que *correu como um doido*, como aparece nas memórias de Mello Bastos e de Ênio Silveira, foi retratado pelo marinheiro Porfírio com um *superdotado*, com uma *inteligência fora do comum*. São memórias que guardam em si disputas, conflitos, negociações. Nem sempre as divergências estão em pólos opostos, comumente aparecem dentro das próprias esquerdas. Frequentemente as opiniões convergem nas memórias teoricamente opostas, como é o caso de Paulo Schilling e de Carlos Lacerda. Ambos ressaltaram o preconceito sofrido por Aragão na Marinha.¹¹²

As lembranças e silêncios sobre Aragão mostram como as memórias são construídas e reconstruídas sempre a partir do presente. Nesse longo percurso de idas e vindas, de rotas e derrotas,¹¹³ de passados-presentes e presentes-futuros, indivíduos e coletividade, sujeitos e instituições apresentam suas “verdades”, em uma refrega sem fim. As memórias sobre Aragão são um bom exemplo nesse sentido. Em 1961, um livro memorial publicado por um oficial da Marinha, o situava entre os notáveis da instituição e incluiu seu nome entre aqueles que cresceram mais, que se distinguiram pela inteligência, pela capacidade de trabalho e também pela sorte “com que os favoreceu a Providência”.¹¹⁴ Dois anos depois, o memorial dos oficiais contrários à sua nomeação já ia apresentar outra imagem. Em virtude de suas ligações políticas com Leonel Brizola, por se recusar a reprimir a Rebelião dos marinheiros e ter ficado ao lado do presidente João Goulart, teve sua imagem apagada da memória institucional.

¹¹⁰ Entrevista de Paulo Novaes Coutinho ao autor. Rio de Janeiro, 09 de nov. 2008.

¹¹¹ Entrevista de Raimundo Porfírio Costa ao autor. Rio de Janeiro, 20 de mai. 2009.

¹¹² Retomarei essa questão no preconceito em momentos seguintes dessa pesquisa.

¹¹³ Na linguagem marinheira, *derrota* não está necessariamente associada a fracassos. Ela pode ser apenas uma mudança na rota, ou até mesmo o caminho de volta ao porto de origem. Por exemplo, a Canção do Marinheiro - Cisne Branco - traz esse sentido de volta para casa: “dada por finda nossa derrota, temos cumprido nossa missão”.

¹¹⁴ SILVA, Manoel Caetano. *Histórias de fuzileiros navais brasileiros: subsídios para a história do corpo de fuzileiros navais*. 1ª ed. Guanabara: Folha Carioca Editora, 1961, p.65.

Embora não haja fonte que assegure seu envolvimento ou filiação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), comumente é lembrado como o *almirante vermelho*.

1.6 – A gestão memorial

A gestão da memória envolve o processo de articulação entre agentes, referenciais e conteúdos. Nesse sentido, torna-se fundamental “identificar os agentes ativos e passivos, como também as práticas de construção de memória. Em termos conceituais destaca-se a formulação de Pierre Nora, sobre os lugares de memória”¹¹⁵ como sendo àquela que consegue dar conta a essa articulação. Ainda sobre os lugares de memória, ressalta-se a ideia de que podem ser entendidos como “pontos de condensação, de sentido material, simbólico e funcional”.¹¹⁶ Aqui, ao analisarmos essa gestão memorial da Marinha, não devemos esquecer o processo seletivo no qual esta se desenvolve, através das indagações comuns aos processos de construções memoriais: O que se lembra? Como se lembra e, por que se lembra?

Está implícita nessas questões a dimensão política da memória. Categorias como *dever de memória*,¹¹⁷ que envolve estado, sociedade e instituições; e *lugares de memória*, entrelaçam-se numa refrega que gesta inúmeros objetos de pesquisa.

Na análise de Fernando Catroga, é necessário termos a devida compreensão de que “a memória nunca se desenvolverá no interior dos sujeitos, ela precisa de suportes materiais, sociais e simbólicos de memórias”.¹¹⁸ Dessa forma, entendo que os livros de fotografias dos fuzileiros navais além de terem essa dimensão de suporte memorial, também podem ser entendidos como um *lugar de memória*. Para Michael Pollak, devemos compreender que

a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das representações do passado que se quer salvaguardar, se integra (...) em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. [incluo aqui as Forças Armadas]. A gestão, nas memórias, silêncios e ressentimentos, visa ainda manter a coesão interna e defender

¹¹⁵ MENESES, Ulpiano Bezerra de. “História, cativa da memória: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”. In *Revista Instituto Brasileiro*, SP, 34: 9-24, 1992, e NORA, Pierre. “Entre memória e História: a problemática dos lugares”. In *Projeto-História*, PUC, SP, (10), dez. 1993, trad. Yara Aun Khoury, p. 7-28, citados em MAUAD, Ana Maria. “Memória, comunidade e identidade social.” (Textos discutidos no curso de Pós-Graduação Lato-Sensu em História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense, 2008-2009).

¹¹⁶ MAUAD, Ana M. *idem*, p.03.

¹¹⁷ Para uma reflexão sobre o conceito, ver HEYMANN, Luciana Quillet. “O devoir de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos”. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 15-43.

¹¹⁸ CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001, p.23.

as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum (...). Isso significa fornecer um quadro de referências e pontos de referência.¹¹⁹

Ainda tendo as memórias como objeto, analisei se essa gestão memorial por parte da Marinha em relação a Aragão tinha alguma eficiência no presente. Nesse sentido, fiz do meu convívio institucional, como músico do CFN,¹²⁰ um laboratório de pesquisa e realizei várias entrevistas e disponibilizei formulários para colegas de trabalho. Entre os que responderam, selecionei militares ainda na ativa, todos praças, que haviam ingressado na instituição desde os anos 1970 até 2010. Nesse grupo, inseri soldados recém-incorporados, cabos, sargentos e suboficiais. O questionário era bem simples, com uma única pergunta: Sobre qual desses personagens você já ouviu falar? Na sequência relacionei: almirante Tamandaré, almirante Barroso, almirante Aragão, “cabo” Anselmo, marinheiro João Cândido e marinheiro Marcílio Dias.

Dos quarenta e oito que responderam o questionário, apenas dois disseram ter ouvido falar de Aragão. Não coincidentemente os que tinham ingressado entre 1978 e 1979. Entretanto, não conseguiram dar detalhes sobre o mesmo. Entre os mais jovens, cabos e sargentos dos anos 1980 e 1990, perguntaram-me se era alguma “pegadinha” ter colocado os nomes de Anselmo e Aragão na relação, pois nunca tinham ouvido falar. Todos marcaram as opções Tamandaré, Barroso e Marcílio Dias e ainda deram detalhes. Esses acertos não foram gratuitos, pois esses militares são justamente os mais festejados e lembrados anualmente nas cerimônias militares da Marinha.

Os almirantes Tamandaré¹²¹ e Barroso¹²² são homenageados com bustos, monumentos, avenidas, praças e até cidades espalhadas pelo país. Já Marcílio Dias,

¹¹⁹POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, vol.2, n.03. Rio de Janeiro, 1989, p.09.

¹²⁰No período compreendido entre 1996 e 2010 fui aprendiz-marinheiro, grumete, marinheiro e sargento músico do Corpo de Fuzileiros Navais. Nessa última graduação participei de várias homenagens a almirantes falecidos, cerimônias comemorativas e vivenciei *in loco* o silêncio da Marinha sobre o período da ditadura. Convivi com militares que haviam ingressado no final dos anos 1960 e nas décadas de 1970-2000. Nos hospitais e ambulatórios da Marinha - enquanto aguardam o chamado do médico para a consulta -, não era e não é difícil encontrar senhores de cabelos brancos, saudosos da “Revolução”. Assim, tive contato com várias gerações (no sentido etário) e suas percepções sobre o passado recente da instituição e do país.

¹²¹Joaquim Marques Lisboa, o almirante Tamandaré, era natural do Rio Grande do Sul. Ingressou na Academia dos Guardas-Marinhas, mas abandonou-a em 1824, com a deflagração, em Pernambuco, da revolução que precederia a Confederação do Equador, para participar dos combates sob o comando de Lord Cochrane. Retornou em seguida à Academia e logo depois, em 1826, graças à recomendação do almirante Taylor, foi efetivado como segundo-tenente e removido para as guerras do sul. Teve atuação destacada em todas as ações importantes da Marinha no plano interno, como o levante da setembrada, em 1831, e os motins do ano seguinte em prol da restauração de D. Pedro I, em Pernambuco; a cabanagem, em 1835-1836, no Pará; a sabinada, em 1837, na Bahia; a revolução farroupilha, em 1838, no Rio Grande do Sul. Designado comandante da divisão naval do Rio da Prata em 1849, logo adoeceu e deixou o posto. Em 1852 foi nomeado capitão do porto do Rio de Janeiro; em 1854, inspetor do Arsenal de Marinha da corte e, no mesmo ano, foi promovido a chefe-de-esquadra. Chegou a vice-almirante em 1856. Na visita de D. Pedro II às províncias do norte, em 1859, Joaquim Marques

marinheiro imperial que combateu na Guerra do Paraguai, foi homenageado com seu nome no principal hospital da Marinha, localizado no Rio de Janeiro. Já João Cândido também não foi lembrado pelos mais jovens, principalmente os soldados, todos ingressos nesse século. Sobre os esquecidos, Anselmo e Aragão, constata-se a eficiência da política de gestão memorial da Marinha. Se a intenção era silenciar e ocultar aspectos indesejáveis para os atuais militares, o objetivo foi atingido.

Sobre essa *gestão* das memórias, faz-se necessário compreendermos que este tipo de operação memorial não deixa de ter sua função. Como bem ressaltou Pollak, “a referência do passado serve para manter a coesão social dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”.¹²³ Entretanto, como bem advertiu Daniel Aarão Reis, ao analisar questões que envolvem História e memória:

[...] em História, quando ainda desenrolam os enfrentamentos nos terrenos de luta, ou mal se encerram, o sangue ainda fresco dos feridos, e os mortos sem sepultura, já se desencadeiam as batalhas de memória. Nelas os vitoriosos no terreno haverão de se desdobrar para garantir os troféus conquistados. E a vitória que fora sua, no campo de luta, poderão perdê-la na memória da sociedade que imaginavam subjugada. Porque o tempo dá voltas inesperadas. Os derrotados de ontem, na luta aberta, podem ser os vitoriosos de amanhã, na memória coletiva. Nas batalhas de memória, o jogo nunca está definitivamente disputado, as areias são sempre movediças e os pontos considerados ganhos podem ser subitamente perdidos.¹²⁴

Lisboa comandou a esquadra que conduziu o imperador. Comandante das forças navais do Prata em 1864, ordenou o bloqueio do rio Uruguai e ocupou os portos de Salto, no Uruguai, e Paissandu PR, de onde desceu para Montevideu, então sob o poder do general Venâncio Flores, aliado do Brasil. Ao irromper a guerra da Tríplice Aliança, determinou o bloqueio do rio Paraguai. Assistiu, em companhia de D. Pedro II, à rendição de Uruguaiana em 1865. Promovido a almirante em 1867, exonerou-se do comando da esquadra. Ao completar oitenta anos, recebeu o título de conde e, em 1888, o de marquês. Grande amigo de D. Pedro II, na proclamação da república entristeceu-se com a deposição do monarca, de quem foi despedir-se no caminho para o exílio. Dois meses depois pediu reforma, mas permaneceu no cargo de ministro do Supremo Tribunal Militar, do qual exonerou-se poucos dias antes de morrer, no Rio de Janeiro, em 20 de março de 1897. Foi posteriormente declarado patrono da Marinha. No dia de seu nascimento, 13 de dezembro, comemora-se o dia do marinheiro. Informações disponíveis em: <http://www.mar.mil.br/5dn/vultos/tamandare.htm>. Acesso em 27 mar. 2012.

¹²² Francisco Manuel Barroso da Silva ficou conhecido na história brasileira como *almirante Barroso*. Português de nascimento tornou-se brasileiro por força da Constituição imperial de 1824. Completou o curso na Academia de Marinha do Rio de Janeiro e, entre 1826 e 1828, participou com destaque dos combates navais travados durante a guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata. Também atuou no Grão-Pará, na luta contra a Cabanagem, distinguindo-se na retomada aos rebeldes da povoação de Igarapé-Mirim, em 1836. Durante a Guerra do Paraguai (também chamada de Guerra da Tríplice Aliança), comandou a divisão naval que apoiou a reconquista de Corrientes, em 1865. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/biografias/almirante-barroso.jhtm>. Acesso em 25 abr. 2012.

¹²³ POLLAK., Michael, op. cit., p.09.

¹²⁴ REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In _____, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo P. (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois: 1964-2004*. Bauru: Edusc, 2004, p. 30.

Se os silêncios da Marinha serão rompidos e a foto de Aragão terá lugar no álbum dos fuzileiros navais apenas o tempo irá dizer. Mas, até lá, fica a inegável constatação de que os *silêncios* raramente são *esquecimentos*, e que o período da ditadura no Brasil ainda guarda muitas histórias e memórias que precisam ser contadas, estudadas e analisadas. Muitos quadros ainda serão pintados! E a refrega continua... Vez ou outra ele reaparece.

Em tese defendida em 2010, Cláudio Beserra Vasconcelos, que pesquisou detalhadamente a política repressiva aplicada a militares no período ditatorial, nos forneceu algumas informações que servirão de ponto de partida para nossa próxima travessia.¹²⁵ De acordo com o autor, para os órgãos de segurança Aragão era um homem-chave no dispositivo militar de João Goulart.

Além disso, era acusado de ser ativo participante de reuniões subversivas nas quais se faziam presentes outros militares e líderes sindicais, de manter ligações com políticos e personalidades da esquerda, como Leonel Brizola e Francisco Mangabeira e de procurar corromper a tropa de fuzileiros navais.¹²⁶

Essas acusações às quais se referiu Vasconcelos estão bem ilustradas no parecer do procurador geral da Justiça Militar Eraldo Gueiros Leite, que acatou todas as denúncias contra Aragão e endossou os pedidos de condenação nos vários processos nos quais o almirante foi réu após o golpe.

É sem dúvida o maior responsável, entre quantos foram trazidos, com esta ação, à barra do Egrégio Tribunal Militar. Com efeito, a Denúncia, ao fazer a apreciação dos fatos que agasalham o comportamento ilícito deste acusado, lhe dá especial destaque, não apenas pelo seu posto de Contra-Almirante, mas, particularmente pela ação que desenvolveu no Comando dos Fuzileiros Navais. Ligado à Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, desde sua criação, o Contra-Almirante Aragão se vinculou decididamente às atividades dos seus associados, todos praças, **como se fora um deles**, com desprezo total às prerrogativas do seu alto posto que dele exigia conduta bem diversa daquela que adotava, perseguindo uma liderança política que lhe desse condições para tomar uma posição de destaque no comando das forças de subversão que ameaçavam fazer ruir a nossa estrutura política e social, como homem de esquerda que é.¹²⁷

E continua...

Em verdade, esses os propósitos que o animavam, muito mal embuçados sob o rótulo de luta por uma melhor assistência social às praças e maiores reivindicações

¹²⁵ VASCONCELOS, Cláudio Beserra. *A política repressiva aplicada a militares após o Golpe de 1964*. Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Rio de Janeiro, 2010, p.211-212.

¹²⁶ Ibid, p.211-212.

¹²⁷ Unicamp, AEL, BNM, 028, folhas 2805-2809. Ver também LEITE, Eraldo Gueiros. *Pareceres e Julgados*. Vol. 1. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1975, p.172-178.

da classe. Tanto assim, que as provas carreadas para os autos informam das ligações íntimas da Associação dos Fuzileiros Navais, com a CGT e UNE, organizações civis de marcadas tendências subversivas, empenhadas na mudança do nosso regime. Este acusado, considerado o “homem-chave” do dispositivo militar que prestigiava a subversão no governo João Goulart, dizia abertamente que “desejaria ser Brizola se não fosse Aragão”. Assim, possuído e empolgado da ideia de liderança, incitava por todos os meios e processos aos seus subordinados, intoxicando-os, para deles dispor a qualquer momento que se lhe oferecesse a oportunidade de se mostrar forte com a Associação dos Marinheiros a ficar com o Ministro.¹²⁸

Nas enfáticas palavras do procurador, que soam como sentença condenatória, vários aspectos de caráter político-ideológico, psicológico e sociológico do comportamento de Aragão. A afirmação de que o almirante teria se relacionado com os praças “*como se fora um deles*” e ainda, “com desprezo total às prerrogativas dos seu alto posto que dele exigia conduta bem diversa (...)”, demonstra como o almirante paraibano quebrou práticas e rompeu normas cristalizadas dentro da Marinha e assustou as elites. O desvio de conduta custaria caro.

Seriam essas as razões para o sumiço de seu quadro e para a ausência de honras em seu funeral?

¹²⁸ Idem.

CAPÍTULO II

DE SOLDADO PARAIBANO A ALMIRANTE NACIONALISTA

A biografia de um rei, ou de um general, não se confunde com a história dos acontecimentos em que um e outro se envolveram. Mas é difícil manter-se a distinção.¹²⁹

Philippe Levillain

A trajetória militar do soldado Cândido até tornar-se o almirante Aragão confunde-se com a do próprio destacamento do qual participou na Marinha – o Corpo de Fuzileiros Navais. Alternando momentos de conflitos e de calma, de guerra e de paz, enfrentaram preconceitos, tiveram que superar desconfianças e adversidades. Não seria possível prever nas cartas náuticas como seria o porto de destino ou, até mesmo, se chegariam a algum. Em diversos momentos do século passado, as biografias de ambos, de Aragão e do CFN se cruzaram em distintas marés, em diferentes portos. Em outros, se afastam, distanciam-se. Ele vira naufrago. O CFN o resgata, torna-se o comandante e as águas voltam-se a se agitar. Não se tornaria um herói. Os heróis não lhe quiseram. Para eles, Aragão não era digno de ser um *farol de longo alcance*. Por quê?

2.1 - Corpo de Fuzileiros Navais: apontamentos históricos

O CFN é institucionalmente vinculado à Marinha de Guerra do Brasil, porém com objetivos, tradições e fins estratégicos bem específicos. Em alguns países é comumente citado como uma quarta Força Armada, a exemplo do *Marines Corps*, nos Estados Unidos. Conhecida como *a força que vem do mar*, seus componentes são chamados de *combatentes anfíbios* e possuem status de tropa de elite em relação a militares “comuns” das demais Forças

¹²⁹ LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003, p.146.

Armadas.¹³⁰ Esse tipo de corporação ganhou notoriedade dos analistas militares após a Segunda Guerra Mundial quando do êxito da operação militar dos aliados na região da Normandia, França, em junho de 1944. A operação anfíbia teria sido decisiva para a reconquista de Paris, que estava sob domínio alemão desde 1940.¹³¹

Não existe uma bibliografia acadêmica sobre o histórico dos fuzileiros navais brasileiros. As principais fontes sobre o passado dessa peculiar corporação são os livros e textos publicados por almirantes e oficiais que pertenceram ou pertencem ao Corpo. Os historiadores oficiais e memorialistas da casa evocam um passado glorioso e vitorioso para servir como referência aos jovens oficiais e praças.

Com poucas variações, na história institucional, a origem do CFN é recontada a partir da Brigada Real da Marinha portuguesa, criada por D. Maria de Portugal em 1797.¹³² Segundo o almirante Carlos Augusto Costa,

(...) com a transferência de D. João VI e da corte portuguesa, ameaçada por Napoleão, para o Brasil, a Brigada Real da Marinha guarneceu os navios que aportaram no Rio de Janeiro em 1808. Tão logo desembarcou, a Brigada realizou um desfile, em 7 de março, tendo à frente suas bandas de música e marcial, trajando uniformes vistosos e executando dobrados vibrantes, sendo seguida pela população que aplaudia intensamente. Estabeleceu-se que essa data, 7 de março de 1808, fosse considerada como a criação do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) do Brasil.¹³³

Embora as referências históricas sejam de 1808, a atual dominação só se consolidou a partir de 1932, no governo de Getúlio Vargas, quando então a tropa anfíbia passou por uma profunda reestruturação. Antes disso, já havia sido chamada de Batalhão da Brigada Real de Marinha (1821); Batalhão de Artilharia da Marinha do Rio de Janeiro (1822); Imperial Brigada de Artilharia da Marinha (1826); Corpo de Artilharia da Marinha (1827); Corpo de Fuzileiros Navais (1847); Batalhão Naval (1852); Corpo de Infantaria da Marinha (1895); Batalhão Naval (1908); e Regimento Naval (1924) permanecendo até 1932 quando voltou a ser Corpo de Fuzileiros Navais, denominação que perdura até os dias atuais.¹³⁴

Essas mudanças por quais passou a tropa dos soldados-marinheiros, muitas vezes foram provocadas pela conjuntura política de cada momento histórico. Dessa forma, podemos identificar que a mudança ocorrida em 1822 foi em virtude da Independência do Brasil -

¹³⁰ Cada Força possui seus homens de “elite”. No Exército Brasileiro os mais conhecidos são os pára-quedistas e na Força Aérea os Pára-Sar. Na Marinha, os comandos anfíbios e mergulhadores de combate.

¹³¹ Também chamada de Desembarque da Normandia ou “Operação Overlord” ocorreu em 06 de junho de 1944 e envolveu pára-quedistas, intenso bombardeio aéreo antes do desembarque das tropas anfíbias.

¹³² COSTA, Almirante Carlos Augusto. *Fuzileiros Navais: da praia da Caiena às ruas do Haiti*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2005, p.11.

¹³³ Idem.

¹³⁴ Ibidem, p.12.

assim a tropa não poderia continuar como Brigada Real de Portugal -, e no período compreendido entre 1893 e início de 1895, já na Primeira República, o então Batalhão Naval deixou de existir em virtude da adesão de oficiais da corporação à Revolta da Armada.¹³⁵

Sobre essa breve interrupção na história da corporação, o tenente Manoel Caetano Silva, em um trabalho memorial, publicou que fuzileiros aderiram à Revolta e que “houve deserção em massa da parte deles, e a tanto chegou, que, por causa disso, foram praticamente extintos”.¹³⁶

Em 1895 a reativação veio com o nome de Corpo de Infantaria da Marinha e um efetivo estipulado em 400 militares.¹³⁷ Nova reformulação aconteceu em 1908, quando voltou a chamar-se Batalhão Naval. Em 1910, outro acontecimento abalou a corporação dos soldados-marinheiros. Dias após a Revolta da Chibata¹³⁸ - na qual centenas de marinheiros de diversos navios da esquadra, sob a liderança do marinheiro João Cândido, se revoltaram contra castigos corporais e por melhores condições de trabalho na Marinha de Guerra - houve uma Revolta no Batalhão Naval.

A interpretação mais recorrente sobre a Revolta do Batalhão Naval¹³⁹ trata o episódio como uma simples provocação por parte do governo com o objetivo de decretar estado de sítio e burlar a anistia concedida aos marinheiros que se revoltaram dias antes. No entanto, de acordo com Silva,¹⁴⁰ contemporâneo de militares que testemunharam aquele levante, vários fuzileiros confirmaram a versão segundo a qual aquela revolta teria acontecido pelo seguinte motivo:

(...) ao término da revolta da Esquadra, espalhou-se entre eles [os fuzileiros] o boato de que os castigos corporais tinham sido abolidos, apenas, para os marinheiros, e que eles continuariam sendo castigados do mesmo modo. Em vista disso, os fuzileiros teriam se arrependido de não haverem aderido à revolta no tempo oportuno, e para se verem livres, também, dos castigos, sublevaram-se.¹⁴¹

¹³⁶ SILVA, Manoel Caetano. *Histórias de fuzileiros navais brasileiros*. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora, 1961, p.29.

¹³⁷ MARQUES, Roberval Pizarro (Apres.). *Histórico do Corpo de Fuzileiros Navais*. Rio de Janeiro: CFN, 1974, p.31.

¹³⁸ Ver NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Faperj/ Mauad X, 2008.

¹³⁹ Para um maior aprofundamento sobre as versões existentes, Cf, NASCIMENTO, *ibid*, 219-246. A chamada Revolta da Chibata e Revolta do Batalhão Naval são dois momentos de um mesmo processo rebelde envolvendo marinheiros e fuzileiros navais. A proximidade nas datas; a Marinha como o centro convulsionado e a presença de alguns processados nos dois movimentos, tornam-nos, comumente, o mesmo objeto de pesquisa. Sobre a segunda Revolta ainda precisamos de uma pesquisa mais densa.

¹⁴⁰ SILVA, Manoel Caetano, *op. cit.* p. 30.

¹⁴¹ *Idem*.

Nessa nova refrega, “o Batalhão Naval ficou só e, sendo um alvo fixo, não foi difícil destruí-lo”.¹⁴² Nas palavras de Alba Bielinski, “a Fortaleza de São José foi intensamente bombardeada e sofreu severos danos”.¹⁴³ No dia 10 de dezembro houve a rendição dos revoltosos, deixando um saldo de 26 mortos. O comandante do levante foi o sargento Jesuíno Leme de Carvalho, conhecido entre os fuzileiros como “Piaba”.¹⁴⁴ Com a vitória do governo, que usou o Exército para bombardear os navais, foi decretado estado de sítio. Na análise de Nascimento, “com esse instrumento, o governo do Marechal Hermes da Fonseca pôde então agir com toda a liberdade para destruir qualquer foco de rebeldia na Armada. Começou, assim, a perseguição a todos os marinheiros e soldados suspeitos”.¹⁴⁵

Segundo Álvaro Pereira do Nascimento,¹⁴⁶ a repressão começou no dia seguinte ao fim do levante no Batalhão Naval. Assim que pôs os pés em terra, João Cândido, que recebera a anistia do governo, foi preso sob a acusação de ter manobrado o navio *Minas Gerais*. Assim como ele, “centenas de outros começavam a ser presos e a lotar a Casa de Detenção, quartéis do Exército e da polícia, assim como o presídio da Ilha das Cobras”.¹⁴⁷ Outros tantos foram deportados para o Pará. Mas, a viagem terminou no Acre, “onde foram oferecidos para o trabalho nos seringais e na abertura da ferrovia Madeira-Mamoré”.¹⁴⁸ Ainda durante aquela viagem, marinheiros foram fuzilados sob acusação de estarem tramando uma revolta a bordo do navio.¹⁴⁹

Entre os que ficaram no Rio de Janeiro, cerca de 210 prisioneiros na Ilha das Cobras, sendo que 18 na mesma cela, insalubre e sem ventilação, nas instalações subterrâneas do Batalhão Naval. Dias antes do natal de 1910, as notícias nos jornais dão conta da morte de 16 militares que estavam na mesma cela. Entre os dois sobreviventes, João Cândido, que seria enviado dias depois para o Hospital de Alienados com sinais de loucura, segundo os oficiais, e retornaria nos meses seguintes para a Ilha das Cobras, onde cumpriu mais dois anos de pena até ser julgado definitivamente, ao lado dos demais companheiros e líderes do movimento Francisco Dias Martins e Gregório Nascimento, quando foram absolvidos dos processos criminais, mas foram expulsos da Marinha.¹⁵⁰

¹⁴² NASCIMENTO, Álvaro P. op. cit., p.63.

¹⁴³ BIELINSKI, Alba C. op. cit., p.84.

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ NASCIMENTO, Álvaro P. op. cit. 63.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Ibidem, p.67.

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Ibidem, p.71. Posteriormente, em 1964, João Cândido aparecerá em uma Assembleia de Marinheiros, carregado como herói, fruto do resgate de sua história que já vinha desde 1959, quando o jornalista Edmar Morel lançou o livro *A Revoltada Chibata*, obra que se tornou clássica para a compreensão dos acontecimentos de

Já o processo da Revolta do Batalhão Naval considerou culpados 93 militares e mesmo os absolvidos foram expulsos da instituição por mau comportamento.¹⁵¹ Essa Revolta marcou definitivamente várias gerações de fuzileiros navais. Sobre o impacto do episódio nos anos seguintes, Silva escreveu:

O quartel dos soldados de infantaria da Marinha, que tinha sido ocupado por tropas do Exército após o desfecho sangrento do belicoso episódio que abalou violentamente os fuzileiros até as suas raízes e os modificou, vetusto e altaneiro, situado no cimo da sua histórica Ilha, fora inteiramente remodelado, pois que sofrera estragos consideráveis (...). A lembrança dos mortos perturbava os sobreviventes que pareciam ouvir, ainda, na inquietação das noites mal dormidas, os gemidos e as lamentações de dor dos companheiros moribundos. Eram visões do passado, de um passado pouco distante, que lhes acudiam à memória e lhes reproduziam na retina o que tinham visto e teriam suportado horrores. O velho quartel lembrava em cada pedra do seu pátio e em cada polegada do seu recinto a epopeia dos desesperados, que culminara com a extinção quase completa de mais uma geração de Fuzileiros Navais.¹⁵²

Essa passagem na história do CFN constitui-se um dos momentos mais difíceis para a instituição. Certamente não ergueram busto em homenagem a algum rebelde, entretanto, a exemplo dos marinheiros, os fuzileiros nunca mais foram castigados com a chibata. Esses acontecimentos na Marinha ocorreram poucos dias após a posse do presidente Hermes da Fonseca, oficial do Exército que havia sido ministro da guerra no governo Afonso Pena (1906-1909). Sendo o primeiro militar eleito à presidência através de um pleito nacional, seria uma questão de honra para o presidente punir os revoltosos da Armada e do Batalhão Naval, como também “reconstruir” a própria Marinha.

Era necessário reorganizar a tropa, agora sem o artifício dos castigos corporais. Depois da sedição de 1910 os fuzileiros foram instalados na Ilha do Governador em um longo processo de reestruturação que demoraria praticamente três anos até que retornassem à Ilha das Cobras, em 1913.¹⁵³ Seis anos depois do retorno às instalações históricas, o Batalhão Naval contava com um efetivo de 660 militares.¹⁵⁴ Mas esse número passava por constantes

1910. O movimento dos marinheiros de 1964 será analisado com mais destaque no capítulo 3 dessa tese. Há de se ressaltar, que sobre o Golpe de 1964, João Cândido, em depoimento que faz parte do acervo do Museu da Imagem e do Som, prestado em 1968, demonstrou toda sua ligação com a vida militar e com seu pensamento patriótico, e declarou que o movimento dos fardados de 1964, era ‘um movimento de salvação pública (...) porque na minha opinião eles estão trabalhando (...), se não fizerem tudo, farão o que puderem. Esse movimento, sede bem vindo, que foi um movimento de salvação pública. (...) Eu quero, eu quero ver é um o Brasil bom, grande, forte, defendendo os seus, dando fartura aos seus (...). Cf. NETO, João Miguel Arias. “João Cândido 1919-1968: *arqueologia* de um depoimento sobre a Revolta dos Marinheiros”. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/JoaoCandido1910-1968.pdf>. Acesso em 20 jun. 2013.

¹⁵¹ MARQUES, Roberval P. op. cit., p.36.

¹⁵² SILVA, Manoel C. op. cit., p.33. Atualizei a ortografia.

¹⁵³ Ibidem p.31.

¹⁵⁴ Ibidem, p.34.

variações, acompanhando os turbulentos acontecimentos políticos que sacudiam o país na Primeira República. Dessa forma, o movimento dos tenentes em 1922, também lembrado pelo episódio da Marcha dos Dezoito do Forte, atingiu a estrutura física e administrativa dos fuzileiros navais.

De acordo com Lanna Júnior, essa Marcha correspondeu ao desfecho do levante no Forte de Copacabana, o “epicentro de uma série de outros movimentos ocorridos no Distrito Federal – na Vila Militar, na Escola Militar do Realengo, no Forte do Vigia e no 1º Batalhão de Engenharia – em Niterói e no Mato Grosso”.¹⁵⁵ Foram bombardeados alguns alvos estratégicos, entre eles a Ilha das Cobras - sede do Batalhão Naval -, e o Depósito Naval. Especificamente sobre os fuzileiros navais, no período dessa revolta – 5 a 8 de julho – foram destacados para guarnecer postos no Palácio do Catete com o objetivo de proteger o presidente Epitácio Pessoa de um possível ataque dos revoltosos. Com sua sede bombardeada mais uma vez, o Batalhão Naval teve um saldo de três fuzileiros mortos e tantos outros feridos.¹⁵⁶

As interpretações sobre o levante dos militares do Exército explicitam um momento marcante da participação de oficiais subalternos na política nacional. Pregando contra o “coronelismo”, as farsas eleitorais e em favor da diversificação da economia, do desenvolvimento industrial, entre outras coisas, os *Dezoito do Forte* simbolizavam os anseios da classe média emergente em participar das decisões políticas do país, então concentradas a oligarquias regionais e nacionais. É bom destacar que o movimento, analisado de uma forma mais ampla com os que vão ocorrer posteriormente em 1924 (São Paulo, Mato Grosso, Amazonas, Sergipe, Rio de Janeiro e Pará); e a Coluna Prestes, incitou investigações aprofundadas sobre a participação dos militares e das Forças Armadas na política, como também da crise institucional que abalou a Primeira República. Ressalta-se que 1922 também foi o ano da Semana de Arte Moderna e da criação do Partido Comunista Brasileiro.¹⁵⁷

Sobre o movimento paulista, em julho 1924, um contingente de fuzileiros navais formado por praças das armas de artilharia e infantaria embarcou no *encouraçado* Minas Gerais e combateu com a Força Pública de São Paulo e bombardearam pontos estratégicos, como quartéis e estações ferroviárias.¹⁵⁸ No mesmo ano, militares que aderiram ao movimento tenentista tomaram o navio *São Paulo* e dominaram a guarnição. Inicialmente

¹⁵⁵ JÚNIOR, Mário C. M. Lanna. “Tenentismo e crises políticas na Primeira República”. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.317, vol.1.

¹⁵⁶ Cf. BIELINSKI, op. cit., p. 87.

¹⁵⁷ JÚNIOR, Mário C. M. op. cit., p.346.

¹⁵⁸ SILVA, Manoel C. op. cit., p. 88-89; BIELINSKI, p. 89.

cogitaram bombardear o Palácio do Catete, mas decidiram abandonar a Guanabara e foram para o Sul do país. Lá, em função de diversos problemas, inclusive com dificuldade de controlar marinheiros e oficiais presos, os rebeldes decidiram partir para o exílio em Montevideu e ‘posteriormente engajaram-se na [chamada] revolução gaúcha’.¹⁵⁹

Constata-se, dessa forma, que não só o Exército disputava espaço político como representante das camadas médias da sociedade. Havia também na Marinha grupos que discutiam e buscavam participar da vida política brasileira. Certamente, integrantes da mais antiga das Forças Armadas não queriam ser apenas expectadores naqueles anos de crise da Primeira República. Quer combatendo ao lado do governo ou aderindo à revoltas contra este, marinheiros e fuzileiros eram tocados e influenciados pelos acontecimentos da política.

Não foi coincidência uma nova reestruturação por qual passou o então Batalhão Naval, naquele ano de 1924. Embora algumas fontes relatem que o contingente anfíbio não passava de 600 militares,¹⁶⁰ no início daquele ano um decreto foi assinado pelo presidente Artur Bernardes autorizando o aumento do contingente para 1.500 homens através da criação do *Regimento Naval*.¹⁶¹ Bernardes estava sob pressão constante desde quando assumira em novembro de 1922. Em 1923 o movimento tenentista eclodiu no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, chegando a São Paulo no ano seguinte, conforme já relatamos. A tropa de fuzileiros navais, enviada a diversas cidades entre 1922 e 1924, tinha tradição legalista e de fidelidade aos chefes supremos, desde a época imperial.

O aumento de contingente e a nova estrutura transformariam os fuzileiros navais, nos anos seguintes, em outra corporação, com mais destaque e poder de fogo. Esse processo culminará em 1932 com a criação do Corpo de Fuzileiros Navais e dará início a uma nova fase político-estratégica aos soldados-marinheiros, que, algumas vezes, contrariará interesses do *Corpo da Armada*, divisão da Marinha responsável pelo comando dos navios e por indicar o maior número de almirantes. É nesse interstício, entre 1924 e 1932, que chegarão às fileiras do CFN centenas de migrantes nordestinos.

Até 1910 predominava nas fileiras dos fuzileiros grande número de militares recrutados na própria cidade sede, o Rio de Janeiro. Após os acontecimentos daquele ano, houve uma necessidade – tanto na Armada, quanto no Batalhão Naval – de buscar jovens em outras regiões de país, destacadamente no Norte e Nordeste. Era certeza dentro da instituição que os recrutados no RJ desertavam com grande frequência e levavam consigo uniformes e

¹⁵⁹ JÚNIOR, Mário C. M. op. cit., p.327. Para um aprofundamento sobre o movimento tenentista na Marinha, ver: CASCARDO, Francisco C. P. *O tenentismo na Marinha*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

¹⁶⁰ SILVA, Manoel C. op. cit., p.34-35.

¹⁶¹ BIELINSKI, Alba C. op. cit., p. 87.

objetos da Fazenda Nacional.¹⁶² Com isso, lembrou Silva, “os nortistas começaram a aparecer em grande quantidade, contratados como voluntários para servirem por três anos no Batalhão Naval. Muitos não ficavam porque não passavam na inspeção de saúde e nesse caso seriam recambiados às suas terras”.¹⁶³ Militares enviados aos diversos estados do Norte/Nordeste, faziam o chamamento em locais públicos e os candidatos, certamente impressionados com os vistosos uniformes e seduzidos pelas promessas de emprego, moradia e a possibilidade de ser autoridade, não demoravam a aparecer. Essa estratégia também era utilizada pelo Exército Brasileiro.

Sobre o aspecto organizacional, no início de 1924, o então *Regimento Naval* tinha nove companhias. Curiosamente, era uma corporação que não formava e não possuía seus próprios oficiais. O comando ficava a cargo de oficiais oriundos do Corpo da Armada, formados na Escola Naval. Também não possuía suboficiais e nem terceiros-sargentos. Nessa distribuição hierárquica os cabos-de-esquadra rapidamente eram promovidos a segundo-sargento, depois primeiro-sargento e, por fim, o chamado *Brigada*, ou sargento-ajudante, graduação ocupada por apenas um militar.¹⁶⁴

De acordo com Silva, “só havia uma espécie de especialistas, os Artilheiros. Os Escreventes e os Sinaleiros não tinham curso. Todos os serviços técnicos do Batalhão eram feitos por Suboficiais da Armada”.¹⁶⁵ Percebe-se aí a necessidade dessa subdivisão da Marinha de buscar o aperfeiçoamento dos meios humanos e materiais e tentar superar o estigma de uma corporação apenas de Guarda, mesmo que reclamassem e buscassem no passado a tradição de Tropa de Elite. E nesse sentido, o aperfeiçoamento das formas de recrutamento, formação e das regras de promoção e ascensão na carreira seriam de fundamental importância. O mesmo decreto que criara o *Regimento Naval* em 1924 possibilitou o surgimento do primeiro quadro de oficiais fuzileiros navais, os chamados *comissionados*.¹⁶⁶ Já sobre o recrutamento dos soldados, os “novos” fuzileiros deveriam ser alfabetizados e serem preparados para enfrentar os desafios que o país teria de superar. Entre tantos que viriam do Nordeste nos anos seguintes, um paraibano desembarcará no Rio de Janeiro e décadas depois estará circulando entre generais, políticos, intelectuais, jornalistas e grandes autoridades.

¹⁶² SILVA, Manoel C. op. cit., p.98.

¹⁶³ Ibidem, p. 98-99.

¹⁶⁴ SILVA, Manoel C. op. cit., p. 38.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ MARQUES, Roberval P. op. cit., p.38.

2.2 - Peguei um Ita no Norte!¹⁶⁷

Seca e Nordeste¹⁶⁸ sempre foram sinônimos? Apesar de difícil resposta, pode-se afirmar que pelo menos desde o século XVII os relatos dão conta de notícias de estiagens que assolavam o semiárido brasileiro. A região do atual estado da Paraíba foi atingida inúmeras vezes ao longo de sua história. Pelo menos seis grandes secas no século XVII, e sete fortes estiagens no século XVIII estão documentadas e publicadas em pesquisas acadêmicas, livros memoriais e romances, dentre outras fontes.¹⁶⁹ Já no Oitocentos, no período compreendido entre 1877-1879, a exemplo do que aconteceu em praticamente todo o Nordeste, a seca veio acompanhada de inúmeras doenças que acometeu milhares de paraibanos. Nos jornais, as notícias dão uma ideia do que ocorria naquela província em 1877:

‘cartas de amigos de diversas localidades da província asseveram-nos que continua a falta de chuvas no interior; que a seca vai se tornando cada vez mais devoradora e que os emigrantes dos sertões afluem quase diariamente nos brejos em número considerável (...) nenhuma esperança há mais de chuvas em nossos sertões, que estão ficando desertos. Os proprietários estão vendendo os seus gados nas feiras com prejuízos enormes para evitarem a perda total’.¹⁷⁰

No final do ano, o *Diário de Pernambuco* divulgou o número de flagelados em toda a região. Só na Paraíba, dizia-se que 400 mil pessoas haviam abandonado suas moradias deixando o pouco que tinham. Em todo o Nordeste, cerca de 2 milhões de moradores estavam

¹⁶⁷ Nome de uma canção de Dorival Caymmi, gravada em 1945, em alusão aos navios que levavam passageiros no sentido Norte/Nordeste-Sul/Suldeste e tinham seus nomes sempre iniciados com Ita (Itapé, Itanajé, Itaquatiara, etc). A expressão também deu nome a um samba-enredo da Escola de Samba Salgueiro, em 1993.

¹⁶⁸ Ressalto aqui que a categoria ou termo Nordeste só passou a ser empregado pelos órgãos estatais a partir do início do século XX. De acordo com Durval Muniz Albuquerque Júnior “O Nordeste, como todo recorte regional, é uma invenção humana, são os homens que criam e definem as fronteiras regionais ou nacionais. As regiões não estão inscritas na natureza e não existiram desde o começo dos tempos. Todo recorte regional, toda identidade espacial surgiu em um dado momento histórico, emergiu a partir das ações humanas, sejam elas motivadas por interesses econômicos, políticos, sociais, ideológicos, etc. Quando uso o termo invenção é para chamar atenção para o fato de que o recorte regional chamado Nordeste não existia até os primeiros anos do século XX. O Brasil costumava ser dividido, até então, em duas áreas: o Norte e o Sul. Entre o final da década de dez e a década de 1930 do século XX surgiu o conceito Nordeste, esta palavra passou a ser usada para nomear uma parte do antigo Norte, aquela área de ocorrência das secas e, por isso mesmo, definida como a área de atuação do IFOCS. A partir do aparecimento oficial da palavra Nordeste no documento que define a área de atuação deste órgão, este termo passou a ser usado por intelectuais e políticos, pelas elites sociais desta área para nomear um espaço que reunia os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Nos anos vinte o movimento regionalista e tradicionalista encabeçado por Gilberto Freyre e o Centro Regionalista por ele ideado trataram de dar a este conceito um conteúdo histórico, uma memória e uma pretensa tradição cultural. Disponível em: http://www.passeiweb.com/saiba_mais/atualidades/1247056069. Acesso em 30 jan. 2013. Para um maior aprofundamento, ver. ALBUQUERQUE, Durval M. A. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.

¹⁶⁹ Ver VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2001, p.18-19. Nesse trabalho, o autor cita grande número de fontes para o assunto em questão.

¹⁷⁰ *Jornal A Opinião*, mai. 1877. Citado em VILLA, Marco A. op. cit., p. 51-52.

nessa situação.¹⁷¹ Uma epidemia de varíola nos dois anos seguintes agravou a situação. Na então cidade da Paraíba, atual João Pessoa, o cirurgião-mor da Província relatou que os doentes eram levados ao hospital ‘anêmicos, inchados, paralíticos, ulcerados e fétidos, para não morrerem nas ruas e terem ao menos quem os amortalie e os carregue para o cemitério público’.¹⁷² Notícias de saques, assassinatos e atos violentos também eram comuns e agravava ainda mais a situação econômica da região. De acordo com Marco Antônio Villa:

Os flagelados não foram somente assolados apenas pela miséria, pela fome e pela perda de tudo que tinha adquirido em anos de árduo trabalho. Nos anos de 1877-1879 diversas vezes forças policiais cometeram atrocidades atacando os retirantes, saqueando casas e assassinando inocentes. Na Paraíba, o jornal *Areense* de 27 de outubro de 1877 revelou que uma semana antes, próximo à cidade de Areia, uma patrulha policial invadira a casa de um retirante vindo de Souza e surrara o chefe da família. Depois de invadir o quarto da menor Joana, ‘a solicita em presença da própria mãe da ofendida; e como ela não anuisse às suas solicitações, o sargento a conduziu para fora da casa e, empregando a força, a estuprou’.¹⁷³

Nos anos seguintes as cenas se repetiam. Com maior ou menor intensidade, as estiagens marcavam presença. Em 1898, já no Brasil República, o futuro político e escritor paraibano José Américo de Almeida, ainda criança, presenciou cenas tão fortes que passadas quase quatro décadas as relatou como ‘uma macabra procissão de múmias. (...) Depois de terem palmilhado os sertões longínquos, mortos de sede, de fome e de fadiga, ainda marchavam, caveirosos e arquejantes, atrás de um conforto inatingível’.¹⁷⁴

Na passagem para o século XX, a impressão é que nada de novo ocorria na região. O governo central, sediado no Rio de Janeiro, sinalizava com a tentativa de despovoar o semi-árido nordestino e enviar os migrantes para a Amazônia. Na mensagem presidencial enviada ao congresso às vésperas do novo milênio - em 1900 -, o presidente Campos Sales defendeu a proposta de ‘encaminhar a população da zona rural onde a seca se manifestou para regiões de outros estados que oferecessem condições para permitir utilizar a aptidão dos migrantes em trabalhos produtivos’.¹⁷⁵

Em contrapartida, as oligarquias regionais, continuavam a mandar seus filhos para o curso de Direito em Recife. Famílias tradicionais desde a época do Império – como os

¹⁷¹ *Jornal Diário de Pernambuco*, dez. 1877. Ibidem, p. 61.

¹⁷² VILLA, Marco A. op. cit., p. 73-74.

¹⁷³ Ibidem, p. 76.

¹⁷⁴ ALMEIDA, José Américo de. *A Parahyba e seus problemas*. Porto Alegre: Globo, 1937, p. 129-131, citado em VILLA, Marco A. op. cit., p. 92.

¹⁷⁵ Ibidem, p. 91.

Carneiro da Cunha, Monteiro da Franca, Albuquerque Maranhão,¹⁷⁶ ou os Nunes Viana, Lourenço Porto e Cavalcante de Albuquerque, proprietários de escravos na região de Campina Grande,¹⁷⁷ certamente não perdiam com as secas. Para essas elites, era possível obter algum ganho. Lúcia Ferreira, ao analisar as relações entre poder e as secas, sentenciou que:

A estrutura de poder na Paraíba nesse período segue as linhas mestras do Estado Oligárquico instituído no Brasil. Sendo uma das características do sistema oligárquico a utilização dos benefícios proporcionados pelo Estado à população como oferta da própria oligarquia, as nordestinas lançam mão de um rico veio que é a ajuda federal em tempos de calamidades públicas: as secas. A apropriação de verbas destinadas a atender os flagelados (gêneros alimentícios, medicamento, etc.) ou construção de obras para outros fins, remonta ao final do século XIX (...). Referindo-se a seca de 1877, Roger Cuniff caracteriza o nascimento da chamada ‘indústria da seca’ (...).¹⁷⁸

Nos primeiros anos do século XX a paisagem pouco mudara nas paragens paraibanas em relação aos períodos de estiagem. Para o Nordeste como um todo, durante três séculos, apenas alguns açudes e milhares de flagelados.

Em 15 de novembro de 1906 tomaria posse na presidência da República o advogado mineiro Afonso Pena, substituindo o paulista Rodrigues Alves, também advogado. Antes de tomar posse, Afonso Pena visitou o açude de Quixadá que estava sendo construído no Ceará. Nessa viagem, a comitiva do presidente – que contava com jornalistas, técnicos e ministros -, ficou impressionada com a “ausência de homens na região. As roças eram cultivadas pelas mulheres: os homens tinham emigrado nas secas anteriores, principalmente para o Amazonas”,¹⁷⁹ afirmou Villa. Nesse mesmo ano foi criado o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB), que tinha entre seus objetivos realizar estudos sobre ‘as regiões de seca, com referência especial ao aproveitamento das suas águas superficiais e subterrâneas’.¹⁸⁰

¹⁷⁶ Ver MARIANO, Serioja R. C. “Na teia das relações de poder: as juntas governativas e os militares na Paraíba (1821-1823)”. In *Saeculum – Revista de História* [15]; João Pessoa, jul./ dez./ 2006, p. 140.

¹⁷⁷ LIMA, Luciano Mendonça de. “Histórias da escravidão em Campina Grande”. Disponível em: <http://www.tiberiogeio.com.br/artigo/EscravidaoCampinaGrande.pdf>. Acesso em 16 abr. 2012.

¹⁷⁸ FERREIRA, Lúcia F. G. “A seca como manifestação político-social: oligarquias e cangaço na Paraíba”. Disponível em: http://historiadaparaiba.blogspot.com.br/2007/12/seca-como-manifestao-politico-social_21.html. Acesso em 09 de abr. 2012.

¹⁷⁹ VILLA, Marco A. op. cit., p.93.

¹⁸⁰ Ibidem, p.95.

2.3 - Mais um Cândido?

De acordo com os registros da Marinha, Cândido da Costa Aragão nasceu no dia 04 de setembro de 1907 na então cidade da Paraíba, atual João Pessoa, filho de Manoel Virgínio de Aragão e Maria da Costa Aragão.¹⁸¹ Antônio Duarte, autor de uma obra que aborda aspectos da trajetória de vida do personagem, aponta seu nascimento para a região de Cabedelo, que na época do nascimento de Cândido, era apenas uma pequena povoação portuária ao norte de João Pessoa, então Parayba do Norte.¹⁸² Entretanto, ao consultar inúmeros livros de batismos e casamentos com o nome do pesquisado e de seus pais no Arquivo Eclesiástico da Paraíba (AEPB), encontrei a seguinte informação:

Em desoito de Novembro de mil novecentos e seis, baptizei solemnemente na Igreja de Nossa Senhora das Neves o parvulo ‘Candido’, nascido em quatro de Setembro do mesmo anno. Filho legítimo de Manoel Virgínio de Aragão e Dona Maria Venancia da Costa. Foram padrinhos o Doutor Flavio Maroja, representado pelo seu procurador João Alcides Beserra Cavalcanti e Dona Maria da Purificação da Cunha Maroja. E para constar mandei fazer este termo que assigno. O Vigº Conego Vicente Ferrer Pimentel.¹⁸³

Os indícios são muitos para que o Cândido nascido e batizado em 1906 seja o futuro almirante Aragão. São eles: a data de 04 de setembro; o nome do pai, Manoel Virgínio de Aragão; e o nome da genitora: Maria Venância da Costa na certidão de batismo e Maria da Costa Aragão no documento da Marinha. O fato de constar na certidão de batismo a expressão filho legítimo, alude à condição marital dos pais. Era uma forma de expor que seus pais eram realmente casados. Pela data de seu nascimento, tendo sua mãe o sobrenome “da Costa” –

¹⁸¹ Unicamp; AEL, BNM 028, caixa 02, folha 2097. Esse documento trata-se de uma cópia da Caderneta Registro de Cândido da Costa Aragão e todos os seus dados de carreira na Marinha.

¹⁸² DUARTE, Antonio. *Almirante Aragão: fragmentos de uma vida*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012, p.15. Antonio Duarte é potiguar, e foi um dos diretores da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), 1962-1964, período no qual teve contato com o almirante Aragão. Duarte também militou nos movimentos de luta armada contra a ditadura.

¹⁸³ Arquivo Eclesiástico da Paraíba (AEPB); Paróquia de Nossa Senhora das Neves; Livro de batizados nº27, p. 83. Também foram consultados os livros das seguintes paróquias: Nossa Senhora do Livramento, Santa Rita e Divino Espírito Santo, todas fazem parte da mesma Arquidiocese. A ideia da visita ao AEPB foi buscar informações sobre seus pais e tentar traçar uma pequena genealogia de seus ancestrais. Eu tinha fortes suspeitas de que os pais de Aragão pudessem ser descendentes ou eles mesmos serem ex-escravizados. Apenas dezenove anos separam o fim legal da escravidão no Brasil e a data de seu nascimento que consta nos arquivos da Marinha (1888-1907). Nesse sentido, bastaria apenas um de seus genitores ter mais de dezenove anos e se confirmaria o nascimento ainda no período escravista. O biótipo de Aragão, com forte traços afrodescendentes reforçavam minha hipótese. Infelizmente, não consegui encontrar documentos oficiais que a comprovem, mas a referida certidão de batismo lança algumas dúvidas sobre a data oficial de seu nascimento.

indicação de possível origem africana-¹⁸⁴ associado às características físicas de Aragão, não seria difícil o menino Cândido ser descendente de africanos escravizados. Seus pais – ou um deles - muito provavelmente nascidos ainda no período da escravidão, poderiam ser libertos ou ingênuos.¹⁸⁵

Mais uma forte evidência que Aragão nasceu em 1906 é uma Certidão de Nascimento emitida pelo cartório Azevêdo Bastos (Primeiro Registro Civil de Nascimentos, Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas da Comarca de João Pessoa), fundado em 1888. Neste documento, o mesmo Cândido batizado em novembro, aparece como Cândido Virgino de Aragão, filho de Maria Venancia da Costa, sendo avós paternos Antonio Virgino de Aragão e Rosa Monteiro de Sampaio; e avós maternos, Alexandrino da Silva Costa e Francisca Egina de Souza. O registro foi feito no dia 27 de setembro de 1906. No texto, o registro de que o pai de Cândido era “negociante.” No mesmo cartório, único da cidade naquela época, não há registro do nascimento de outro Cândido, em 04 de setembro de 1907.¹⁸⁶

O que fica claro na análise das três fontes (Registro da Marinha, Certidão de Batismo e Certidão de Nascimento) é que entre o nascimento em 1906 e sua entrada no Corpo de Fuzileiros Navais, ocorreram algumas mudanças no nome do pesquisado. A primeira foi a alteração do sobrenome de sua genitora, mudando de Maria Venancia da Costa, para Maria da Costa Aragão – perdendo o “Venancia” e incorporando o sobrenome do esposo. Por isso, Cândido também teve seu sobrenome alterado, passando de Cândido Virgino [Virgínio] de Aragão, para Cândido da Costa Aragão, assumindo também o sobrenome da mãe. A outra alteração foi o ano de nascimento, possivelmente no ato de incorporação no Exército [em 1924] ou na Marinha [em 1926], passando de 1906 para 1907. O que não mudou mesmo

¹⁸⁴ Para o “da costa”, ver ROCHA, Solange Pereira. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Edusp, 2009, p.248. Nesta obra, encontramos alguns escravizados com o nome de Cândido, escravas com sobrenome “da Costa” e livres e doutores com sobrenome Aragão. Ibid, p.210; 178 e 248, respectivamente. “Da Costa” poderia ser também atribuído a portugueses que vinham para o Brasil e ficariam estabelecidos no litoral, diferente dos “Silva”, que tinham como destino a “Selva” ou o interior do país.

¹⁸⁵ *Libertos e ingênuos* são conceitos que estão presentes na legislação brasileira desde a Constituição de 1824. Os libertos eram aqueles escravizados que conquistavam a liberdade jurídica. Já os ingênuos eram filhos de escravos que, ao contrário dos pais, já nasceram livres. O ingênuo poderia ser criado pela mãe escrava até os oito anos e o senhor poderia, a partir de então, entregá-lo ao governo em troca de títulos da dívida pública resgatáveis em até 30 anos ou explorar sua mão de obra até os 21 anos. Ver SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, 2006. Citada em BARROS, Zelinda dos Santos et al. *Educação e relações étnico-raciais*. Salvador: CEOUFBA, p. 31-32. Disponível em http://www.ceao.ufba.br/livrosevideos/pdf/livro4_EducacaoeRER-04.08.10.pdf. Acesso em 26 jan. 2013.

¹⁸⁶ BRASIL, João Pessoa-PB, Azevêdo Bastos Serviço Registral. Certidão de Nascimento de CANDIDO VIRGINO (sic) DE ARAGÃO, registro número 245, de 27 de setembro de 1906.

foram o dia 04 de setembro, o local de nascimento - Rua São Miguel-, em sua própria residência, às quatro horas da tarde, “Parayba do Norte”.¹⁸⁷

Naquele início do século XX, a então cidade da Paraíba ainda era iluminada pelo sistema a gás. Embora algumas cidades do país já contassem com a energia elétrica, o novo sistema só chegaria em 1912,¹⁸⁸ e mesmo assim, apenas em uma parte da cidade. Algumas transformações marcaram a localidade naquele período, como abertura de avenidas, calçamentos de ruas e melhorias na rede férrea que ia em direção ao litoral.¹⁸⁹ Era um pequeno centro urbano dividido entre a cidade alta e a cidade baixa. Esta caracterizada por pequenas atividades comerciais e aquela com característica mais residencial. Em 1910, a parte alta da cidade contava com cerca de 450 moradias, sendo mais de 400 registradas como casas de palha. A maioria dos paraibanos morava ‘em chácaras e granjas dando um ar rural à cidade, ainda construída em largos espaços vazios entre as moradias dispersas entre os três grandes bairros da época: Trincadeiras e Tambiá na parte alta e o Varadouro, na parte baixa’.¹⁹⁰ Não sabemos ao certo como foi a infância do menino Cândido. Ainda há um vazio de informações sobre o período compreendido entre seu nascimento e a chegada ao Rio de Janeiro. O certo é que até seu ingresso no Exército Brasileiro¹⁹¹ em 1924 - já na capital republicana, o Rio de Janeiro -, seu Estado natal, a Paraíba, passaria por mais duas grandes secas: em 1915 e 1919/1920. Sobre a primeira, o governador Antônio Pessoa, em mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado, relatou que:

‘Todo o vasto trato do nosso estado, que se designa com o nome de sertão, território apto à cultura do algodão e à criação dos gados, elementos dos mais valiosos da fortuna particular e fontes principais da receita pública, ficou estéril e teve de ser abandonado pela sua população necessitada que, em grandes levadas, se retirou em busca do litoral’.¹⁹²

Não só a Paraíba sofreu com essa nova estiagem, praticamente todos os estados do Nordeste viram suas economias ficarem à beira de um colapso. Nas palavras de Villa, “a infraestrutura foi destruída, o aparelho de Estado desorganizado, além de se verificar uma

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ MAIA, Doralice S. et al. “A iluminação pública na cidade da Parahyba: século XIX e início do século XX”. In *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*; vol. 6, ano VI, nº 2, abr. 2009. Disponível em http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Artigo_03_Doralice_Satyro_Maia.pdf. Acesso em 01 mai. 2012.

¹⁸⁹ Ver http://memoriajoaoapessoa.com/formacao_evolucao/06_seculo_xx/index.html. Acesso em 01 de mai. 2012.

¹⁹⁰ Cf. SILVA, Edjane L. et al. “Reformas urbanas: cidade de João Pessoa - 1850 a 1920”. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/reformas-urbanas-cidade-de-joao-pessoa-1850-a-1920/36777/>. Acesso em 01 de mai. 2012.

¹⁹¹ Antes de ser Fuzileiro Naval, Aragão foi soldado do Exército Brasileiro. Aprofundarei essa informação nas páginas seguintes.

¹⁹² Citado em VILLA, Marco A. op. cit., p.110-111.

queda na população de cerca de 350 mil habitantes, devido à migração para outras regiões e à morte pela fome, pela sede e por diversas doenças”.¹⁹³

A seca de 1919/1920 possivelmente foi vista de uma maneira menos pessimista entre os paraibanos. Desde julho de 1919, um conterrâneo era o chefe do executivo brasileiro. Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa chegou ao poder através de eleição direta – vencendo o senador baiano Rui Barbosa -, e substituiu o advogado mineiro Delfim Ribeiro, então vice-presidente na chapa de Rodrigues Alves, em 1918, que faleceu antes de sua posse, acometido pela gripe espanhola.¹⁹⁴ Epitácio Pessoa transformou a antiga Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) efetivada em 1909 no governo Afonso Pena, em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Mais do que uma simples mudança de sigla, o presidente promoveu uma série de obras para a região.

Especificamente para a questão das secas, “foram construídos 230 açudes e mais de uma centena de poços”.¹⁹⁵ Soma-se a isso, no período compreendido entre 1920 e 1922, grandes investimentos em infra-estrutura no Nordeste.¹⁹⁶ Entretanto, as obras anunciadas não causavam efeito imediato. Eram medidas que daria retorno em longo prazo. As ações emergenciais seguiam a cartilha de sempre: liberação de verbas, demora no envio de socorro, denúncias de desvios e mau uso do dinheiro e, milhares e milhares flagelados e retirantes em fuga para os diversos estados do país, principalmente para São Paulo e Rio de Janeiro.

Embora os censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), só passassem a registrar a migração interna a partir de 1940, estudos migratórios indicam que a crescente urbanização e industrialização dessas duas cidades, aliados à diminuição expressiva da chegada de estrangeiros, impulsionaram o aumento da migração interna e fizeram do Nordeste a principal região fornecedora de mão-de-obra para os estados do Sudeste, inicialmente nas duas décadas que vão de 1920-1940.¹⁹⁷ Entretanto, grande parte dos trabalhos acadêmicos sobre esse tema aborda principalmente a partir dos anos 1930, início da chamada Era Vargas.

¹⁹³ Ibidem, p.122.

¹⁹⁴ ARQUIVO NACIONAL. *Os presidentes da República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004, p.17-18.

¹⁹⁵ VILLA, Marco A. op. cit., p. 133.

¹⁹⁶ Algumas dessas obras são: 291 quilômetros de estrada de ferro; cerca de 500 quilômetros pavimentados nas estradas de rodagem; reforma de portos; construção da rede telegráfica, etc. Ibid.

¹⁹⁷ MATOS, Ralfo E. S. “Alguns aspectos sobre a importância das migrações internas para o Sudeste: uma questão histórica não resolvida”. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1992/T92V01A17.pdf>. Acesso em 07 set. 2013.

2.4 - A formação militar

Em fevereiro de 1924, Cândido, aos 18 anos de idade, ingressou como recruta no Exército Brasileiro e permaneceu até maio de 1926.¹⁹⁸ Sobre sua ida para o Rio de Janeiro, ele afirmou anos depois que tinha saído da Paraíba ‘tangido pela fome’.¹⁹⁹ Certamente Cândido não vinha de uma família abastada, pois ser um recruta no Exército nos anos 1920 não era nada que atraísse nem mesmo as camadas médias da sociedade. Servir o EB e a Marinha, como soldado ou marinheiro era extrema necessidade ou castigo para os pobres.

O nome não ajudava. Ser Cândido, apesar de a etimologia relembrar candura, inocência, pureza, também era o prenome do mais conhecido rebelde da Marinha de todos os tempos: o marinheiro negro João Cândido Felisberto. Em 1927 haviam se passado pouco mais de 15 anos da Revolta da Chibata e o “almirante negro” andava, praticamente despercebido, pelas ruas do Rio de Janeiro. Mas entre os que permaneceram na instituição, embora proibido de ser mencionado, o nome João Cândido certamente trazia lembranças assombradoras, principalmente para o oficialato.

Um ano após deixar o EB, possivelmente pelo término do período do serviço militar,²⁰⁰ Cândido Aragão iniciou sua carreira na Marinha de Guerra como soldado fuzileiro-naval. Ele foi incorporado às fileiras do então *Regimento Naval* em outubro de 1927. Não era o único de origem nordestina. Aliás, exceção era encontrar cariocas naquele Regimento. Com certeza a vida dos soldados não era fácil, “somente grande vocação ou grande necessidade impelia o cidadão para a caserna”, escreveu Silva.²⁰¹ Talvez Cândido unisse as duas condições.

Na época em que chegou ao Regimento Naval era comum a presença de nordestinos em grande número tentando a sorte na cidade grande. Contratados como voluntários para servirem por três anos, muito não ficavam porque não passavam na inspeção de saúde e nesse caso seriam recambiados às suas terras.²⁰² Nessa época, sargentos percorriam cidades do Norte e Nordeste recrutando voluntários para as fileiras da Marinha. Com certo exagero, o fuzileiro alagoano Manoel Caetano da Silva, afirmou que a corporação chegou a contar com

¹⁹⁸ Unicamp; AEL, BNM 028, caixa 02, folha 2097.

¹⁹⁹ Cf. ABREU, Alzira Alves et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*; vol. 1. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001, p.269-271.

²⁰⁰ Caso Aragão tivesse deixado o Exército por alguma questão disciplinar, dificilmente ingressaria em outra Força Armada, por disso, não ter seguido carreira no Exército e ingressado em seguida no Corpo de Fuzileiros Navais pode ter sido um opção ou dispensa de incorporação por tempo.

²⁰¹ SILVA, Manoel C. op. cit., p.97.

²⁰² Ibidem, p.99.

noventa e nove por cento de nortistas e nordestinos. E lembrou, poeticamente e com ar ufanista:

A influência dos nortistas na formação dos fuzileiros navais modernos não pode ser contestada porque foi grande e ainda é considerável. Alagoanos, pernambucanos, paraibanos, sergipanos, baianos, cearenses, paraenses e numerosos filhos de outros Estados brilharam como fuzileiros. Eles assimilavam, facilmente, o espírito de corporação, orgulhavam-se de vestirem o uniforme garance, adaptavam-se ao ritmo da vida na caserna, eram obedientes, respeitadores, resignados e exímios cumpridores dos seus deveres. Lutaram, sofreram e suportaram com estoicismo e ânimo forte todas as vicissitudes e asperezas da vida de fuzileiro de então. Apararam com as suas mãos calosas os espinhos que poderiam obstruir os caminhos dos seus camaradas do futuro, e lhes entregaram uma corporação modernizada e engrandecida. Foram bravos e heroicos servindo à Marinha com devotamento até, muitas vezes, ultrapassarem o limite do tempo fixado para o serviço ativo. Assim eram e assim procederam os nortistas que deram renome ao Batalhão Naval. Renome que não desmerece, que é um padrão de glória imarcescível, um pendão que tremula desfraldado sobre os fuzileiros em todo o Brasil.²⁰³

A chegada de Cândido Aragão à Marinha também coincidiu com a reformulação por qual estava passando a tropa anfíbia desde 1924, conforme já mencionamos, com criação do *Regimento Naval*, que possibilitou o aumento do efetivo e autorização para a promoção dos primeiros oficiais fuzileiros-navais. Inegavelmente a vida do soldado-marinheiro era difícil. Exercícios físicos; treinamentos militares; o descanso noturno em macas; serviços de guarda e a rigorosa disciplina não eram de fácil assimilação para os que ingressavam na corporação. Eram comuns os pedidos de desistência e de baixa.²⁰⁴

Se até 1924 era inconcebível o sonho de um soldado ser oficial, a partir dali se tornava uma possibilidade real. Superando as adversidades junto aos demais irmãos de armas, Cândido foi vencendo degraus e construindo sua carreira militar. Em poucos anos, se tornaria o tenente Aragão. Antes de chegar ao oficialato, passou pelas graduações de cabo, terceiro-sargento, segundo-sargento e primeiro-sargento, realizando os cursos de datilógrafo; o curso da Escola de Sargentos do Exército; e o Curso de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), também no EB.²⁰⁵

O primeiro grupo de oficiais comissionados surgiu ainda em 1924 e foi formado pelos alguns primeiros-sargentos e o sargento-brigada do Regimento Naval.²⁰⁶ O segundo grupo só

²⁰³ Ibidem, p. 99-100.

²⁰⁴ Ibidem, p. 41.

²⁰⁵ A Marinha ainda não possuía escola de infantaria para formar os sargentos fuzileiros e tinha uma parceria com o Exército para a realização desses cursos.

²⁰⁶ SILVA, Manoel C. op. cit., p.51. Até esse momento da história dos fuzileiros navais brasileiros, o único oficial era o Capitão Antero José Marques, um nomeação especial para ser instrutor de infantaria e ficar hierarquicamente superior ao sargento-brigada do Batalhão Naval.

iria ser constituído em 1930, em virtude da conjuntura política do país com a chegada do gaúcho Getúlio Vargas ao poder.

2.5 – Não era pra “qualquer um”

Ser oficial²⁰⁷ do Exército ou da Marinha na Primeira República não era profissão para os menos favorecidos socialmente. Costumes remanescentes da época imperial ainda perdurariam algumas décadas até que brasileiros de famílias pobres sonhassem em vestir os uniformes dos oficiais de ambas as Forças. Se no Exército houve uma tendência de abrir espaços para setores médios e até para jovens de famílias pobres, na Marinha a mudança de rumo não dava sinais de vir com brevidade. Apesar de não existir um levantamento preciso sobre a origem dos oficiais na Primeira República, alguns estudos indicam que na Marinha permaneceu durante séculos uma relação com o caráter de nobreza da instituição.

Pelo Regulamento de 1782 da Academia Real de Marinha, exigia-se, para ser guarda-marinha, que o candidato fosse fidalgo ou filho de oficial da Marinha ou do Exército. Estas duas fontes de recrutamento predominam entre os almirantes do Primeiro Reinado. A transferência de oficiais portugueses para a Marinha brasileira foi maior do que no Exército. D. João trouxe toda a Academia de Marinha a bordo de um navio, e, em 1822, 98 oficiais aderiram à causa brasileira, não o fazendo apenas 27. Os oficiais ingleses absolvidos eram todos também de origem nobre, de acordo com a tradição inglesa. Durante todo o período imperial a Marinha parece ter mantido um padrão mais alto de recrutamento do que o Exército. Podemos encontrar entre Almirantes filhos de importantes políticos, com é o caso de Jaceguay, e de famílias nobres, como é o caso de Saldanha da Gama, bem como vários filhos de oficiais, principalmente da própria Marinha.²⁰⁸

Na Primeira República, apesar de pequenas alterações institucionais, essa característica permaneceu. Conforme fica explicitado nas palavras de Tobias Monteiro, em um manifesto escrito em 1917 contra o domínio dos doutores no Brasil, “as famílias ricas queriam fazer dos filhos doutores em Direito, Medicina e Engenharia, e, fora isso, só talvez oficial da Marinha”.²⁰⁹

Os oficiais do Corpo da Armada eram formados na Escola Naval.²¹⁰ O ensino ministrado nessa instituição caracterizava-se pelo excesso de disciplinas da área das ciências

²⁰⁷ Posto na hierarquia militar que vai de tenente a general, brigadeiro ou almirante.

²⁰⁸ Ver BOITEUX, Henrique. *Os Nossos Almirantes*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1915-1917, 1920; citado em FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil Republicano – Sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 203-204.

²⁰⁹ Ver MONTEIRO, Tobias. *Funcionários e Doutores*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1919, p. 14. Ibid, p. 204.

²¹⁰ Esta instituição é uma continuação da Academia Real de Guardas-Marinha de Portugal, cujo corpo técnico e administrativo chegou ao Brasil em 1808, com a corte portuguesa. Já neste ano funcionou no Mosteiro de São

exatas. Tinha uma base teórica ampliada e poucos exercícios e instruções práticas, e “muitos alunos de lá saíam sem ter dado um tiro de canhão ou lançado um torpedo”.²¹¹ Os aspirantes também tinham aulas de Direito natural, público e constitucional, entre outras disciplinas. Dessa forma, embora houvesse deficiência na formação prática, “os líderes navais no início da República eram todos oficiais superiores reconhecidos também por seu grande preparo técnico, como Jaceguay, Custódio de Mello e Saldanha da Gama”.²¹²

Os oficiais fuzileiros promovidos até 1937, não passaram pelos quatro anos de curso da Escola Naval. Por isso, não eram bem vistos por seus pares da Armada e eram tratados como uma espécie de subgrupo ou oficiais de segunda categoria.

Os primeiros anos da carreira de Aragão como oficial²¹³ foram bastante intensos. Serviu na fortaleza de Anhatomirim - em Santa Catarina - e depois fez curso de instrutor de educação física em escola do Exército Brasileiro (EB). Como primeiro comando, foi o chefe da 1ª Companhia Regional na cidade de Ladário, fronteira do Brasil com a Bolívia, atual estado de Mato Grosso do Sul. Ao retornar para o Rio de Janeiro, foi instrutor de aspirantes e realizou curso de infantaria na Escola das Armas do antigo Ministério da Guerra.²¹⁴ Todas essas designações não significa que sempre navegou em mares tranquilos, passou por momentos de calma e tormentas, situações às quais todos os marujos podem passar. E passavam...

2.6 - Vivendo e aprendendo

O clima político e a conjuntura social no país que reinava desde o golpe republicano em 1889 torna explícita a influência dos militares na política. Já sublinhamos alguns desses momentos, como a Revolta da Armada (1893), a Revolta da Chibata (1910), a Revolta do

Bento, permanecendo até 1832. Entre 1833 e 1867, as aulas dos futuros oficiais foram ministradas em diversas instalações: Academia Militar do Largo de São Francisco; navio *Dom Pedro II*; e Largo da Prainha [atual Praça Mauá]. Entre 1867 e 1882, já com o nome Escola Naval, funcionou a bordo da Fragata Constituição. Depois foi transferida para uma sede na Ilha das Enxadas, [atual Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, CIAW]. Com a Revolta da Armada, em 1893 deixou de existir, só sendo reaberta em 1895. Entre 1914 e 1919 funcionou em Angra dos Reis, na atual sede do Colégio Naval. No ano de 1920 voltou a funcionar na antiga sede da Ilha das Enxadas, permanecendo até 1938, quando foi instalada na atual edificação da Ilha de Villegagnon. Cf. PRATES, Tatiana Alves. “A Escola Naval”. In *Revista de Villegagnon*, Rio de Janeiro, 2010, p. 66-69. Disponível em: https://www.mar.mil.br/en/historia_en.pdf. Acesso em 04 abr. 2012.

²¹¹FAUSTO, Boris (dir.) e PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. *História geral da civilização brasileira: O Brasil Republicano, tomo III, vol. 9 – Sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 214.

²¹² Idem.

²¹³ Postos das Forças Armadas que inicia-se como Segundo Tenente e vai até os Oficial-General.

²¹⁴ Unicamp; AEL, BNM 028, caixa 02, folhas 2095-2103. Cópia da Caderneta Registro de Cândido da Costa Aragão.

Forte de Copacabana (1922) e o Tenentismo. Já entre os anos 1930-1960, período da carreira de Aragão como oficial, em momentos distintos e com objetivos variados, os militares estarão em cena, muitas vezes como protagonistas. Saber até onde ele foi influenciado e influenciou nesses momentos é uma pergunta sem resposta. A certeza que temos é que naquele período, a Marinha não passou imune e por diversas vezes, membros do alto escalão da instituição agiram, atuaram e tiveram que decidir sobre questões meramente políticas e, até mesmo partidárias. Aragão aprendeu, ele era um deles.

Após grande agitação ocorrida no início dos anos 1920, “o governo Washington Luís [1926-1930] transcorreu em clima de relativa estabilidade”.²¹⁵ Entretanto, a crise internacional de 1929 e uma divergência interna entre oligarquias paulista e mineira, às quais que disputavam o poder político do país, possibilitou o surgimento da candidatura do gaúcho Getúlio Vargas, tendo como vice o paraibano João Pessoa. Com isso, “estava formada a Aliança Liberal, coligação de forças políticas partidárias pró-Vargas que tinha como base de sustentação os situacionistas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, e mais alguns grupos de oposição ao governo federal em vários estados”.²¹⁶ O advogado e político Júlio Prestes foi o candidato apresentado pelos paulistas.

A Aliança não foi suficiente para derrotar Júlio Prestes que venceu a eleição realizada em março de 1930, mas “já estava em marcha um movimento conspiratório para depor Washington Luís pela força das armas e liquidar o pacto oligárquico então vigente”. O assassinato do candidato a vice de Vargas, João Pessoa, ocorrido em Recife no mês de julho – embora tenha sido por razões passionais – ganhou ares de crime político e foi transformado em pretexto e estopim para o *romper marcha* do movimento que se articulava.

A revolução acabou estourando no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais no dia 3 de outubro de 1930 e em seguida se alastrou para vários estados do Nordeste. Em todos esses pontos, após alguma resistência, a situação pendeu para os revolucionários. Em 24 de outubro, os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro e o almirante Isaías de Noronha depuseram o presidente Washington Luís no Rio de Janeiro e constituíram uma junta provisória de governo. Essa junta tentou permanecer no poder, mas a pressão das forças revolucionárias vindas do Sul e das manifestações populares obrigaram-na a entregar o governo do país a Getúlio Vargas, que foi empossado na presidência da República em 3 de novembro de 1930.²¹⁷

²¹⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes e SARMENTO, Carlos Eduardo. “A República brasileira: pactos e rupturas”. In GOMES, Angela de Castro, PANDOLFI, Dulce Chaves e ALBERTI, Verena. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Editora da FGV, p.460.

²¹⁶ Idem. Entre esses grupos, os autores citam o Partido Democrático de São Paulo e facções civis e militares descontentes.

²¹⁷ Ibidem, p. 461-462. Segundo os autores, a chegada de Vargas ao poder deu início a uma nova fase da história política brasileira. O significado da Revolução de 30 tem sido objeto de interesse de inúmeros estudiosos, que têm produzido diferentes interpretações. Para uns, 1930 teria ocorrido uma revolução liderada por setores

A presença do almirante Isaías de Noronha na formação da junta que depôs Washington Luís mostra, mais uma vez, a participação política da Marinha em um importante momento da história do país. Entretanto, setores da instituição não foram revolucionários de primeira ordem. Os fuzileiros navais, por exemplo, inicialmente foram designados para combater os rebeldes no sul do país. Ou seja, manteve-se a tradição de legalidade e de fidelidade ao presidente da República.

Naquele ano, duas companhias de fuzileiros do então Regimento Naval foram designadas para desembarcar nas cidades de São Francisco do Sul e Joinville, em Santa Catarina, onde se incorporaram ao destacamento do Exército. Foram reforçar as tropas legalistas que fariam frente à coluna revoltosa gaúcha, que se deslocava rumo a São Paulo. Em combates travados durante os conflitos, dezenove fuzileiros morreram e tantos outros foram feitos prisioneiros.²¹⁸ Segundo Alba Bielinski, após a reviravolta e a adesão da Marinha ao movimento revoltoso, “os fuzileiros navais que restaram das duas companhias foram libertados e distribuídos em diversas unidades do Exército sendo incorporados aos voluntários do Paraná. Marcharam, então, com a Revolução praticamente vitoriosa, para São Paulo”.²¹⁹

Os anos de consolidação do governo Vargas ganharam destacada atenção dos historiadores e demais pesquisadores das ciências sociais. O período que vai de 1930 a 1937 ainda seduz e inspira várias reflexões e debates. De acordo com Marcos Maio e Roney Cytrynowicz, esse período

se caracteriza por um quadro de imprevisibilidades no terreno político. O ambiente de indefinições que compreendeu o intervalo entre a crise de hegemonia das oligarquias da República Velha [ou Primeira República] e o fechamento político que culmina no Estado Novo favoreceu o surgimento de projetos radicais e mobilizantes que tentaram galvanizar a sociedade com ideia de mudança.²²⁰

Analisando a atuação política das Forças Armadas nesse período, particularmente o Exército, João Roberto Martins Filho concluiu que “os anos posteriores à Revolução de 1930

urbanos-industriais. Para outros, o movimento foi conduzido pelos interesses da classe média, por intermédio dos tenentes. Mais recentemente, considera-se que o movimento não foi resultado da ação de nenhuma classe ou grupo social em particular, e sim combinou diferentes interesses de atores políticos insatisfeitos com a situação vigente. Essa última interpretação, que vê os vitoriosos de 1930 como um grupo heterogêneo tanto do ponto de vista socioeconômico quanto do ponto de vista político, vem se consolidando cada vez mais.

²¹⁸ Cf BIELINSKI, Alba C. op. cit., p. 93-94.

²¹⁹ Ibidem, p.95.

²²⁰ MAIO, Marcos Chor e CYTRYNOWICZ, Roney. “Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)”. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 41-42.

foram uma época de profundas modificações políticas e organizacionais na força terrestre”.²²¹ Ainda segundo Martins Filho, “esse processo não foi linear, mas ocorreu em ondas sucessivas, que se seguiram à Revolução de 1932 em São Paulo, à frustrada Revolta Comunista em 1935, e ao golpe do Estado Novo, em 1937, sem esquecer a tentativa integralista de maio de 1938”.²²² Não havia consenso nas Forças Armadas sobre qual o papel dos militares no novo regime iniciado em 1930. Ao longo da década de 1930-1940, a presença constante de militares em movimentos que abalavam a frágil estabilidade política, teria convencido Vargas de que “era necessário fortalecer as Forças Armadas enquanto organização”.²²³ Sobre esses momentos sublinhados por Martins Filho, destacaremos passagens importantes da participação dos fuzileiros nessas refregas.

Nesse sentido, podemos afirmar que 1932 foi muito agitado, social e politicamente. Foi o ano de criação da Ação Integralista Brasileira (AIB), consolidada no “Manifesto de Outubro”.²²⁴ Esse movimento “tinha sua ideologia, organização e ação política alinhadas aos partidos fascistas europeus que surgiram entre o fim da Primeira Guerra Mundial e a ascensão do nazismo na Alemanha, em 1933”.²²⁵ Embora tenha atuado por um período de apenas seis anos, a AIB foi, sem dúvida, a mais importante organização fascista na história do Brasil, pelo número de adeptos que teve, pela expressiva participação no debate político dos anos 1930 e, particularmente, pela atração que exerceu sobre extensa gama de intelectuais que discutiam os destinos do país.²²⁶ Seus principais líderes foram Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso.

Na ideologia do movimento, questões muito parecidas com a estrutura de uma corporação militar. O respeito à hierarquia, o nacionalismo extremado e o anticomunismo atraiu grande números de oficiais das Forças Armadas, e a Marinha tornou-se um importante centro de recepção das ideias disseminadas pela doutrina da AIB.

No mesmo ano o então *Regimento Naval* passaria por mais uma decisiva reformulação que lhe forneceu as principais características que perduram até os dias atuais. A antiga tropa de

²²¹ FILHO, João R. Martins. “Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe”. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. Neves. O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 103-104.

²²² Idem.

²²³ Idem. FILHO, João Roberto M. acrescenta que “Ao final da década, antes mesmo da eclosão da Guerra mundial, o Exército de Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra era uma organização purificada política, social e ideologicamente, modernizada em seus equipamentos, com lugar garantido no orçamento da Nação, ampliada de 38 para mais de 90 mil homens.

²²⁴ MAIO, Marcos C. e CYTRYNOWICZ, Roney. op. cit., p. 41-42.

²²⁵ Idem.

²²⁶ Idem.

guarda de tradição legalista passaria a ser denominada *Corpo de Fuzileiros Navais* e novos rumos seriam traçados para atender à realidade político-estratégica do país. Era necessário acompanhar a conjuntura internacional que tentava se recompor após a forte crise de 1929 e, internamente, as transformações políticas, econômicas e sociais por quais o Brasil estava passando.

Como parte das profundas transformações promovidas por Vargas nas Forças Armadas, o efetivo do recém-nascido CFN deveria, paulatinamente, atingir a marca de mais de 2.500 fuzileiros.²²⁷ Embora ainda pequeno se comparado à infantaria do Exército, era o maior contingente desde que a tropa desembarcou com a corte portuguesa em 1808. De acordo com Costa, durante o processo de reestruturação em 1932, foram criadas as primeiras companhias regionais fora do Rio de Janeiro, as de Ladário²²⁸ – atual estado do Mato Grosso do Sul - e Belém, no Pará. Sobre os aspectos de carreira e distribuição de pessoal, o almirante destacou que:

Para o preenchimento das vagas de tenentes foram aproveitados sargentos e segundos-tenentes comissionados que possuíam o curso da Escola de Sargentos das Armas do Exército Brasileiro e mesmo de Aperfeiçoamento de Sargentos da Polícia Militar do antigo Distrito Federal. Os comissionados oriundos da tropa constituíram um pequeno grupo de graduados que foram premiados pela Administração Naval pelo seu desempenho nas ações de combate contra os revoltosos durante a Revolução Paulista. Além disso, foi criado um curso para aspirante a oficial FN, no próprio CFN. Através desse curso, ingressaram no CFN, provenientes do meio civil (...).²²⁹

Nas memórias entusiasmadas de Silva, naquele ano surgiu “um novo sol iluminando os horizontes até então estreitos dos Fuzileiros Navais”. Sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra Milcíades Portella Ferreira Alves,²³⁰ o CFN passaria por mais transformações que, evidentemente, indicam também o porquê da ascensão profissional e a amplificação da importância político-estratégica desses militares. Internamente, segundo Silva, o novo comandante “deu-lhes uma biblioteca primorosa, incentivou-lhes a instrução militar ao máximo, proporcionou-lhes divertimentos adequados (...), instituiu caixas beneficentes”.²³¹ Nesse período foram aprimorados, ainda, os critérios de promoção, os quais que teriam

²²⁷ BRASIL, Decreto 21. 632 de 1932. Apud BIELINSKI, op. cit., p. 95. Por esse decreto a tropa foi fixada em 2.524 militares. Outro decreto do mesmo ano definia os navais como “uma força que dispõe a Marinha de Guerra para operar com as Forças Navais e demais Forças Armadas do país em operações de caráter naval, com a responsabilidade principal no desenvolvimento da doutrina, da técnica e do material de operações anfíbias”. BRASIL, Decreto 21. 106 de 1932, Ibid.

²²⁸ Na época, a cidade pertencia ao estado de Mato Grosso.

²²⁹ COSTA, Carlos A. op. cit., p.15.

²³⁰ O almirante Milcíades Portella Ferreira Alves foi homenageado com o seu nome no Centro de Formação de Soldados, localizado no Bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro.

²³¹ SILVA, Manoel C. op. cit., p. 59.

beneficiado vários soldados, cabos e sargentos. Certamente, Aragão se beneficiara com essas reformulações.

No mesmo ano da reformulação, fuzileiros foram enviados para lutar contra os paulistas na chamada Revolução de 1932. Uma companhia de fuzileiros navais desembarcou na cidade fluminense de Parati e invadiu o território paulista em Cunha. A cidade foi conquistada e o grupo continuou combatendo junto com tropas legalistas do Exército, até atingir Pindamonhangaba, onde os constitucionalistas se renderam.²³² Outro contingente de fuzileiros foi enviado para guarnecer navios da Esquadra e participou de bloqueios aos portos do Estado de São Paulo.²³³

No levante comunista de 1935, não houve uma participação intensa dos fuzileiros como tropa. A atuação dos navais ficou restrita a guarnecer, com peças de artilharia, as instalações do Ministério da Marinha e os demais quartéis. Ao fim do episódio, teve a missão de custodiar os presos que foram encaminhados para a Ilha das Flores.²³⁴

Em 1937, o presidente Vargas dá um novo golpe e inicia o período republicano que ficaria conhecido, ideologicamente, como *Estado Novo*. No ano seguinte, mais uma convulsão social com a Revolta Integralista. Sobre esse momento, Bielinski destacou que a primeira tentativa de levante ocorreu na Escola Naval, com o aprisionamento de oficiais contrários à causa, efetuado em março daquele ano. Em 11 de maio, membros da Marinha que faziam parte da AIB invadiram o Palácio da Guanabara. Cerca de 25 militares, vestindo camisas verdes – um dos símbolos integralista - sob as fardas de marinheiros e fuzileiros, participaram da tentativa de derrubada do presidente Vargas. “O choque inicial com a guarda foi favorável aos integralistas, sendo morto o soldado fuzileiro naval Manoel Constantino dos Santos, da Guarda do Palácio, e feridos alguns outros que tentaram reagir à ação de surpresa”.²³⁵

Como parte das ações desencadeadas no mesmo dia, o prédio do Ministério da Marinha foi ocupado por um grupo de militares da Força simpatizantes AIB. Um destacamento de fuzileiros navais foi acionado e bombardeou os insurretos com peças de artilharia e avançou sobre o Ministério, provocando a rendição dos rebeldes.²³⁶ Ao final do conflito, com relatos de combates corpo a corpo e baionetas, o saldo de sete fuzileiros mortos. Para estes, foi construído um mausoléu no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.²³⁷

²³² COSTA, Carlos A. op. cit., p. 16.

²³³ BIELINSKI, Alba C. op. cit., p. 97.

²³⁴ Ibidem, p.99-100.

²³⁵ Ibidem, p.102.

²³⁶ COSTA, Carlo A. op. cit., p. 16.

²³⁷ BIELINSKI, Alba C. op. cit., p. 103.

Nas fontes que consultamos não encontramos registros da participação de Aragão nesses confrontos. De alguma forma a instituição era envolvida por essas questões políticas. Quer seja ouvindo uma notícia, quer observando colegas que retornavam dos combates, ou participando de algum cerimonial fúnebre de honras aos que tombaram em campanha, em algumas dessas situações, certamente Aragão estaria entre seus pares fuzileiros. Ele era um deles!

Após a vitória de Vargas sobre os integralistas “os militares passaram a ser os principais fiadores tanto da ordem social quanto da política de desenvolvimento nacional do regime do Estado Novo”,²³⁸ escreveu João Roberto Martins Filho. E ainda,

Após a repressão das forças de esquerda, do movimento integralista e das oligarquias regionais, Estado e Forças Armadas tornavam-se difíceis de distinguir. Mais do que da defesa nacional, o Exército cuidava da ordem interna e fazia-se fiador da política de industrialização nacional. Esse ator militar parecia distante do idealizado agente social tímido e inseguro, que precisava ser exaltado a ocupar um lugar na política.²³⁹

Apesar de serem vistos como uma tropa reservada e muito restrita às atividades específicas, a partir de meados dessa década, outros aspectos da tropa de fuzileiros passam a ser notados e registrados pela sociedade carioca. Nesse sentido, o pintor fluminense Alberto da Veiga Guignard retratou, com grande repercussão no meio artístico, dois quadros que abordaram a vida social dos soldados navais. Na primeira, de 1937, retratou em *Os noivos*, a presença de um fuzileiro e sua noiva, ambos afro-descendentes. O noivo, como retratado, veste o imponente uniforme vermelho garance e demonstra orgulho em ostentar a farda.

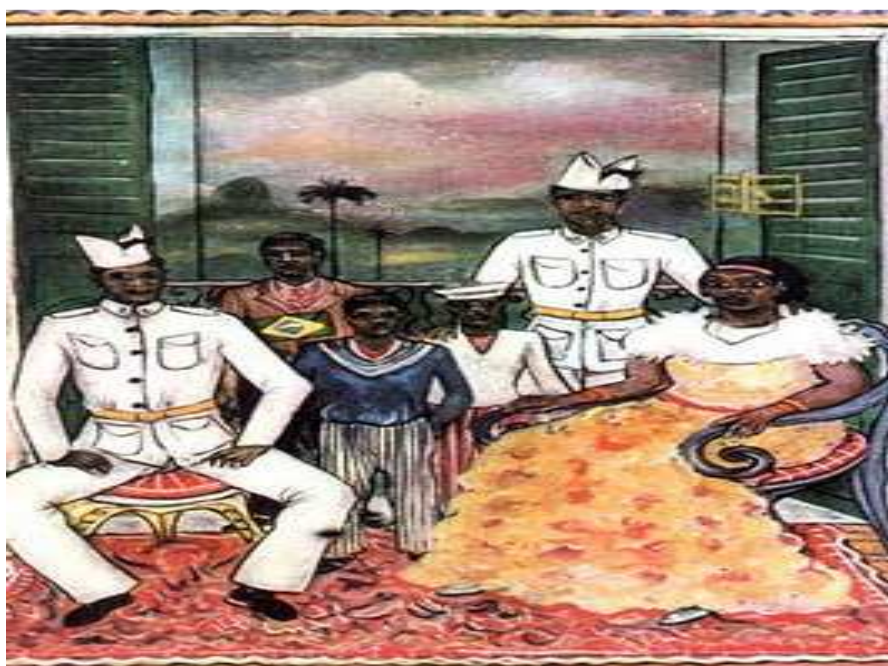
²³⁸ FILHO, João Roberto M. cit., p. 105.

²³⁹ Idem.



(Alberto Guignard, *Os noivos*, 1937)²⁴⁰

No ano seguinte, o mesmo autor registrou o que seria *A família do fuzileiro naval*. A obra representa uma família afro-descendente em uma pose que reproduz costumes de uma família aristocrática da época. Nela, percebe-se o orgulho familiar em ter os filhos fardados como fuzileiros, mesmo sendo simples soldados.



(Alberto Guignard, *Família do fuzileiro naval*, 1938)²⁴¹

²⁴⁰ Disponível em: <http://revistacontemporartes.blogspot.com.br/2010/06/modernismos-no-brasil-dos-anos-trinta.html>. Acesso em 31 de mar. 2012.

Nos anos 1940 a banda dos fuzileiros também passou a fazer sucesso nas praças e rádios do Rio de Janeiro e do país, principalmente após ter a cantora Emilinha Borba, estrondoso sucesso na época, como musa e madrinha. Nas competições que travava nos auditórios radiofônicos com a não menos famosa Marlene, ela foi escolhida em 1947 como a *Favorita permanente da Marinha*. Emilinha gravou o “Cisne Branco”, conhecida também como a Canção do Marinheiro e contribuiu para a divulgação e a conquista da simpatia da sociedade pelos fuzileiros navais. E Aragão, por onde andava...



(Emilinha Borba no auditório da Rádio Nacional com a Banda dos Fuzileiros Navais, década de 1940)²⁴²

2.7 – Entre bailes e bailéus²⁴³

Durante sua carreira e nas memórias de diversos oficiais, Aragão é retratado como um militar indisciplinado e com uma conduta social fora dos padrões da tradição de um ocupante de posto superior na hierarquia militar.²⁴⁴ Ao analisarmos os dados constantes em sua caderneta registro,²⁴⁵ curiosamente não aparece apenas o indisciplinado, o incorrigível, o

²⁴¹ Disponível em: <http://cosmotrip.blogspot.com.br/2010/12/alberto-guignard.html>. Acesso em 02 de jun. 2012.

²⁴² http://rogeriapereira.multiply.com/photos/album/108/Homenagem_a_Emilinha_Borba_e_a_papai#photo=1.jpg Acesso em 12 de jun. 2012.

²⁴³ *Bailéu* é o nome dos compartimentos dos antigos navios, próximos ao porão, onde os marinheiros indisciplinados ficavam presos. Ainda nos dias atuais, na Marinha de Guerra do Brasil, é sinônimo de prisão.

²⁴⁴ As acusações vão desde ao apreço do mesmo por jogos; por sua vida noturna desregrada até mesmo a questões de caráter passional e conjugal.

²⁴⁵ A caderneta registro encontra-se em anexo ao processo BNM-028, arquivado no AEL-Unicamp.

indigesto. Chama atenção passagens elogiosas e medalhas militares em momentos alternados com as punições.

Em outubro de 1937, já como primeiro tenente, foi punido com 10 dias de prisão rigorosa, por ter infringido o item 28 do artigo 12º do Regulamento Disciplinar para a Armada (RDA). Nesse artigo, constava como contravenção disciplinar: “disputar, provocar ou travar conflito, ou promover desordens com seus camaradas ou com indivíduos não militares; não reprimir desordens entre praças, podendo-o fazer”.²⁴⁶ É difícil recuperar o que teria provocado essa punição, entretanto, discussões políticas penetravam na caserna, e 1937 é o ano que inaugura o “Estado Novo” de Vargas e antecede a tentativa integralista de tomar o poder. Como já vimos, a Marinha estava envolvida – do porão ao convés – nesses embates. De acordo com contemporâneos de Aragão, o mesmo foi convidado a participar da Ação Integralista e recusou, sendo por isso perseguido por membros da AIB que militavam entre os marinheiros e fuzileiros.²⁴⁷ Mais além de que uma simples recusa, o tenente Aragão teria impedido que armas fossem distribuídas aos integralistas quando do levante de 1938.²⁴⁸

Entre 1941, depois de dois anos trabalhando na região do Pantanal, voltou ao Rio de Janeiro, se apresentando no quartel central do CFN e assumindo o comando da 9ª Companhia. “Era um oficial solicitado, exercendo funções muito importantes dentro da organização do corpo de fuzileiros: ajudante do encarregado de material, encarregado de estágio para aperfeiçoamento de instrução de cabos (...) e Comissão de Estudos e Organização de Desportos e Educação Física”.²⁴⁹ Por essas e outras atividades, foi elogiado em agosto de 1941 com registro em sua caderneta:

É um ato de inteira justiça elogiar o Capitão-Tenente Fuzileiro Naval Cândido da Costa Aragão, da Primeira Companhia Regional de Fuzileiros Navais, pela grande cooperação prestada a este Comando, pelo zelo e dedicação emprestados aos serviços que lhe são afetos. Adalberto Cotrim Coimbra, Capitão de Mar e Guerra, comandante.²⁵⁰

Dois anos depois, no início de 1943, Aragão e outros militares foram agraciados com a medalha militar, com passadeira de bronze, por mais de dez anos de serviços prestados, “sem nada que os desabonem”.²⁵¹ No mesmo ano, passados mais de seis anos sem ser punido,

²⁴⁶ Cf. BRASIL. Decreto 15. 961, de 16 de fevereiro de 1923 – *Regulamento Disciplinar para Armada*. Nota: Esse regulamento ficou em vigor até 1939 quando foi substituído pelo Decreto 4.987 – de 8 de dezembro de 1939. As punições seguintes ocorreram com base nesse novo RDA.

²⁴⁷ Entrevista de Eunício Cavalcante a Antônio Duarte. DUARTE, Antônio, op. cit., 2012, p.46.

²⁴⁸ Ibidem, p.47.

²⁴⁹ Ibidem, p. 51.

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ Cf. BRASIL. *Diário Oficial da União*, 01 de mar. de 1943, p. 2961-2962.

voltou a ser enquadrado, já como capitão-tenente, com oito dias de prisão rigorosa, no item 42, artigo 2º do RDA: “Deixar de comparecer ou acudir imediatamente à chamada para qualquer exercício, faina, manobra ou formatura”.²⁵²

Em 1944, durante a Segunda Guerra mundial, foi nomeado comandante militar da Ilha de Trindade, no litoral do Espírito Santo. No ano seguinte, já como capitão-de-corveta, comandou o 2º batalhão de infantaria de fuzileiros navais (Batalhão Humaitá). Em 07 de junho de 1946 foi elogiado pelo comandante do 1º Grupamento de Artilharia da Costa, unidade subordinada ao então Ministério da Guerra, por sua atuação durante a greve dos portuários de Santos em maio daquele ano. O texto elogioso agradecia ao então capitão-de-corveta Aragão pela:

(...) valiosa e eficaz cooperação que prestou na manutenção da ordem e segurança no prosseguimento dos trabalhos portuários. Possuindo apreciáveis qualidades de chefe, soube o Cmt. Aragão, irradiar em seus comandados, um sadio entusiasmo o sentido da missão que os trouxe a esta cidade. Em vigílias diuturnas, estiveram os fuzileiros sempre dispostos a manter a ordem. Louvo, pois, o Cmt. Aragão pela disciplina, energia e presteza com que manteve sua Unidade no serviço de segurança junto ao cais, concorrendo para que o Comando efetivasse as providências mediatas e imediatas na manutenção da ordem e no prosseguimento do serviço de carga e descarga dos navios. Honorato Pradel – Coronel – Comandante.²⁵³

Temos aqui um Aragão com “apreciáveis qualidades de chefe”, disposto a manter a ordem. Uma imagem muito diferente daquela que será pintada anos depois.

Em 12 de fevereiro de 1947, foi punido com uma repreensão por escrito pelo diretor da Escola de Guerra Naval, contra-almirante Ernesto de Araújo, por ter desobedecido a uma ordem de serviço do comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais, sem ter justificado. Em setembro de 1947 havia um processo contra o mesmo na 7ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, por lesão corporal²⁵⁴, segundo informações do juiz Emilio Pimentel de Oliveira, enviadas ao comandante do Corpo de Fuzileiros Navais.²⁵⁵ Em 27 de outubro de 1947 foi punido pelo comandante-geral do CFN, contra-almirante Sylvio de Camargo, com 48 horas de prisão, por: “Protelar licença ao subalterno para representar contra ato seu”. Em 10 de novembro do mesmo ano, foi absolvido do processo por lesão corporal. No mesmo mês foi punido com três

²⁵² Idem.

²⁵³ Unicamp, AEL, BNM 028.

²⁵⁴ BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - *Código Penal Brasileiro*, artigo 129.

²⁵⁵ O cotidiano na corporação militar em muitos quartéis e navios é marcado por um clima de forte tensão, principalmente quando há longos períodos de aquartelamento ou viagens de navios. Períodos de manobras militares também se tornam momentos sensíveis e propícios para os confrontos pessoais, principalmente entre jovens. Em minha pesquisa de mestrado identifiquei a existência de rivalidades entre marinheiros, fuzileiros e taifeiros. Em suas pesquisas sobre os marinheiros na Primeira República, Álvaro Pereira do Nascimento relata confrontos entre marujos e policiais. Cf. ALMEIDA, Anderson, op. cit; NASCIMENTO, Álvaro P. op. cit.

dias de prisão simples, por infração do artigo 2º, item 6, combinado com o item 22 do RDA, pelo almirante Sylvio de Camargo, futuro patrono do Corpo de Fuzileiros Navais.²⁵⁶ De acordo com esses itens do RDA, Aragão teria, mais uma vez, protelado licença a algum subalterno para representar contra ato seu, além de ter permutado serviço sem autorização superior.

No ano seguinte, em 17 de fevereiro de 1948 foi punido com 10 dias de prisão rigorosa, por infração dos itens 1,2,3 e 8 do artigo 2º do RDA, pelo mesmo almirante Sylvio de Camargo. Esses itens fazem alusão respectivamente a: Tratar o subalterno com injustiça; Ofender moralmente ou procurar desacreditar o subalterno; Maltratar preso que esteja sob sua guarda; e protelar licença ao subalterno para se dirigir à autoridade a fim de tratar de seus interesses.

Em 1947, Aragão chegou a ter sua matrícula na Escola de Guerra Naval cancelada, nos documentos não consta o motivo, mas nos anos seguintes foi readmitido como aluno dos cursos fundamental e especial. Curiosamente, por sua participação na Segunda Guerra Mundial, a exemplo de vários militares, foi agraciado com a Medalha de Serviços de Guerra com uma estrela.²⁵⁷

Os problemas não cessaram. Em julho de 1949, enquanto aluno do Curso Especial da Escola de Guerra Naval, respondeu a conselho de justificação por ter se envolvido em uma confusão dentro daquele estabelecimento com uma senhora de nome Margarida Fernandes dos Santos, à qual o teria atingido com uma faca, ferindo-o na região do pescoço. O Conselho queria apurar quem teria agredido quem. Ao final da justificativa, o conselho concluiu que: “o justificante foi o agredido e, não obstante, foi sempre visto em atitude serena e de quem se esquivava ao ataque, concorrendo, desse modo, para atenuar as consequências materiais e morais do incidente. (...) O justificante agiu prudentemente até o final”.²⁵⁸ Segundo os autos, a agressora teria declarado, espontaneamente, ter temperamento nervoso e incontrolável – talvez, neuropático.

Os colegas de curso saíram em defesa de Aragão. De acordo com cartas enviadas ao encarregado pelo Conselho “em nenhum momento o justificante apareceu em situação comprometedora”. O acusado ainda contou com a solidariedade do próprio Diretor da Escola. Na decisão final, o ministro da Marinha, almirante Sylvio de Noronha, concluiu que Aragão:

²⁵⁶ Unicamp, AEL, BNM 028.

²⁵⁷ BRASIL. *Diário Oficial da União*, 24 de out. 1947, Seção 1, p. 13.706.

²⁵⁸ Unicamp, AEL, BNM 028.

“não cometeu ato que desabone a sua conduta, ou que seja considerado atentatório ao pundonor militar ou ao decoro da classe”.²⁵⁹

Nesse episódio, constata-se o espírito de corpo entre os oficiais e percebe-se que Aragão ainda não era o “bicho papão” dos anos seguintes após seu envolvimento com a política. Foi defendido por seus colegas, alunos do curso de estudos avançados na Escola de Guerra Naval.

No final de 1949, com apenas 43 anos de idade, Aragão foi reformado administrativamente, sob acusação de ser “moralmente incapaz para permanecer no serviço ativo da Marinha de Guerra”.²⁶⁰ O curioso é que mesmo sendo transferido para a reserva remunerada nessas condições, teve direito à promoção ao posto de capitão-de-fragata, um artifício presente na legislação da época. Essa acusação de “moralmente incapaz” aparece como um dos grandes enigmas de sua carreira militar. O mais correto seria constar nos documentos qual o artigo da legislação militar que foi utilizado para punir Aragão. A não inclusão do preceito jurídico abre margens para inúmeras ilações. Elogios e punições entre militares podem ser vistas como instrumentos políticos, visando beneficiar ou impedir que colegas de farda alcancem postos de comandos estratégicos e até mesmo viagens e trabalhos nas embaixadas, missões e representações diplomáticas.²⁶¹ Entre as acusações de características moralistas que conseguimos identificar em sua trajetória – algumas confirmadas até por seus simpatizantes –, está a de ser mulherengo, não religioso, e de praticante costumeiro de “jogos de azar”.²⁶²

Essas questões podem atingir qualquer militar ou pessoa que tenha prestígio social, seja um político, intelectual, jurista etc. Entretanto, naquele contexto, as posições políticas contrárias não se misturavam, eram territórios sem pontes e sem elos. Estradas paralelas, sem cruzamentos. Também é no campo político que as campanhas difamatórias são mais recorrentes.

Durante os cinco anos de afastamento da vida militar, Aragão envolveu-se em atividades comerciais. De acordo com sua filha Dilma Aragão, seu pai esteve ligado ao ramo de garimpos em Teófilo Otoni, Minas Gerais, e na atividade do ramo de Cisal. Também tinha

²⁵⁹ Unicamp, AEL, BNM 028.

²⁶⁰ Unicamp, AEL, BNM 028, caixa 03, folha 8465. Os documentos consultados só trazem os pareceres finais. Não encontrei o processo que me possibilitaria investigar com profundidade os motivos do referido afastamento. De acordo com esses documentos, o processo completo foi julgado pelo antigo Tribunal Federal de Recursos – TRF, atual Supremo Tribunal Federal. Infelizmente não consegui acesso aos autos durante a pesquisa.

²⁶¹ Questões vivenciadas pelo autor ao longo dos 14 anos de serviço na Marinha do Brasil.

²⁶² Ver DUARTE, Antônio, op. cit., p.87; TEIXEIRA, Francisco. *Francisco Teixeira (depoimento, 1983/1984)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992, p. 251-252. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista102.pdf>. Acesso em 27 jan. 2012.

articulações comerciais na Paraíba, seu Estado natal.²⁶³ Mas o fato é que Aragão não se rendeu. Mesmo tendo sido acusado de corrupto,²⁶⁴ e ter sua moralidade questionada, ele sempre quis voltar. E voltaria...

2.8 - O soldado político

No período de sua reserva compulsória, Aragão terá seu primeiro registro em seu prontuário no Departamento de Ordem Política e Social, do então Estado da Guanabara. Os dados afirmam que o oficial participou, em janeiro de 1953, de um comício contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.²⁶⁵

Ao investigar com detalhes o contexto político em questão, identifiquei que o ato relatado era muito mais que um simples comício. O referido acordo provocou um grande debate entre setores antagônicos da política nacional, levando a imprensa a manifestar-se, explicitando opiniões e posicionando-se abertamente em tempos de Guerra Fria. Dessa forma, o jornal *O Globo* sentenciou que “Fracassou o Comício contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos”. Em chamada de capa, ilustrada com imagens, o texto dizia que compareceram ao ato “homens e crianças, levadas pelos pais ou atraídos pelas sereias vermelhas para a conversão precoce ao credo de Moscou”. No texto da reportagem, o Acordo foi mencionado como de assistência militar e econômica e que teriam comparecido aproximadamente mil e quinhentos manifestantes, alguns vindos em caravana de São Paulo. Entretanto, segundo o autor da matéria, foi “mal sucedido o comício vermelho”.²⁶⁶

No *Correio da Manhã*, o mesmo tom. “Rotundo fracasso o Comício Comunista na Esplanada do Castelo”.²⁶⁷ Entre as informações destacadas indicam que além da questão do Acordo, os presentes protestavam contra o envio de tropas brasileiras para combater na Guerra da Coreia e fez menção a trechos dos discursos - pronunciados por vários militares da

²⁶³ Entrevista de Dilma Aragão a Antônio Duarte. Cf. DUARTE, Antônio. *Almirante Aragão: fragmentos de uma vida*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012, p.99.

²⁶⁴ Ver DUARTE, Antônio, op. cit., p.103.

²⁶⁵ APERJ, Setor Informações, pasta 82, folha 194. O Acordo de Assistência Militar Brasil-EUA foi assinado em 15 de março de 1952 e promulgado através do Decreto 33.044, de 15 de junho de 1953. Tinha como princípios, do lado norte-americano, o comprometimento no fornecimento de assistência técnica e material ao Exército Brasileiro. Em contrapartida firmava-se a obrigação brasileira de participação em operações no continente e de fornecimento de materiais estratégicos como urânio, manganês e areias monazíticas para os Estados Unidos. VASCONCELOS, Cláudio B. op. cit., p.115.

²⁶⁶ BN, *O Globo*, 16 jan. 1953. Capa e p. 06.

²⁶⁷ BN, *Correio da Manhã*, 16 jan. 1953, p. 10. Entre os que discursaram no ato, a reportagem destacou as seguintes presenças: general reformado Henrique Miranda, Branca Fialho; ex-deputado Coelho Rodrigues, Áureo Sampaio de Araújo (Presidente do Clube Piratininga), vereador Afonso Coelho, general reformado Arthur Carnaíba, Lício [Kauer?] e o coronel-aviador reformado Salvador Correia de Sá e Benevides.

reserva- enfatizando expressões como “imperialismo norte-americano”; “capital colonizador”; “belicistas”, etc.²⁶⁸ Aragão ainda não aparecia com destaque, era um expectador entre experientes generais, a exemplo de Arthur Carnaíba, citado como o principal orador do ato.²⁶⁹ Entretanto, sua participação no evento, anteciparia em mais de dez anos sua posição ideológica e sua atuação político-militar em 1964 e nos anos seguintes, como exilado.

Segundo Cláudio Vasconcelos, “a negociação do Acordo pelo ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, sem a participação do ministro da Guerra, general Estillac Leal, gerou uma forte crise política que resultou na renúncia do militar”.²⁷⁰ Como demonstração de indignação, foi organizada uma Comissão Nacional sob as lideranças dos generais Edgard Buxbaum, Henrique Cunha e Eduardo Souza Mendes. Havia ainda oficiais da Aeronáutica e da Marinha, esta representada pelo almirante Belisário de Souza, pelo capitão-de-fragata Pedro José da Rocha, o capitão-de-corveta Helvécio Coelho Rodrigues e pelo capitão-de-mar-e-guerra, então na reserva, Cândido da Costa Aragão.²⁷¹

Passados quase três anos de sua inatividade militar, a presença de Aragão como membro dessa comissão, seu registro nos documentos da polícia política, como também sua presença no noticiário jornalístico, nos fornece indícios sobre quais eram suas táticas e estratégias para voltar à ativa na Marinha. Se juridicamente o retorno se mostrava difícil, ele aprendeu que sua volta poderia ser por outros caminhos. Aqui, faz-se necessário mais uma vez um mergulho no contexto da política nacional para tentarmos compreender esse movimento de Aragão e sua inserção no mundo dos engravatados.

Entre os anos 1930 e 1950 o mundo e o país se transformaram. Em alguns aspectos em alta velocidade, em outros, ritmo de barco à vela. As organizações políticas e as Forças Armadas brasileiras tentaram acompanhar e se adaptar à nova ordem. Não é coincidência o fato de o almirante Júlio de Sá Bierrenbach ter intitulado seu trabalho memorial de *1954-1964: uma década política*.²⁷² Mas, antes dessa década política, é preciso voltar alguns anos, para tentarmos identificar momentos e processos da história do Brasil que, certamente, contribuíram para forjar a cultura política do soldado Cândido, ou, do almirante Aragão.

Não é minha proposta abordar a história da política brasileira nessas duas décadas. Para isso, há uma série de obras importantes escritas por historiadores pesquisadores em geral

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ BN. Jornal *O Globo*, 16 jan. 1953, capa.

²⁷⁰ VASCONCELOS, Cláudio B. op. cit., p.115.

²⁷¹ Ibidem. p.116-117.

²⁷² BIERRENBACH, Júlio de S. *1954-1964: uma década política*. Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996.

sobre o período.²⁷³ Entretanto, entender aspectos da atuação política das Forças Armadas brasileiras, principalmente anos 1940, ajuda-nos a visualizar as pressões que agiam sobre o pesquisado e suas posições políticas.

Em 1944 o Brasil entrou de vez na Segunda Guerra Mundial através do envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) à Europa. Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, viajou à Itália e passou a se apresentar como defensor dos regimes liberais e da redemocratização brasileira.²⁷⁴ Em outubro, começou a ser articulada pela oposição a Vargas, a candidatura presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes, uma das principais lideranças do levante do Forte de Copacabana em 1922. Entre os situacionistas, o nome de Dutra foi indicado e aceito, inclusive com o apoio do presidente. No ano seguinte, indefinições quanto ao interesse de Vargas continuar ou não no poder e o crescente apoio das massas urbanas para sua permanência, exemplificado na alcunha de “pai dos pobres” e no movimento “queremista”, provocou a precipitação dos acontecimentos.

O próprio Dutra começou a suspeitar das intenções continuístas do chefe de governo, e a divulgar entre as forças armadas suas desconfianças sobre as relações de Getúlio com os setores populares e com os comunistas. No dia 29 de outubro, agindo de forma coordenada, os estados-maiores das forças armadas depuseram Vargas, e chegou ao fim o Estado Novo.²⁷⁵

Em dezembro, com mais de três milhões de votos, Dutra foi eleito. Seu mandato foi marcado especialmente pela aprovação de uma nova carta constitucional, em 1946. Cinco anos depois devolveria a faixa presidencial a Getúlio após ser eleito democraticamente em disputa com o brigadeiro Eduardo Gomes, o mesmo que perdera a eleição para Dutra.

Na análise de Martins Filho, as candidaturas de Dutra e Eduardo Gomes em 1945 e a nova aparição do brigadeiro nas eleições de 1950 marcam um período em que a participação política das Forças Armadas ainda estava bastante calcada na atuação de algumas personalidades. Segundo ele, a partir de 1947, o advento da guerra fria inauguraria uma fase em que o grupo militar conservador começaria a se preocupar com as perspectivas de uma

²⁷³ Exemplo disso é a coletânea *O Brasil Republicano (4 volumes)*, organizada por Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. Para essas décadas específicas, ver especialmente o Livro 2. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de A.N. *O Brasil Republicano – o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²⁷⁴ FERREIRA, Marieta M. e SARMENTO, Carlos E. “A República brasileira: pactos e rupturas”. In GOMES, Angela de C., PANDOLFI, Dulce C., e ALBERTI, Verena (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002, p. 471.

²⁷⁵ Ibidem, p.473.

intervenção mais orgânica dos militares na política, em termos antes institucionais que individuais, na tradição incentivada nos anos 30 e 40 por Góis Monteiro.²⁷⁶

A bipolaridade na geopolítica mundial que avançará pelos anos 1950 e décadas seguintes afetará diretamente as Forças Armadas. Fica explícita a existência de grupos antagônicos no segmento militar, que serão apelidados, dentre outras formas, de nacionalistas e entreguistas; esquerdistas e anticomunistas; progressistas e reacionários.

Livre de suas funções militares, mas obstinado a voltar, Aragão continuava sua labuta nos tribunais, atuava nos ramos comerciais já citados e cada vez mais se aproximava dos grupos nacionalistas das Forças Armadas. Os nacionalistas aproximavam-se cada vez mais do presidente reeleito, Getúlio Vargas, e de suas propostas mais amplas sob a bandeira do *trabalhismo*, institucionalizado no Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Entre as ideias norteadoras que iriam unir militares a políticos como Vargas, Leonel Brizola e João Goulart, o forte apelo ao nacionalismo, a “industrialização com base em bens de capital, proposta de fortalecimento de um capitalismo nacional, criação de empresas estatais em setores estratégicos, valorização do capital humano com redes de proteção social (...)”,²⁷⁷ dentre outros aspectos, possibilitaram o que Jorge Ferreira chamou de união no plano sindical, trabalhista e comunista. Esses grupos passaram a defender um projeto para a Nação que se contrapunha ao avanço dos interesses norte-americanos, portanto nacional, mas com base no fortalecimento do Estado e de empresas estatais.²⁷⁸

Cabe-nos ressaltar que Getúlio recebeu do governo Dutra um país com problemas econômicos estruturais. Havia um desequilíbrio financeiro no setor público e o fantasma da inflação dava as caras mais uma vez.²⁷⁹ No campo político, embora tivesse sido eleito democraticamente, Vargas enfrentava forte oposição, principalmente da UDN e de setores do PCB. Os ataques tinham como alvo também os seus ministros, entre eles, João Goulart – ministro do Trabalho -, acusado de demagogo, manipulador de sindicatos e fomentador de greves, como bem escreveu Jorge Ferreira.²⁸⁰ Os três anos de instabilidade política, atingiram também a caserna. O fato mais incontestável da politização dos militares foi o chamado *Memorial dos coronéis*. Assinado por mais de oitenta oficiais do Exército, nos postos de coronel e tenente-coronel, o texto, divulgado em fevereiro de 1954, protestava principalmente contra o que consideravam descaso do governo em face das necessidades do Exército,

²⁷⁶ MARTINS FILHO, op. cit., p.106.

²⁷⁷ FERREIRA, Jorge, op. cit., 2003, p. 303-304.

²⁷⁸ Idem.

²⁷⁹ Ibidem., p. 305.

²⁸⁰ Ibidem, p.306.

relativas, por exemplo, à precariedade das instalações em todo território nacional, ao reequipamento das unidades, cujo material bélico era em sua maioria obsoleto, e ao reajuste salarial dos militares do Exército, em "eterna disparidade" em relação às forças armadas de outros países. Nesse sentido, teciam ainda sérias críticas ao aumento de cem por cento do salário mínimo proposto por João Goulart, ministro do Trabalho recentemente nomeado.²⁸¹

Para piorar a situação, o demitido ministro das Relações Exteriores João Neves Fontoura denunciou a existência de um pacto entre Brasil, Argentina e Chile de resistência à política norte-americana para a América do Sul. Os udenistas não perderam tempo e pediram a saída de Vargas, entrando com processo de *impeachment* contra o líder gaúcho.²⁸² O Congresso rejeitou o impedimento por ampla maioria, em junho de 1954, indicando que parte significativa dos segmentos políticos acreditava em uma solução negociada para a crise.²⁸³ Apesar da relativa vitória de Getúlio, o desgaste foi inevitável e, meses depois a crise chegaria no momento mais crônico.

As pressões pelo afastamento do presidente aumentaram ainda mais após o atentado contra o líder udenista e maior opositor de Vargas, Carlos Lacerda, ocorrido no Rio de Janeiro, em agosto de 1954. Na emboscada, morreu o major Rubem Vaz, da Força Aérea, que fazia parte da segurança de Lacerda. Este foi atingido apenas no pé.²⁸⁴ Um dos principais acusados de envolvimento no atentado, Gregório Fortunato, era o chefe da guarda pessoal do presidente da República. Após esse fato, cresceram as denúncias contra o governo.²⁸⁵

Lacerda, habilmente, transformou o militar morto em um símbolo da luta contra Vargas. Utilizando o seu jornal *Tribuna da Imprensa*, intensificou os ataques e responsabilizou Getúlio pelo atentado. Mesmo sem nenhuma prova do envolvimento do presidente, Lacerda escreveu, sem meias palavras: ‘acusos um só homem como responsável por esse crime. É o protetor dos ladrões. Esse homem é Getúlio Vargas’.²⁸⁶ Nos jornais, generais, brigadeiros e almirantes eram incitados a derrubarem Vargas.²⁸⁷ Aragão lia jornais.

A crise culminou com o suicídio de Vargas. Um tiro no peito, uma carta-testamento e alguns candidatos a herdeiros do rico espólio político deixado pelo, agora herói, Getúlio Vargas. João Goulart, também gaúcho, assumiria anos mais tarde a responsabilidade de

²⁸¹ Ver “O Manifesto dos Coronéis”, disponível em: www.cpdoc.fgv.br, acesso em 02 set. 2013.

²⁸² FERREIRA, Jorge, op. cit., 2003, p.306.

²⁸³ FERREIRA, Marieta M. e SARMENTO, Carlos E. op. cit., p. 475.

²⁸⁴ FERREIRA, Jorge, op. cit., 2003, p. 307.

²⁸⁵ FERREIRA, Marieta M. e SARMENTO, Carlos E. op. cit, p.476.

²⁸⁶ FERREIRA, Jorge, op. cit., 2003, p. 308.

²⁸⁷ Idem.

continuar o legado político de seu conterrâneo. Um dos seus mais fortes oponentes, já era bem conhecido e odiado pelos admiradores do varguismo. Carlos Lacerda!

Imagino que Aragão queria voltar. Queria ter força política. Queria comandar os fuzileiros navais. Queria estar ao lado dos nacionalistas. Simpatizava com os seguidores de Vargas, Leonel Brizola e João Goulart. Lacerda estava do outro lado. Ele sabia quem era Lacerda.

Em fevereiro de 1955, sua luta de voltar para a Marinha teve fim. Após ser inocentado no processo que havia o colocado na inatividade, obteve o deferimento de voltar à ativa em decisão do Tribunal Federal de Recursos - instância correspondente hoje ao Supremo Tribunal Federal. Em abril ele foi reintegrado e promovido ao posto de capitão-de-mar-e-guerra.²⁸⁸ No mesmo ano, já de volta à Marinha, participou junto com o almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano dos acontecimentos do Golpe preventivo do Marechal Lott, que assegurou a posse do presidente Juscelino Kubitschek.²⁸⁹ Naquele momento, era o encarregado de pessoal da guarnição do Quartel Central do CFN. No ano seguinte, assumiu o sub-comando da guarnição do Quartel Central, na histórica Fortaleza de São José, Ilha das Cobras, centro do Rio de Janeiro. De acordo com os mesmos registros, Aragão não parou mais.²⁹⁰

Em setembro de 1957, junto com os demais oficiais responsáveis pelo Grupamento de Marinha que participou do desfile cívico da Independência do Brasil, recebeu efusivo elogio por escrito do contra-almirante Fernando Almeida Rodrigues, “pela iniciativa, cooperação que tiveram no preparo e treinamento das forças sob seus comandos no curto tempo que lhes foi dado para tal fim, demonstrando entusiasmo pela profissão e grande aptidão para o mando”.²⁹¹ Dessa forma, dois anos após seu retorno ao CFN, Aragão voltava a ser merecedor de um elogio. Cabe destacar que sua inserção no campo político era totalmente inerente à atuação das Forças Armadas naquele período. Dentro da Marinha, são conhecidas as atividades no campo das direitas dos almirantes Sílvio Heck e Penna Botto, este, fundador da Cruzada Brasileira Anti-Comunista. Ambos não hesitavam em emitir opiniões e pronunciamentos de caráter estritamente político. Exemplo disso são as palavras de Botto na conjuntura que

²⁸⁸ Quando militares são excluídos e voltam após decisão judicial, o tempo que ele ficou afastado é contado para a promoção, como se na ativa estivesse.

²⁸⁹ Unicamp, AEL, BNM 028, caixa 03, folhas 8465-8469.

²⁹⁰ Ressalto que historicamente, cargos estratégicos na cadeia de comando das Forças Armadas, são preenchidos por indicações e posicionamentos políticos. É prerrogativa do presidente da República, após indicação do altos comandos militares, deferir ou não as indicações.

²⁹¹ Unicamp, AEL, BNM 028, folha 2113.

precedeu a disputa eleitoral de 1955.²⁹² Segundo William, alegando que se manifestava como civil, “apesar de estar fardado e no seu posto de comando”, o almirante dizia que:

‘a Cruzada exigiria que os candidatos não tivesse ligações com o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Socialista, nem com Jânio Quadros ou Adhemar de Barros’ (...). [Era] contrário à exploração exclusivamente estatal do petróleo. Falava sobre a situação política e incentivava os oficiais a participarem ativamente do processo sucessório, uma posição contrária à orientação do presidente [Café Filho]. Os pronunciamentos de Botto foram ganhando influência na Escola de Estado-Maior e afinavam-se com as ideias de [Carlos] Lacerda.²⁹³

Após a confirmação da vitória eleitoral de Juscelino - com João Goulart ganhando como vice-presidente²⁹⁴ – Penna Botto publicou um artigo no jornal *O Globo*. Na nota, disse que era

‘indispensável impedir que Juscelino e Jango tomem posse dos cargos para que foram indevidamente eleitos (...). Entre respeitar o resultado das eleições, mas levar o Brasil à perdição; e impedir que os eleitos pela minoria tomem posse, mas salvar o Brasil, não há hesitação possível (...). Acresce que tal impedimento tem aspecto legal porquanto não só o Partido Comunista, embora fora da lei, participou como Organização Partidária ostensivamente na eleição, como também porque a dupla Juscelino e Jango apenas teve cerca de terça parte da votação global’.²⁹⁵

Sílvio Heck também não se esquivava de comentar publicamente assuntos da política nacional. Da mesma linha ideológica de Penna Botto, estivera preso em vários momentos, a partir do governo de Juscelino, por fazer críticas ao governo em emissoras de televisão e em jornais.²⁹⁶ Posteriormente, em entrevista concedida após o golpe de 1964, Heck declarou que ‘por vestir farda, não deveria ficar alheio aos problemas nacionais’. Nos momentos mais conturbados, Heck e Penna Botto contavam com a solidariedade de um grupo forte politicamente dentro da Marinha. Eram os almirantes Saldanha da Gama, Augusto Rademaker, Levi Aarão Reis, Melo Batista e Waldeck Vampré.²⁹⁷ O posicionamento desse grupo comprova a participação na política nacional de militares do alto escalão da Marinha.

Se por um lado encontramos oficiais declaradamente anticomunistas e pró alinhamento com os Estados Unidos – chamados de *entreguistas* pelos opositores -, do outro,

²⁹² WILLIAM, Wagner. *O soldado absoluto: uma biografia do marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 77-78.

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ De acordo com a legislação eleitoral da época, a eleição do vice era independente da votação do presidente. Na eleição de 1955, Juscelino Kubitschek (PSD - Partido Social Democrático) enfrentou Juarez Távora (UDN - União Democrática Nacional), Adhemar de Barros (PSP - Partido Social Progressista) e o integralista Plínio Salgado.

²⁹⁵ Jornal *O Globo*, 14 de out. 1955, apud WILLIAM, op. cit., p.96.

²⁹⁶ Jornal *O Globo*, 21 dez. 1963, p.10.

²⁹⁷ Idem.

havia os chamados *nacionalistas de esquerda* ou apenas *nacionalistas*. Foi nesse segundo pelotão que o soldado paraibano se encontrou. Hierarquicamente, o nome forte era do almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, oficial do Corpo da Armada oriundo da Escola Naval. Contudo, politicamente, Aragão tinha mais visibilidade. Formavam ainda esse grupo à esquerda: Washington Frazão Braga, José Luiz de Araújo Goyano, Paulo Silveira Werneck, Thales Fleury Godoy, René Margarino Torres, dentre outros.²⁹⁸

A simpatia de Aragão por alguns políticos situados a bombordo durante a década de 1950 o colocava, também, no discurso de seus adversários, como um perigoso comunista, daí a alcunha de “almirante vermelho” divulgada por seus opositores. Ao participar das articulações do Golpe preventivo articulado pelo Marechal Lott, em 1955, ele escolhera um caminho e a trincheira na qual estaria lutando nos seguintes. Essa tomada de posição implicou também em identificar adversários e alguns inimigos.

Em breve ele atingiria o ciclo militar dos que tem a honra de serem chamados oficiais-generais. Seu alinhamento político foi fundamental para alcançar tal honraria.

2.9 - O nacionalismo de esquerda

Não são poucos os autores que se debruçaram sobre o tema do *nacionalismo* e influência no pensamento político brasileiro. O recorte aqui escolhido objetiva identificar alguns aspectos dessa via interpretativa e propositiva principalmente a partir dos anos 1930, com destaque para os anos 1950. Essa escolha tem como base duas questões mais que pertinentes para o texto que aqui. A primeira refere-se à força de como essas duas décadas aparecem na produção intelectual do país, quer seja acadêmica, literária ou política, sob a invocação do nacionalismo.²⁹⁹ A segunda questão está ancorada nos indícios, mais que identificados, que essa corrente de pensamento influenciou indubitavelmente nas decisões tomadas pelo personagem aqui investigado.

Partimos de 1930...

Em 1931, o médico sergipano e estudioso dos problemas da América Latina e do Brasil, Manoel Bomfim, publicou o livro *Brasil Nação*. Segundo Paulo Cunha, Manoel Bomfim pode ter influenciado toda uma geração de militares e intelectuais que ganhariam

²⁹⁸ Cf. VASCONCELLOS, Cláudio B. op. cit., p.209.

²⁹⁹ Ver OLIVEIRA, Lúcia L. “Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio”. In FERREIRA, Jorge e DELGADA, Lucília de A. N. *O Brasil Republicano – o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 323-347, vol.2.

notoriedade graças às teses nacionalistas no período pós-50. Ao se debruçar sobre a obra de um dos mais prestigiados militar que figura também entre os intelectuais - Nelson Werneck Sodré -, Cunha revela a influência de Manoel Bomfim:

Antecedendo o debate em quase 30 anos, suas análises já revelavam, nas palavras de Nelson Werneck Sodré, a forte preocupação em analisar e interpretar o passado brasileiro à luz de novos instrumentos entre os quais o marxismo e que, certamente, no pioneirismo de suas posições progressistas-nacionalistas pavimentou e possibilitou a substância de um debate posterior. (p.39).

A questão no *nacionalismo de esquerda* vem de encontro ao nacionalismo autoritário tradicional, logo xenófobo, conservador e indiferente aos conflitos de classe. De acordo com Carla Karloni, “o nacionalismo autoritário ou conservador encontrou apoio na produção de vários intelectuais da época, como Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos, e, na sua versão militar, obteve expressão na doutrina Góis Monteiro”.³⁰⁰

Nessa corrente ideológica, em sua formulação militar, a ideia de que “a liberdade da nação e dos que nela viviam deveria ser compatível com a ideia de segurança nacional. E, em nome da unidade e da segurança, havia a necessidade de se desfazer a luta entre as classes”.³⁰¹ Nessa mesma linha, a convicção de que “o desenvolvimento da capacidade de guerra de uma nação dependeria da potencialidade e do desenvolvimento de seus recursos industriais, da comunicação e da cultura”.³⁰²

Já a tipologia *nacionalismo de esquerda*, expressão atribuída a José Murilo de Carvalho,³⁰³ apesar de também privilegiar o caráter nacional e a preocupação com o futuro do país, o reconhecimento da existência das desigualdades sociais e a crença no poder do Estado como agente protagonista na defesa dos interesses do país e na superação das diferenças sociais. É também uma via que difere das ideias estruturalistas do marxismo internacional, de cunho revolucionário, determinista e generalista, embora dialoguem e tenham sintonia em alguns pontos específicos.

³⁰⁰ CARLONI, Karla. *Forças Armadas e democracia no Brasil: 011 de novembro de 1955*. Rio de Janeiro: Garamond/Faperj, 2012, p.39. Sobre a chamada doutrina Góis Monteiro, Carloni enfatiza que: Junto ao general Eurico Gaspar Dutra, o general Góis Monteiro foi uma das principais lideranças militares do Estado Novo. Sua doutrina foi responsável por aglutinar e representar a posição da facção militar que se impôs durante o primeiro governo Vargas. Seus princípios constituíram uma doutrina de segurança nacional e se firmavam sobre a crítica à democracia liberal, tanto no terreno da política quanto no da economia. Pregava a necessidade de uma atuação interventora das Forças Armadas, já que as elites políticas e as instituições formadoras do próprio Estado não teriam à época, competência suficiente para a tarefa do desenvolvimento da nação. Ibid, p.29-30.

³⁰¹ CARLONI, Karla, op. cit., p.29-30.

³⁰² Ide.

³⁰³ Ver CARVALHO, José M. de. “Vargas e os militares”. In PANDOLFI, Dulce C. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p.343, citado em CARLONI, ibid, p.21.

Em sua análise sobre o nacionalismo presente no debate político brasileiro no final dos anos 1950 e até o golpe civil-militar de 1964, Lucilia Delgado identifica duas formas de expressão do pensamento nacionalista desde os anos 1930. Segundo ela,

A primeira pode ser denominada de ‘nacionalismo dirigido’ e a segunda de ‘nacionalismo reformista’. O nacionalismo dirigido fortaleceu-se a partir de meados da década de 1930, apesar da oposição de comunistas e democratas. Nasceu marcado por dupla característica, ou seja: a forte influência governamental se respaldava em uma mobilização popular, sobre a qual o governo procurava exercer enérgico controle (...).

O nacionalismo reformista ganhou maior expressão a partir da segunda metade dos anos 1950. Vinculou-se a uma organização mais autônoma dos movimentos da sociedade civil que, com crescente autonomia, se aliaram a alguns partidos políticos como o PTB e o PCB. Expressou-se a ideia de que uma nação emancipada seria construída como desdobramento da adoção de políticas nacionalistas efetivas.³⁰⁴

Ainda de acordo com Delgado, foi no segundo governo Vargas que cresceram de forma mais acentuada as manifestações pró-nacionalistas. O momento mais forte teria sido em 1953, com a criação de Petrobras e a divulgação de um documento-manifesto onde apareciam com força as ideias mestras da Frente Nacionalista Brasileira. Entre elas, destacam-se:

a defesa da indústria nacional, o monopólio estatal do petróleo, a criação da Eletrobrás, o estabelecimento de indústrias de base, política externa independente, reforma agrária, reforma do ensino, interiorização da capital brasileira, ampliação do mercado interno, aperfeiçoamento do regime democrático e apoio à indústria cinematográfica nacional.³⁰⁵

Em meados da década de 1950, a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) será uma tentativa de formulação de “um projeto nacionalista de desenvolvimento capitalista para o Brasil como meio de superação de sua estrutura subdesenvolvida”.³⁰⁶ Fundado em julho de 1955, antes da eleição que levou Juscelino à presidência, o Iseb, subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, tornou-se, durante os anos de desenvolvimentismo, o órgão fundador da teoria que sustentava a política econômica do programa de metas de Juscelino, que conheceu os principais teóricos do Iseb em 1954. Os intelectuais do Instituto também estavam dispostos a colaborar e dar ‘sustentação ideológica’ ao exclusivo desenvolvimentismo juscelinista. O grupo era formado por civis, militares e nacionalistas moderados, até o rompimento em 1959, quando a questão do capital estrangeiro dividiu definitivamente o instituto. Seus principais teóricos eram civis - Roland Corbisier,

³⁰⁴ DELGADO, Lucilia de A. N. “Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964)”. In FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.364-365, vol.2.

³⁰⁵ Ibidem, p. 366-367.

³⁰⁶ CARLONI, Karla, op. cit., p.44.

Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Hélio Jaguaribe – com exceção do tenente-coronel Nelson Werneck Sodré. As ideias surgidas provocavam debates inéditos que empolgavam.

Dirigido por intelectuais de posições heterogêneas, seus teóricos dividiam-se basicamente em dois grupos. No primeiro encontramos os que defendiam uma maior participação popular apoiando o Estado como agente propulsor das mudanças. No segundo grupo, alheios às preocupações sociais, os que defendiam a obediência às regras da sociedade capitalista e à economia de mercado.³⁰⁷

A polêmica mais notória foi criada em 1958, com o lançamento do livro *O Nacionalismo na atualidade brasileira*, de Hélio Jaguaribe, que defendia uma nova reflexão sobre o papel das empresas multinacionais que não eram necessariamente contrárias à industrialização. Para elas, o melhor caminho seria: investir em fábricas no país ou ficar fora de um mercado promissor como o brasileiro. Quanto à definição de nacionalismo, Jaguaribe ousou ainda mais ao classificá-lo como um ‘meio’ de conseguir o desenvolvimento, e não o idolatrado objetivo a ser alcançado. Para o Iseb, o desenvolvimentismo seria a única alternativa para o Brasil sair do subdesenvolvimento.³⁰⁸

Ao fazer uma análise detalhada sobre os estudos publicados pelo instituto, Alzira Abreu nos coloca no centro do debate que envolvia os principais teóricos isebianos. No que diz respeito ao tema do nacionalismo, o destaque mais uma vez é para Hélio Jaguaribe:

Guerreiro Ramos entendia o nacionalismo como a luta dos povos periféricos para alcançar sua plena soberania e libertar-se da condição colonial. Para Hélio Jaguaribe, o nacionalismo tinha o propósito de instaurar ou consolidar a aparelhagem institucional necessária para assegurar o desenvolvimento de uma comunidade (...). O nacionalismo, para Jaguaribe, seria um meio para atingir um fim: o desenvolvimento. Afirmava ele que ‘o nacionalismo brasileiro é econômico, pois reivindica para o capital nacional, sobretudo na forma de monopólios estatais, a exploração do petróleo e dos minerais atômicos’. No plano econômico, a contradição principal era vista por Jaguaribe como sendo aquela entre subcapitalização e desenvolvimento econômico. A subcapitalização gera subdesenvolvimento. Para incrementar a capitalização, seria necessário aumentar a capacidade nacional de investimentos ‘mediante a imigração de capitais estrangeiros’. Entretanto, assinalava Jaguaribe, era exatamente contra o capital estrangeiro que se insurgiam os nacionalistas, vendo nele um fator de espoliação de riquezas e de agravamento da dependência colonial. E o nacionalismo seria também político, identificando-se internamente com as exigências de democracia e de justiça social. No plano das relações internacionais, o nacionalismo político reivindicava para o país uma posição de maior autonomia em face dos Estados Unidos e das grandes potências europeias.³⁰⁹

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ WILLIAM, Wagner, op. cit., p.231-232.

³⁰⁹ ABREU, Alzira A. “Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb)”. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (org.). *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 421-422, vol. 2.

Estão aí, explícitos com mais profundidade, os principais pontos de divergências entre os isebianos. Como bem esclareceu Abreu, “as duas diferentes perspectivas de análise quanto aos obstáculos ao desenvolvimento determinaram concepções distintas sobre o significado do nacionalismo e sobre a participação de capital estrangeiro no desenvolvimento”.³¹⁰

Antes do rompimento no interior do instituto, nota-se a influência das ideias discutidas pelos isebianos entre setores nacionalistas da política brasileira. Em novembro de 1956, em seu discurso como vice-presidente durante as comemorações de um ano do movimento que assegurou a posse de JK, Jango – que havia sido ministro do trabalho de Vargas –, destacou suas considerações sobre o nacionalismo, inegavelmente muito próximas daquelas formuladas por alguns intelectuais do Iseb:

Um traço mais fundo une nossos espíritos e identifica o entendimento entre as Classes Armadas e o povo em face dos problemas do Brasil de hoje; esse traço é o nacionalismo. Não o nacionalismo xenófobo e irracional, que levante barreiras ao progresso e torne o país mais fraco, à força de temer a colaboração alheia; mas o nacionalismo esclarecido, pragmático construtivo, que quer dar uma consciência à nação e que não consente em ver sair do nosso território o centro da decisão e orientação dos nossos próprios problemas. Um nacionalismo, enfim, que possa afirmar este país sem se negar os demais, que não anestesie nossa sensibilidade ao entendimento compreensivo com todos os povos, mas que traga toda a autenticidade de nossa formação espiritual, fundamentalmente embebida na religião e profundamente democrática e antitotalitária. Não queiram assim os arautos da intriga ver nesta afinidade entre as ideias do povo e da tropa a marca de inspirações supeitas (...) o povo brasileiro tem tido nas fileiras do exército a sua mais constante e eficiente escola de nacionalismo. Por seu lado, têm sido as classes trabalhadoras a grande vanguarda dessa luta, de que se fez intérprete e mártir aquele que selou com o sacrifício de sua vida o encontro do Brasil consigo mesmo, o imortal presidente Vargas.³¹¹

Em outra ponta, no que diz respeito à produção artística, percebe-se claramente a busca e o apoio a produções de caráter nacional. No ano da posse de JK, mais uma prova que a tropa dos fuzileiros conquistava espaços no imaginário popular. Tendo como centro o Rio de Janeiro, as produções artísticas se espalhavam pelo país. Em 1955 ganharia as telas mais uma obra do famoso comediante Mazaroppi. Com o título de *O Fuzileiro do Amor*, a película retratava no característico humor do protagonista, a tentativa do sapateiro José Ambrósio de conquistar a simpatia do pai de sua amada. Para impressioná-lo, se alistou e virou fuzileiro naval. Produzida pela empresa carioca Cinelândia Filmes, a película contribuiu ainda mais para o reforço da imagem dos fuzileiros navais como tropa popular. Poucos anos depois do

³¹⁰ Ibidem, p.422.

³¹¹ WILLIAN, Wagner. Ibidem, p. 199.

filme, os anfíbios seriam comandados literalmente por um fuzileiro de origem popular. A vida imitava a arte!



O sargento não gosta muito do recruta.

(Mazaroppi atuando em *O fuzileiro do amor*, 1955/1956, Dir. Eurides Ramos, Cinelândia Filmes)³¹²

Em abril de 1960, no governo Juscelino Kubitschek, Aragão foi promovido a contra-almirante. A partir daí, seus passos seriam acompanhados por seus adversários políticos, pela imprensa e também por seus simpatizantes e correligionários. Como veremos, Aragão fez do cargo um instrumento da política, como de fato o é. A promoção a almirante é historicamente fruto de articulações de bastidores dentro da própria instituição e, principalmente, resultado e inequívoco apoio político. Mais que uma simples promoção, a chegada do qualquer militar ao grupo de oficiais gerais, o insere no pequeno espaço da pirâmide hierárquica onde são tomadas as decisões de caráter político que envolve a liturgia do cargo.

2.10 - A Renúncia de Jânio Quadros

No ano seguinte, o agora contra-almirante Aragão ganhou ainda mais notoriedade política. Nos registros do Cenimar, aparece ao lado do almirante Suzano em vários informes.

³¹² Disponível em: <http://www.cinemabrasileiro.net/cinedistri.html>. Acesso em 06 jun. 2012.

Segundo os arapongas, teria comparecido “a reuniões de caráter subversivo na sede do Tribunal Marítimo”³¹³ em março de 1961. No mês seguinte, em mais uma reunião registrada nos documentos sem uma data precisa, estivera na companhia do brigadeiro Lino Teixeira, do capitão-de-mar-e-guerra Primo Nunes, do deputado Abelardo Jurema, dentre outros. Ainda em abril, a informação de que participou de movimento de bastidores visando a derrubada do general Cordeiro de Farias, então presidente do Clube Militar, e que teria comparecido a reuniões na casa do general Floriano de Lima Brayner, em companhia dos generais Segadas Viana e Jair Dantas Ribeiro. Nos documentos, a afirmação de que “nestas reuniões dizia-se que JANIO não terminaria o mandato” e que “ARAGÃO coordenava movimentos subversivos de tropa de CFN”. Seguindo seus passos, os informantes registraram no mês de julho que Aragão também estaria ligado ao movimento de rebelião estudantil em Recife, através dos Deputados Ulisses Guimarães e Almino Afonso.³¹⁴

Ainda em 1961, ano de constante vigilância do Cenimar sobre Aragão, foi marcado pelo breve governo de Jânio Quadros. Após ter tomado posse em janeiro, depois de uma campanha que tinha como símbolo *a vassoura* - que varreria todas as dificuldades e problemas do país -, o novo governo acabou muito antes do previsto. Em data agosto de 1961, com João Goulart em viagem ao exterior, Jânio Quadros renunciou e o presidente do Congresso Ranieri Mazzili foi empossado. Abriu-se então uma crise institucional sobre a sucessão presidencial. Os ministros militares não admitiam dar posse a Jango. O ministro da Marinha, Sílvio Heck, foi um dos mais enfáticos na tentativa de golpe, numa clara demonstração de desrespeito à Constituição Federal. Após articulações de resistência organizadas no Rio Grande do Sul por Leonel Brizola, através da Cadeia da Legalidade, Jango foi empossado após aceitar o sistema parlamentarista e a realização de um plebiscito marcado para janeiro de 1963.³¹⁵

Apesar de não ter sido necessário o emprego dos fuzileiros navais durante a crise, o almirante Carlos Augusto Costa relembrou que “foi montada uma força-tarefa anfíbia, na qual o Núcleo da 1ª Divisão de Fuzileiros Navais constituiu a força de desembarque, embarcando com todo seu material, munição e pessoal no NTr [Navio Transporte] Ary Parreiras da Força

³¹³ Unicamp, AEL, BNM 028, caixa 03, folhas 8465-8469. As demais citações desse parágrafo são da mesma fonte. Nas fontes citadas não encontrei o teor do que foi discutido na reunião.

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ Para a renúncia de Jânio Quadros, ver FERREIRA, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955, 1961”. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. Neves. *O Brasil republicano – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 303-339.

de Transporte e dois navios mercantes requisitados, o Rio Mossoró e o Araranguá”.³¹⁶ Costa relatou ainda que a movimentação das tropas foi denominada *Operação Abelha*, “que não teve a fase do movimento navio-terra, planejada para o litoral de Santa Catarina, por ter o impasse evoluído para uma solução política”.³¹⁷

Sobre o breve governo Jânio, Daniel Aarão Reis traçou o seguinte diagnóstico:

A política econômica, na linha da ortodoxia monetarista, desagradava o setor industrial acostumado ao crédito fácil, sem conseguir segurar a inflação. A política externa independente irritava os setores conservadores sem angariar os apoios das esquerdas, desprezadas por Jânio. Quanto aos trabalhadores, frente à inflação crescente, recebiam promessas de austeridade... Enquanto isso, as reformas vagamente anunciadas e tão desejadas não se concretizavam, nem mesmo na forma de projetos consistentes.

O presidente parecia apostar apenas no diálogo direto com a sociedade, exercitando seu inegável carisma. Reclamava de restrições de alegava carecer de plenos poderes, embora não estivesse evidente para ninguém, e provavelmente sequer para ele mesmo, o que faria com eles.³¹⁸

Com o fim do impasse e finalmente no cargo de presidente do Brasil, Jango e o país passariam por momentos difíceis. Como em uma disputa de “cabo de guerra”, a corda – ou o cabo,³¹⁹ – estavam sempre tensionados. Ainda não era possível prever de que lado iria arrebentar e quem iria vencer: se os opositores de Jango - que não o toleravam pelo menos desde quando foi ministro do trabalho de Vargas quando tomou decisões que contrariou interesses diversos das elites econômicas e política do país -, ou seus simpatizantes, grupo que reunia trabalhistas, sindicatos, estudantes e militares nacionalistas. Aragão não ficou de fora dessa disputa.

No início de 1962, segundo documentos que constam arquivados no Projeto *Brasil Nunca Mais*,³²⁰ Aragão teria organizado um almoço que contou com as presenças do almirante Suzano, Francisco Mangabeira – presidente da Petrobrás -, e outros comandantes militares com o objetivo de discutirem questões relacionadas à estatal. Também no início do ano, os informes mostram uma grande movimentação de Aragão, participando de reuniões e encontros promovidos pela União Nacional dos Estudantes (UNE), pelo Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO),³²¹ e na Confederação dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). Teria comparecido, ainda, na Faculdade Nacional de Direito, no dia 25 de maio, em ato de homenagem a Leonel Brizola, ocasião na qual declarou que “Brizola era o líder que o Brasil

³¹⁶ COSTA, Carlos A. op. cit., p. 27.

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p.20-21.

³¹⁹ Nos navios a palavra *corda* não é usada e sim *cabo*.

³²⁰ Unicamp, AEL, BNM 028, caixa 03, folhas 8465-8469.

³²¹ Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

precisava”.³²² Em setembro compareceu à TV Rio junto com Brizola e, segundo o Cenimar, passou a fornecer proteção armada às instalações da rádio Mayrink Veiga.³²³

Ainda em 1962 seria criada a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), que durante os breves dois anos de sua existência, contaria com a simpatia e o apoio do almirante fuzileiro. Essa associação foi criada por marinheiros até a graduação de cabo, que ressentiam de uma organização que os representassem e que aglomerasse esses subalternos, tendo em vista que os sargentos e os oficiais possuíam suas respectivas agremiações.³²⁴ A Marinha nunca reconheceu a entidade e aos poucos começaram surgir os primeiros atritos entre os dirigentes da AMFNB e a alta administração naval, pois o reconhecimento possibilitaria que o recolhimento das mensalidades fosse incorporado direto nos contracheques dos associados, o que aumentaria a arrecadação.³²⁵

Através do incansável trabalho da marujada, a AMFNB continuou sua trajetória crescente. A associação criou seu jornal - *A Tribuna do Mar* - que chegou à expressiva tiragem de 15 mil exemplares nas últimas edições.³²⁶ Seus dirigentes conseguiram um programa dominical de quinze minutos na Rádio Mayrinc Veiga.³²⁷ Em algumas ocasiões participaram de reuniões com o chefe da Casa Civil da presidência da República, Darcy Ribeiro.³²⁸ Dessa maneira, a associação dos marujos subalternos cresceu em importância corporativa e política, e o não reconhecimento por parte das autoridades navais, seria o ponto-chave para os conflitos posteriores.

2.11 - Operação Bagrinho

Nos meses de novembro e dezembro de 1962 estourou uma crise em Santos que ganhou repercussão nacional. Estivadores sindicalizados entraram em conflito contra os trabalhadores informais da estiva, conhecidos como *bagrinhos*, que estavam sendo impedidos de trabalhar e de filiar-se ao sindicato. Uma decisão judicial favorável aos informais aprofundou ainda mais as discussões, que chegaram até o Congresso Nacional. A Marinha interveio em favor dos sindicalistas e um navio de guerra foi enviado a Santos com cerca de novecentos fuzileiros navais. Essa decisão do ministro da Marinha, almirante Pedro Paulo de

³²² Unicamp, AEL, BNM 028, caixa 03, folhas 8465-8469.

³²³ Idem.

³²⁴ RODRIGUES, Flávio, op. cit., p. 65.

³²⁵ ALMEIDA, Anderson. op. cit.,

³²⁶ CAPITANI, Avelino. op. cit., p. 33.

³²⁷ RODRIGUES, Flávio, op. cit., p. 100.

³²⁸ DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros*. Rio de Janeiro, Inverta, p. 43.

Araújo Suzano, foi interpretada – pelos setores oposicionistas ao governo –, como uma afronta à justiça brasileira e uma intervenção federal em São Paulo. Um editorial publicado no dia 03 de dezembro, pelo Jornal *O Globo*, dizia que “Na nossa Armada ninguém admite, sem repulsa, que a Marinha da ‘Operação Bagrinho’ possa ser a mesma de Riachuelo,³²⁹ como não admite que a Marinha de Tamandaré seja a mesma do *Almirante Aragão*”.³³⁰

Embora não fosse o ministro e estivesse cumprindo ordens, estava Aragão, mais uma vez, envolvido em uma polêmica de dimensão nacional. Era só o início de um mês que se mostraria muito turbulento. No mesmo período dessa polêmica, foi divulgada a lista das pessoas que seriam homenageadas pela Marinha por ocasião das comemorações do Dia do Marinheiro. Na relação de personalidades agraciadas com a medalha da Ordem do Mérito Naval, condecoração tradicionalmente entregue no dia 13 de dezembro, a presença de Leonel Brizola, Raul Riff, Samuel Wainer, Sérgio Magalhães, Adalgisa Neri e Elói Dutra, Aragão e o Brigadeiro Francisco Teixeira, abriu um crise institucional. Para os oficiais e almirantes opositores a Jango, era um sinal de que a instituição iria condecorar comunistas. Seria inaceitável, principalmente para figuras como Sílvio Heck e Pena Botto.

O movimento de devolução iniciou-se no dia sete de dezembro pelo comandante Júlio de Sá Bierrenbach,³³¹ chegando ao expressivo número de 58 oficiais no dia 20. Entre eles, 39 almirantes, da ativa e da reserva, sendo amplamente destacado na imprensa.³³² No dia 21, a imprensa divulgou que o ministro Suzano decretara a punição de 10 dias de prisão para os oficiais da ativa que participaram da insubordinação.³³³ Poucos dias depois, após sofrer várias pressões, o ministro recuou e anulou as punições anteriormente anunciadas.³³⁴

Como se não tivesse nada a ver com a polêmica, Aragão ignorou os protestos e mergulhou de cabeça na campanha para o plebiscito que decidiria se o país deveria continuar ou não no sistema parlamentarista que vigorava desde a crise de 1961. Ainda em dezembro de 1962, Jango lançou oficialmente sua campanha no Estádio do América, no Rio de Janeiro e a banda marcial do CFN fez uma evolução onde foi formada uma gigantesca palavra NÃO no gramado do estádio. A ousadia de Aragão, que certamente estava por trás da provocação,

³²⁹ Referência à Batalha Naval do Riachuelo, ocorrida em 11 de junho de 1865, durante a Guerra do Paraguai. Essa data é considerada a mais importante do calendário de comemorações da Marinha de Guerra do Brasil.

³³⁰ BN. *O Globo*, 03 de dez. de 1962, capa. (Grifo meu); *Jornal do Brasil*, 02 de dezembro de 1962, p.04. Para *O Globo*, Tamandaré era exemplo de disciplina e profissionalismo, Aragão seria o contrário. Entendo esse discurso do jornal mais como um recurso linguístico do que uma intenção real de comparação.

³³¹ BN. *Jornal O Globo*, 08 dez. 1962, p.04.

³³² BN. *Jornal O Globo*, 20 dez. 1962, p.06.

³³³ BN. *Jornal O Globo*, 24 dez. 1962, p.04.

³³⁴ BIERRENBACH. Júlio. op. cit., p.126-138, citado em ALMEIDA, Anderson, op. cit., p.50.

causou grande rebuliço e ganhou destaque nos jornais.³³⁵ O plebiscito realizado no dia 6 de janeiro de 1963, deu esmagadora vitória a Jango e seus aliados, causando euforia nas esquerdas. Segundo Aarão Reis, essa “euforia apenas em parte se justificava, pois a vitória devera-se também ao fato de que grandes líderes conservadores, com interesses nas eleições presidenciais de 1965, haviam apoiado o voto que derrubara o parlamentarismo existente”.³³⁶ O ano estava apenas começando...

2.12 - A posse como Comandante-Geral (ComGer)

No mesmo início de 1963, sob a liderança de Leonel Brizola, surgiu a Frente de Mobilização Popular (FMP). Ali estavam reunidas as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base, escreveu Jorge Ferreira.³³⁷ Formavam essa frente a UNE, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a CNTI, o Pacto de Unidade e Ação (PUA), dentre outros. Ferreira engloba também as associações de subalternos das Forças Armadas como componentes dessa frente. Ainda segundo Ferreira, “logo ao assumir o governo, Goulart se viu frente às demandas históricas das esquerdas e, na verdade, pregadas ao longo dos anos por ele mesmo: as reformas de base”.³³⁸ A ascensão dos movimentos sociais foi tão intensa, que “as greves duplicaram de 154 em 1962, para 302 em 63”.³³⁹ As reformas não chegaram e as esquerdas passaram da euforia inicial “para a estratégia de pressionar o governo e de mobilizar os trabalhadores na rua”.³⁴⁰

Em outubro, nos fervorosos meses que antecederam o golpe civil-militar, Aragão foi promovido a vice-almirante pelo presidente João Goulart. Era o ápice da carreira de qualquer oficial fuzileiro. Já em relação à função, a cereja do bolo viria em dezembro. Naquele mês, seria nomeado comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais. Um cargo estratégico em um momento crucial para o presidente Jango. A promoção e a posterior nomeação gerou mais uma crise e uma série de protestos de oficiais da Marinha com ampla repercussão na imprensa. Embora tenhamos feito referência a esse protesto no capítulo anterior, vale aqui o registro na íntegra porque ele expressa questões históricas e aprofunda a análise institucional e a conjuntura política daquele momento:

³³⁵ BN. *Jornal do Brasil*, 11 dez. 1962, capa e p.03.

³³⁶ REIS, Daniel Aarão, op. cit., p.25-25.

³³⁷ FERREIRA, Jorge. “O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil”. In: ARAÚJO, Maria Paula, et al. op. cit., 2004, p.42.

³³⁸ FERREIRA, Jorge. op. cit., p.41.

³³⁹ COES, Donald V. *Macroeconomic crises, policies, and growth in Brazil – 1964-90*, p.12. Apud GASPARI, Elio. Op. cit., 2002, p.48.

³⁴⁰ FERREIRA, Jorge. op. cit., p.44-45. Apud ALMEIDA, Anderson, op. cit. p.51-52.

Ao Sr. Ministro da Marinha

A Marinha de Guerra do Brasil foi surpreendida com a exoneração intempestiva do Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais e a nomeação de novo comandante. O Corpo de Fuzileiros Navais é o componente terrestre do Poder Naval: é parte integrante da Marinha Brasileira; tem uma tradição de 155 anos de reais serviços prestados à Nação, quer na paz quer na guerra. Centenas de milhares de brasileiros serviram em suas fileiras e muitos saíram do Corpo de Fuzileiros Navais para o descanso eterno, mortos quando cumpriam o seu dever. Esses heróis legaram aos atuais componentes do Corpo uma tradição de bem servir o Brasil. A conjuntura nacional é grave e os responsáveis pelos destinos da Pátria são unânimes em reconhecer a gravidade da hora presente. O Congresso Nacional está convocado extraordinariamente, receoso de que se implante no País a desordem, a anarquia, a ditadura. O Presidente da República, em entrevista, assinala a situação quase desesperadora e acena com soluções extra-legais, revolucionárias. As Forças Armadas já se apresentam à Nação com alguns problemas e esses problemas preocupam os mais responsáveis, pois a infiltração comunista, o carreirismo, a política partidária, a desconfiança que desejam implantar entre oficiais e praças, minam a estrutura militar, e a Nação perplexa sente que a Segurança Nacional é alvo de interesses de grupos que solapam a estabilidade do regime. Os signatários deste documento não desejam fazer incursão no campo político, uma vez que esse problema deve ser tratado pelos representantes da Nação no Congresso Nacional.

Devemos registrar que a exoneração intempestiva do Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, sem nenhuma vinculação aos interesses da Marinha Brasileira, deixa em todos os espíritos vigilantes a dúvida do porquê dessa decisão, neste momento de apreensões pelo destino do Brasil. E, o porquê desta decisão contínua, quando se pondera, que em maio de 1964 o atual Comandante seria transferido para a Reserva Remunerada, por imposição da Lei de Inatividade. Repetimos: por que essa sofreguidão em substituir o atual Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais? Os mais credenciados observadores da situação brasileira afirmam que esquerdistas infiltrados na Alta Administração tramam um golpe de Estado. E marcam data. E se agitam, tentando inclusive, intervenção em unidade da Federação. É nesta conjuntura que é nomeado para comandar o Corpo de Fuzileiros Navais o Almirante Cândido da Costa Aragão. Seu passado, excluído da Marinha Brasileira, por não ter idoneidade moral, seus processos criminais, suas aventuras no campo da política partidária, seus tráficos de influência e, principalmente, suas atitudes como Comandante da Guarnição do Quartel Central do Corpo de Fuzileiros, cortejando subalternos, minando a disciplina, corrompendo, fazem do Almirante Cândido da Costa Aragão o menos indicado dos componentes da nossa tradicional corporação, o Corpo de Fuzileiros Navais, para comandá-lo.

Ao firmarmos este documento, temos o propósito de registrar a gravidade da decisão do Exm^o Sr. Ministro da Marinha, de referendar o decreto dessa nomeação, e pensamos até, ter sido V. Ex^a pressionado para assim proceder, não tendo meditado suficientemente sobre os aspectos de ferir profundamente o que a Marinha Brasileira tem de mais tradicional. Essas são as razões pelas quais não concordamos em aceitar o Almirante Cândido Aragão como Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, e que essa não concordância sirva de exemplo de que a Nação não está totalmente anestesiada. E, se amanhã, a cortina negra do arbítrio, caracterizada pelo golpe de Estado, descer sobre o Brasil, que não se diga que todos concordaram e, silenciosos, caminharam cabisbaixos para o tenebroso desconhecido. E por esse início de desagregação, responsabilizamos o Sr. Ministro da Marinha pelos dias desesperançados do futuro que participamos da construção desse patrimônio moral que é o Corpo de Fuzileiros Navais, integrado na Marinha de Guerra do Brasil.³⁴¹

³⁴¹ Jornal *A Tribuna*, 10 dez. 1963. Apud BIELINSKI, Alba C. op. cit., p.112-113.



Almirante Aragão (terceiro da direita para esquerda) acompanha comitiva do presidente João Goulart em visita a instalações da Marinha. Fonte FGV-CPDoc, sd, JG Foto 010.

Apesar das resistências e de todo esse protesto, Jango não recuou. O mulato de 1,66m seria o novo ComGer da tropa de elite da Marinha do Brasil. No dia 06 dezembro de 1963 alcançou o topo da hierarquia e da administração do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil. A partir daquele instante o CFN, pela primeira e única vez em sua história, teria no comando um almirante que havia iniciado sua carreira como um simples soldado. Naquele momento ele ascendia ao cargo máximo da tropa de elite da Marinha. O sobrenome, Aragão, enganava e camuflava sua origem pobre na *Parayba* do início do século. Não era um Hasselmann, Rademaker, Greenhalgh, Heck... sobrenomes comuns aos almirantes da época. Não tinha a pele clara e os olhos verdes ou azuis. Era apenas tolerado pelo alto escalão da Marinha. Jogador,³⁴² despojado, falastrão. Político, militar, sargentão. Era também o Almirante Cândido, Da costa, Aragão.

³⁴² TEIXEIRA, Francisco. Depoimento CPDOC, op. cit.

Estavam presentes na cerimônia os deputados Marco Antônio, Neiva Moreira e Max da Costa Santos. Compareceram ainda o ex-deputado José Joffily e o Sr. Santos Vahlis.³⁴³ Ao tomar posse no cargo de Comandante-Geral, em cerimônia realizada no pátio central da histórica Fortaleza de São José na Ilha das Cobras, Aragão começou agradecendo a Jango e relembrou seu início na carreira:

Na oportunidade em que sou investido no elevado cargo de Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, devo um público reconhecimento ao Excelentíssimo Sr. Dr. João Goulart – Presidente da República e grato também ao Exmº Sr. Ministro da Marinha – Almirante de Esquadra Sylvio Borges de Souza Motta.

Meus camaradas Fuzileiros Navais, de todas as graduações, não tenho como demonstrar neste instante a exata dimensão da minha imensa alegria (ilegível) tão feliz evento.

Há trinta e sete anos ingressava eu no então Regimento Naval como modesto voluntário, abraçando a vida das Armas.

Fui feliz – mercê de Deus, e hoje presto aqui, diante da minha corporação e para toda a Nação, um segundo juramento – ressaltado e patético de manter intocada a fidelidade às minhas origens e cuidadosamente zelar pela manutenção de minha vinculação à tropa – ação para mim sagrada e que considero a própria razão de ser da minha vida.³⁴⁴

Na sequência do discurso, datilografado em pouco mais de uma lauda, o tom político e a referência à sua origem social, destacando as palavras *reforma, povo, fome e miséria*:

Assumo, neste momento grave para a vida da Nação, o compromisso (de honra?) de tudo dar de mim para conduzir o Corpo de Fuzileiros Navais (ilegível) em plena consonância com as grandes aspirações e ansiedades do povo.

Parte integrante da Marinha de Guerra do Brasil, tem o Corpo de Fuzileiros Navais o seu patrimônio de glórias todo ligado aos faustos da Marinha, o que quer dizer à própria vida da nacionalidade.

É necessário que fique declarado que o nosso desejo é continuar (ilegível) e honrando a Marinha Brasileira.

E-me grato neste instante falar das origens – o que significa (?) lançar uma mensagem de reformas – Más, reforma estrutural no cerne da Corporação, porque nenhuma tropa neste País é lidimamente povo como o fuzileiro naval, onde todos têm a marca do grande denominador comum (ilegível) a fome, razão pela qual sou lutador contra a fome e a miséria. Ainda (ilegível) é assim – somos todos saídos da legião da necessidade. Chegam aqui marginalizados e com o tipo próprio de frustração, e na luta para sobreviver opera-se o milagre da transformação, - função da nossa mística e (ilegível) do nosso acendrado espírito de Corpo. É como se vivesse dentro de cada um de nós o simbolismo da tocha olímpica.

Em um terceiro momento, Aragão volta-se ligeiramente para a temática militar, mas logo em seguida retorna para questões sociais e palavra *povo* aparece mais uma vez:

³⁴³ Unicamp, AEL, BNM 028, folha 1334. *Correio Braziliense*, 07 dez. 1963.

³⁴⁴ Unicamp, AEL, BNM 028, Caixa 2, folhas 1247-1248.

Épica e gloriosa é a luta travada no interior dos nossos quartéis, donde sai todo tipo de atleta para a disputa de campeonatos mundiais. (ilegível) treinada para todo tipo de ação nas três dimensões.

Apelo para os meus camaradas – oficiais de todas as patentes para que juntos meditemos mais na nossa principal ferramenta que é o homem, a quem dispensemos a ele maior dedicação – maior carinho e melhor assistência, para que ele se sujeite a maior manipulação e aceite absoluto (ilegível) e depois havemos de ver no fuzileiro naval do Brasil o padrão perfeito do militar brasileiro – orgulho e reflexo do seu povo segurança (ilegível) da nacionalidade.

Por fim, reforça a fidelidade ao presidente João Goulart, faz uma rápida reivindicação de verbas e, pela terceira vez, cita a palavra *povo*:

Aproveito-me deste ensejo para lançar desde já meu veemente apoio ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, à Administração Naval e ao Congresso Nacional, para que nos concedam verbas próprias e adequadas, para que o Corpo de Fuzileiros Navais venham a realizar o seu papel histórico em harmonia com o povo, na vida desta Nação e continue a caminhada para a sua destinação de tropa ímpar no concerto das Forças Armadas do Brasil.

A partir daquele momento, a antiga Brigada Real de Marinha, de tradição legalista e de fidelidade aos chefes supremos, estava sob o comando do soldado paraibano. Muito diferente de momentos de outrora, quando era uma simples tropa de guarda e limitada ao Rio de Janeiro, em fins de 1963 e início de 1964, a corporação anfíbia havia crescido e se estruturado, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Além de já contar com um grande Centro de Instrução situado na Ilha do Governador-RJ, o CFN estava presente com companhias regionais e grupamentos nos estados de Mato Grosso do Sul, Pará, Bahia, Brasília, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul. Desde 1955, a Lei de Fixação de Forças e Efetivos determinava a ampliação do efetivo do CFN para dez mil homens.³⁴⁵ Também já haviam sido criadas: a Força de Fuzileiros da Esquadra; a Companhia de Engenharia e Batalhões de Infantaria.

A Marinha também já possuía quatro navios para atuação específicas dos fuzileiros navais.³⁴⁶ Sobre o aperfeiçoamento do pessoal, oficiais faziam intercâmbio com militares norte-americanos. Ter Aragão no comando seria uma garantia para Jango que todo esse aparato bélico não seria usado contra seu governo. Ele deveria ser prestigiado.

Dias depois de sua posse, Aragão foi homenageado com um almoço no Hotel Copacabana Palace, oferecido pelo ministro da Justiça, o também paraibano, Abelardo Jurema. Foi uma demonstração de apoio e de que ele não estaria só naquele momento difícil

³⁴⁵ Cf. COSTA, Carlos A. op. cit., p. 23.

³⁴⁶ Desde meados da década de 1950 a Marinha contava com os navios de transporte de tropas: Custódio de Mello, Barroso Pereira, Ary Parreiras e Soares Dutra. Ibidem, p. 24.

não apenas para o CFN e a Marinha, mas também para Jango. Segundo o noticiário da época, compareceram ao evento o almirante Suzano, os generais Cunha Melo, Oromar Osório e Assis Brasil; o presidente da SUPRA, João Pinheiro Neto; o deputado Saldanha Coelho, o Sr. Santos Vahlis, entre outras personalidades políticas.³⁴⁷ Para o dia 14 de dezembro, foi anunciado no Jornal *Diário Carioca*³⁴⁸ que a FPN, CGT e a UNE fariam um churrasco em homenagem a Aragão. Dessa forma, contava com o apoio e a simpatia de amplos setores das esquerdas.

Ainda assim, os protestos não cessaram. No dia 18 de dezembro foi a vez do comandante de Primeiro Distrito Naval (RJ), almirante Assis Dias de Carvalho, que teve seu telegrama enviado ao ministro Motta, divulgado pelo jornal *O Globo*:

‘Peço vênha V. Exa mostrar inconveniência manutenção Almirante Aragão no Comando-Geral do CFN em vista da homenagem prestada conforme O Globo de hoje. Com poucas exceções trata-se pessoal e entidades espúrias comprometidas com comunistas, fidelistas e outros esquerdistas, cujo intuito é assenhorar-se no poder, cuja manutenção as Forças Armadas juraram defender com o sacrifício da própria vida. Estarei apoiando V. Exa qualquer ação da Marinha do Brasil’.³⁴⁹

Era um claro sinal que o jogo não estava decidido!

³⁴⁷ Jornal *Diário Carioca*, 12 dez. 1963.

³⁴⁸ Idem.

³⁴⁹ BN. Jornal *O Globo* 18 dez. 1963, capa.

CAPÍTULO III

ARAGÃO E O GOLPE DE 1964³⁵⁰

(...) se chamamos A o gênio individual, a saber, tudo o que um homem é, possui e faz, então este A é formado por a + x, em que a contém tudo o que lhe vem das circunstâncias externas, de seu país, de seu povo, de sua época, etc., e em que x representa sua contribuição pessoal, a obra se sua livre vontade.³⁵¹

Johan Gustav Droysen

Como um oficial vindo de soldado, Aragão fugiu à regra e quebrou dogmas ao ouvir e não reprimir marinheiros e soldados que atuavam na Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB). Ao invés de manter a distância que a liturgia do alto posto requeria, contribuiu e colaborou para o crescimento da entidade dos subalternos. Aragão

(...) colaborava de diversas maneiras para o crescimento da organização subalterna. Cedia viaturas para passeios de grumetes recém-chegados das escolas de aprendizes-marinheiros e permitia que os representantes da Associação trabalhassem livremente no recrutamento de novos sócios, além de servir de intermediário entre o ministro da Marinha e a AMFNB.³⁵²

³⁵⁰ Nesse momento da tese, utilizei passagens do I Capítulo de minha pesquisa sobre os marinheiros e fuzileiros de 1964. Cf. ALMEIDA, Anderson. op. cit. p. 27-85. Para um maior aprofundamento sobre o movimento dos marinheiros e fuzileiros navais no período 1962-1964 é imprescindível a consulta às seguintes obras: RODRIGUES, Flávio. op. cit., [Flávio Luís Rodrigues foi o primeiro historiador a se dedicar ao tema e inaugurou uma nova interpretação sobre o movimento dos marinheiros de 1964]; e os livros de memórias dos ex-marinheiros CAPITANI, Avelino, op. cit., VIEGAS, Pedro. *Trajetória Rebelde*. São Paulo: Cortez, 2004; DUARTE, Antonio, op. cit., 2005; CONSERVA, Paulo. op. cit. E ainda, COSTA, Geraldo Adjailson de Lima. *Em defesa da liberdade: a história de vida de José Adeildo Ramos*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008, entre outros.

³⁵¹ Citado em LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p.14.

³⁵² APERJ - Fundo Polícia Política, prontuário 1183. Depoimento de José Anselmo dos Santos.

Em entrevista concedida à *Tribuna do Mar*, por ocasião das comemorações do aniversário da entidade do CFN e da AMFNB, em março de 1963, o almirante fuzileiro, ao responder sobre a existência da Associação, declarou que “o que signifique melhoria social do homem devemos ajudar para grandeza da sociedade”.³⁵³ Naquele contexto, Aragão, no posto de contra-almirante, ainda não era o comandante-geral dos fuzileiros. Falava como o comandante da guarnição do quartel central, situado na Fortaleza de São José, na Baía de Guanabara.

Em janeiro de 1964, quando estourou uma crise entre a diretoria da AMFNB e o ministro da Marinha, Sylvio Motta – por este não reconhecer oficialmente a existência da associação dos marujos -, Aragão e o general Assis Brasil foram os principais representantes designados pelo presidente João Goulart para intermediar as conversas do ministro da Marinha com os subalternos.³⁵⁴ Sobre esse episódio, o *Jornal do Brasil* assim relatou:

Aragão trata com sargentos de seu clube por oficiais conservadores
O comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, almirante Cândido da Costa Aragão, foi recebido ontem com os gritos de Almirante do Povo por cerca de duas mil pessoas – sargentos da Marinha e ferroviários para tratar da ameaça de fechamento da entidade por oficiais conservadores e a consequente expulsão de 16 dirigentes atuais. O Almirante Aragão afirmou que ‘a Associação não será fechada’. Além de pedir que o processo fosse arquivado, pediram, em documento, ‘o reconhecimento da entidade, assim como melhor tratamento a bordo, a oficialização do traje civil, permissão para estudar... (ilegível)’. O almirante Aragão se retirou prometendo ‘fazer o que for possível para que a Associação continue a prestar os seus serviços sociais a todos os marinheiros e fuzileiros’.³⁵⁵

As tentativas não surtiram efeito. No dia 1º de fevereiro, os marinheiros realizaram uma assembleia agitada. Dessa vez a reunião aconteceu na sede do Sindicato dos Rodoviários. No encontro, o nome do almirante foi mencionado e um dos presentes destacou que “tudo o que se podia fazer pela Associação ele o fez”,³⁵⁶ sem entrar em detalhes. De acordo com depoimento do “cabo” Anselmo – prestado ainda em 1964 -, por ter orientado a não realização daquele ato, o almirante Aragão rompeu relações com a diretoria da AMFNB.³⁵⁷

³⁵³ Unicamp, AEL, BNM, Anexos. *A Tribuna do Mar*, nº 05, mar.1963. Apud ALMEIDA, Anderson, op. cit., As citações seguintes também podem ser consultadas no mesmo trabalho.

³⁵⁴ BN. *Jornal do Brasil*, 24 jan. 1964, p. 05. O jornal divulgou o nome de cinco marinheiros que estariam presos: os cabos João Barbosa, Antônio Geraldo da Costa, José Alípio, Cosme Ribeiro e o primeira-classe José Duarte. Estariam processados: Marcos Antônio da Silva Lima, Antônio Duarte dos Santos, Adilson Aquilino, Edgar Duarte, José Joaquim Filho, Ordino Zulow, Raul Alves Nascimento, Celso Ramos, João do Carmo, José Inglês, Samuel Cristóvão, Severino Manuel do Nascimento, Ronaldo Gomes de Araújo. O *Diário Carioca* destacou como intermediário o General Assis Brasil. BN - *Diário Carioca*, 24 jan.1964, p. 03.

³⁵⁵ BN. *Jornal do Brasil*, 28 jan. 1964, p. 05. Equivocadamente o Jornal tratou a Associação de cabos, marinheiros e fuzileiros navais como sendo de sargentos.

³⁵⁶ Unicamp, AEL, BNM, Anexos. Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 fev.1964.

³⁵⁷ APERJ – Fundo Polícia Política, prontuário 1183. Depoimento de José Anselmo dos Santos.

No mês seguinte, uma grande onda o arrastaria de volta às capas das manchetes jornalísticas por mais uma vez ter atuado em um episódio que envolveu os marujos e fuzileiros dos escalões inferiores.

Em março de 1964, a Associação comemoraria o segundo aniversário. Ao longo do mês, uma série de atividades foi programada e tudo seria coroado com um grande baile no dia 25, inclusive com o anúncio que o presidente João Goulart se faria presente. Entre os eventos realizados, a exibição de *O encouraçado Potemkin*, obra do cineasta Sergei Eisenstein, que aborda a revolta de marinheiros russos no início do século XX provocada pelas péssimas condições de vida a bordo dos navios de guerra. A sessão ocorreu no auditório do Ministério da Educação a convite do próprio ministro, Júlio Sambaqui, causando um tremendo desconforto ao titular da pasta da Marinha, Sylvio Motta.³⁵⁸ No dia 23 de março, o ministro da Marinha determinou a prisão de 12 diretores da AMFNB, por terem participado de uma reunião no Sindicato dos Bancários, ocorrida no dia 20, na qual Anselmo protestou contra o almirante Motta. Essa reunião foi realizada devido ao cancelamento da visita à Petrobrás, feito pelo General Osvino Ferreira Alves, presidente da Estatal, alegando problemas de saúde. O que ocorreu foi que o Ministro Sylvio Motta soubera antecipadamente da visita e intercedeu junto ao general para que o evento não ocorresse. No dia seguinte, seis marinheiros foram localizados e presos.

Em 24 de março o *Jornal do Brasil* trouxe uma pequena chamada na capa: “Política expulsa 36”.³⁵⁹ A notícia trazia a informação de que foi decidida a expulsão de 30 marinheiros e que o almirante Sylvio Motta decretou a prisão de José Anselmo dos Santos e que mandaria recolher à prisão os demais dirigentes da Associação.³⁶⁰ O jornal *O Globo* trouxe uma pequena nota: “Serão presos hoje os marinheiros que fizeram manifestação subversiva”.³⁶¹

Na véspera do aniversário da AMFNB, houve uma reunião na casa de Leonel Brizola onde foi discutido o apoio aos marinheiros. De acordo Moacyr Félix, ‘o clima era tumultuado, com debates acalorados’.³⁶² Entre os presentes, Miguel Arraes, Almino Afonso, Max da Costa Santos, Paulo Schilling e Ênio Silveira. Ao final da reunião, decidiu-se não apoiar o evento comemorativo dos marinheiros, contrariando posição de Brizola e Max da Costa Santos, que eram a favor do ato. Jango fora convidado para o ato, chegou a consultar o ministro Sylvio Motta a respeito do assunto e foi convencido, segundo o ministro, dos inconvenientes da sua

³⁵⁸ FERREIRA, Jorge, op. cit., 2011, p. 443.

³⁵⁹ BN. *Jornal do Brasil*, 24 mar. 1964, capa e p.05.

³⁶⁰ Idem.

³⁶¹ BN. *Jornal O Globo*, 24 mar. 1964, p.06.

³⁶² Entrevista de Moacyr Félix a Dênis de Moraes. Cf. MORAES, Denis. *A Esquerda e o Golpe de 64*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 101-102.

presença na referida assembleia ou de qualquer representante seu, sob a alegação de que “a Associação não era reconhecida pela Marinha e sua diretoria vinha cometendo uma série de faltas disciplinares tendo como consequência a prisão rigorosa de vários de seus membros [...]”.³⁶³

Depois de muitas conversas com o seu ministro da Justiça, Abelardo Jurema,³⁶⁴ Jango solicitou que o mesmo o representasse no encontro. O ministro, após conversas particulares com Darcy Ribeiro [favorável ao comparecimento], com o almirante Aragão e com o ministro Sylvio Motta, resolveu não participar do evento.

A agenda política nacional, já tão turbulenta, foi rabiscada de vez pelo movimento que estava ocorrendo na Marinha de Guerra do Brasil. Invariavelmente, todos os grandes jornais cariocas deram destaque aos acontecimentos que colocara em lados opostos o pressionado ministro Motta e os marujos da AMFNB. Mas a “festa” foi realizada, na data e na hora marcada.

De acordo com Jorge Ferreira, analisando a crise na Marinha, a conjuntura política e a atuação da Associação dos marujos naqueles dias conflituosos:

Não era incomum a prática de os subalternos das Forças Armadas criarem suas associações. Os sargentos, primeiro da Aeronáutica, mais tarde do Exército e das Polícias Militares, criaram suas organizações ainda na década de 1950. Também não era nenhuma novidade, nas suas reuniões, convidarem lideranças políticas para participar das atividades. Goulart, quando vice-presidente de Juscelino, por diversas vezes discursou nas solenidades programadas pelos sargentos. Então, quando os praças da Marinha organizaram a manifestação, nada havia de surpreendente. Muito menos clandestino. Tratava-se, tão somente, de uma festa para comemorarem o segundo aniversário de sua organização.³⁶⁵

Os marinheiros se reuniram no dia 25 de março de 1964 no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara. Embora Jango não tenha comparecido, várias figuras de destaque político nas esquerdas marcaram presença, entre eles, o deputado da ala radical Hércules Corrêa, membro histórico do PCB e exercendo mandato pelo PTB, visto que o partidão encontrava-se na ilegalidade; Oswaldo Pacheco, do CGT, afirmou na ocasião que detinha o poder de parar o Brasil; Dante Pelacani, também do CGT fez uso da palavra; o comandante Paulo de Mello Bastos, outro membro de destaque daquele Comando, também compareceu; e

³⁶³ Unicamp, AEL, BNM nº 149. Caixa 2, vol. 4, folhas 1370-1374. Depoimento do Ministro Sylvio Motta.

³⁶⁴ JUREMA, Abelardo. op. cit., p.152.

³⁶⁵ FERREIRA, Jorge, op. cit., 2011, p.444.

o Deputado Max da Costa Santos,³⁶⁶ que no início do ano, escrevera no jornal brizolista *Panflete*, que: ‘insistir na conciliação é fugir à luta, é debilitar o ânimo do povo [...], a hora da conciliação já passou’.³⁶⁷ Eram personagens das várias faces das esquerdas naquele contexto. Segundo Paulo Schilling, ao se referir às organizações presentes no sindicato, “naquele momento a unidade das esquerdas tinha sido restabelecida”.³⁶⁸

Apesar de figuras de destaque que compareceram, uma presença não passou despercebida. O mais conhecido líder dos marinheiros de 1910, o “almirante negro” João Cândido, que havia sido descoberto pelos marujos, morando em condições precárias na periferia de São João de Meriti, fato esse que fez com que a Associação lhe fornecesse uma aposentadoria de um salário mínimo por mês.³⁶⁹ A presença de João Cândido no evento era o elo simbólico e real entre as duas gerações de marujos, sem contar ainda o mal-estar que seu nome causava na oficialidade.

Durante a assembleia foi comunicado aos presentes que membros da diretoria estavam presos, o que acirrou os ânimos os presentes. Discursos foram acontecendo em série e os cerca de dois mil militares presentes, indignados, exaltados e atingidos pelo longo processo de negação de direitos desde o momento em que entraram para Marinha, resolveram, em solidariedade aos colegas presos, que a AMFNB entraria em assembleia permanente até que os diretores estivessem em liberdade e a Associação fosse reconhecida pela Marinha com todas suas reivindicações atendidas.³⁷⁰ O ministro Sylvio Motta imediatamente foi informado sobre a decisão dos marujos e antes do amanhecer, determinou *Regime de Prontidão Rigorosa* em toda a Marinha e chamou o almirante Aragão ao seu gabinete, ordenando-o que fosse ao Sindicato e transmitisse a informação aos marinheiros.³⁷¹

É comum encontrarmos em interpretações de historiadores e estudiosos do golpe, a informação de que a Assembleia foi proibida pelo Ministro Sylvio Motta.³⁷² Essa proibição

³⁶⁶ Ainda estavam presentes à assembleia: Deputado Sargento Garcia, Pereira Nunes, Avelino Gomes, Generais Henrique Oest e Luiz Oliveira Leite, José Carlos Brando, representante do “Grupo dos Onze”, Ivani de Souza, e representante da Polícia Militar. BN - *Correio da Manhã*, 26 mar. 1964, p.02.

³⁶⁷ Citado em FERREIRA, Jorge. op.cit., p.47-48. Apud SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder - Os protagonistas*. Vol. 1. São Paulo: Global, 1979, p.09.

³⁶⁸ SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder - Os acontecimentos*. São Paulo: Global, 1979, p.60, vol. 2.

³⁶⁹ RODRIGUES, Flávio, op. cit., p. 108.

³⁷⁰ As principais exigências dos marinheiros eram: direito de estudar, melhoria na alimentação a bordo dos navios, direito de sair à paisana das organizações militares, direito de votar e de casar. Ver ALMEIDA, Anderson, op. cit.

³⁷¹ Unicamp, AEL, BNM, nº 149. Caixa 2, vol. 4, folhas 1370-1374. Depoimento do ministro Sylvio Motta.

³⁷² Essa interpretação pode ser encontrada nas seguintes obras: D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (Orgs.). *Visões do Golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p.28; VILLA, Marco Antônio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004, p.196. FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In DELGADO, Lucilia de Almeida Neves e

na realidade não ocorreu e não tinha embasamento legal. A AMFNB era pessoa jurídica e tinha vida própria, independentemente da aprovação ou não da Marinha. Os mandatos de prisão expedidos no dia 23 de março foram uma reação aos pronunciamentos ocorridos no dia 20, quando do insucesso da visita à Petrobras.

Em seu depoimento prestado em 1964, Motta em nenhum momento afirmou ter proibido a realização do encontro, inclusive, em conversa com o ministro Abelardo Jurema horas antes do evento, o mesmo apenas ressaltou não ser prudente a presença de nenhum representante de Jango no encontro, pois seria um desprestígio para ele.³⁷³ Com o objetivo de enquadrar juridicamente a Assembleia, o Ministro da Marinha utilizaria outros recursos, o maior deles, a alegação que os subalternos não poderiam se pronunciar publicamente sobre questões internas e sobre política.

O Regime de Prontidão foi uma maneira encontrada pelo Ministro de “forçar” o regresso dos marujos para as organizações militares. O não cumprimento daquela ordem enquadraria os marinheiros em “crime de insubordinação”.³⁷⁴ Ao receberem a ordem pessoalmente do almirante Aragão no amanhecer do dia 26, os marinheiros, reunidos em plenário, reafirmaram que o regresso ficaria condicionado ao reconhecimento da AMFNB e à anulação das punições impostas aos membros da associação.³⁷⁵ O depoimento do capitão de fragata Antonio Leopoldo Amaral Saboia é rico em detalhes sobre a tentativa de Aragão em fazer os marujos recuarem:

O almirante Aragão, comandante do CFN, foi chamado à presença do almirante Sylvio Motta, ministro da Marinha, para receber pessoalmente a determinação de se dirigir ao Sindicato dos Metalúrgicos (...) e ali transmitir a ordem do próprio ministro no sentido de que todo o pessoal imediatamente se apresentasse aos navios e estabelecimentos onde estavam servindo, em virtude de ter sido determinado regime de prontidão (...). Chegando ao Sindicato aproximadamente às 04:00 horas encontramos a quase totalidade do pessoal dormindo nas cadeias do Plenário, nos corredores, nas salas e nas escadas de acesso aos pavimentos superiores. O almirante Aragão convocou o Primeira Classe Anselmo e um dirigente da AMFNB não identificado pelo depoente para uma reunião o que se realizou numa das salas do 3º andar em presença do depoente para transmitir as ordens e instruções recebidas do M.M. [ministro da Marinha]. A sitada (sic) ordem de regresso geral para bordo (...) foi transmitida pelo almirante Aragão ao Primeira Classe Anselmo para ser disseminada a todo pessoal presente no Sindicato por meio do serviço de auto falante. Durante a reunião realizada nessa sala como os citados dirigentes da

FERREIRA, Jorge (Orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.387; REIS FILHO, Daniel Aarão, op. cit., 2005, p.31.

³⁷³ JUREMA, Abelardo, op. cit., p.155.

³⁷⁴ Idem.

³⁷⁵ Unicamp, AEL, BNM 149; caixa 2, vol. 4, folhas 1382-1383. Depoimento do capitão-de-fragata Antônio Leopoldo Amaral Sabóia. Este oficial acompanhou o almirante Aragão quando de seu comparecimento ao Sindicato dos Metalúrgicos na madrugada do dia 26 mar. 1964.

AMFNB, foram feitas diversas tentativas para convencer aos citados dirigentes da conveniência, da necessidade, e da obrigatoriedade de ser atendida a determinação ministerial. Declarou o 1ª classe Anselmo que o pessoal estaria pronto dissolver a assembleia e regressar para bordo caso a AMFNB fosse reconhecida pelo M.M. e fossem anuladas as punições impostas aos seus membros, solicitando-me que um pedido nesse sentido fosse levado por mim ao M.M.³⁷⁶

Após consulta ao ministro e da negativa deste em aceitar qualquer exigência, o Comandante dos Fuzileiros Navais recebeu ordens de preparar uma tropa para desalojar os “amotinados”. Aragão se recusou a cumprir a missão e pediu exoneração do cargo. O seu subcomandante, almirante Washington Frazão Braga, o acompanhou. Após a recusa de Aragão o ministro Motta decretou sua prisão.

As negociações continuaram. Até a chegada de Jango, os principais interlocutores do governo foram: Darcy Ribeiro, chefe da casa civil e os ministros Abelardo Jurema (Justiça), Aloísio Botelho (Aeronáutica) e do Trabalho, Amauri Silva. Na sede do Sindicato, situado à Rua Ana Nery, membros da UNE encenaram, durante à noite, uma peça teatral com o intuito de distrair e apoiar psicologicamente os “amotinados”.³⁷⁷ Na madrugada, Jango chegou e assumiu as negociações, algo inusitado em sua trajetória política. Naquele momento, Aragão, acusado de abandonar o posto, era procurado por oficiais da Marinha que tentavam cumprir a ordem de prisão contra ele.

No Palácio das Laranjeiras, Jango tomou sua decisão: a nomeação do almirante da reserva Paulo Mário da Cunha Rodrigues para o Ministério da Marinha. Determinou ainda, a “remoção de marinheiros para o quartel do Exército; abertura de inquérito e regresso ao trabalho de todos oficiais e marinheiros, no início da próxima semana, segunda ou terça-feira”.³⁷⁸ O nome de Paulo Mário, que estava atuando no Tribunal Marítimo, foi escolhido de uma lista onde constavam o ex-ministro Pedro Paulo de Araújo Suzano e o almirante José Luiz de Araújo Goyano.³⁷⁹ Ao lembrar o momento em que foi convocado pelo presidente, o almirante Paulo Mário destacou que a intenção de Jango era punir os marinheiros. Entretanto, o oficial argumentou: ‘Eu fico embaraçado com as ordens, senhor Presidente, porque teria de começar pelos Almirantes’. O presidente cedeu: ‘O senhor tem carta branca para agir’.³⁸⁰

Essa decisão de não punir os marinheiro foi mais impactante, no sentido de causar revolta na oficialidade das Forças Armadas, do que a rebeldia em si expressa nos discursos dos marujos durante a Assembleia. Ao fim das negociações, os rebelados foram conduzidos

³⁷⁶ Idem.

³⁷⁷ Unicamp, AEL, BNM 149; caixa 1, vol. 1. Depoimento do marinheiro Paulo da Silva Bastos.

³⁷⁸ JUREMA, Abelardo. op. cit., p.160.

³⁷⁹ Unicamp, AEL, BNM 149; caixa 2, vol. 4. Depoimento do ministro Sylvio Motta.

³⁸⁰ Entrevista de Paulo Mário da Cunha Rodrigues a Denis de Moraes. Cf. MORAES, Dênis. op. cit., p.106

ao Batalhão de Guardas do Exército. Na saída do Sindicato – comemoração, festa, euforia. A sensação de vitória contagiava todos. Os líderes foram chamados na presença do ministro o qual passou as determinações e as decisões que foram tomadas. As mais importantes diziam respeito ao não regresso de marinheiros para seus navios e quartéis - pois havia o temor de que os marinheiros pudessem sofrer represálias dos oficiais -, e também a volta do almirante Aragão ao cargo de comandante-geral do CFN e do almirante Suzano ao Estado-Maior da Armada. Certamente, essas corajosas atitudes de Paulo Mário aumentaram ainda mais a revolta dos setores das Forças Armadas contrários à permanência de Jango.

No final da tarde daquela sexta-feira santa – 27 de março de 1964 – os marujos foram liberados. A grande maioria retornou para suas residências. No entanto, um grupo resolveu se dirigir à igreja da Candelária com o objetivo de realizar uma oração em nome dos colegas atingidos por tiros naquela manhã no Arsenal de Marinha. Fotógrafos e jornalistas acompanhavam o desfecho daquele acontecimento e registraram o “V” de vitória que os marujos faziam para as lentes fotográficas.

No gabinete do ministro, chegou a informação que a maruja estava se dirigindo para aquele ministério, localizado próximo à Praça XV, com o objetivo de agradecer-lhe pela soltura. O almirante Paulo Mário destacou Aragão e Suzano para irem ao encontro dos marujos e orientar-lhes a não se dirigirem àquele complexo militar.³⁸¹ Antes mesmo de qualquer reação, ambos foram levantados pelos marujos e fuzileiros e colocados nos ombros, erguidos como líderes em agradecimento à posição de apoio à Associação durante aqueles dois anos. O gesto, também foi um agradecimento ao almirante Aragão pelo fato de ele ter se recusado a cumprir ordens de invadir o sindicato com suas tropas. Agora, estava ali, nos ombros de soldados e marinheiros rebeldes.

Estampadas na primeira página de grandes jornais, fotos desse episódio, associadas ao “perdão”, foram fortes elementos motivadores para o desenrolar dos acontecimentos.³⁸² As imagens faziam parte de grandes reportagens com títulos controversos, a depender a linha editorial de cada veículo. No jornal *O Globo*: “Postos em liberdade os marinheiros sublevados”.³⁸³ Na *Folha de São Paulo*: “Em liberdade provisória os marinheiros rebeldes”.³⁸⁴ No *Última Hora*, um tom mais ameno e ênfase ao papel do presidente como

³⁸¹ Entrevista de Paulo Mário da Cunha Rodrigues a Denis de Moraes. Ver MORAES, Dênis, op. cit., p.105.

³⁸² BN. Jornal *O Globo*, 28 mar. 1964, capa. *Folha de São Paulo*, 28 mar. 1964, capa. *Última Hora*, 28 mar. 1964, capa.

³⁸³ BN. Jornal *O Globo*, 28 mar. 1964, capa.

³⁸⁴ *Folha de São Paulo*, 28 mar. 1964, capa.

responsável por resolver o problema: “Decisão de Jango resolveu a crise”,³⁸⁵ e “Acabou a vigília em emoção e lágrimas”.³⁸⁶ O *Jornal do Brasil*, preparou uma edição extra. A chamada de capa declarava: “Crise termina na Marinha com uma morte, novo Ministro, e amotinados em liberdade”.³⁸⁷ Fotos de Anselmo sendo carregado nos braços na saída do sindicato e sendo recebido pelo novo ministro, ilustram a matéria. Complementando a edição, manchetes como: “Marujos de mão ao alto ganham a luta” e, “Almirantes denunciam a *comunização* do país”.³⁸⁸

Nas memórias de Antônio Duarte, um dos diretores da AMFNB, esse evento aparece com destaque:

O almirante tentava deter os marinheiros que iam em direção ao Arsenal de Marinha. Como havia feito outras vezes, Aragão tentava demover os marinheiros e fuzileiros de ações que fossem consideradas provocativas pela alta hierarquia naval. No entanto ocorreu algo que não estava em seus planos: os marinheiros e fuzileiros, sabendo a posição de Aragão (...) o carregaram nos braços, momento registrado em fotografias que escandalizou toda a aristocracia naval, interpretada como um sacrilégio e exposta em muitos jornais da época.³⁸⁹

Conforme relatei no primeiro capítulo, esse episódio é um dos mais emblemáticos nas memórias dos militares que aderiram ao golpe. Entretanto, por que o ressentimento aparece com tanta força apenas em relação a Aragão. O almirante paraibano é citado até em imagens nas quais ele não aparece, como se só ele pudesse estar ali. Como se só ele se relacionasse com os marinheiros. Como se só ele fizesse política na Marinha. Como se só ele fosse janguista. Como se ele andasse só. Mas ele não estava só.

Dias depois, no dia 30, na sede do Automóvel Clube do Rio de Janeiro – em um evento comemorativo promovido por praças da polícia militar -, dois dos principais personagens dos dias anteriores reapareceram entre os convidados. O almirante Cândido da Costa Aragão e o marinheiro José Anselmo dos Santos, que, nas palavras de Elio Gaspari, foi “o personagem mais aplaudido da noite”.³⁹⁰ Já o ministro Abelardo Jurema, lembrando sua chegada naquela reunião, confessou que só o almirante Aragão lhe vencera nos aplausos.³⁹¹

³⁸⁵ BN. *Jornal Última Hora*, 28 mar. 1964, capa.

³⁸⁶ BN. *Jornal Última Hora*, 28 mar. 1964. Suplemento UH Revista, capa.

³⁸⁷ BN. *Jornal do Brasil*, 28 mar. 1964. Edição Extra, capa. Essa morte que trata a matéria teria ocorrido no Arsenal durante dos conflitos do dia 27, mas a informação nunca foi comprovada.

³⁸⁸ Idem. Grifo meu.

³⁸⁹ DUARTE, Antônio, op. cit., p. 169.

³⁹⁰ GASPARI, Elio, op. cit., 2002, p.62.

³⁹¹ JUREMA, Abelardo, op. cit., p.172.



Aragão no Automóvel Clube, 30 de março de 1964.³⁹²

A repercussão em alguns jornais foi a pior possível para o governo Jango. Os editoriais do *Jornal do Brasil*³⁹³ e do *Correio da Manhã*³⁹⁴ expressam bem o isolamento em que o presidente se encontrava. O Clube Naval – associação da alta oficialidade da Marinha –, e o Clube Militar, insuflados e inspirados com o apoio expressivo da imprensa, partiram também para o ataque.³⁹⁵

No plano internacional, embaixadores enviavam a seus respectivos ministros relatórios diários sobre a situação no Brasil e a imprensa internacional destacava os acontecimentos políticos que ocorriam no país do futebol. O embaixador britânico no Rio de Janeiro, Sir Leslie Fry, enviou no dia 31 de março pelo menos duas mensagens urgentes para o *Foreign Office* em Londres com cópia para os escritórios de Buenos Aires e Washington, nas quais a Rebelião dos marinheiros, e consequentemente o almirante Aragão, receberam destaque:

‘Ficou claro, agora, que o ministro do Trabalho e líderes trabalhistas de esquerda participaram do acordo de rendição dos amotinados da Marinha. Enquanto isso, o Comando-Geral dos Trabalhadores ameaçou fazer uma greve geral em apoio ao motim. Depois de se entregar, os amotinados foram levados para um quartel do Exército e liberados pouco tempo depois. Em seguida, caminharam por uma das principais ruas do Rio de Janeiro para comemorar a vitória. Durante a caminhada, o almirante Aragão foi carregado nos ombros dos manifestantes. A essa altura, o almirante Cunha Rodrigues, de idade já avançada, foi indicado para o Ministério da

³⁹² DINES, Alberto et al, op. cit., Anexos.

³⁹³ BN. *Jornal do Brasil*, 30 mar. 1964, editorial.

³⁹⁴ Cf. MARTINS, Franklin. “Basta e Fora: dois editoriais do *Correio da Manhã*”. Disponível em: http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=basta-e-fora-dois-editoriais-do-correio-da-manha. Acesso em 20 jan. 2013.

³⁹⁵ Apud BIERRENBACH, Júlio de Sá, op. cit., p.159-160. Atualizei a ortografia.

Marinha e, logo em seguida, o almirante Aragão foi renomeado pelo presidente como o comandante dos Fuzileiros Navais (...).³⁹⁶

No mesmo dia, o *Diário de Lisboa* reproduziu as manchetes da imprensa brasileira, destacando o evento ocorrido no Automóvel Clube, ressaltando que o presidente estava acompanhado por todos os membros do Governo, “nomeadamente o titular da Marinha, almirante Pedro [Paulo] Mário da Cunha Rodrigues e o comandante de Infantaria de Marinha, almirante Aragão, que a imprensa brasileira alcunha de ‘cubano’”.³⁹⁷ Em referência ao texto divulgado pelo Clube Naval, o responsável pela matéria informou aos leitores portugueses que “neste documento, os signatários, incluindo almirantes, ameaçaram demitir-se se os ‘amotinados da Páscoa’ não fossem castigados e o almirante Aragão irradiado da Marinha”.³⁹⁸

Ainda no dia 31, mais um telegrama enviado pela embaixada britânica no Rio de Janeiro. Outra vez, referências diretas ao almirante fuzileiro, sublinhando que os oficiais da Marinha haviam criticado Aragão por permitir a indisciplina.³⁹⁹ Sobre o encontro da noite do dia 30, a mensagem destacou que “o líder dos revoltosos [Anselmo] e o almirante Aragão também estavam presentes e foram muito aplaudidos”.⁴⁰⁰ Concluindo sua urgente mensagem, Leslie Fry passou suas impressões sobre o momento político do Brasil: “os rumores são muitos e, sem dúvida, há muita atividade em curso nos bastidores. Na aparência, a situação é calma”.⁴⁰¹ Certamente a calma era só aparência.

O general Olympio Mourão Filho foi o primeiro a se apresentar e acabar de vez com o jogo. Largou com as tropas de Minas Gerais rompendo marcha rumo ao golpe final de derrubada do governo constitucional do presidente Goulart. Em seu livro de memórias escreveu:

(...) Magalhães [Magalhães Pinto-Governador de Minas Gerais] me mostrou os jornais com as notícias e me fez uma súmula da situação naquela manhã, isto é: os marinheiros foram soltos, o cabo Anselmo é o líder da Marinha, o **Aragão é bicho papão** e a Marinha está completamente desmoralizada, e completou: ‘aconteceu aquilo que o senhor julgava o menos provável. Hoje é Semana Santa e eles começaram a baderna ontem, em plena quinta-feira Santa’. Respondi, perguntando: Não acha que agora é o momento impossível de ser adiado? Ele me respondeu: ‘Impossível de ser adiado. Vamos para a luta’.⁴⁰²

³⁹⁶ Apud CANTARINO, Geraldo. 1964: *a Revolução para inglês ver*. Rio de Janeiro: Mauad, sd, p.45.

³⁹⁷ PORTUGAL, Arquivo Mário Soares - AMS, *Diário de Lisboa*, 31 de mar. de 1964, capa e p.10.

³⁹⁸ Idem. A matéria aparece assinada apenas com as iniciais F.P. Possivelmente pode ter sido elaborada por uma agência internacional, como a France Press.

³⁹⁹ CANTARINO, G., op. cit., p. 46.

⁴⁰⁰ Idem.

⁴⁰¹ Idem.

⁴⁰² MOURÃO FILHO, O., op. cit., p.358. Grifo meu.

Iniciando pelo domínio das comunicações em Minas Gerais, Mourão Filho, vestido em um pijama vermelho, pegou o telefone e deu início ao que chamou de “Operação Silêncio.” Essa operação consistia em avisar a militares do Exército; da Marinha – almirante Silvio Heck; da Polícia Militar de Minas Gerais; ao governador de Minas Gerais Magalhães Pinto; a Armando Falcão – mensageiro de Carlos Lacerda; e ao governador de São Paulo, Adhemar de Barros, que ele partiria com suas tropas, independente de ordens superiores e adesões.⁴⁰³ Antes de deixar sua residência, leu alguns salmos da bíblia e, ajoelhado no banheiro, agradeceu a Deus por sua felicidade. Segundo ele, “havia chegado a hora de jogar a carreira e a vida pelo Brasil”!⁴⁰⁴ Em pronunciamento a alguns militares antes de sair do quartel, declarou:

Acabo de revoltar a 4ª Região e a 4ª Divisão de Infantaria, bem como todo o Estado de Minas, durante a madrugada. Não preciso lhes dizer que o Governo de Minas está conosco e Magalhães Pinto é o Chefe Civil da Revolução. Não estou convidando ninguém para honrarias, condecorações ou promoções. Convido para morrer comigo. Quem não quiser ou não tiver coragem, pode passar para o salão ao lado que nada lhes acontecerá.

Ao ouvir as enfáticas palavras, o coronel João Baptista da Costa deu um passo em frente e exclamou, profeticamente: ‘Se não é para fazer ditadura, morro com o Sr., General’!⁴⁰⁵ Mourão respondeu que marcharia em nome da Democracia. Era para fazer ditadura, coronel.

A operação principal, ou seja, o deslocamento das tropas, recebeu o nome de *Popeye*. Homenagem a um marinheiro - fumador de cachimbo como ele - personagem de prestigiado desenho animado que se vê em apuros com seu maior inimigo, o Brutus. Talvez, pensasse o general, com esse nome na operação, venceria a principal Força de apoio ao presidente no Rio de Janeiro, os fuzileiros navais do almirante Aragão. Ao receber apoio de outros generais, particularmente de Amaury Kruel de São Paulo, o xeque-mate foi dado com impressionante facilidade e rapidez. O jogo foi decidido em menos de vinte e quatro horas. Na análise de Gaspari,

Abatido pela decisão de Kruel, pela adesão do 1ºRI e pelo agrouro de San Tiago, Jango resolveu voar. Determinou ao seu piloto que preparasse o Avro presidencial, enquanto tentava conseguir um jato da Varig. ‘Vamos, vou sair daqui. Vou para Brasília. Isto aqui está se transformando numa ratoeira’, disse a Raul Ryff. O presidente decolou às 12:45. Goulart voou de uma ratoeira para uma arapuca. A partida do presidente para Brasília precipitou a dissolução do ‘dispositivo’ no I Exército.⁴⁰⁶

⁴⁰³ Ibidem, p. 372.

⁴⁰⁴ Ibidem, p. 374.

⁴⁰⁵ Idem.

⁴⁰⁶ GASPARI, Elio, op. cit., 2002, p.103.

Daniel Aarão Reis, sem meias palavras, enfatizando o poder decisivo que o presidente tinha nas mãos, concluiu:

Jango foi fugindo do cenário aos soluços: Brasília, Porto Alegre, Montevideu, deixando atrás de si um rastro de desorientação e desagregação. Apavorado diante do incêndio que provocara sem querer, horrorizado com a hipótese de um guerra civil que não desejava, decidiu nada decidir e saiu da História pela fronteira com o Uruguai.⁴⁰⁷

Já Elio Gaspari, sem deixar de responsabilizar Jango, sublinhou as atitudes – ou falta delas -, dos generais que cercavam o presidente deposto:

Nas barrancas do rio Uruguai, João Goulart viveu os últimos momentos de se aniquilamento político num estado de deprimente solidão. É conhecida a orfandade dos fracassos, mas alguns aspectos do comportamento dos generais de Jango acabaram por engrandecer sua pequena figura. Desde o momento em que Moraes Âncora lhe sugeriu que deixasse o Laranjeiras até a hora em que Floriano Machado lhe disse que fugisse do Brasil, os oficiais do ‘dispositivo’ praticamente enxotaram o presidente, do Rio para Brasília, de Brasília para Porto Alegre e de Porto Alegre para o diabo que o carregasse, desde que fosse para longe de suas biografias. Faziam isso em derradeira tentativa de buscar a qualquer preço um acordo que lhes salvasse as dragonas.⁴⁰⁸

O fato é que chegava ao fim o governo Jango. O fazendeiro formado em Direito, que entrou na política apadrinhado por Getúlio Vargas, de quem foi ministro do Trabalho (1953-1954). Antes de ser ministro, havia sido eleito para Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1947-1950), para deputado federal (1951-1953) e passando pela vice-presidência duas vezes. A primeira no governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960), ocasião na qual teve mais votos de que o próprio presidente nas eleições de 1955.⁴⁰⁹ A segunda, no breve governo de Jânio Quadros (1961). Nem tanto pela derrota, mas principalmente pela forma como se deu, Jango ficou durante muito tempo ao largo dos escritos políticos no país. Quando aparecia em algum registro memorial ou historiográfico, os adjetivos não eram os melhores. Quer entre as esquerdas, quer entre seus inimigos da direita, foi retratado como o presidente medíocre, fraco, demagogo, inepto, burguês, populista, despreparado, ignorante, fraco, inconsequente, incapaz. Essas foram algumas “qualificações” mapeadas por Jorge Ferreira em sua biografia sobre João Goulart.⁴¹⁰

⁴⁰⁷ REIS, Daniel Aarão, op. cit., 2005, p.32.

⁴⁰⁸ GASPARI, Elio. op. cit., 113-114.

⁴⁰⁹ Naquela época, o cargo de vice-presidente era disputado independente da eleição de presidente da República.

⁴¹⁰ FERREIRA, Jorge, op. cit., 2011, p. 9-10.

Ao longo do tempo, outros registros, dessa vez favoráveis à imagem de Jango, foram aparecendo. Ora como um líder revolucionário que tinha sido vítima de uma conspiração,⁴¹¹ ora apresentado com “certa imagem mítica do líder trabalhista, vitimizando as esquerdas”, explicou Ferreira.⁴¹² Na sua construção da biografia de Jango, Ferreira procurou reconstituir a trajetória política e pessoal do ex-presidente sem procurar e apontar incoerências, nem tampouco com o objetivo de “montar um quebra-cabeças”. Citando Vavy Pachego Borges, declarou: ‘os atores históricos (nós todos!) não são modelos de coerência, continuidade, racionalidade; as tensões entre o vivido, o imaginado e o desejado são fundamentais’.⁴¹³ Seguiremos com as tensões...

3.1 – Dóceis resistentes

Com a derrota de todos que faziam o governo Jango, pouco se fala nas tentativas de impedimento do golpe, mas elas existiram. Em Pernambuco, por exemplo, na cidade de Vitória de Santo Antão “militantes das Ligas Camponesas ocuparam a prefeitura, a delegacia, os correios e as estações de rádio, telefone, ferroviária”⁴¹⁴ na esperança de que chegassem armas janguistas. Na Bahia, militantes da Ação Popular (AP), “foram para o interior como o objetivo de interditar a rodovia que liga o Rio de Janeiro ao Nordeste”.⁴¹⁵

Ainda pouco conhecidas ou exploradas pela historiografia, as tentativas de resistência mais contundentes na Guanabara vieram justamente de Aragão e dos marujos e fuzileiros da AMFNB. O então Secretário de Segurança do Estado da Guanabara, coronel Gustavo Borges, relatou detalhadamente as ações nas quais os policiais militares se envolveram para garantir o êxito do Golpe. Sobre a passagem do dia 31 para o dia primeiro de abril, os fuzileiros navais aparecem como principais oponentes:

Decidimos, então, desencadear o fechamento dos sindicatos comunistas, para, com a prisão dos cabeças, evitarmos ou enfraquecermos as greves por eles planejadas para quaisquer emergências. O DOPS, apoiado por dois choques da Polícia de Vigilância, é bem sucedido em todas operações, salvo na última: a CNTI, onde se encontravam reunidos os elemento de proa do CGT. (...) A Polícia militar é acionada, porém

⁴¹¹ Ibidem, p.13.

⁴¹² Idem. O autor cita o livro de Luiz Alberto Moniz Bandeira *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*, publicado em 1977, ressaltando que foi o ano no qual recomeçaram as manifestações de rua contra o governo, inaugurando um processo crescente de mobilização popular contra a ditadura; e o filme *Jango*, de Silvio Tendler, de 1984, “ano em que o regime chegava aos seus estertores”.

⁴¹³ Ibidem, p. 18.

⁴¹⁴ Ibidem, p. 478.

⁴¹⁵ Idem.

quando chega lá um oficial precursor, já havia um forte contingente de *fuzileiros navais*.⁴¹⁶

Seguindo o relato do coronel, mais ações de fuzileiros pró-Jango:

Não estávamos seguros, porém, de que, até a chegada das tropas mineiras e paulistas, Jango não tentaria ações desvairadas contra o Governador Lacerda (...). Aquela hora não conhecíamos o resultado da missão do Gen. Moniz Aragão e, de qualquer forma, Jango contava com os fuzileiros do outro Aragão, o Almirante. (...) Finalmente, chega uma notícia realmente inquietante: o Batalhão Riachuelo, a tropa escol do Corpo de Fuzileiros, deslocou-se rapidamente para o Ministério da Marinha, proveniente de seus Quartéis da Ilha do Governador.⁴¹⁷

Outras fontes dão conta de que fuzileiros foram destacados para recolher edições de jornais favoráveis ao golpe, inclusive com o próprio almirante Aragão no comando. No dia 1º de abril, fuzileiros invadiram os jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*, que apoiavam o golpe, paralisando as máquinas e retirando os funcionários das redações. Aragão teria ido pessoalmente nessas redações, alegando estar cumprindo ordens do governo.⁴¹⁸ Fuzileiros navais também foram responsáveis por tirar do ar a *Rádio Jornal do Brasil* após esta divulgar um manifesto pró-golpe emitido pelo governador de Minas Gerais Magalhães Pinto.⁴¹⁹ Fiéis a Jango, os navais de Aragão ainda foram acionados para montar guarda nas emissoras governistas Rádio Nacional e Mayrink Veiga⁴²⁰ como também na sede dos Correios e Telégrafos, local que pretendiam transformar em um ponto de reuniões de um possível comando de resistência, onde já estavam políticos, sindicalistas e militares.⁴²¹ A Aeronáutica também solicitou reforço dos fuzileiros, pois o edifício do Comando da Terceira Zona Aérea havia sido metralhado.⁴²²

A confiança nos fuzileiros e em Aragão era tanta, principalmente entre os políticos ligados a Jango, que Neiva Moreira relembrou o fato de Brizola ter sugerido a Aragão que convidasse o presidente Jango “a instalar-se nos Fuzileiros para, de lá, dirigir mensagem à Nação, decretando a mobilização geral, civil e militar contra o golpe”.⁴²³ Ainda sobre as mobilizações de setores da Marinha tentando organizar grupos para resistirem ao Golpe, é necessário destacarmos os marujos e fuzileiros da AMFNB. Só muito recentemente a

⁴¹⁶ Biblioteca da ABI – Revista *O Cruzeiro*, 06 de jun. 1964, p. 119-120.

⁴¹⁷ Idem.

⁴¹⁸ BN. *Jornal Correio da Manhã*, 02 de abr. 1964, p. 02.

⁴¹⁹ Biblioteca da ABI – Revista *O Cruzeiro*, 06 de jun. 1964, p.119-120.

⁴²⁰ DINES, Alberto. op. cit., p. 242.

⁴²¹ CAPITANI, Avelino, op. cit., p. 62.

⁴²² Unicamp, AEL, BNM 028, depoimento do capitão de fragata Mário de Albuquerque Suzano.

⁴²³ LOUZEIRO, José. *Neiva Moreira: depoimento*. São Paulo: Terceiro Mundo, 1989, p.75.

historiografia vem atentando para essa questão. É de Jorge Ferreira a contundente afirmação de que:

A Diretoria da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais reuniu-se rapidamente e aguardou as ordens para resistir. Como já haviam acertado entre si as forças de esquerda, na eventualidade de golpe caberia aos fuzileiros navais neutralizar a Marinha. De fato, os líderes da Associação conseguiram, entre 25 e 31 de março, acuar a oficialidade (...). O tempo passava e nenhuma ordem de resistência chegava à Associação. Resolveram agir por conta própria: controlaram o armamento nos quartéis, aproximaram-se dos oficiais legalistas e impediram que qualquer navio levantasse âncora.⁴²⁴

Em sua prestigiada biografia sobre Carlos Marighella, Mário Magalhães afirmou que o líder comunista, sedento por ações decisivas de resistência, chegou a procurar Aragão para empreenderem uma ofensiva contra Lacerda:

Marighella peregrinou, determinado a se apossar de alguma ‘banda de cá’. Sabia que Lacerda encarnava como ninguém o front civil dos revoltosos, com sua mise-em-scène de metralhadora a tiracolo e incitação tonitruante à ilegalidade – ou subversão, à qual os comunistas se habituaram a estar associados. O xilindrô para o governador que rasgara a Constituição, mais que infortúnio dos golpistas, denotaria vitalidade do governo. Como os cruzadores demoravam a abater o palácio, caberia aos fuzileiros invadi-lo. É o que Marighella propôs a Cândido Aragão. (...) Em seu quartel na ilha das Cobras, Aragão disse a Marighella que topava investir contra Carlos Lacerda, mas necessitava da autorização de Jango.⁴²⁵

Há ainda a intrigante, mas verdadeira, notícia de que o “cabo” Anselmo tentou organizar grupos de resistência ao golpe. Fazendo uso de armas extraídas do Corpo de Fuzileiros Navais, Anselmo planejou com Avelino Capitani, Antônio Duarte e Marcos Antônio, ações para neutralizar os golpistas, com ajuda dos estudantes da UNE e de operários marítimos.⁴²⁶ No prédio da União Nacional dos Estudantes, Carlos Vereza lembrou que fuzileiros navais estiveram naquela sede e ofereceram armas aos que lá se encontravam.⁴²⁷

O deputado comunista Hércules Corrêa confirmou anos depois que ajudou Anselmo a levar armas para o Sindicato dos Metalúrgicos.⁴²⁸ Ainda sobre esse episódio do sumiço das armas, Anselmo e Aragão foram processados e alvos Inquérito Militar durante a ditadura.⁴²⁹

⁴²⁴ FERREIRA, Jorge, op. cit. 2011, p.479.

⁴²⁵ MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p.308.

⁴²⁶ CAPITANI, Avelino. op. cit., p.64. p. 62.

⁴²⁷ Cf. MORAES, Dênis de. op. cit., p. 147.

⁴²⁸ Cf. BASTOS, Paulo M. op. cit., 2006, p.219. De acordo com Hércules Corrêa a entrada de bombas, armas e minas se deu durante os dias da Rebelião. No entanto, Anselmo já estava foragido antes de 25 de março e durante os três dias não se retirou do Sindicato. O mais provável é que o material tenha sido levado para lá entre os dias 31 de março e 1º de abril. Ver também, AEL-BNM, 263. No APESP consta documento referente à notícia publicada no jornal *Diário Popular*, de 07 de julho de 1967 que diz respeito a esse processo respondido por Anselmo pela sumiço das armas. De acordo com a reportagem, foram indiciados o almirante Cândido da

O momento mais tenso girou em torno da notícia que Aragão iria invadir o Palácio da Guanabara, sede do governo estadual, e onde se encontrava um dos maiores entusiastas do golpe, o governador Carlos Lacerda. Marcados pelo pronunciamento desesperado de Lacerda – que colocou Aragão como protagonista de um momento decisivo da história política do país –, detalhes foram apresentados na Revista *Cruzeiro*, em uma edição comemorativa à vitória do que chamavam de “Revolução”. Mais uma vez, o relato é do coronel Gustavo Borges:

A uma hora da manhã, começaram a cortar os telefones da linha 25, que serve ao Guanabara, mas continuaram a cortar três da linha 45, que passaram a ser utilizados pelo governador. Às 02:45h, corre em Palácio a notícia de que *os fuzileiros navais iriam atacar*. A expectativa prossegue até às 5 horas, quando entram mais 30 generais do Exército. Às 06:30h, nova notícia promoveu atitude semelhante, logo relaxada por saber-se que se tratava de um rebote falso.⁴³⁰

De concreto, houve a ordem de Aragão para o deslocamento de uma tropa de fuzileiros navais visando guarnecer o Palácio das Laranjeiras. O objetivo da movimentação era proteger o presidente João Goulart de um possível cerco da polícia comandada por Lacerda.⁴³¹ O depoimento é do ajudante de ordens de Aragão, capitão Gracio de Aguiar, que acompanhou o almirante nos momentos mais tensos do dia 31 de março.

(...) cerca de quatro horas o Almirante Aragão desceu transmitindo ao Almirante Washington [Frazão Braga] que chegara naquele momento a ordem de mandar embarcar a tropa que se achava no pátio do Ministério, nas viaturas que lá se encontravam e que essa tropa se dirigisse ao Palácio das Laranjeiras pois havia notícias que aquele Palácio estava cercado por tropas da Polícia Militar do Estado da Guanabara e que esse bloqueio deveria ser rompido. O Alte. Aragão acompanhou a tropa em seu carro, acompanhado pelo indiciado. (...) Em virtude do Palácio das Laranjeiras estar desguarnecido o Almirante Aragão determinou que a tropa de fuzileiros lá permanecesse regressando em seguida para o Ministério, sempre acompanhado do indiciado.⁴³²

Sobre esse episódio, que ainda gera muita controvérsia, Jorge Ferreira, em sua biografia sobre o presidente João Goulart, escreveu:

O almirante Aragão esperava ordens de Goulart para prender Lacerda. Ele estava disposto a invadir o Palácio da Guanabara, travar batalha com as polícias militares e civis do estado e deter o governador. Para as forças legalistas, a prisão de Lacerda

Costa Aragão; o tenente Antônio Arinos Marques da Silva; o capitão-tenente Hécio de Aguiar; os sargentos Washington Elias de Almeida e Amaro Gomes da Silva; além de José Anselmo dos Santos e o soldado José Leite da Costa Filho. Ainda segundo a matéria foram levadas 142 armas do Corpo de Fuzileiros Navais, entre elas pistolas, fuzis, submetralhadores e revólveres. Destas, 126 haviam sido recuperadas no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara. APESP, Ordem Social, 50-Z-9-4022.

⁴²⁹ APESP, Ordem Social, 50-Z-9-4022.

⁴³⁰ Biblioteca da ABI – Revista *O Cruzeiro*, 10 abr. 1964, p.30-32.

⁴³¹ Unicamp, AEL, BNM 028, depoimento do capitão-tenente Gracio de Aguiar, folhas 759-764.

⁴³² Idem.

poderia impedir o golpe, ou pelo menos sustar o movimento de adesão que avançava em muitos comandos. A ordem não veio.⁴³³

Ainda na esperança de encontrar uma solução política, Jango convocou os membros do CGT e esperou por uma decisão do general Amaury Kruel, comandante do II Exército com sede em São Paulo. Nas memórias de Hércules Corrêa, o seguinte relato daquele momento que seria crucial para a história do país:

Tínhamos decretado greve geral, em apoio a Jango. Todo o Estado da Guanabara estava parado desde as 18 horas. Ficamos ali, Jango, eu, o Oswaldo Pacheco e o Melo Bastos discutindo como iríamos consolidar a greve nos estados, durante a madrugada. Às 11 horas, o General Kruel telefonou. Como condição que os militares detivessem o golpe em marcha, e para restabelecer a confiança deles no governo, Kruel exigia que Jango determinasse, de imediato, nossa prisão, e a de todos os sindicalistas que dirigiam a greve, além de dissolver a CGT.

- Como é que vou prender a representação daqueles com quem faço política. Contestou Goulart.

Foi a última vez que conversei com Jango.⁴³⁴

Nas memórias de almirante Aragão, o momento do deslocamento da tropa e do desafio de Lacerda foi lembrado em duas entrevistas distintas. Em ambos os momentos as versões foram as mesmas. Em 1981, ao responder aos jornalistas do *Coojornal* – publicação gaúcha de oposição à ditadura -, Aragão relatou que não prendeu Lacerda porque não tinha ordens, embora fosse a favor da invasão do Palácio Guanabara. O “Comando dos Fuzileiros Navais era um instrumento de força militar a serviço do Presidente Goulart,” lembrou.⁴³⁵ Em suas respostas às questões levantadas sobre a não resistência, enfatizou sua posição legalista e de obediência às lideranças políticas, o que, na prática, era uma forma de eximir-se da responsabilidade: “Fui o senhor absoluto do Rio durante quase dois dias. Esperei pelas lideranças políticas, mas ninguém apareceu. Por isso não resisiti”.⁴³⁶

Dois anos antes, em 1979, ainda no exílio, o problema com Lacerda já havia sido mencionado. Chamou-nos atenção, sua referência à morte de Getúlio Vargas, algo que não aparece em outras fontes ou entrevistas.

Eu tinha um compromisso moral comigo mesmo, era uma coisa minha, de vingar a morte do Getúlio. Eu achava que devia depor o Lacerda. Compromisso que eu não cumpri porque o Ministro da Marinha não. Mas eu tinha condições de derrubá-lo, de prender Lacerda. Eu tinha condições de fazer muita coisa que não fiz. Muita coisa que não convém relatar. Esta briga com Lacerda era uma briga antiga que foi evoluindo até o golpe. Você entende? Pelas nossas posições. Não era propriamente

⁴³³ FERREIRA, Jorge, op. cit., 2011, p. 490.

⁴³⁴ CORRÊA, Hércules., op. cit., p.92-93.

⁴³⁵ *Coojornal*, fevereiro de 1981. Apud MORAES, Dênis de., op. cit., p. 163-164.

⁴³⁶ Idem.

uma briga. Era caracterização de posições. O Lacerda como a alma danada do golpe e eu como o tipo eminentemente ajustado a um comportamento legalista.⁴³⁷

As palavras de Aragão ao declarar que tinha uma posição legalista e um compromisso moral de vingar a morte do presidente Getúlio Vargas, revelam, mais uma vez – a exemplo do seu discurso de posse no comando dos Fuzileiros Navais –, características de sua *cultura política*, forjada ao longo de sua trajetória de vida.

Assim como no episódio no qual foi carregado nos ombros, Aragão também não estava sozinho. Mais uma vez aparece aqui a figura do almirante Suzano em situações de apoio e fidelidade ao governo Jango. Com a posse de Paulo Mário após a Rebelião dos Marinheiros, Suzano assumiu o cargo de Chefe do Estado Maior da Armada (CEMA). Nessa função, acompanhou os últimos dias do governo. Sobre os angustiantes dias que vão de 27 de março a primeiro de abril, seu filho, Marcos Suzano, revelou que recebeu ordens do pai para que “providenciasse o abastecimento de combustível e suprimentos em geral para três CTs (navios contratorpedeiros) da classe “Pará” e um NTrT (Navio transporte de tropas) classe “Ary Parreiras”, que deveriam ficar prontos a suspender.⁴³⁸

Após isso, acompanhou seu pai junto aos almirantes Paulo Mário e Aragão até o ministério da Guerra com o objetivo de receberem orientações para agir. Como o general Jair Dantas Ribeiro estava hospitalizado, procuraram o comandante do primeiro Exército, general Âncora, mas nenhuma ordem efetiva foi dada. Em seu depoimento no chamado “Inquérito dos almirantes”, informou ainda que seu pai recebeu ligação de Jango pedindo proteção ao palácio presidencial pois havia solicitado reforço do Exército e não obtivera êxito.⁴³⁹ Chama-nos atenção o fato de o oficial Marcos Suzano ter prestado as informações na condição de preso no navio Princesa Leopoldina, o que poderia ter o levado a omiti-las.

Hoje sabemos que uma frota de navios de guerra dos Estados Unidos estava pronta para agir caso houvesse uma resistência mais firme ao golpe. De acordo com Elio Gaspari, na manhã de 1º de abril, Jango recebeu o aviso de San Tiago Dantas que “o governo americano apoiava a insurreição, e a embaixada nela se envolvera”.⁴⁴⁰ Essa informação pode ter influenciado na decisão do presidente em não reagir. Toda a logística e provável intervenção militar dos norte americanos seria um forte fator de desequilíbrio em favor dos opositores a

⁴³⁷ Entrevista de Cândido Aragão a Hélio Goldstejn. In: *Revista Versus*, nº 31, abr. 1979, p. 08.

⁴³⁸ Na Marinha há a tradição de nomear “classes” os primeiros navios comprados dentre outros iguais. Nesse sentido, o Classe “Pará” designava outros navios com as mesmas características (pessoal, armamento, deslocamento etc).

⁴³⁹ Unicamp, AEL, BNM 028, depoimento do capitão de fragata Mário de Albuquerque Suzano.

⁴⁴⁰ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002, p.102.

Jango. A *Operação Brother Sam*,⁴⁴¹ foi resumida ao deslocamento de armamentos, munições, combustíveis, aeronaves e navios de guerra para a costa brasileira. Evidentemente não precisou entrar em ação.

As tropas do general Mourão, o *Popeye*, já contanto com a adesão de outros generais, dominaram o Rio de Janeiro e foram saudadas com entusiasmo por parte da população carioca.

3.2 – A posse de Castelo Branco

Ao analisar os momentos iniciais da instalação do novo governo, Samantha Quadrat afirmou que “nos primeiros dias após o golpe, uma série de negociações e alianças teve início. Afinal, a conspiração golpista havia reunido setores da sociedade civil – políticos e empresários – e das Forças Armadas com o intuito de derrubar o presidente João Goulart”.⁴⁴² A autora ressaltou que “não estava claro o que seria feito após a queda de Jango. Quem assumiria a presidência? Por quanto tempo os militares ficariam presentes no cenário político? Quando seriam as próximas eleições?”.⁴⁴³

Essas indagações são por demais interessantes no sentido de procuramos compreender politicamente e institucionalmente como os militares no poder iriam tratar os seus desafetos, agora depostos de seus cargos e sem a proteção constitucional da obediência ao chefe supremo das Forças Armadas. Sem saber direito para onde seguir, os vitoriosos em 1964 ainda procuravam um rumo para o país. Começaram pelos *ressentimentos* e pela busca incessantes aos desafetos.

A poucos dias da posse de Castelo Branco na presidência da República, Costa e Silva e o grupo que o cercava conseguiram que o Comando Supremo da Revolução expedisse o Ato do Comando Supremo nº8 e a Portaria nº1. Os dois novos dispositivos legais serviriam aos propósitos mais radicais de Costa e Silva e seu grupo, desejosos do fechamento do Congresso Nacional e de uma verdadeira ‘caça às bruxas’ no país. O Ato nº 8 mudava o panorama do que havia feito até então, visto que as ações anteriores do Comando foram voltadas para a cassação de direitos políticos e a transferência à reserva de diversos oficiais das Forças Armadas contrários ao golpe ou de alguma maneira associados à figura de Jango. As primeiras medidas do Comando Supremo da Revolução não se traduziram em projetos de governo. Faltava ao novo governo uma identidade e uma proposta de ação que fosse além da ideia de ‘salvar’ o Brasil do ‘comunismo’, da ‘subversão’ e da ‘corrupção’ e da ‘defesa da democracia’ e dos ‘valores ocidentais e cristãos’.

⁴⁴¹ Ver FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – o Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Ver também GASPARI, Elia, op. cit., 2002, p. 99-102.

⁴⁴² QUADRAT, Samantha Viz. “A ditadura civil-militar em tempo de (in) definições (1964-1968)”. In: MARTINHO, Francisco C. P. (org.). *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, p.129.

⁴⁴³ Idem.

Coube a Castelo Branco, primeiro presidente-general, buscar saídas para esse labirinto.⁴⁴⁴

Ao consultarmos algumas fontes jornalísticas que relataram os momentos do golpe e a posse de Castelo Branco, salta aos olhos e apoio explícito ao novo governo, pelo ao menos duas das principais revistas semanais da época. As revistas *Manchete* e *O Cruzeiro* formam apenas uma das facetas do apoio civil do golpe. Os casos mais conhecidos na imprensa dizem respeito às Organizações Globo e aos grupos paulistas Estadão e Folha de São Paulo. Ao analisarmos essas fontes, é necessário observarmos pelo menos alguns aspectos pertinentes à teoria e metodologia da história da imprensa: a quem pertence a publicação? Qual o perfil de seus jornalistas? E, a qual público se destina? Nesse sentido, essas revistas falavam de um determinado lugar da sociedade, por meio de estratégias, suportes, e distribuições específicas e, principalmente para um público alvo específico.⁴⁴⁵

Em uma “edição histórica”,⁴⁴⁶ e em grandes reportagens semanais, a revista *Manchete* ressaltou as festas em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Recife.⁴⁴⁷ As imagens impressionam. Entre papéis picados, tanques e bandas militares, milhares de pessoas foram às ruas para comemorar a queda de Jango.⁴⁴⁸ Eram os setores expressivos da classe média descontentes com o governo deposto. Não podemos desconsiderar a força do discurso anticomunista entre esses segmentos da sociedade. Não à toa, uma das reportagens sentenciou “Deus, família e liberdade”. Em outra “Nem o tempo chuvoso impediu que os cariocas dessem o testemunho público de seu amor às liberdades públicas e de seu espírito sinceramente cristão”.⁴⁴⁹ Na edição que cobriu a investidura de Castelo no cargo, a mesma publicação trouxe na capa: “Brasília espetacular – a posse do novo presidente”. Nos textos e nas imagens da reportagem, o efusivo registro da grande presença de paisanos à cerimônia:

⁴⁴⁴ Ibidem, p.131.

⁴⁴⁵ Como bem adverte Ciro Marcondes Filho: “o jornalismo, via de regra, atua junto com grandes forças econômicas e sociais: um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar à suas opiniões subjetivas e particularistas o foro de objetividade”. Ver FILHO, Ciro M. *O capital da notícia*. São Paulo: Ática, 1989, p.11.

⁴⁴⁶ *Revista Manchete*, Ano 11, abr. de 1964, edição histórica. A Revista Manchete pertencia ao empresário de origem ucraniana Adolph Bloch (1908-1995) e circulou entre 1952 e 2000. Em 1983 o empresário levou ao ar a TV Manchete, que deixou de existir no ano de 1999.

⁴⁴⁷ Idem. Para Recife, ver *Revista Manchete*, 25 de abr. de 1964, p.36.

⁴⁴⁸ Para um maior aprofundamento das comemorações, ver PRESOT, Aline. “Celebrando a ‘Revolução’: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964”. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários – legitimidade, consenso e consentimento no século XX*, vol. 2. *Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 71-96.

⁴⁴⁹ *Revista Manchete*, abril de 1964, edição histórica, p. 03 e 10, respectivamente.

Eleito pelo Congresso Nacional, por meio de votação nominal, o novo presidente tomou posse em sessão conjunta das duas câmaras que integram o Poder Legislativo Federal. Estavam presentes todo o Ministério, numerosos governadores estaduais e todas as missões diplomáticas acreditadas junto ao nosso governo. Ao ouvir do Senador Auro de Moura Andrade a declaração de que estava empossado na presidência, o Marechal Castelo Branco foi entusiasticamente aplaudido pelo plenário e pelas galerias. Levantou-se, então, para agradecer os aplausos, com ligeiros acenos de cabeça. (...) Naquele momento, entre tantas e tão expressivas manifestações, reacendiam-se as esperanças dos brasileiros, desejosos de ver a nação entrar numa fase de trabalho, ordem e tranquilidade, sem agitações ou divisões.⁴⁵⁰

O seu vice-presidente era José Maria Alkmin, ex-ministro da Fazenda. Imagens que mostravam grande entusiasmo do governador de Minas Gerais Magalhães Pinto fazendo o “V” de vitória; fotografias do governador de São Paulo, Ademar de Barros, e do governador Nei Braga, do Paraná, ilustram a matéria.⁴⁵¹ Estiveram presentes ainda os governadores Virgílio Távora (Ceará), Lomanto Júnior (Bahia), Mauro Borges (Goiás), Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul), Aluísio Alves (Rio Grande do Norte), Plínio Coelho (Amazonas) e Badger Silveira, representando o Rio de Janeiro. Carlos Lacerda não teria comparecido devido ao estado de saúde de sua esposa, Letícia Lacerda.⁴⁵²

Não faltaram os apertos de mão do embaixador norte-americano Lincoln Gordon, do embaixador da então União Soviética, Andrei Fomin; do monsenhor Armando Lombardi, representando o Vaticano, e do arcebispo de Brasília, dom José Newton. No ministério de Castelo, um expressivo pelotão de “notórios” civis: Raimundo de Brito, saúde; Daniel Faraco, indústria e comércio; Otávio Gouveia de Bulhões, fazenda; Milton Campos, justiça e interior; Arnaldo Sussekund, trabalho e previdência social; Flávio Suplicy de Lacerda, educação; Marcondes Ferraz, minas e energia; Oscar Thompson Filho, agricultura; e Vasco Leitão da Cunha, relações exteriores. No time dos militares, Juarez Távora, viação e obras; Artur Costa e Silva na pasta da Guerra; Teixeira de Melo na Aeronáutica e Augusto Rademaker na Marinha.⁴⁵³

Outra revista semanal muito folheada na época pela classe média e setores das elites nacionais, também teve sua “edição histórica”. Em *O Cruzeiro*,⁴⁵⁴ o civil mais badalado foi Magalhães Pinto. No dia 10 de abril, ou seja, antes da posse de Castelo Branco, um sorridente

⁴⁵⁰ Ibidem, p.09.

⁴⁵¹ Ibidem, p.11.

⁴⁵² Ibidem, p.17.

⁴⁵³ Idem.

⁴⁵⁴ A Revista *O Cruzeiro* circulou entre 1928 e 1975. Fazia parte do grupo Diários Associados, cujo proprietário era Assis Chateaubriand. Fazia a cobertura da vida de personalidades famosas do cinema, esportes etc. De acordo com Edna Maria Fernandes do Nascimento, foi considerada como a principal revista ilustrada do século XX por ter sido responsável pela reformulação técnica e estética no meio jornalístico. Ver NASCIMENTO, Edna M. F. “Prudência e aventura: Revista *O Cruzeiro* e formas de vida da mulher na década de 40”. In *Revista Alfa*, São Paulo, 53 (2), 2009, p. 619.

senhor calvo e com óculos de armações escuras, apareceu na capa da revista sendo beijado na bochecha por uma senhora não menos entusiasmada. Era sua nora, Terezinha de Magalhães Pinto. Com essa imagem, além da homenagem àquele que foi proclamado de “líder civil,” os editores tentavam passar para a sociedade o clima de alegria, respeito e o ambiente familiar que deveria prevalecer no país a partir de então. Para eles, definitivamente “o país entrava num período de ordem”.⁴⁵⁵

Na mesma edição, a revista explicou do seu modo “por que Jango caiu” e destacou as festas e os protagonistas civis e militares. Num panorama do que ocorrera nos principais estados, o tom de euforia aparece nos títulos das matérias: “Magalhães, o herói da revolução”; “São Paulo em guerra pela liberdade”; “A batalha na Guanabara”; “O carnaval da vitória”; “Um milhão marcha com Deus na vitória”.⁴⁵⁶

Em um editorial ilustrado com uma impressionante fotografia, o jornalista David Nasser expõe em sua mesa de trabalho pelo menos uma dezena de armas e carregadores municados. No texto “saber ganhar” saúda os vencedores e demonstra preocupação com a que viria depois: “a virtude da democracia está em saber ganhar. Em seu nome, em nome da Democracia, não se pode permitir que a injustiça se pratique em nome da Justiça”,⁴⁵⁷ completando sua visão legalista, rogou para que não fossem “anulados, sem processo legal, os mandatos populares” e a Constituição respeitada. Mas também atacou, sem rodeios, o presidente deposto:

Caiu porque em seu espírito engarrafado pela mediocridade mais positiva deste País, nunca deixou de existir o estancieiro que contava os aliados como quem conta o gado no Curral. Caiu porque acreditou que aqueles que lhe faziam planos de continuísmo, acenando com o poder sindical, com o dispositivo militar, acreditavam no que diziam. E lutariam por tudo aquilo que o Senhor João Goulart acreditava. Mas o Senhor João Goulart não acreditava realmente em nada. A não ser na sua boa estrela, que era a estrela vermelha.⁴⁵⁸

⁴⁵⁵ Revista *O Cruzeiro*, 10 de abril de 1964, p.03.

⁴⁵⁶ Idem.

⁴⁵⁷ NASSER, David. “Saber ganhar”. Revista *O Cruzeiro*, 10 de abril de 1964, Editorial.

⁴⁵⁸ Ibidem, p.05.



Fotografia do jornalista David Nasser, entusiasta do golpe, publicada na Revista *O Cruzeiro*, 10 de abril de 1964, p. 05.

Retomando a matéria da Revista *Manchete* no dia da posse de Castelo, visualizamos como parcelas significativas da sociedade receberam o novo presidente: “o entusiasmo popular era de tal ordem que superou as expectativas gerais, mesma as mais otimistas. Parecia, na verdade, que o Brasil se reencontrara”, ⁴⁵⁹ dizia o texto. Se não foi bem isso que ocorreu, foi assim que os editores viram, ou desejaram que fosse. Os paisanos saudaram os fardados. Ou melhor, os fardados no poder, porque para os que apoiaram Jango a história foi outra.

Nos tumultuados e turbulentos dias que vão de primeiro a catorze de abril – data em que o general Castelo Branco tomou posse, Aragão não foi esquecido. Assim como toda cúpula militar e política que participara do governo Jango, o militar paraibano seria muito bem lembrado. Além dele, responderam inquéritos todos os oficiais, marinheiros e fuzileiros que de alguma forma se posicionaram a favor de João Goulart. Entre eles, os almirantes Sylvio Motta, Pedro Paulo de Araújo Suzano, Washington Frazão Braga e José Luiz de Araújo Goyano. Aparecem na lista os oficiais superiores Paulo Silveira Werneck, René Margarino Torres, Ary da Frota Roque, Juan Lopez Alonso Junior e Bernardino Coelho

⁴⁵⁹ Revista *Manchete*, op. cit., p.17.

Pontes. Completa o grupo dos “subversivos”, os oficiais subalternos Justino Lopes da Silva, Paulo Henrique Medeiros Ferro Costa e Antônio Arinos Marques da Silva.⁴⁶⁰

A abertura de IPMs não foi exclusividade da Marinha. De acordo com Quadrat, esses inquéritos foram “uma das primeiras formas de repressão no Brasil”.⁴⁶¹ Pois, de acordo com a autora, “ao ter seu nome publicado nos jornais relacionado à subversão, a pessoa enfrentava constrangimentos com amigos, familiares e via sua vida profissional obstruída por essas acusações, podendo ser presa e até mesmo torturada.”⁴⁶² Foi o caso de alguns cisnes rebeldes. Entre os processados da armada, encontramos dois ex-ministros do governo Jango, Suzano e Sylvio Motta. Este substituiu Suzano no cargo, em junho de 1963, ficando até a explosão da Rebelião dos Marinheiros. Motta é sempre citado como um militar que evitava envolver-se em temas políticos, procurando deixar a Marinha fora do turbulento maremoto que se anunciava. No entanto, não foi sensível às causas dos marinheiros e foi acusado até mesmo por oficiais que o apoiava, de ser omissos e de não ter pulso para comandar a Marinha. Sua forma de agir conseguiu desagradar grupos distintos dentro da instituição. Até mesmo nas memórias recentes, seu nome passa quase despercebido. Já com Suzano, a história foi outra. Que o diga Aragão. Ambos carregados nos ombros de marinheiros. Ambos tentando resistir ao golpe. Ambos processados pela recém-instalada “revolução”.

3.3 - Suzano. O bom companheiro?



O comandante dos Fuzileiros Navais, Cândido Aragão, faz o jogo político dos marinheiros. Entra na lista dos cassados.

Equivocadamente, a imagem do almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, que também foi carregado pelos marujos rebeldes, foi registrada como sendo de Aragão no livro de Percival de Souza sobre o “cabo” Anselmo.⁴⁶³

⁴⁶⁰ Unicamp, AEL, BNM 028. Ação originária nº29, edital de citação de réu do ministro instrutor Orlando Moutinho Ribeiro da Costa.

⁴⁶¹ QUADRAT, Samantha, op. cit., p. 134.

⁴⁶² Idem.

⁴⁶³ SOUZA, Percival. *Eu, cabo Anselmo*. São Paulo: Globo, 1999.

Pedro Paulo de Araújo Suzano era carioca, nascido em 1903, no então Distrito Federal. Chegou a almirante de esquadra, o posto máximo da carreira em tempos de paz. Diferente de Aragão, não era fuzileiro, e sim do Corpo da Armada, principal subdivisão da Marinha de Guerra de onde saem os comandantes de navios e a grande parte dos que chegam ao topo da pirâmide hierárquica da instituição.⁴⁶⁴ Os oficiais da Armada são, sem dúvida, os mais prestigiados tanto na tradição quanto na organização administrativa naval.

Em inquérito aberto pela Marinha após o golpe, consta depoimento de seu filho, o capitão de fragata Márcio de Albuquerque Suzano.⁴⁶⁵ Ao analisar essa fonte, ficamos sabendo que apesar de contar com a simpatia dos marujos, o almirante Suzano, durante os onze meses nos quais foi ministro – de julho de 1962 a junho de 1963 –, não reconheceu a existência da AMFNB. Entendia ele que não era da alçada do ministro, mas da Diretoria Geral do Pessoal da Marinha (DGPM).⁴⁶⁶

Suzano tinha longa trajetória na Marinha e, para não fugir à regra da politização dos militares na história republicana do Brasil, seu nome não passou despercebido nos vários momentos de convulsão política por quais o país atravessou, principalmente a partir da década de 1920 até 1964. Em alguns momentos como um jovem guarda-marinha que cumpria ordens, e em outros atuando como comandante, essa nota biográfica exemplifica quão agitada foi sua trajetória militar:

Ingressou na Escola Naval em 1918, saindo guarda-marinha em 1922, quando participou do bombardeio ao Forte de Copacabana, onde se concentravam os tenentes rebelados. Em 1924, durante a revolta liderada pelo general Isidoro Dias Lopes e pelo major Miguel Costa em São Paulo, contra o governo de Artur Bernardes, comandou uma seção de artilharia das tropas legalistas na retomada da capital do estado. Em 1927, tomou parte em vários combates à Coluna Prestes, contingente revolucionário que lutava contra o governo federal. Em 1932, lutou ao lado dos rebeldes em São Paulo, contra o Governo Provisório instaurado por Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930, sendo por isso preso. Voltou às atividades em 1932, beneficiado pela anistia concedida por Vargas. Em 1942, chefiou o Departamento Escolar e o Corpo de Alunos da Escola Naval do Rio de Janeiro, deixando este cargo para assumir o comando da corveta Carioca, a qual realizou o patrulhamento do Atlântico Sul, durante a Segunda Guerra Mundial.⁴⁶⁷

⁴⁶⁴ Na Marinha de Guerra do Brasil ainda existem os seguintes corpos de oficiais: Corpo de Intendentes; Corpo de Fuzileiros Navais; Corpo de Saúde; e Corpo de Engenheiros Navais. Entre os chamados Praças – graduações de marinheiro/soldado até suboficial – existem o Corpo de Praças da Armada; o Corpo de Praças Fuzileiros Navais e o Corpo Auxiliar de Praças.

⁴⁶⁵ Unicamp, AEL, BNM 028, depoimento do capitão de fragata Mário de Albuquerque Suzano.

⁴⁶⁶ Idem.

⁴⁶⁷ SUZANO, Pedro Paulo de Araújo. Nota biográfica disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/pedro_paulo_de_araujo_suzano. Acesso em 03 set. 2013.

Cláudio Vasconcelos destacou Suzano como um dos líderes da Marinha no movimento de novembro de 1955.⁴⁶⁸ Seu nome aparece como integrante da corrente nacionalista que disputou o controle do Clube Militar em duas eleições seguidas, 1956 e 1960. No movimento conhecido como “Rede de Legalidade”, que assegurou a posse de João Goulart em 1961, o almirante ficou ao lado de Aragão e do grupo legalista, razão pela qual chegou a ser preso.⁴⁶⁹

Embora gozasse de prestígio entre setores da Marinha, Suzano também tinha seus inimigos internos. Um deles, o almirante Hélio de Almeida Azambuja, depôs contra ele e não poupou palavras acusando-o de ser omisso quanto à indisciplina.⁴⁷⁰ Sylvio Motta, ministro da Marinha substituído durante a Rebelião dos Marinheiros, também depondo como testemunha, relatou que através do Cenimar teve conhecimento de reuniões na casa do almirante Suzano, nas quais compareceram sargentos, fuzileiros navais e marinheiros, reivindicando a volta de Suzano ao cargo de ministro da Marinha.⁴⁷¹

Os simples relatos tinham efeito de verdade, e no texto da denúncia, argumentos carregados de abstração e sem objetividade davam a prova do caráter político que cercava o inquérito. Suzano foi acusado, dentre outras coisas, de chamar o marinheiro Anselmo de “pai dos marinheiros” e de ter ordenado a Aragão que providenciasse uma guarda pessoal de fuzileiros navais para dar proteção a Brizola. Numa lição brilhante de retórica forense, o procurador Eraldo Gueiros Leite denunciou que Suzano pretendia retornar à pasta da Marinha, por intermédio da ajuda de praças, acolhendo-os em sua própria residência, em promoção aparentemente pessoal, mas, na verdade, “em prol da desorganização e dissolução dos tradicionais princípios de disciplina e hierarquia”,⁴⁷² concluindo que:

(...) A prova do seu incitamento à indisciplina, à desobediência, ao desrespeito, à ordem constituída, emerge destes autos com força gritante, convencendo a quantos dela venham de conhecer. Aliás, grande parte da ação do denunciado, pela sua projeção na Armada, pelo seu alto posto, pelas suas ligações estreitas com elementos subversivos e comunistas do governo deposto, caiu no domínio público, e os fatos notórios independem de provas.

Está nos autos, assustadoramente, um libelo contra o Almirante Suzano que o situa numa posição delicadíssima perante a Nação, perante as Forças Armadas, e mui especialmente, perante sua própria Marinha de Guerra, que ele tentou destruir e desagregar, pregando a indisciplina, numa ação nitidamente subversiva.

(...) E não foi sem nuvens de tristeza que o Brasil assistiu a tudo isso. Agora, porém, o Alnte. Suzano é chamado à prestação de contas, por tudo quanto fez, contra a sua

⁴⁶⁸ VASCONCELOS, Cláudio B., op. cit., p. 212.

⁴⁶⁹ Idem.

⁴⁷⁰ Unicamp, AEL, BNM 028. Resumos de depoimentos que constam na denúncia do procurador Eraldo Gueiros Leite.

⁴⁷¹ Idem.

⁴⁷² Ibidem, folhas 4-6.

Marinha de Guerra, contra as Instituições Militares, contra o regime, contra o Estado que, através da justiça punitiva o censurará como merece. Os fatos expostos agasalham e dão integral suporte à peça acusatória inicial.⁴⁷³

Aragão terá tratamento semelhante pela acusação, entretanto o desfecho para ele será bem diferente. Suzano - além de ser do Corpo da Armada, ter vindo da Escola Naval e ter chegado a almirante de esquadra a ao cargo de ministro -, vinha de tradicional família de militares, como bem reclamou seu herdeiro em depoimento, alegando que era filho, neto e bisneto de oficial da Marinha. Que contava entre seus parentes afins e consanguíneos, desde os tempos do Império, mais de trinta oficiais da Marinha de Guerra do Brasil, e que a sua família já tinha dado três ministros à Marinha, um no Império e dois na República, e que por isso, tinha muito apreço à farda que usava.⁴⁷⁴ Aragão não era um deles.

3.4 - O presidiário

Aragão foi detido no dia 04 de abril. Estava no apartamento 804, Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 661. Poucos dias depois, seu nome apareceu entre aqueles que tiveram os direitos políticos cassados.⁴⁷⁵ A partir daí uma verdadeira devassa teve início, envolvendo não apenas a vida profissional de Aragão, as investigações levadas a cabo pelo Cenimar e por agentes do DOPS do Rio de Janeiro não pouparam os filhos, parentes próximos, ex-esposa, e a companheira com quem vivia maritalmente.⁴⁷⁶ Em um cofre encontrado no citado apartamento, o conteúdo dos documentos e objetos apreendidos revelam um pouco do homem, do militar e da cultura política do investigado. Consta em um dos autos de busca e apreensão que foram encontradas uma submetralhadora; uma pistola; carregadores para submetralhadora municiados e uma caixa de munição para pistola. Entre os documentos encontrados, são citados:

(...) contratos de transporte de mercadorias; cópia de um documento classificado como ‘reservado’ onde consta um ‘estudo da situação nacional sobre sítio-intervenção na GB (Guanabara)’; documento do ‘Comitê Eleitoral Pró Marechal Lott-Jango Goulart’; cópia do artigo ‘Barcos de Pesca Japoneses na Costa do Brasil: ameaça à soberania nacional’; exemplar da publicação ‘Que sabe você sobre

⁴⁷³ Idem.

⁴⁷⁴ Unicamp, AEL, BNM 028, depoimento do capitão de fragata Mário de Albuquerque Suzano.

⁴⁷⁵ Unicamp, AEL, BNM 028. Auto de busca e apreensão de 09 de abril de 1964.

⁴⁷⁶ Unicamp, AEL, BNM 028. Auto de busca e apreensão de 09 de abril de 1964. Aragão estava desquitado de c Nayde Pereira da Silva, mãe de seus três filhos, e sua companheira à época chamava-se Karla Pontes. Em reportagem publicada na Revista *Fatos e Fotos*, de junho de 1964, Karla – que foi fotografada ao levar roupas e alimentos para Aragão, preso na Fortaleza de Lajes – é citada como uma famosa ex-atriz, de 25 anos de idade, e dizia sofrer por não conseguir liberação para ter contato com Aragão. Cf. “O grande amor de Aragão”. Revista *Fatos e Fotos*, ano 4, nº 175, Brasília, 06 de jun. 1964, p. 20-23.

petróleo’, Gondin da Fonseca; exemplar da coleção ‘Homens que fizeram época: Lênin e a Revolução Russa’, de Christopher Hill.⁴⁷⁷

Em outro documento, referência a escrituras de imóveis, dinheiro em espécie, canetas de marca, joias, recibos de negócios etc.⁴⁷⁸ As diligências não pararam. Em outro imóvel pertencente a Aragão, um sítio localizado no município de Petrópolis numa região conhecida como Nogueira, oficiais fuzileiros navais fizeram a varredura.

(...) entrando na casa supramencionada, procedemos à mais minuciosa busca, examinando todas as salas, quartos e dependências, fazendo abrir as portas, gavetas, armários etc. Foram encontrados trancados porta de um dos quartos, um cofre de parede e um armário, o que determinou o arrombamento dessas peças e, aí foi encontrado um exemplar da coleção ‘Cadernos do Povo Brasileiro: o que é Constituição’, de Osny Duarte Pereira, com dedicatória datada de vinte e um de março de mil novecentos e sessenta e quatro, do que para constar, se lavrou o presente auto (...).⁴⁷⁹

Aragão passou a responder vários inquéritos e foi transferido constantemente de prisão. De acordo com os documentos, sua primeira cela foi na Fortaleza de Lages, depois no navio “Princesa Leopoldina” e, por fim, no Centro de Armamento da Marinha (CAM).⁴⁸⁰ Principalmente os armamentos encontrados provocaram também as prisões de pelo menos dois de seus filhos, Dilma e Dilson Aragão. Ao relembrar os primeiros meses da ditadura no Brasil e particularmente sua vivência pessoal, Dilma revelou:

(...)‘Nossa vida era monitorada por um guarda armado de metralhadora. Até que um dia papai explodiu: ‘Eu não admito isso, sou um oficial general’. Eu fui presa por causa da arma. Tá certo que tinha muita munição, mas a gente não sabia que como oficial general ele não podia ter um exército dentro de casa. Nós achávamos, como filhos, que aquilo poderia prejudicá-lo mais ainda. Então, o que fizemos? Eu disse: eu levo isso aqui. Meu irmão disse: Eu levo isso, levo aquilo. Deixa na casa de um amigo. Limpamos a área, entendeu? Só que ele havia assinado uma caução dessa arma nove mm [nove milímetros] oficial e eu não sabia. Fiquei quieta. Daqui a pouco entra a polícia na minha casa. (...) Fui presa por causa de uma arma. Depois, ficaram com medo de deixar meu pai preso no navio. Foi que botaram ele na Fortaleza de Lages, que foi um caos, uma tortura. Saí desorientada. Eu tinha acabado

⁴⁷⁷ Unicamp, AEL. BNM 028. Auto de busca e apreensão de 09 de abril de 1964.

⁴⁷⁸ Unicamp, AEL. BNM 028. Aditamento ao auto de busca e apreensão de 09 de abril de 1964.

⁴⁷⁹ Unicamp, AEL. BNM 028, caixa 2. Auto de busca e apreensão de dez de abril de 1964.

⁴⁸⁰ Unicamp, AEL. BNM 028, caixa 2. Requerimento dos advogados José Bonifácio Diniz de Andrada e Wilson Lopes dos Santos.

de ver meu irmão urinando sangue, apanhando muito dos agentes do DOPS. Então, eu saí, papai tinha acabado de sair, e fui ver meu irmão'.⁴⁸¹

Entre a data de sua prisão e o final do mês de maio não havia sequer mandado de prisão contra Aragão, ausência que motivou diversos pedidos de habeas corpus por parte de seus advogados.⁴⁸² O mandado só foi expedido no dia 27 de maio com base no artigo 149, do Código da Justiça Militar.⁴⁸³

Passados quase dois meses de sua prisão, uma carta Dilma publicada na coluna do jornalista Carlos Heitor Cony, do Correio da Manhã, repercutiu enormemente na imprensa. Em tom mais que emocionado, dizia:

Após 58 dias de incontida saudade e profunda tristeza, consegui pela primeira vez avistar-me com meu pai, o vice-almirante Cândido da Costa Aragão (...). Grita dentro de mim a repugnância pelos homens, ao ver como a maldade, o ódio e a ferocidade fizeram de meu pai um trapo humano. Se meus olhos não o presenciassem, por pior que me pintassem o quadro, eu não o conceberia como realmente é. Vale lembrar que meu pai é um vice-almirante que perdeu a batalha. Encontrei-o relegado a uma condição tão deprimente que só um verme cheio de peçonha merecia ter. Estou reclamando na condição de uma filha desesperada que não quer acreditar na verdade da desdita tão humilhante do pai. Senhores que mandam no momento em minha terra, peço-lhes de joelhos, não clemência, mas justiça! Provem que nasceram de ventre humano, provem que existe em seus corações um pouco pelo menos de amor filiar e paternal, provem que não é mentirosa a fé que não cansam de apregoar. Libertem meu pobre pai da deplorável condição física. Martirizem-no menos, para que ele possa readquirir a saúde mental. O espectro do homem que vi, ri e chora desordenadamente e não consegue articular uma frase sequer, no mesmo assunto. O desespero me faz pedir, por esmola, que cobrem o crime (político) de um ser humano, mas na condição de seres humanos. Se meu apelo, em vez de causar mais ódio, lhes sensibilizar, o que espero, então posteriormente mostrem-no ao povo. Agora sei que isso é lhes é inteiramente impossível. Seria certamente um cartão de visitas por demais desabonador para o atual regime e para os democratas que nos governam.⁴⁸⁴

Aragão ficou preso por cerca de quatro meses, até que no início de agosto um dos pedidos de liberdade finalmente foi concedido pelos ministros do Superior Tribunal Militar. Entretanto, dias depois, outro mandado de busca e apreensão o colocaria na condição de

⁴⁸¹ DUARTE, Antônio. *Almirante Aragão: fragmentos de uma vida*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012, p.209.

⁴⁸² Idem.

⁴⁸³ Decreto-Lei 925, 2 de dezembro de 1938. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0925.htm. Acesso em 08 de jun. 2013. O artigo diz que: “fora do flagrante delito, a prisão, antes da culpa formada, poderá ser ordenada em qualquer fase do processo, quando a ordem, a disciplina, ou o interesse da justiça o exigir (...)”.

⁴⁸⁴ Cf. CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato: o som e a fúria das crônicas contra o Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, p. 105-106.

procurado pela ditadura. Já era tarde, escondido na mala de um automóvel conduzido por sua filha Dilma,⁴⁸⁵ Aragão conseguiu entrar na embaixada do Uruguai.

3.5 - A vida nas embaixadas

Muito antes da chegada de Aragão à representação diplomática do Uruguai, várias embaixadas já haviam sido objeto de reportagens em jornais e revistas. Consideradas territórios estrangeiros, foram os lugares mais concorridos pelos que tentavam fugir das prisões e torturas já iniciadas ainda em abril de 1964. As prioridades eram as dos países latino-americanos. Instaladas na grande maioria em pequenos apartamentos, receberam dezenas de pessoas que viraram prisioneiras, mesmo sem condenação. Eram políticos, militares, jornalistas, sindicalistas, líderes estudantis, em geral simpatizantes do governo Jango. O golpe ainda não completara um mês e as embaixadas do México, Argentina, Peru, Chile, Bolívia e Uruguai já contabilizavam cerca de cinquenta asilados em suas pequenas instalações.⁴⁸⁶

Nos primeiros dias, a embaixada mais movimentada foi a do México, recebendo cerca de vinte pessoas, fato esse que motivou um entendimento entre o Itamaraty e o representante mexicano para que parte deles fosse removida para a chancelaria, situada na Praia de Botafogo. Havia, inclusive, problemas de locomoção dentro dos cômodos. Impedidos de receber visitas e de se comunicar com o mundo externo, os asilados entravam numa rotina desgastante, “em ócio forçado, numa espécie de prisão de luxo e sem grades”,⁴⁸⁷ sempre vigiados externamente, pelos jornalistas e pelos militares. Nessa embaixada, temos informações que pelo menos cinco marinheiros, já processados pela rebelião de março, também passaram por lá. Entre 1964 e 1966, obtiveram apoio dos mexicanos os marujos Paulo Conserva, Adelzito Bezerra, Edilton Swarowski, Marcos Antônio da Silva Lima e José Anselmo dos Santos, o “cabo Anselmo”.⁴⁸⁸ Este foi notícia mais uma vez no mês de maio, após ter saído da embaixada e ser preso por agentes da Marinha.

De acordo com reportagem do *Jornal do Brasil*, Anselmo estava sozinho e armado com uma pistola. Antes dele, já tinham sido presos os marinheiros Edson Neves Quaresma e

⁴⁸⁵ Entrevista de Dilma Aragão ao autor. Rio de Janeiro, 13 out. 2009.

⁴⁸⁶ PINTO, Fernando. “Os Asilados”. In Revista *Manchete*, 25 de abr. 1964, p.24.

⁴⁸⁷ Idem.

⁴⁸⁸ CONSERVA, Paulo. op. cit., p.13.

Valter [Walter Herman].⁴⁸⁹ O marinheiro Severino e o fuzileiro Edgar Aquino Duarte também foram citados nas reportagens como envolvidos na articulação que retirou Anselmo da Embaixada. Além destes, o marujo Reinaldo Di Benedetti foi preso no dia 28 de maio sob a mesma acusação.⁴⁹⁰

Na ocasião de sua prisão, Anselmo declarou à imprensa: “Se eu morrer, outros virão (...), saí do asilo porque o importante é arriscar. Estava à procura do primeiro foco de resistência que houvesse no país”.⁴⁹¹ Nos dias seguintes, a fuga de Anselmo continuou sendo pauta de reportagens, inclusive com a notícia que o mesmo estaria envolvido em um plano subversivo que teria entre outros objetivos explodir o porta-aviões Minas Gerais, maior navio de guerra do Brasil no período.⁴⁹² Como era uma figura pública, inclusive com seus direitos políticos cassados pelo AI-1, Anselmo ficou preso na delegacia do Alto da Boa Vista, após passar por outras prisões.

Particularmente na embaixada do Uruguai, para onde foi Aragão, o espaço era maior. Instalada em um antigo casarão, na Rua Artur Bernardes, no bairro do Catete, possibilitava até recreações em partidas de frescobol jogadas no pequeno pátio interno do imóvel. Lá estiveram os ex-deputados federais Elói Dutra e Demístoclides Batista - líder ferroviário -, ambos com direitos políticos cassados. Dos edifícios vizinhos, veículos da imprensa flagravam os asilados em momentos de banho de sol; fumando um cigarro; ou até mesmo escondendo o rosto para não ser fotografado.⁴⁹³

Denise Rollemberg, ao apresentar outros casos de pessoas que procuraram aquela representação ainda em 1964, pontuou que “entrar na embaixada do Uruguai também foi uma forma de escapar e chegar a Montevideú. Este foi o recurso de Paulo Schilling, da Frente de

⁴⁸⁹ BN. *Jornal do Brasil*, 24 de mai. 1964, capa e p.26. No APERJ, documento faz referência a Walter Hermann Robert Lauber como indiciado na fuga de Anselmo na embaixada do México. APERJ- Fundo Polícia Política, Setor Secreto, pasta 09, maço 01, folhas 40-41.

⁴⁹⁰ ALVES, Márcio M. *Torturas e Torturados*. 2ª ed. Rio de Janeiro: P.N.S.A, 1967, p.170-172.

⁴⁹¹ BN. *Jornal do Brasil*, 24 de mai. 1964, capa e p.26.

⁴⁹² BN. *Jornal do Brasil*, 26 de mai. 1964, p.05. Alguns dias após o golpe, José Anselmo conseguiu asilo na Embaixada do México. Lá entrou em contato com militantes de Ação Popular (AP), como o padre Alípio Freitas, e em conjunto decidiram pela saída de Anselmo para tentar organizar uma “Resistência” ao golpe. Os telefonemas de Anselmo para marinheiros que ainda estavam soltos e clandestinos, foram rastreados pelo CENIMAR. Segundo Anselmo, o mesmo contou com a ajuda do Deputado Paulo Wright, o qual teria lhe dado as chaves de um apartamento em Laranjeiras, bairro do Rio de Janeiro. Para os asilados na embaixada: APESP – Ordem Social, 50-D-7-383. Para a versão de Anselmo: *Jornal do Brasil*, 27 de mai. 1964, p.05. Em agosto de 1967 o Superior Tribunal Militar confirmou a sentença que condenou a dois anos de prisão os envolvidos naquela fuga de Anselmo da embaixada. Foram condenados, além do próprio Anselmo: Severino Vieira de Souza, Reinaldo Di Benedetti, Edson Neves Quaresma, Litercílio Machado da Silva, José Agatangelo de Oliveira e a militante da AP, Isa Guerra. APESP – Ordem Social, 50-Z-94158.

⁴⁹³ PINTO, Fernando., op. cit., p.22-25.

Mobilização Popular e assessor do governo Brizola, que durante dois meses esperou o salvo-conduto, que garantia a saída do país como asilado”.⁴⁹⁴

A presença de Aragão em “território uruguaio” gerou um problema diplomático entre o Brasil e o vizinho do Cone Sul. A ida de Aragão para aquela embaixada, sem negociação prévia, e a constante vigilância exercida pela Marinha e pela polícia política, provocou mais uma vez a atenção da imprensa e visível tensão entre autoridades uruguaias:

‘Tengo el honor de dirigirme al Señor Ministro a fin de poner en su conocimiento que la prensa brasileña sigue publicando com destaque, noticias referentes al problema creado por el asilo concedido al *Almirante Aragão* [...]. Aún se hace notar, pero de forma menos ostensiva, la presencia de elementos de la Marina y del Departamento de Policía Política que continúan ejerciendo una vigilancia permanente a esta Misión’.⁴⁹⁵ (Grifo meu)

A condição de asilado político concedida pelo Uruguai demarca fronteiras na trajetória do almirante Aragão. A partir daquele momento, o *almirante do povo* para seus simpatizantes e *almirante vermelho* para seus opositores iniciava uma nova marcha. A esperança era obter o salvo-conduto e navegar livremente para o exílio. Porém, todas as tentativas eram negadas. Exemplo disso foi pedido de revogação da prisão preventiva elaborado pelo advogado Wilson Lopes dos Santos e enviado ao Superior Tribunal Militar em maio de 1965. Nele, seu defensor dizia, entre outras coisas, que:

O requerente foi demitido da Marinha da Guerra e a prova de que não pretende ausentar-se do distrito da culpa, está na sua disposição de desistir do asilo, para comparecer perante esse egrégio Tribunal, justificando-se, assim, plenamente o que ora requer e espera ver deferido, por ser de JUSTIÇA.⁴⁹⁶

Requerimento negado.⁴⁹⁷ Em setembro do mesmo ano, mais uma tentativa dos advogados de Aragão de conseguir sua absolvição e consequente liberdade. O argumento agora se baseava na legalidade das decisões tomadas pelo cliente durante o exercício do cargo.

O militar, ao prestar seu compromisso, jura respeitar e defender o Governo legalmente constituído. Todos os atos atribuídos e realmente praticado pelo Vice-

⁴⁹⁴ ROLLEMBERG, Denise, op. cit., p.71.

⁴⁹⁵ Apud FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2009, p.103.

⁴⁹⁶ Unicamp, AEL. BNM 028, folhas 2457-2458.

⁴⁹⁷ Unicamp, AEL. BNM 028, folhas 2460-2461.

Almirante Cândido da Costa Aragão, o foram no estrito cumprimento de seu dever como cidadão e militar. Em 31 de março de 1964, existia no Brasil um governo legalmente constituído. O movimento que o depôs, somente se institucionalizou a sete de abril. Aqueles que defenderam, ou procuraram defender o Governo, não praticaram nenhum ilícito penal. E não o fizeram, porque toda e qualquer ação que visasse à defesa dos princípios constitucionais, se identificaria com próprio dever inerente a cada militar. Assim, inexistindo crime, impõe-se a absolvição, como imperativo de JUSTIÇA.⁴⁹⁸

Em oito de novembro de 1965, foi divulgada pela imprensa a concessão do salvo-conduto que garantiu a partida de Aragão para o Uruguai. Dias depois, chegou ao fim o chamado processo dos almirantes. Dos doze processados, apenas três foram condenados. Aragão, por unanimidade, a nove anos e três meses de reclusão.⁴⁹⁹ O contra-almirante, também fuzileiro, Washington Frazão Braga a dezoito meses de reclusão e ao tenente Paulo Medeiros Ferro Costa foi imputada a pena de dois anos de prisão. Os demais almirantes, Sylvio Motta, Suzano e Goyano foram absolvidos, bem como os demais oficiais já citados.⁵⁰⁰

Por que um salvo-conduto às vésperas de uma anunciada condenação? De acordo com o vice-presidente do Superior Tribunal Militar à época, ministro Miguel Resende, “a condição sub-júdice do vice-almirante cassado, em nada implicará na sua saída do país, uma vez que mesmo no caso de condenado ele não poderá ser preso na embaixada uruguaia”.⁵⁰¹ Na entrevista dada ao jornal *Última Hora*, o ministro revelou a estratégia do governo brasileiro por trás da decisão de liberar o asilado: “A concessão de salvo-conduto vai atender mais o interesse do país que dá o asilo, pois o acusado não poderá permanecer eternamente dentro da embaixada”.⁵⁰²

No dia 12 de novembro, os jornais *O Globo* e *Última Hora* noticiaram a partida de Aragão em um voo da Força Aérea Uruguaia. Na despedida, no aeroporto do Galeão, uma rara aparição nas reportagens do perfil mais familiar do personagem. *O Globo* destacou a presença dos três filhos do almirante, Diva, Dilson e Dilma, como também das irmãs Rivanda

⁴⁹⁸ Unicamp, AEL. BNM 028, folhas 2724-2725.

⁴⁹⁹ Aragão foi enquadrado nos artigos 134, 154, 171 e 214 do Código Penal Militar de 1944, ainda em vigor na época de sua condenação. Unicamp, AEL, BNM 028, folha 577. O artigo 134 tinha a seguinte redação: “Incitar à desobediência, à indisciplina, ou à prática de crime militar”, e fixava uma pena de reclusão, de dois a quatro anos. No artigo 154: “Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça ao executor, ou a quem esteja prestando auxílio”. Pena: detenção se seis meses a dois anos. No artigo 171, constava: “Abandonar, sem ordem superior, o posto ou o lugar de serviço que lhe tenha sido designado, ou serviço que lhe cumpria, antes de terminá-lo”. A pena era mesma atribuída ao 154. E, por fim, o artigo 214, onde Aragão foi condenado por: “Fazer desaparecer ou extraviar combustível, munição, peças de equipamento de navio ou de aeronave ou de engenho de guerra moto-mecanizado, ou armamento.” A pena, nesse caso, poderia variar entre um e três anos de detenção. Cf. BRASIL, DECRETO-LEI N. 6227 de 24 de janeiro de 1944. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=6227&tipo_norma=DEL&data=19440124&link=s. Acesso em 19 jan. 2014.

⁵⁰⁰ BN. Jornal *O Globo*, 17 nov. 1965, p.07.

⁵⁰¹ BN. Jornal *O Globo*, 08 nov. 1965, p.08.

⁵⁰² Idem.

e Gloriete (?), dos sobrinhos José Milton e Alcilete Aragão e da neta Dayse.⁵⁰³ *O Última Hora* destacou “Aragão deixa o Brasil após Quinze Meses de Asilo”.⁵⁰⁴

Naquela altura, já não tinha o mesmo vigor e disposição física que lhe eram peculiares. Durante as idas e vindas às prisões e o período na embaixada, teve o agravamento dos sintomas de glaucoma e perdeu parte da visão do olho esquerdo em virtude de um descolamento de retina. Segundo Dilma Aragão, ninguém queria fazer a cirurgia ocular de seu pai. Após algumas semanas, o procedimento foi realizado no Hospital da Aeronáutica, pelo médico Caldas Brito. Entretanto, não retornou a enxergar com perfeição. O corpo já não era mais o mesmo, as notícias davam conta de que havia emagrecido dezoito quilos ao longo dos meses de prisão e asilo. A fama de galanteador, boêmio e praticante rotineiro de jogos de azar, aos poucos ia ficando para trás.⁵⁰⁵ Não havia mais tropa a comandar e o Brasil caminhava para o fechamento do regime.

O *ex-almirante*,⁵⁰⁶ expressão que aparece nos documentos desse período, não poderia recorrer mais aos fuzileiros da ativa. Seus ex-comandados estavam, desde abril de 1964, sob as ordens do contra-almirante Heitor Lopes de Souza, oficial oriundo do Corpo da Armada e transferido para o CFN, e que virou o homem de confiança dos presidentes militares, ficando no cargo até abril de 1971, já no posto de vice-almirante.⁵⁰⁷ Em maio de 1965, muitos dos seus ex-soldados não implicados nos inquéritos e que continuaram na carreira militar, foram desembarcar em outra praia. Aragão não podia mais contar com seus fuzileiros. A missão agora era “ajudar” os “amigos” norte-americanos em um país da América Central, no mar do Caribe. Talvez fosse uma forma de retribuir o apoio recebido por ocasião do golpe no Brasil, especificamente na *Operação Brother Sam*. Os fuzileiros navais, dentro do novo alinhamento da política externa brasileira, agora marchavam em outro solo.

3.6 - Os fuzileiros na República Dominicana

A operação recebeu o nome de *Renascimento*. Foi a organização e posterior embarque de aproximadamente 270 fuzileiros navais para a República Dominicana integrando a Força

⁵⁰³BN. Jornal *O Globo*, 12 nov. 1965, p.21.

⁵⁰⁴BN. Jornal *Última Hora*, 12 nov. 1965, p.07.

⁵⁰⁵ Entre os militares da época, Aragão tinha fama de galanteador e de ter tido vários casamentos em momentos distintos de sua vida. Entrevista de Raimundo Porfírio ao autor. Rio de Janeiro, 20 mai. 2009. Nos documentos, encontrei três companheiras ao longo de sua trajetória de vida.

⁵⁰⁶ A condição jurídica de Aragão após o Golpe é de *demitido*. Porém, a legislação da época assegurava às filhas do demitido o direito de ficar com uma pensão vitalícia, como se o pai estivesse falecido. Cf. BRASIL. LEI 3.765, DE 04 DE MAIO DE 1960 – Dispõe sobre as pensões militares. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L3765.htm>. Consultado em 11 de jul. 2013.

⁵⁰⁷ Ver COSTA, Carlos A., op. cit., p.80.

Armada Interamericana – FAI, tendo o destacamento brasileiro recebido o nome de FAIBRAS. Ao todo, mais de 1.100 militares brasileiros das três Forças Armadas participaram da FAI, em cada contingente, sendo que três contingentes foram enviados entre maio de 1965 e setembro de 1966.⁵⁰⁸ O comando da FAI, depois denominada Força Interamericana de Paz (FIP) estava com os Estados Unidos, que invadiram o país sob a alegação de que cidadãos americanos que estavam na capital Santo Domingo corriam risco de morte devido a turbulências internas na política daquele país. A história é bem mais complexa.

Analistas militares, da ciência política e das relações internacionais formam o primeiro grupo de estudiosos brasileiros sobre a esquecida invasão. Para o comandante fuzileiro naval Jaime Assis Filho, escrevendo quase quarenta anos depois, “as referências bibliográficas deixam dúvidas quanto à realidade de muitos fatos. Fontes americanas reportam uma intervenção com a finalidade de defender a democracia e a integridade dos cidadãos americanos que se encontravam na ilha na época dos conflitos”,⁵⁰⁹ entretanto, ressalva o militar, a visão dos dominicanos era bem distinta. Para eles “o imperialismo americano fez-se presente, violando o princípio da não intervenção, simplesmente por conta dos seus interesses, como já houvera acontecido no passado”.⁵¹⁰ E qual o interesse imediato do EUA no caso da ilha caribenha? O mesmo argumento utilizado pelos golpistas no Brasil um ano antes: não queriam uma nova cuba nas Américas, ou seja, o anticomunismo em tempos quentes de Guerra Fria.

Na literatura militar a invasão foi preventiva e inevitável, teriam que agir para evitar um “mal maior”: o domínio comunista em mais um país das Américas. É o que fica implícito na análise do oficial brasileiro Jaime Assis Filho:

A crise dos mísseis de Cuba, em 1961, que, por pouco não desencadeou uma guerra nuclear, trouxe ao governo do Presidente Kennedy a preocupação constante em monitorar, de forma efetiva, tudo o que se passava nas repúblicas americanas. Em particular, ficaram em permanente observação àquelas localizadas mais próximas dos EUA, de modo a impedir-se, a tempo e a contento, uma nova Cuba, ou seja, a comunização de outro país no continente americano. Cuba já era demais para a política imperialista dos americanos.

O assassinato, em 1961, do ditador Trujillo, na frágil República Dominicana (RD) permitiu a ascensão ao poder, segundo a inteligência americana, de líderes de esquerda, que, mais cedo ou mais tarde, implantariam no país a tão decantada ditadura do proletariado. Antes que isso se tornasse uma realidade, em abril de 1965,

⁵⁰⁸ ASSIS FILHO, Jaime F. “A participação da Marinha do Brasil na Força Interamericana de Paz (FIP) na República Dominicana (1965-1966)”. Revista *O Anfibio*, nº 23, ano XXIV, Rio de Janeiro, 2004, p. 47-64. Nota: o autor do artigo é oficial fuzileiro naval.

⁵⁰⁹ Ibidem, p. 47.

⁵¹⁰ Idem.

os EUA intervieram naquela República, sob a alegação de proteger e evacuar os seus cidadãos, antes mesmo que a Organização dos Estados Americanos (OEA) obtivesse parecer favorável para intervir, dentro dos preceitos que regem a sua carta.

A crise, uma vez instalada, não permitiu outra solução, a não ser a criação de uma Força de Paz que, sob a égide da OEA, desembarcaria na RD com a tarefa de criar as condições favoráveis para o retorno da ordem e o estabelecimento de um governo democrático, legalmente escolhido por meio de eleições gerais e livres. O governo brasileiro, consoante a decisão da X Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, decidiu enviar tropa para integrar a Força Armada Interamericana (FAI).⁵¹¹

Para Angelo Del Vecchio, “a guerra fria limitava definitivamente as possibilidades e alianças que não se orientassem pela lógica bipolar”.⁵¹² Com o advento do Golpe, o governo do general Castelo Branco “revogou as linhas gerais da política externa anterior, e com isto arquivou, por algum tempo, as pretensões de um projeto de desenvolvimento autárquico”. Ainda segundo Vecchio, a adesão do Brasil à FIP que interveio na República Dominicana em 1965, foi um incontestável gesto de alinhamento dos militares ao pan-americanismo.⁵¹³

Esse momento da política externa brasileira, destacadamente no que diz respeito à diplomacia, Paulo Fagundes Vizontini ressaltou que houve um verdadeiro recuo, abandonando o “‘terceiromundismo’, o multilateralismo e a dimensão mundial da Política Externa Independente, regredindo para uma aliança automática com os EUA e para uma diplomacia de âmbito hemisférico e bilateral”.⁵¹⁴ Vizontini registrou ainda que o rompimento das relações com Cuba em maio de 1964 e o envio de tropas brasileiras para República Dominicana no ano seguinte, foi uma clara demonstração de lealdade ao ‘grande irmão do norte’.⁵¹⁵

Voltando especificamente à atuação dos fuzileiros navais brasileiros como executores de missões militares da nova política externa brasileira, encontraremos nomes que notadamente atuaram contra Aragão e, conseqüentemente anti-Jango nos anos que antecederam o golpe no Brasil. Nesse sentido, destaco os capitães de fragata Raphael de Azevedo Branco e Clinton Cavalcante de Queiroz Barros, que após o Golpe atuaram como testemunhas de acusação e encarregados de inquéritos contra Aragão e os marinheiros.

⁵¹¹ ASSIS FILHO, Jaime. op. cit., p.47.

⁵¹² VECCIO, Angelo Del. “Política e Potência no Regime Militar Brasileiro”. *Projeto História*, PUC-São Paulo, (29) tomo I, dez. 2004, p.172.

⁵¹³ Ibidem, p.173.

⁵¹⁴ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. “O Regime Militar Brasileiro e sua política externa”. In: FILHO, João Roberto M. (Org.) *O Golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006, p. 145-146.

⁵¹⁵ Idem.

Ao todo, três contingentes se revezaram na ocupação/invasão da República Dominicana entre maio de 1965 e agosto de 1966,⁵¹⁶ cada um com a permanência de seis meses. Foi também no segundo semestre de 1966 que muitos marinheiros e fuzileiros, asilados nas embaixadas e condenados há vários anos de prisão, começaram a deixar o país rumo ao exílio, na contramão dos que retornavam com medalhas no peito em nome de uma ditadura que se fechava cada vez mais.

Aragão, já no Uruguai, receberia vigilância constante e implacável da repressão brasileira e tentaria remontar seus laços de amizade para quem sabe, um dia, voltar ao Brasil. Mas a viagem seria longa, tortuosa e cheia de tempestades. Diferente dos seus ex-fuzileiros que deixavam o Brasil para lutar no exterior sem motivos aparentes. Do exterior, por inúmeros motivos, Aragão buscava saídas para lutar no Brasil!

⁵¹⁶ ASSIS FILHO, Jaime. op. cit., p.64.

CAPÍTULO IV

EXÍLIO: ENTRE ROTAS E *DERROTAS*⁵¹⁷

(...) nós e nossos personagens não somos modelos de coerência, de continuidade em nossos procedimentos e vivemos em uma tensão entre o vivido e o imaginado, o desejado, entra razão e paixões (amores, medos etc.). Leis, normas e práticas existentes são constantemente desrespeitadas.⁵¹⁸

Vavy Pacheco Borges

Na tentativa de situar historicamente a existência do exílio como categoria analítica, Luis Roniger apresenta-nos um panorama das práticas que antecederam as formas e experiências que marcaram o século XX.

Na época colonial, o desterro (degredo), a trasladação e a expulsão para os confins do império ou então a expulsão para lugares onde se poderia controlar o desterrado foram amplamente utilizados contra a disfuncionalidade social, como instrumento de poder contra delinquentes sociais, marginalizados e rebeldes, assim como para reforçar o componente humano na defesa das fronteiras imperiais em expansão. Foi em princípios do século XIX, após a independência, que o fenômeno do exílio começou a desenvolver perfil político especial e assumiu o papel que, embora transformado, persistiu ao longo do século XX. O desterro se converteu nos novos Estados em um mecanismo amplamente usado e abusado no âmbito da política e da vida pública, um complemento ao encarceramento e às execuções. No imaginário coletivo e nas esferas públicas dos países da América Latina, o exílio se converteu em um modo central de ‘fazer política’.⁵¹⁹

A partir das reflexões de Roniger, identificamos que a raiz latina *exilium*, está intimamente ligada à experiência do desterro, ou também degredo, presente em vários momentos da história da humanidade. Segundo o autor, o exílio abarca tanto as condições de

⁵¹⁷ Na linguagem marinheira, a expressão *derrota* não é, necessariamente, sinônimo de fracasso. Ela pode significar mudança de rumo – saída da rota – ou, simplesmente, a volta pra casa. Exemplo dessa segunda possibilidade está em um trecho da Canção do Marinheiro, também conhecida como Cisne Branco: “ (...) dada por finda nossa *derrota*, temos cumprido nossa missão”.

⁵¹⁸ BORGES, Vavy P. op. cit., p. 220.

⁵¹⁹ RONIGER, Luis. “Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios”. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011, p.33.

expulsão quanto um ato voluntário, decorrente de uma mudança radical das circunstâncias, [principalmente políticas]. Assim, devemos contemplar também, além da saída forçada, “a possibilidade de abandonar voluntariamente a pátria, a fim de escapar da perseguição ou da violência política e civil”.⁵²⁰ Aproximando mais nossa lente da categoria em tela, podemos enxergar também as formas de operação,

(...) o exílio pode resultar de procedimentos judiciais ou decisões arbitrárias, mas em ambos os casos os indivíduos afetados o perceberão como um ato de coação. É assim que o desterro pode ser imposto por governos de fato que sustentam o poder político; mas é também comum que exilados devam tomar o caminho do desterro em situações nas quais a legalidade se mantém e prevalece.⁵²¹

Um trabalho de referência ao se falar dos exilados brasileiros no período da ditadura foi escrito por Denise Rollemberg. Conceitualmente, a autora aponta inúmeros caminhos para tentarmos compreender essa categoria, de sonoridade e imagem tão expressivas, mas carregada de armadilhas. Rollemberg destacou, principalmente, o aspecto político que permeia o conceito, explicando que “o exilado tem um projeto sócio-político para a sociedade. É a derrota deste projeto, ao mesmo tempo individual e coletivo, ou as dificuldades consideradas intransponíveis para a sua implementação que o fazem exilado”.⁵²²

Especificamente sobre os brasileiros atingidos pela ditadura, as experiências vividas durante o exílio foram diversas e heterogêneas. As variações foram influenciadas pelas conjunturas específicas presentes em cada país de destino, como também pelas referências e interesses individuais e/ou coletivos. Nas atividades políticas e culturais dos exilados, podemos encontrar, segundo Rollemberg, “os valores de cada fase e como se modificaram, indicando rupturas e continuidades na esquerda exilada”.⁵²³ Lançando mão de dois recortes específicos – o conceito de geração e a divisão por fases -, e, através destes, constatando e revelando as *metamorfoses* existentes, a autora descortinou muitas questões que ficavam escondidas sob o olhar da vitimização e empobreciam as análises historiográficas. Vários aspectos levantados por Rollemberg, também veremos nas rotas de Aragão durante seu exílio.

⁵²⁰ Ibidem, p.36-37.

⁵²¹ Idem.

⁵²² ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 45.

⁵²³ Ibidem, p.189.

4.1 – “Como el Uruguay no hay”?!

O CIEX foi criado em 1966. Ligado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), este órgão aparece como uma das ramificações do Serviço Nacional de Informações (SNI) e durante muitos anos sua existência passou à margem dos estudos sobre o período, fruto do alto grau de discrição e reserva que envolvia os agentes daquele Centro, como também a dificuldade de acesso aos documentos sobre o período. De acordo com Pio Penna Filho, os objetivos principais do órgão, assim como de todo do sistema de informações, eram “eliminar ou neutralizar os grupos (e pessoas) considerados subversivos e de zelar pela manutenção dos sucessivos governos autoritários que se revezaram no poder entre 1964 e 1984”.⁵²⁴ Para Penna Filho, havia uma clara ilegalidade na atuação do CIEX, visto que a legislação que criou o SNI restringia sua atuação ao território nacional, agindo, dessa forma, “ao arrepio de lei brasileira e do direito internacional”.⁵²⁵

Sobre as origens mais remotas do serviço de vigilância do MRE, Penna Filho adverte que o CIEX não surgiu do nada. “O Ministério das Relações Exteriores já detinha alguma experiência no monitoramento das atividades de militantes do Partido Comunista Brasileiro no Exterior - e, de forma geral, de análise da atuação do movimento comunista internacional”.⁵²⁶

Também destacando a atuação dos nossos diplomatas nos serviços de vigilância muito antes de 1964 – especialmente a partir da Revolta Comunista de 1935 -, Adrianna Setemy pontuou que:

A análise do conjunto dos telegramas diplomáticos secretos e sigilosos trocados entre a chancelaria e as representações diplomáticas brasileiras em Buenos Aires e Montevideú de 1935 a 1966, permitiu demonstrar que nos anos que antecederam a Guerra Fria, o combate ao comunismo em defesa da nacionalidade e da soberania brasileira já era objeto de políticas de Estado e, além disso, era ostensivamente assumido pelos representantes diplomáticos envolvidos nesse tipo de atividade, uma vez que o comunismo era entendido como um crime comum contra a ordem social e a nacionalidade.⁵²⁷

Sobre as funções do órgão criado no contexto específico da ditadura, Penna Filho destacou que:

⁵²⁴ FILHO, Pio P. “Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX): o elo perdido da repressão. In: *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v.21, n.2, jul/dez. 2008, p.81.

⁵²⁵ Ibidem, p. 83.

⁵²⁶ Idem. De acordo com o autor, essa vigilância foi mais clara após o final da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria.

⁵²⁷ SETEMY, Adrianna Cristina L. “o Itamaraty e a institucionalização das políticas de repressão ao comunismo: revisões e novos apontamentos historiográficos”. In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, nº 31.2. Recife: UFPE, 2013, p. 20.

O CIEX recebeu a incumbência de acompanhar as atividades dos ‘subversivos’ que, apesar do exílio, continuavam protestando contra a falta de liberdade política no Brasil, denunciando os maus tratos impostos pelo regime contra os seus oponentes ou mesmo conspirando em outros países e articulando o lançamento de ações de guerrilha ou atos de contestação para serem desenvolvidas no Brasil. Mas não eram só os ativistas e militantes políticos que eram perseguidos e monitorados pelo Centro. Quase todo brasileiro no exterior passou a ser visto como um suspeito potencial, principalmente aqueles que se dirigiam para países ou regiões consideradas como áreas subversivas, seja no Leste europeu ou em países que ainda respeitavam a existência de agrupamentos políticos de esquerda, como o Uruguai ou o Chile, antes dos seus respectivos golpes.⁵²⁸

Em meados de 1966, começaram a aparecer os primeiros documentos do órgão fazendo alusão ao nosso investigado. Penna Filho ainda revelou que a elaboração dos documentos pelo CIEX nesse período, particularmente sobre os exilados brasileiros no Uruguai, não foi por acaso. “Além de aquele país ser considerado democrático em ‘excesso’ foi para lá que se retiraram os primeiros brasileiros exilados da ditadura militar brasileira”,⁵²⁹ acrescentando que, “os primeiros informes produzidos pelo CIEX, sobretudo os volumes 1 e 2, contendo mais de mil documentos, estão bem concentrados no monitoramento das atividades dos brasileiros que se encontravam no Uruguai”.⁵³⁰ Aragão seria um deles.

O Ministério do Interior uruguaio, responsável pela coordenação e vigilância dos exilados naquele país, demorou a investigar o caso, mas em junho de 1966, Aragão, de acordo com o informe do CIEX, apareceu e discursou em um evento de caráter político realizado numa universidade de Montevideú. O ato foi organizado pelo Comitê Coordenador de Apoio a Cuba e contou com a presença de membros do Partido Comunista do Uruguai (PCU). A polícia de Montevideú enviou relatório ao ministério, destacando a presença de Aragão, inclusive com recortes do jornal “El popular”, no qual a foto dele foi publicada.⁵³¹ Os informes chegaram até os agentes do CIEX. Percebe-se aí, a troca de informações e documentos entre os informantes do Uruguai e do Brasil. Em 12 de julho de 1966 o CIEX divulgou texto sobre mais movimentação de Aragão no Uruguai. A nota relatou com detalhes uma reunião ocorrida no dia 04 daquele mês na residência do oficial. A relação dos exilados presentes no encontro ajudou-me a perceber a rede de sociabilidade que abraçaria aquele

⁵²⁸ FILHO, Pio P. op. cit., p.83.

⁵²⁹ Ibidem, p.84.

⁵³⁰ Idem. É de suma importância atentarmos para a necessidade de analisarmos essas fontes de uma maneira extremamente crítica. As referências que aqui aparecem só foram citadas como tal após cruzamento sistemático com outras fontes e investigação do contexto citado nos informes. Além disso, a vantagem de conhecermos o futuro, para além das datas que constam nos documentos, nos indicava o grau de confiança ou não. Nesse procedimento, centenas de textos, boletins e informes não passaram no crivo da fase de crítica das (às) fontes.

⁵³¹ AN, COREG, IE 02.02.

senhor que já se aproximava dos sessenta anos de idade. Estiveram presentes Emmanuel Nicoll, Alfredo Ribeiro Daudt,⁵³² Edgar Alves Maia, Alberto dos Reis Benevides, Marcos Leo Ramos, Álvaro Araújo, José Medeiros Dantas, José Carlos dos Santos e Alfredo Magaldi Brandão. De acordo com os informantes do Itamaraty, Aragão foi o único orador e delineou para os presentes:

‘Que o grupo militar estava planejando a montagem de um esquema, visando a penetração no Brasil via Rio Grande do Sul e selva do Estado do Mato Grosso (...). A luta no Brasil só poderia ser realizada através da via armada, pois, todos os caminhos foram fechados, tanto o eleitoral como o da anistia, e isso significa o nosso retardamento, nos distanciando do objetivo e por tal perdemos a perspectiva, fato que está acontecendo a Leonel Brizola – que anda muito pessimista à medida em que o tempo passa, o distanciando mais ainda da liderança revolucionária (sic)’.⁵³³

A sequência dos informes mostra que Brizola convidou Aragão para estabelecer contato, em seu apartamento localizado em Atlântida, naquela capital. O almirante teria dito a Brizola que o grupo militar aceitava a liderança de Brizola, desde que ele se comprometesse a entrar clandestinamente no Brasil e levasse ‘ao conhecimento do povo brasileiro’ que estava realmente comandando a revolução contra a ditadura. Disse ainda que estava em seus planos a organização de pelotões no Uruguai, pois o grupo militar não suportava mais a inatividade. O agente ainda relatou que Aragão, logo após o encontro, comentou que estava disposto a romper politicamente com Brizola e que pretendia escrever uma carta considerando-se desligado da liderança do político gaúcho.⁵³⁴

As reuniões entre os exilados brasileiros no Uruguai eram constantes e tratavam de diversos temas. Um exemplo disso foi um informe divulgado no mês de julho, no qual foi mencionada a existência de uma reunião para eleger a diretoria da Organização de Exilados Brasileiros no Uruguai (OEBU). Cândido da Costa Aragão foi eleito o presidente, e o Ex-Ministro do Trabalho de Jango, Amaury Silva, o seu vice.⁵³⁵ Esse fato demonstra o prestígio de Aragão não apenas entre os militares exilados, mas também entre os setores civis do exílio. Entre os personagens de prestígio que compunham aquela entidade de exilados, o chefe dos Correios do governo João Goulart, o coronel Dagoberto Rodrigues e o aviador Paulo de Mello Bastos, importante líder de sua categoria no período pré-golpe.

⁵³² Emanuel Nicoll era coronel da Força Aérea Brasileira e Alfredo Ribeiro Daudt, capitão-aviador. Ambos foram excluídos da FAB pelo Ato Institucional nº 03, de 9 de abril de 1964. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/3.pdf>. Acesso em 03 nov. 2013.

⁵³³ AN, COREG, Fundo CIEG, BR AN BSB IE 001.003, p.21.

⁵³⁴ Ibidem, p.31.

⁵³⁵ Ibidem, p.36.

Aragão debateu, mais uma vez sobre o papel de Brizola na investida contra a ditadura, com os estudantes brasileiros Seron e Neder (“possivelmente Ned Neves”, escreveu o agente). No encontro, realizado em 28 de julho na residência do almirante, os estudantes teriam demonstrado estarem decepcionados com Brizola, que, segundo eles, “vive se endeusando e que já não é o mesmo de antes”,⁵³⁶ ainda assim, disseram acreditar no líder gaúcho pois o mesmo havia assegurado a eles que haveria ação revolucionária no Brasil. Aragão, por sua vez, teria afirmado que “Brizola não era o homem indicado para liderar a ‘revolução brasileira’” e disse que “estaria decidido a organizar pelotões e enfrentar quaisquer tipo de luta”. Alertado por um dos seus interlocutores que não dispunha de meios para materializar as ações armadas, Aragão teria respondido que mesmo dispondo de poucas armas, poderia atacar pequenos quartéis e confiscar armamentos, citando como exemplos as ações de Fidel Castro e de Che Guevara em Cuba.⁵³⁷

Uma carta recebida por Aragão com remetente de Havana, foi digna de mais uma nota dos agentes do CIEX. A missiva teria sido escrita pelo “cabo” Anselmo, mas o conteúdo da carta não foi revelado. Possivelmente, não conseguiram ter acesso ao texto.⁵³⁸ Era agosto de 1966.

Em setembro, o primeiro boletim no qual Aragão aparece em articulações com militantes uruguaios.⁵³⁹ O informante relatou que o almirante brasileiro vinha mantendo contato com “o comunista uruguaio Luis Oribe Alemagny” apontado como o representante da Agência de Notícias da China Comunista ‘Hinsinjua’.⁵⁴⁰ No mesmo mês, a informação de que o ‘grupo militar’ de exilados no Uruguai, sob as lideranças de Cândido Aragão, Emanuel Nicoll e Alfredo Ribeiro Daudt havia redigido um manifesto em apoio à campanha comandada pela UNE contra ditadura no Brasil. Que campanha seria essa?

O documento em apreço procura vincular estudantes e operários na subversão contra o governo, conclamando-os a uma Marcha para a Libertação Nacional. O apoio oferecido pelo grupo de asilados é essencialmente de natureza moral, embora no manifesto os signatários declaram que estão acordes com o programa de lutas traçado pela UNE e que se apresentam para as tarefas que lhes forem confiadas nesse processo de libertação nacional.⁵⁴¹

⁵³⁶ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.004, p.13.

⁵³⁷ Idem.

⁵³⁸ Ibidem, p.14.

⁵³⁹ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.005, p.54.

⁵⁴⁰ Idem.

⁵⁴¹ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.005, p.93.

O informe relatou ainda que cópias do manifesto foram remetidas por correio normal a jornalistas de confiança no Brasil, dentre eles, Edna Lott, do jornal carioca *Última Hora* e candidata à deputada federal pelo MDB/GB. Este último documento traz algumas questões que dizem respeito ao que se passava no Brasil naquele momento. Em primeiro lugar, sobre a mobilização dos estudantes contra um regime que se fechava cada vez mais e a necessidade dos exilados brasileiros em não ficar à margem do que ocorria no país que haviam deixado. Mesmo desterrados, tentavam interferir na cena política brasileira.

Em setembro de 1966, a UNE havia desencadeado uma série de protestos contra a ditadura, com destaque para os organizados em Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal e Rio de Janeiro. As manifestações eram principalmente contra a chamada lei Suplicy de Carlos Lacerda, que, já em 1964, tornou ilegal as entidades de representação estudantil, e também contra o Acordo MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura-United States Agency for International Development), divulgado como uma parceria entre Brasil e EUA para a modernização da administração no Brasil, assinado em julho daquele ano. Um dos pontos mais polêmicos era a cobrança de anuidade de estudantes do ensino superior. O acordo foi visto pelas organizações estudantis e demais críticos da ditadura, como “uma ação imperialista dos norte-americanos e uma ingerência dos Estados Unidos na educação nacional”.⁵⁴² Era essa a campanha à qual o informe faz referência.

Ainda em setembro ocorreu a prisão de 178 estudantes em um congresso clandestino da UNE realizado em São Bernardo do Campo, e o episódio que ficou conhecido como o Massacre da Praia Vermelha, quando cerca de seiscentos estudantes que protestavam na Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, foram violentamente reprimidos pela polícia.⁵⁴³

Nos dois meses seguintes aparece entre os interlocutores de Aragão o argentino J. Posadas, apontado nos documentos como um *perigoso* trotskista que teria tido envolvimento com o atentado no Aeroporto de Guararapes, em Pernambuco e nas coordenações do movimento grevista em São Paulo e Porto Alegre.⁵⁴⁴ Também nesse período temos a criação

⁵⁴² SIQUEIRA, Marcelo N. “Resistência e Enfrentamento: o movimento estudantil na Guanabara de 1964 a 1968”. http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300848314_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2011.pdf. Acesso em 09 nov. 2013.

⁵⁴³ Idem.

⁵⁴⁴ AN, COREG, Fundo CIEX, BR NA BSB IE 001.007, p.10. No dia 25 de julho de 1966, explodiu uma bomba no saguão do aeroporto de Guararapes, onde centenas de pessoas esperavam pelo marechal Arthur da Costa e Silva, que sucederia Castello Branco na Presidência da República. A explosão matou um almirante, um jornalista e feriu 14 pessoas, inclusive uma criança. Naqueles dias, explodiram no Recife três bombas. Todas colocadas por um grupo ligado à Ação Popular, a AP. Quem montou e colocou o explosivo no aeroporto foi Raimundo Gonçalves Figueiredo, o “Raimundinho”. Disponível em:

do chamado Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN) o qual teria como objetivos principais a estruturação de comandos de guerrilhas para penetrar no Brasil.⁵⁴⁵

O primeiro ano de Aragão no exílio será marcado pelo confronto aberto entre ele e Leonel Brizola na disputa pelo comando entre os exilados que queriam voltar ao Brasil e lutar contra a ditadura. Os informantes diziam que, era “cada vez mais crescente a hostilidade entre os asilados Leonel Brizola e Cândido da Costa Aragão (...). A situação chegou a tal ponto que Aragão pensou em fazer uma declaração à imprensa denunciando Brizola de Industrial da Revolução Brasileira”.⁵⁴⁶ O militar que participava do jogo político agora não confiava no político que queria jogar no campo militar. É o que fica evidente nesse momento do exílio. Essa conclusão não tem como base apenas os documentos oficiais. A própria filha do almirante, Dilma Aragão, nos confidenciou que durante o exílio no Uruguai teria acontecido um problema sério entre Aragão e Brizola e os dois se tornariam inimigos eternos.⁵⁴⁷

O asilado Cândido da Costa Aragão não aceitou o convite formulado por José Guimarães Neiva Moreira, para um almoço a ‘dois’ na residência deste último.

Para tanto, Aragão teria escrito uma carta desculpando-se e dizendo, entre outras coisas, que sua posição é antagônica a de Brizola e Neiva Moreira, o que dificultaria qualquer diálogo.

Circula ainda, nos meios de asilados militares, que Leonel Brizola está preocupado com a posição de Cândido Aragão, contrária à sua liderança revolucionária e temeroso que Aragão tome uma atitude repentina ‘à la Jefferson’ e coloque em xeque a sua posição de líder dos asilados na ROU e da própria revolução brasileira.

A serem verdadeiras essas afirmações, poderiam impelir Brizola a uma ação precipitada. Por outro lado, os dados acima podem refletir um excessivo otimismo da parte dos asilados que formam o grupo ‘militar’.⁵⁴⁸

No início de dezembro, o MRMN vira Resistência Armada Nacionalista – RAN, tendo como signo uma rã. Anfíbia, como os fuzileiros navais do almirante paraibano.⁵⁴⁹ De acordo com documento do CIEX, de 20 de dezembro de 1966, o grupo planejava:

<http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2013/12/15/eduardo-campos-o-atentado-de-guararapes-por-elio-gaspari-518229.asp>. Acesso em 19 dez. 2013.

⁵⁴⁵ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.007, p.16.

⁵⁴⁶ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.005, p.72.

⁵⁴⁷ Entrevista de Dilma Aragão ao autor. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2009.

⁵⁴⁸ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.007, p.43. A expressão “a la Jefferson” citada no documento é uma referência ao ex-coronel da Artilharia do Exército Jefferson Cardim de Alencar Osório, que em março de 1965, por iniciativa própria, deixou o Uruguai e tentou iniciar um movimento guerrilheiro no Sul do país, passando pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O coronel teve o apoio do sargento Alberi Vieira dos Santos, da Brigada Gaúcha, e formaram um grupo de 17 guerrilheiros. De acordo com Moniz Bandeira, Jefferson Cardim “foi barbaramente torturado em três quartéis do Exército, até sofrer uma crise de demência e ser submetido a tratamento médico”. Cf. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 8ª ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010, p.372. De acordo com Jorge Ferreira, 21 homens armados invadiram a cidade de Três Passos, no Rio Grande do Sul, tomaram uma rádio e leram um manifesto contra a ditadura militar. FERREIRA, Jorge, op. cit., 2011, p.569.

⁵⁴⁹ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p.70.

- a) Obter recursos financeiros junto ao Partido Comunista Uruguaios (PCU) e à Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), através de contatos com Rodney Arismendi e Edmundo Soares Neto;
- b) Lançamento no Brasil de manifesto subversivo assinado por Cândido Aragão, visando especialmente as capitais dos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Guanabara e Rio de Janeiro;
- c) Ainda nas mesmas cidades, pichamento de paredes divulgando a nova sigla do grupo: RAN;
- d) Por intermédio da OLAS, enviar a Cuba os asilados Cândido Aragão, Daudt e Armando Magno de Araújo;
- e) Posteriormente, enviar grupos de dois a Cuba e Coréia do Norte para adestramento na técnica de guerra de guerrilhas;⁵⁵⁰

Observa-se no documento a referência à OLAS, uma organização inspirada no êxito da Revolução Cubana de 1956 que tentava aglutinar as esquerdas da América Latina. Em janeiro de 1966, quase dez anos após a vitória de Fidel Castro sobre as tropas de Fulgêncio Batista, ocorreu a I Conferência da Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina, que ficou conhecida como a *Tricontinental*. No encontro, 82 países enviaram representantes, sendo que praticamente um terço era da América Latina.⁵⁵¹ A *Tricontinental* objetivava coordenar os países do chamado Terceiro Mundo no sentido de unificar as bandeiras de luta contra o imperialismo capitalista (diga-se norte-americano), visto que as divergências não eram poucas. O debate mais notório envolvia os simpatizantes da via pacífica ao socialismo de um lado, e os entusiastas do caminho armado na outra margem.

Como fruto do encontro, surgiu por influência do líder chileno Salvador Allende, a OLAS, que tinha como propósitos ‘Unir, coordenar, e estimular a luta contra o imperialismo americano por parte de todos os povos explorados da América Latina’.⁵⁵² Uma grande conferência para consolidar a *Onda*, aconteceria no ano seguinte. É importante situarmos esse debate no sentido de compreendermos todo o entusiasmo de Aragão e do grupo militar exilado no Uruguai e a determinação destes em partir para a luta armada contra a ditadura no Brasil.

Enquanto não se anunciava a chegada do ano novo o, os agentes do CIEX ainda soltaram várias notas sobre a movimentação de Aragão em dezembro de 1966. Seguindo os passos dos arapongas, ficamos sabendo que dois marinheiros desembarcaram em Montevideu e foram integrados à RAN, sendo acomodados na Calle (Rua) Emilio Romero, 422. Um deles

⁵⁵⁰ Ibidem, p.70.

⁵⁵¹ MARQUES, Artemio S. *A Organização Latino -Americana de Solidariedade (OLAS) e o embate ideológico na esquerda brasileira, 1960: o caso do PCB*. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana da Universidade Federal de Santa Maria). Santa Maria, 2009, p.123.

⁵⁵² Idem.

era conhecido como Pinheiro.⁵⁵³ A chegada dos militares, excluídos da Marinha por suas participações na Rebelião dos Marinheiros de 1964, teria sido articulada, no Brasil, por Bayard Demaria Boiteux e pelo ex-sargento do Exército Amadeu da Luz Ferreira.

Outras notas dizem respeito à ida de sua filha Dilma Aragão a Montevideú. Segundo o documento, além de ter sido convidada por Amaury Silva para ser a mensageira dos exilados – chamada pelo agente de pombo-correio -,⁵⁵⁴ Dilma retornaria ao Brasil levando informações para divulgar em jornais de oposição ao regime e recomendação de procurar o apoio do ex-Deputado José Gomes Talarico.⁵⁵⁵ No dia 20 de dezembro o jornal *Última Hora* publicou uma pequena reportagem, com chamada de capa, na qual Dilma Aragão denunciou o que ela chamou de “situação de penúria” dos exilados brasileiros no Uruguai.⁵⁵⁶

Existem também notas em alusão ao contato de Aragão com Djalma Maranhão, jornalista e ex-prefeito de Natal, Rio Grande do Norte, que também passou um período exilado em Montevideú. Em maio de 1966, o político havia conseguido autorização para viajar à Europa e em setembro circulou entre os órgãos de informações que Maranhão estava em “Berlim Oriental para participar do 6º Congresso da Organização Internacional dos Jornalistas (OIJ)”.⁵⁵⁷ Consta ainda que Aragão teria sido destinatário de uma carta enviada pelo jornalista, na qual o conclamava a seguir os ensinamentos do marxismo-leninismo pois, ‘um comandante, nos dias de hoje, precisa de ideologia e deve armar-se com a dialética, para enfrentar os grandes combates militares e sociais’.⁵⁵⁸ Por essa viagem, ao retornar ao Uruguai, Djalma Maranhão teve problemas com a polícia local. “Em 10/DEZ/66 o asilado Djalma Maranhão viajou com a esposa para Punta del Este (ROU), a fim de fugir à busca imposta pela polícia uruguaia. Naquela cidade, o ‘alvo’ passará de sete a dez dias, retornando em seguida a Montevideú”,⁵⁵⁹ relatou o agente. A partir daí aparece com destaque a relação entre ambos:

(...) Cândido da Costa Aragão tem procurado estabelecer contato com o Inspetor Gutierrez (lotado na Seção de Inteligencia y Enlace), com o objetivo de acalmar a movimentação policial em torno de Maranhão.

Comenta-se no meio de asilados brasileiros no Uruguai que Djalma Maranhão não tem problemas financeiros, de vez que emprestou 100 dólares a

⁵⁵³ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p.111.

⁵⁵⁴ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p.76.

⁵⁵⁵ Ibidem, p.48 e 76.

⁵⁵⁶ Jornal *Última Hora*, 20 dez. 1966, edição vespertina, p. 10. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=20&mes=12&ano=1966&edicao=10&secao=>.

⁵⁵⁷ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.005, p.94.

⁵⁵⁸ Idem.

⁵⁵⁹ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p.77.

Cândido Aragão e paga, mensalmente, o montante de 7.500 pesos uruguaios pelo aluguel do apartamento onde reside.⁵⁶⁰

Também no último mês do ano, um grande relatório do CIEX, classificado como A-1, ou seja, de alta confiança para os órgãos, trouxe um balanço das atividades de brasileiros exilados no Uruguai no último semestre. Quatro grupos de exilados foram separados. Três deles como influenciados por lideranças e um grupo temático: “o grupo de João Goulart; o grupo militar (Cândido Aragão); o grupo de Leonel Brizola; e o grupo sindical”.⁵⁶¹ No relatório, o ex-presidente João Goulart é apresentado como um grande e rico latifundiário em terras uruguaias. Não seriam os agentes que iriam apresentá-lo, obviamente, como carismático, popular, ou outras referências elogiosas.

Além de possuir grandes extensões de campo e rebanhos, teria recentemente adquirido a maioria das ações do frigorífico “Tacuarembó”, na cidade de mesmo nome e deteria a propriedade de diversos imóveis em Montevideu. (...) Goulart goza de um considerável círculo de relações nos meios oficiais do Uruguai. No Partido Nacional (blanco), Goulart tem um amigo na pessoa do Conselheiro do Governo Alberto Heber Usher e mantém vinculações com o Senador Eduardo Victor Haedo e com o Ministro de Interior, Nicolas Storace Arrosa.⁵⁶²

As atividades de Jango na política interna uruguiaia também aparecem no Partido Colorado, contribuindo financeiramente para “a campanha de Jorge Battle Y Ibañez”. Entre os exilados brasileiros, Goulart contribuía mensalmente para a Associação de Exilados e fornecia uma quantia em dinheiro para aqueles que chegavam ao Uruguai com pouco ou nenhum recurso.

Sobre as relações pessoais do presidente deposto com Leonel Brizola, o documento revela que estavam rompidas. O contato entre ambos era feito por emissários. “Não existem relações pessoais entre Goulart e seu cunhado Brizola. Os dois, teriam chegado às vias de fato, pouco depois de se asilarem no Uruguai; não há registro de qualquer contato entre os dois, nos últimos meses (...)”⁵⁶³ disse o agente.

Esse clima tenso entre os ex-companheiros vinha se revelando desde o período pré-golpe e ficou mais explícito nos primeiros anos do exílio no Uruguai. Nas memórias do ex-ministro de Jango, Abelardo Jurema, “não era fácil ao Presidente governar com um Brizola a tiracolo, mas lhe era muito difícil libertar-se dele”.⁵⁶⁴ Jurema ainda lembrou a preocupação de Jango com a estreita relação entre Brizola e Aragão antes do golpe. “Por mais de uma vez

⁵⁶⁰ Idem.

⁵⁶¹ Ibidem, p.121.

⁵⁶² Ibidem, p.122.

⁵⁶³ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p.123.

⁵⁶⁴ JUREMA, Abelardo. op. cit., p.74.

me dizia, rindo, que falasse ao Almirante Aragão para não se influenciar muito com o Brizola, não esquecendo que sua promoção e o posto-chave que ocupava eram resultantes da sua confiança e da sua amizade”.⁵⁶⁵ Na análise de Jorge Ferreira, “as divergências políticas e as mágoas recíprocas que vinham acumulando um do outro tornaram a convivência [no exílio] praticamente impossível. Jango era incisivo em relação a qualquer atitude de enfrentamento armado com o regime dos militares”⁵⁶⁶, ressaltando que,

A Brizola, ele dizia: ‘Você irá matar muitos companheiros nossos e não irá resolver nada’. Desde o primeiro dia de exílio mantinha-se discreto, mas recebia solidariamente qualquer exilado que o procurasse, embora evitasse ações que pudessem ser interpretadas como provocações ao regime militar. A estratégia de Brizola era bem diferente: atacar diretamente a ditadura. Ele já chegou em território uruguaio determinado a retornar ao Brasil liderando um levante popular e militar.⁵⁶⁷

Ainda no campo de influência de Goulart, sua relação com os sindicalistas é apontada pelos agentes, como a mais estreita entre os grupos de exilados. Entre eles, são citados como assessores diretos de Jango Luís Cláudio Braga Duarte e Humberto Pinheiro, e Dante Pellacani, figura de proa do CGT no período do governo João Goulart.

Sobre o grupo liderado por Aragão, consta no mesmo relatório o completo rompimento entre Brizola e o almirante, em virtude do líder político gaúcho não ter aceitado a sugestão de Aragão para que assumisse a liderança direta de uma ação revolucionária, entrando em território brasileiro à frente dos asilados. Em relação aos membros mais notórios do grupo guerrilheiro criado pelo fuzileiro, as informações dão conta que andavam em busca de recursos para viabilizar toda a logística da guerrilha. Os financiadores prioritários do dinheiro que tentariam conseguir seriam China e Cuba. Mas chegaram tarde.

Em relação a Pequim a gestão consistiu em explanação feita por Cândido Aragão, Emanuel Nicoll e Alfredo Daudt a Ruben Nuñez (diretor da sucursal em Montevideu da Agência de Notícias Nova China) e Sarandy Cabrera (membro da diretoria do Instituto Cultural Uruguaio-China), representantes de Pequim em Montevideu (...). A estes elementos foi, ainda, dito que Aragão poderia ir a Pequim explicar pessoalmente o programa e as necessidades do MRMN às autoridades responsáveis (...). No que se refere a Havana, a solicitação do MRMN de recursos e assessoria técnica feita por intermédio do Deputado (pelo Movimiento Revolucionario Oriental – MRO) uruguaio Ariel Collazo e do Presidente do MRO, Armando Cuervo, teria chegado posteriormente ao levantamento feito por emissário especiais de [Fidel] Castro, no 1º trimestre de 1966, das reais possibilidades dos grupos subversivos da América Latina. Essa primeira inspeção parece ter resultado, no que concerne a grupos brasileiros, na indicação de que Leonel Brizola seria o líder em melhores condições de levar adiante uma ação subversiva, refletindo-se, em consequência, em

⁵⁶⁵ Ibidem, p.75.

⁵⁶⁶ FERREIRA, Jorge, op. cit., 2011, p.566.

⁵⁶⁷ Idem.

apoio material ao grupo do ex-Deputado petebista. Agora, há indicações de que enviados de Havana estariam por realizar nova missão de inspeção pela América Latina, sendo de supor que os dirigentes cubanos estejam procedendo a um reexame do seu auxílio aos grupos brasileiros, levando em conta o surgimento do MRMN. Confirmando essa hipótese, vale ressaltar que Brizola nas últimas seis semanas tem revelado preocupação em reduzir drasticamente seus gastos, o que tem ocasionado sério descontentamento entre seus liderados.⁵⁶⁸

A análise das informações contidas nesse documento e nas demais fontes citadas apontam para o seguinte diagnóstico. O período que Aragão passou na embaixada no Uruguai, entre 1964 e novembro de 1965, foi essencial para que Brizola se estabelecesse como a grande liderança política entre os asilados brasileiros no Uruguai e começasse a articular com os cubanos o apoio para um possível movimento armado. A chegada de Aragão a Montevideú vai ofuscar de certa maneira o brilho do político entre os militares exilados. Entretanto, sendo muito mais jovem que Aragão e contando com recursos oriundos de Fidel, tudo isso aliado à sua destacada trajetória política, o ex-deputado era, naquele momento, o principal articulador da guerrilha que tentaria agir no Brasil com o apoio de Cuba. Ele já estava atuando, mas Aragão na sabia.

E a situação do grupo militar também não era animadora. A espera por recursos para as ações armadas também atingia a liderança dos ex-fardados, naquele momento sob a sigla de Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN):

Nos últimos dois meses, diante da necessidade de aguardar, ainda por algum tempo, as respostas de Pequim e Havana e possivelmente premidos pela escassez de recursos disponíveis, inclusive para suas necessidades pessoais (Aragão e Nicoll estariam reduzidos à penúria), os dirigentes do MRMN estabeleceram uma vinculação com o Partido Comunista Uruguaio (PCU), o qual está fornecendo acomodações e recursos financeiros para a instalação de integrantes do grupo 'militar' em Montevideú.

O MRMN reúne a maioria dos elementos militares asilados no Uruguai e, à medida em que vão chegando ao país, outros asilados ou refugiados ex-membros das Forças Armadas, cuja tendência é aderir ao grupo 'militar' (...).⁵⁶⁹

Em seguida aparece uma clara dúvida da efetiva liderança de Aragão entre os militares no exílio. Tudo dependeria da chegada dos recursos. No relatório, há ainda outras preocupações em relação aos militares exilados organizados sob o símbolo anfíbio, principalmente quanto às táticas que poderiam ser utilizadas por eles. “A se concretizar o auxílio solicitado a Pequim ou Havana, a RAN tem possibilidade de desencadear ações

⁵⁶⁸ AN, COREG, Fundo CIEG, BR AN BSB IE 001.008, p.124-125.

⁵⁶⁹ Ibidem, p.125.

subversivas em território nacional, valendo lembrar que em seu programa de ação (...) eram contemplados atentados contra estrangeiros (norte-americanos)”.⁵⁷⁰

Haveria ainda a possibilidade de o grupo ser mais influenciado diretamente pelos partidos comunistas e dessa maneira abandonar o interesse pelas ações armadas, mesmo assim, a vigilância da ditadura sobre o grupo deveria ser mantida a todo instante. É o que fica explícito nas linhas seguintes:

(...) na medida em que o PCB, através do PCU e pela ação de seus representantes no grupo ‘militar’, consiga impor sua orientação e disciplina à RAN, esta perderá as características de grupo dedicado à ação revolucionária direta (violenta) e tenderá a enquadrar-se, como núcleo militar, num esquema mais amplo de ação comunista, podendo tornar-se assim mais eficaz e perigosa.⁵⁷¹

A situação do chamado “Grupo de Brizola” era melhor, mas não tão confortável. Sob pressão da incômoda presença do almirante paraibano, era chegada a hora da ação. Mais uma vez utilizando o documento do CIEX, com rara precisão analítica, temos uma projeção bem real sobre as decisões de Brizola para o ano seguinte. Temos que ressaltar o uso do vocabulário empregado pelo agente, onde o guerrilheiro é tratado como “terrorista”.

(...) apesar do desgaste que vem sofrendo sua liderança entre os asilados e de um aparente descontentamento de todos os elementos que, no Brasil e mesmo do exterior, vinham apoiando ou subsidiando seus planos subversivos, parece ainda reunir algumas condições para promover ações subversivas em território brasileiro. Os recursos por ele recebidos de Havana, ainda que possam ter sido recentemente reduzidos, já terão sido suficientes para a aquisição de armamento e foram certamente utilizados para a montagem de uma rede de comunicações, cujo funcionamento parece ser bastante eficiente.

Dispondo desses dois elementos, ficariam faltando a Brizola os quadros para o desencadeamento da ação e o momento oportuno, levada em conta a situação política tanto no Brasil quanto no Uruguai.

Brizola tem tentado preencher o primeiro requisito através do adestramento dos elementos de que dispõe no Uruguai (contatos com Abraão Guillen e Caballero Ferreira, terroristas espanhol e paraguaio) e do envio de elementos procedentes do Brasil a Havana para treinamento nas escolas de guerrilha de Fidel Castro. Não é possível precisar o grau de êxito que Brizola terá obtido nesse empreendimento, mas é lícito presumir que já dispunha de um núcleo de terroristas adestrados.

Sobre o intitulado “grupo sindical,” o relatório o coloca sob a tutela de Jango como um instrumento de equilíbrio e de anulação às propostas revolucionárias de Brizola e Aragão e aponta Luis Claudio Braga Duarte, Humberto Pinheiro e Dante Pellacani como seus contatos diretos, o primeiro por razões financeiras. Então, efetivamente, seriam assim três grupos e não

⁵⁷⁰ Idem.

⁵⁷¹ Idem.

quatro como deduziu o agente. O grupo de Jango, o de Brizola e o de Aragão. O imaginado grupo foi assim descrito:

Até o presente, as táticas e os objetivos do grupo sindical tem coincidido inteiramente com as que parecem orientar o comportamento do ex-Presidente Goulart. Há indícios de que o PCB, por intermédio do grupo sindical está procurando contar com o apoio de Goulart para seu programa de recomposição das bases político-sindicais de que dispunha no Brasil antes da Revolução de mar/64. Nesse sentido mantém, nos termos descritos anteriormente, a vinculação dos sindicalistas com o ex-Presidente e desenvolve, através dos seus elementos junto aos grupos de Brizola e de Aragão uma ação discreta, tendente a desencorajar o desencadeamento precipitado de uma ação revolucionária.⁵⁷²

Em outros trechos do relatório semestral, o agente, fez uma rara análise da política interna uruguaia e a presença dos exilados brasileiros. A leitura do texto, sua análise e o cruzamento com outras fontes,⁵⁷³ nos fornece considerações importantes sobre o impacto da presença de um ex-presidente, também grande empresário; de políticos; sindicalistas; e militares cassados no pequeno país do Cone Sul.

Os asilados brasileiros no Uruguai tem contado com considerável simpatia e tolerância da parte do Governo uruguaio. Além da tradição uruguaia de dispensar tratamento liberal a asilados e exilados procedentes de qualquer país do mundo e, em particular, de seus vizinhos continentais, contribui muito para a acolhida dada aos brasileiros a presença em seu meio de dois políticos do Rio Grande do Sul (Goulart e Brizola), estreitamente vinculados, por laços de amizade e negócios, a figuras influentes no Uruguai. Além disso, muitos dos elementos de menor importância entre os asilados também procedem do Rio Grande do Sul, alguns da faixa de fronteira, onde a característica da nacionalidade é diluída pelos contatos constantes, pelas ligações de família e pelos interesses comerciais.

Nessas circunstâncias, frequentes foram os casos, nos últimos dois anos, em que se fez sentir a relutância das autoridades uruguaias, nos mais diferentes níveis, em coibir mais efetivamente as atividades dos asilados, dirigidas contra o Governo brasileiro.⁵⁷⁴

É importante destacar que nesses primeiros três anos da presença de exilados brasileiros no Uruguai, estava no poder o Partido Nacional, conhecido como *Blanco*. De tradição conservadora, os membros do partido possivelmente viam com preocupação as ligações de exilados brasileiros com as esquerdas uruguaias, inclusive com o PCU. Comprovando isso, há o caso da ameaça de expulsão do sindicalista Dante Pellacani, quando as autoridades uruguaias perceberam sua tentativa de intervir nas atividades dos sindicatos daquele país.⁵⁷⁵

⁵⁷² Ibidem, p.134.

⁵⁷³ Ver TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999 e ROLLEMBERG, Denise, op. cit.

⁵⁷⁴ Ibidem, p.135.

⁵⁷⁵ Idem.

Sendo de tradição conservadora, os *Blancos*, evidentemente, não eram os interlocutores preferidos dos exilados brasileiros. Era com os seus opositores, os *Colorados*, que os desterrados poderiam contar em caso de qualquer ingerência maior das autoridades uruguaias. Estando na oposição, podiam “encontrar munição para ataques ao Governo em medidas restritivas que fossem aplicadas às atividades dos asilados (sic)”.⁵⁷⁶

Ao analisar o processo político uruguaio na segunda metade do século XX, Enrique Serra Padrós concluiu que “uma profunda crise interna, se arrastava desde o fim da Guerra da Coréia (1950-1953), o que levou à perda dos mercados da carne e da lã uruguaia gerando, consequentemente, desemprego, pobreza, arrocho salarial, deterioração dos serviços estatais e violência policial”.⁵⁷⁷ Segundo Padrós, esses fatores, “combinados com o clima de Guerra Fria e o impacto da Revolução Cubana e da imposição de ditaduras no Brasil (1964) e na Argentina (1966) provocaram importantes mobilizações sindicais, estudantis e o surgimento da organização guerrilheira tupamara”.⁵⁷⁸ Para Alexandra Barahona Brito,

A crise do Estado de bem-estar, que surge a partir da estagnação da economia a partir da década de 1950, e a incapacidade do sistema partidário tradicional de lidar com os seus efeitos produziu uma perda de confiança no sistema político, aumentou o extremismo político num contexto onde o marxismo já ganhava força, um crescimento da mobilização sindical e o surgimento da violência armada com os *Tupamaros*, a partir dos anos 60. Com a criação da Confederação Nacional de Trabalhadores (CNT), em 1966, aumentou a mobilização (...).⁵⁷⁹

O ano de 1966 também foi o da nova Constituição no Uruguai e de eleições presidenciais. O país, que era governado por um colegiado, apostava no presidencialismo para alavancar o desenvolvimento econômico e social.⁵⁸⁰ Através de um plebiscito, a população optou pela mudança e, nas eleições de novembro, sagrou-se vencedor o general da reserva Oscar Gestido, do Partido Colorado. Ele substituiria o colegiado, formado por membros do Partido Nacional (Blanco).

A política uruguaia não passou à margem das observações de um dos agentes brasileiros. Com o resultado das eleições em mãos e, sabendo que a posse aconteceria em março de 1967, não se absteve em tecer previsões para o futuro dos exilados brasileiros no Uruguai. Em linhas gerais, o agente reportou aos diplomatas do Itamaraty, em dezembro de

⁵⁷⁶ Idem.

⁵⁷⁷ PADRÓS, Enrique S. “Uruguai na mira”. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/uruguai-na-mira>. Acesso em 20 nov. 2013.

⁵⁷⁸ Ibid.

⁵⁷⁹ BRITO, Alexandra B. “As ditaduras da América Latina: os casos do Chile e do Uruguai – razão de ser e dinâmica de repressão”. In: ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro A. (orgs.). *As ditaduras contemporâneas*. Lisboa: Colibri, 2003, p. 115-116.

⁵⁸⁰ Cf. “Documental Uruguay (1966-1980)”. Vídeo divulgado por Agrupacion Compañeros – Partido Nacional. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=9TRdxDuw1fs>. Acesso em 10 nov. 2013.

1966, que a volta do Partido Colorado ao poder poderia representar para os exilados uma possível melhoria na relação com as autoridades uruguaias “que se deverá traduzir por maior influência nos meios de imprensa, maior acesso aos diversos escalões da administração pública do país e maior liberdade de movimentos”,⁵⁸¹ ressaltando que uma previsão mais exata da relação do novo governo uruguaio com os exilados brasileiros iria depender da composição ministerial a ser montada por Oscar Gestido. Não faltou uma análise do perfil psicológico do general eleito:

De outra parte, a própria personalidade de Gestido deverá ter alguma influência na atitude a ser adotada pelo Uruguai no tocante ao problema de asilados (sic) e, em última análise, na condução de suas relações com o Brasil. O Presidente eleito, homem de 65 anos de idade, é de tendência conservadora e firmou reputação de absoluta integridade pessoal, dedicação ao trabalho e considerável capacidade administrativa. Essas características pessoais de Gestido poderão influir na conduta do Governo uruguaio, levando-o a assumir atitudes de maior correção nos seus contatos com o Governo brasileiro e restringindo o acesso dos asilados (sic), principalmente daqueles obviamente vinculados às esquerdas, à autoridade máxima do país.⁵⁸²

Gestido ainda não tomara posse, e entre dezembro de 1966 e janeiro de 1967 Aragão foi convocado duas vezes para prestar explicações. Em ambas situações, foi o ministro do interior, Augusto Legnani, que assessorado pelo serviço de inteligência uruguaio, advertiu Aragão. Primeiro, por ter participado – junto com outros asilados – de um “ato público de solidariedade com Cuba”, em 13 de dezembro de 1966.⁵⁸³ Na segunda convocação, em janeiro, disse mais uma vez para Aragão não participar de atos políticos.⁵⁸⁴ Outra nota secreta do mês de janeiro fez alusão à passagem por Montevideu do filho de Aragão, Dilson, nos últimos dias de 1966. Além de visitar o pai, teria ido como representante da ‘Associação dos Cassados pela Revolução (sic)’, dirigida pelo professor Bayard Boiteux, no Rio de Janeiro, que estaria organizando espetáculos no Brasil com o objetivo de arrecadar fundos para os exilados brasileiros no Uruguai. A cantora Nara Leão foi citada como uma das artistas já contatadas.⁵⁸⁵ Ainda sobre seu filho, consta em um dos documentos que teria enviado carta ao pai comunicando sua filiação ao Partido Comunista do Brasil – PC do B -, sigla inspirada no modelo chinês de socialismo – o maoísmo.⁵⁸⁶

⁵⁸¹ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p.136.

⁵⁸² Idem.

⁵⁸³ AN, COREG, Fundo CIEX, IE 02.03.

⁵⁸⁴ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 002.001, p.09.

⁵⁸⁵ Ibidem, p.36.

⁵⁸⁶ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008. Abordaremos o Maoísmo nas páginas seguintes desse capítulo.

A vigilância interna também era constante. Em certos momentos, possivelmente por ser visto apenas como militar anti-imperialista e sem vinculação orgânica com nenhum partido ou linha ideológica das esquerdas internacionais, Aragão aparece sendo “disputado” por algumas correntes a bombordo. É o que deixa claro vários documentos retransmitidos ao CIEX. Uma possível viagem do exilado à China foi motivo de agitação entre os órgãos de vigilância uruguaio e brasileiros, como também do Partido Comunista Uruguaio.

1. A Direção do Partido Comunista Uruguaio não vê com bons olhos a possibilidade de viagem de Aragão ao México e à China.
2. Os inconvenientes apontados seriam:
 - a) a tendência chinesa do Movimento de Liberação Latino-Americana (M.L.L.);
 - b) a possibilidade de exploração, pela China, da adesão de uma figura militar latino-americana, de relativo prestígio.
3. Diante disso, está sendo estudada uma maneira de impedir essas viagens de Aragão. Por sugestão de Emmanuel Nicoll, que age em coordenação com o PCB, um das formas a serem examinadas pelo PCU seria:
 - a) Conceder, de imediato, substancial ajuda à RAN e, por conseguinte, ao próprio Aragão;
 - b) Promover convite a Aragão para visitar a URSS e outros países da Cortina de Ferro; feito isto, convencer Aragão a estabelecer residência atrás da cortina, possivelmente em Praga.
4. A vantagem final do esquema acima descrito seria permitir que Nicoll, na liderança efetiva da RAN, pudesse enquadrá-la na orientação comunista ortodoxa, aproveitando o nome e a influência de Aragão, que estaria isolado e impedido de tomar iniciativas divergentes.⁵⁸⁷

Ao que parece, Aragão estava mesmo disposto a viajar. No Uruguai não conseguiu o apoio que queria. Conforme já destacado, ele havia chegado tarde e Brizola, não gratuitamente, era mesmo o preferido dos cubanos para empreender a guerrilha no Brasil. Possivelmente, não tinha um lugar único de destino, ou de escolha. Aragão queria internacionalizar-se, conhecer de perto outros mundos, principalmente aqueles alinhados ao anti-imperialismo norte-americano. Para onde ir? Teria ele se acalmado e desistido de sua ideia fixa de invadir o Brasil? A turma da RAN onde estaria? E Brizola, Neiva Moreira, Dagoberto Rodrigues?

⁵⁸⁷ AN, COREG, Fundo CIEX, IE 02.02.

4.2 - Brizola sai na frente

De acordo com Denise Rollemberg, no Uruguai, Brizola foi o principal catalisador das forças. O golpe só reforçava a opção feita antes de 1964 pela luta armada, haja vista a tentativa de formar os ‘Grupo dos 11’.⁵⁸⁸ Tendo resistido inicialmente à teoria do *foco* guerrilheiro,⁵⁸⁹ ele aderiu ao foquismo após o fracasso do Coronel Jeferson Cardim.

Brizola agrupou em torno de si os sargentos e marinheiros expulsos das corporações e perseguidos pelos militares e formou uma espécie de Estado-Maior com o ex-deputado Neiva Moreira, o seu assessor no governo do Rio Grande do Sul, Paulo Schilling, o ex-deputado pelo PSB, Max da Costa Santos, e o coronel Dagoberto Rodrigues.

Ainda segundo Rollemberg, provavelmente, a possibilidade de contar com o apoio do governo cubano tenha sido decisiva para a reorientação de Brizola.⁵⁹⁰ Ao aderir ao foquismo, o grupo recebeu o nome de Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), mas Brizola preferia MORENA – Movimento de Resistência Nacionalista. Segundo Neiva Moreira, inicialmente eram previstos quatro focos guerrilheiros: Aparados da Serra - Rio Grande do Sul; Caparaó – Minas; a zona florestal entre São Paulo e o litoral; e uma área em Mato Grosso. No entanto, ele, maranhense de Nova Iorque, cidade localizada a 600 Km de São Luís, afirmou ter influenciado para que fosse implantado um foco guerrilheiro na região de Imperatriz, no Maranhão. Segundo Moreira, uma das hipóteses era montar o foco guerrilheiro na região conhecida como Bico do Papagaio.⁵⁹¹

Muito frequentemente associado apenas com o episódio da tentativa de implantação de um foco guerrilheiro em Minas Gerais, na Serra do Caparaó, as pretensões do MNR eram muito mais ambiciosas do que conhecemos sobre essa organização. Efetivamente, três desses focos entraram na fase de preparação, envolvendo levantamento geográfico, questões logísticas e formação de guerrilheiros: Caparaó, Imperatriz/Marabá e Mato Grosso. Todos

⁵⁸⁸ ROLLEMBERG, Denise. op. cit., 2001, p.28.

⁵⁸⁹ De acordo com a teoria do *foco guerrilheiro*, este deveria ser desencadeado a partir de uma região estrategicamente favorável ao desencadeamento da luta armada, onde um pequeno grupo de guerrilheiros realizaria as primeiras ações armadas do processo revolucionário. A partir das ações do contingente e do apoio das massas camponesas entre as quais se realizaria a propaganda armada, seriam criadas as condições necessárias para a transformação da região numa zona de guerrilhas, permitindo o surgimento de novas zonas de guerrilhas e ampliando sua zona de ação, dando-se assim os primeiros passos para a construção do Exército Popular Revolucionário (...). Dois livros teriam influenciados a esquerda brasileira a aderir ao foquismo: *A guerra de guerrilhas* de Che Guevara (1961) e *Revolução na revolução* (1967), do francês Régis Debray. Cf. SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007, p.69; 91-92.

⁵⁹⁰ ROLLEMBERG, Denise. op. cit., 2001, p.28.

⁵⁹¹ LOUZEIRO, José. op. cit., p.229. Citado em ALMEIDA, A. op. cit., p.102.

esses núcleos tiveram marinheiros e fuzileiros em posições de destaque. Nos dois últimos, eram os *comandantes*, assessorados por mais de uma dezena de companheiros navegantes.⁵⁹²

Sobre o apoio de Cuba ao MNR, Rollemberg ressaltou que aconteceu na forma de treinamento guerrilheiro e em dinheiro. Há também relatos de apoio vindo da Guiana, com a oferta de armas. De acordo com a autora, a questão do dinheiro é mais um tabu, entre outros, na história do apoio cubano à luta armada no Brasil. “Fala-se nela com reservas, embora o próprio Brizola já tenha admitido ter recebido dinheiro de Cuba”.⁵⁹³ Aragão tinha perdido duas vezes, o apoio logístico e os recursos humanos personalizados nos ex-marinheiros e fuzileiros navais recrutados por Brizola.

No início de 1966, quando Aragão ainda tentava se adaptar à vida de exilado, alguns guerrilheiros já estavam de volta ao Brasil, clandestinamente. O grupo de Caparaó era o mais promissor, ou nas palavras de Flávio Tavares, com certa ironia jornalística: “o grupo estava algures, noutra geografia mantida em sigilo, e progredia ‘cada vez mais’”.⁵⁹⁴ Restava aos demais comandantes guerrilheiros do MORENA, seguir o exemplo dos companheiros “bem-sucedidos” nas montanhas de Caparaó.⁵⁹⁵ Já haviam voltado ao Brasil depois de fazer treinamento guerrilheiro em Cuba os ex-marinheiros Marcos Antônio, José Duarte e Avelino Capitani, dentre outros.

Havia ainda a perspectiva da presença de Che Guevara em território brasileiro no sentido de contribuir com a luta armada, especificamente nesse contexto do MNR. Embora os preparativos já estivessem a todo vapor desde o início do ano, só em outubro de 1966 os guerrilheiros subiram a serra e se instalaram nas matas. Segundo Denise Rollemberg, em novembro de 1966, quando começava Caparaó, “Guevara teria ido a Montevideu e encontrado Brizola (...). Nessa mesma época do possível contato de Che com Brizola, teria havido o encontro de Che, em São Paulo, com Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, dirigente da ALN”.⁵⁹⁶

Ao passar do tempo, o otimismo de alguns brizolistas no exílio uruguaio para com o foco guerrilheiro de Caparaó não se confirmaria. O grupo “mineiro” do MNR começou a enfrentar uma série de desafios, entre eles: dificuldade em se relacionar com os camponeses da região; abastecimento deficiente; desentendimentos pessoais – o que minava a hierarquia da guerrilha – inospitalidade da região; problemas de ordem pessoal e familiar (nascimento de

⁵⁹² ALMEIDA, Anderson. op. cit., p. 103.

⁵⁹³ ROLLEMBERG, Denise. op. cit., 2001, p.31.

⁵⁹⁴ TAVARES, Flávio. op. cit., p.194-195.

⁵⁹⁵ Idem. Cf ALMEIDA, Anderson. op. cit., p.106.

⁵⁹⁶ ROLLEMBERG, Denise. op. cit., 2001, p.35.

filhos, saudade da família etc) e, a demora em entrar em combate efetivamente.⁵⁹⁷ Esses fatores foram provocando deserções e desistências, inclusive a do subcomandante Jelcy. A presença dos homens cabeludos e barbudos na região passou a ser vista com desconfiança pela população, justamente o contrário do que deveria ocorrer, ou seja, a guerrilha deveria ter na comunidade local sua forte aliada.⁵⁹⁸ O apoio logístico que vinha do Rio de Janeiro, capitaneado pelo professor Bayard Boiteux e Amadeu Rocha, os quais articulavam apoio político e financeiro como intermediários de Brizola, não foram suficientes para vencer aqueles desafios, agravados pela deprimente combinação fome-doença-desânimo.

Foi dessa forma, melancólica, que o grupo guerrilheiro de Caparaó caiu, cerca de um ano após ter se instalado na região. Ironicamente, em 1º de abril de 1967, data em que o *Regime* completava três anos. Cercados pela polícia mineira, restavam apenas sete “guerrilheiros”, os quais não tiveram tempo de reagir. O Exército, que em um primeiro momento desconfiou daquela operação bem sucedida da polícia mineira, tentou depois forjar um combate para liquidar o grupo. Entretanto, eles já tinham sido salvos, paradoxalmente, por uma fotografia mandada tirar pelo comandante do 11º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, coronel Jacinto do Amaral Melo.⁵⁹⁹ Na imagem, que percorreria as edições de jornais e revistas nos dias seguintes, aparecem oito prisioneiros. Aos sete presos pela operação somou-se Amarantho Jorge, detido três dias antes por porte de armas quando foi à cidade comprar remédios para Avelino Capitani que, segundo os relatos, não resistiria por muito tempo. Soube-se depois que ele sofria de peste bubônica.

Mas a realidade é que o foco guerrilheiro de Caparaó tinha fracassado. Na imprensa, não faltaram notícias desencontradas, as quais mencionavam até uma possível presença do *cabo* Anselmo na região. O mesmo estava desaparecido desde sua fuga do Alto da Boa Vista. Nos dias e meses seguintes à queda de Caparaó, o Exército armou seu espetáculo. Cerca de dois mil homens desembarcaram na pacata região e montaram uma estrondosa operação, inclusive com aviões bombardeando a serra.⁶⁰⁰

A experiência fracassada de Brizola e seu estado-maior com a queda do núcleo guerrilheiro de Caparaó marcou muitos daqueles que se envolveram diretamente no episódio.

⁵⁹⁷ Todos esses aspectos estão ressaltados na bibliografia existente sobre a guerrilha. Para um maior aprofundamento, ver COSTA, José Caldas. op. cit., BOITEUX, Bayard. op. cit., REBELLO, Gilson. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980; KUPERMAN, Esther. *A guerrilha de Caparaó (1966-1967): um ensaio da resistência*. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 1992.

⁵⁹⁸ Para a relação comunidade – guerrilheiros, ver o documentário: *CAPARAÓ*, Flávio Frederico. Kinoscópio, 2006.

⁵⁹⁹ A lúcida análise é de José Caldas Costa, entrevista a Flávio Frederico. In *CAPARAÓ*, Documentário, op. cit.,

⁶⁰⁰ COSTA, José Caldas. op. cit., 219. Cf ALMEIDA, Anderson. op. cit., p.108.

Houve, mesmo após vários anos do acontecido, dificuldade extrema de os envolvidos nas negociações com Havana falarem abertamente sobre o assunto.⁶⁰¹ Talvez, havia chegado a hora de Aragão ocupar o vácuo deixado por Brizola nas relações com os cubanos. E lá foi ele.

4.3 - “Cabo” Anselmo, sensação em Havana?!

Nos primeiros dias de julho de 1967 Aragão foi visto em Zurique, Suíça, em trânsito para Praga, na Tchecoslováquia, que à época fazia parte da área de influência da União Soviética – centro de atração de muitos simpatizantes do socialismo. Segundo o informante, ele teria se hospedado no Hotel Seilerhof e preencheu a ficha como Cândido da Costa. Sem receber visitas, partiu para Praga no dia dois de julho em avião da companhia “Swissair”.⁶⁰² No mesmo maço de papéis, surge ainda o codinome do agente da ditadura brasileira que infiltrara-se entre os asilados no Uruguai, e vivia ombro a ombro com Aragão. Trata-se de Alberto Conrado Avegno, que se apresentava em Montevideu como secretário de Aragão.⁶⁰³

Uma reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, do dia 16 de dezembro de 2012, revelou que de 1967 a 1980, Alberto Conrado Avegno teve intensa atividade secreta, como infiltrado da ditadura militar (1964-85) entre os exilados brasileiros no Uruguai. Interceptava e copiava cartas, produzia relatórios com nomes, endereços e planos, dando subsídios a 361 informes da ditadura apenas entre 1974 e 75. Fez viagens internacionais para cumprir “missões” do governo brasileiro. Foi detido duas vezes, no Uruguai e no Brasil, e liberado ao revelar-se infiltrado. Identificado nos relatórios sob diferentes codinomes -“Altair”, “Johnson”, “Mário”, “Carlos Silveira” e até mesmo “Zuleica”-, ao longo de 14 anos ele se firmou como “único homem infiltrado no meio subversivo e peça fundamental do esquema de

⁶⁰¹ Sobre o silêncio, Denise Rollemberg relatou que “Uma vez que Brizola e Neiva Moreira recusam-se [recusaram-se] a falar sobre Caparaó (...), a reconstrução da história do apoio de Cuba à luta armada é limitada, ficando difícil saber se seus projetos estavam – e como estavam –, de fato, articulados ao de Che Guevara. As informações são contraditórias e, provavelmente, apenas estes dirigentes poderiam esclarecê-las. Tanto tempo depois, por que é impossível obter de seus principais articuladores o testemunho das relações dos dois movimentos com o governo cubano? Talvez a mística em torno das relações com Cuba tenha sido tão intensamente vivida que ainda hoje teima em sobreviver, condenando a história ao silêncio, perpetuando-a como algo *impronunciável*”. ROLLEMBERG, Denise. op. cit., 2001, p.37.

⁶⁰² AN, COREG, BR AN BSB IE 002.010, p.47.

⁶⁰³ A reportagem ainda destacou fatos que já mencionamos aqui: (...) Os primeiros documentos sigilosos sobre o araponga datam da segunda metade dos anos 60. Até 1973, quando sobreveio a ditadura militar uruguaia, foram parar em Montevideu dezenas de militantes e perseguidos no Brasil, incluindo o presidente deposto, João Goulart, que viveu em fazendas no interior do país a partir de 1964, o ex-governador do RS Leonel Brizola, o ex-ministro Darcy Ribeiro, o almirante Cândido Aragão e os coronéis cassados Emanuel Nicoll e Jefferson Cardim Osório. Conrado se aproximou de todos eles valendo-se de sua dupla nacionalidade -nasceu no prédio do consulado do Brasil em Salto- e do prestígio de sua família de diplomatas”. Cf. VALENTE, Rubens e LEITÃO, Matheus. “O araponga uruguaio”. Disponível em : <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/84076-o-araponga-uruguaio.shtml>. Acesso em 18 dez. 2013.

segurança do Brasil no Uruguai. Sua família tinha muitos contatos na alta sociedade do pequeno país do Cone Sul, onde seu avô servira como embaixador do Brasil.⁶⁰⁴

O destino de Aragão era Cuba, haja vista que em outubro o Itamaraty foi informado de que Max da Costa Santos (ex-deputado janguista), José Anselmo dos Santos (“cabo” Anselmo), Carlos Marighella e Aragão estavam de volta a Praga, após terem participado, em Havana, da primeira reunião do Comitê de Solidariedade aos Povos da América Latina (I COSPAL).⁶⁰⁵ Ou seja, a ida pela Suíça e Praga fazia parte da rota para se chegar a Havana. O encontro é comumente lembrado como o momento de efetivação da Organização Latino-Americana de Solidariedade – OLAS, e foi realizado entre os dias 31 de agosto e 10 de julho, e havia sido agendado no ano anterior.

Não foi Aragão, Marighella, nem Aloísio Palhano – ex-dirigente sindical e chefe da delegação -, quem se destacou no encontro das esquerdas da América Latina. Se consideramos a cobertura do evento feita pela imprensa brasileira, o ex-marinheiro foi a grande estrela. O orador exaltado da Associação dos Marinheiros que havia se refugiado na embaixada mexicana e foi preso, ainda em 1964, depois de ter saído da representação estrangeira, teria chegado a Cuba em 1966 após ser resgatado da delegacia do Alto da Boa Vista, no Rio de Janeiro, no esquema do MNR montado por Brizola.

Depois de dois anos preso e já bem relacionado com policiais daquela delegacia, Anselmo conseguiu fugir, sem dificuldades, em uma bem organizada operação que, além de contar com ex-companheiros da Marinha, teve a ajuda financeira do jornalista Flávio Tavares, que na época já articulava com Brizola, exilado no Uruguai, a organização do Movimento Nacionalista Revolucionário, o MNR.⁶⁰⁶ O Uruguai foi o primeiro destino de Anselmo fora do país. Na realidade, ele seguiria os passos de alguns marujos e fuzileiros que logo após as “fugas” das embaixadas e dos presídios, tiveram aquele país vizinho como destino.⁶⁰⁷

Durante o período no qual esteve em Cuba, Anselmo realizou o curso de guerrilhas e era visto como um verdadeiro revolucionário pelos responsáveis em formar os combatentes na *Ilha*. Neiva Moreira, interlocutor de Brizola com Cuba, declarou: “a notícia que eu tive dele foi os cubanos me dizendo: ‘entregue a ele todo tipo de responsabilidade militar que possa necessitar, porque ele está apto a ser um grande guerrilheiro.’”⁶⁰⁸ Porém, com a desarticulação

⁶⁰⁴ Idem.

⁶⁰⁵ AN, COREG, BR AN BSB IE 002.010, p.09.

⁶⁰⁶ Em entrevista a Fernando Molica, Flávio Tavares admitiu que subornou por US\$100,00 policiais responsáveis pela vigilância de Anselmo no Alto da Boa Vista. Cf. MOLICA, Fernando. *O homem que morreu três vezes: uma reportagem sobre o chagal brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.158.

⁶⁰⁷ Cf. ALMEIDA, Anderson. op. cit., p.100.

⁶⁰⁸ Programa *Linha Direta Justiça* da Rede Globo de Televisão, 05 de julho de 2007.

do MNR, ele e mais um grupo marinheiros e outros militantes, teriam que aguardar uma nova oportunidade para se engajar de vez na luta armada em solo brasileiro. No período em que ficou em Cuba, alguns testemunhos dão conta de que o carismático e simpático marinheiro - que tinha sido líder de uma rebelião, fugiu da prisão, realizou curso de guerrilhas e se mostrava disposto a voltar ao Brasil para lutar pelo seu povo – gozava de certa liberdade e a ele se dava muita importância.⁶⁰⁹

O início dos trabalhos da conferência foi marcado pela expectativa da presença de Che Guevara nos debates, o qual, segundo notícias, naquele momento estaria combatendo na Bolívia. No entanto, no dia dois de agosto, a chamada principal de capa do *Jornal do Brasil*, trouxe a seguinte manchete: “Ex-cabo Anselmo reaparece na reunião da OLAS”. De acordo com a reportagem, Anselmo teria se pronunciado em defesa da luta armada ‘para derrubar o regime militar’ e condenou o ‘mito do partido para fazer a revolução’.⁶¹⁰ No dia seguinte, mais destaque ao marujo rebelde: “Ex-cabo Anselmo é a sensação em Havana”. No texto, mais surpresa: “A chegada de Anselmo dos Santos causou certa sensação porque apareceu aqui como um verdadeiro partidário das guerrilhas”; e reproduziu fala do marujo: ‘dentro em breve ajustaremos contas com os gorilas e os lacaios brasileiros’.⁶¹¹ A série de reportagens sobre a OLAS foi encerrada da seguinte forma: “Ex-cabo Anselmo promete retornar logo ao Brasil”.⁶¹² O que os jornalistas não sabiam é que os discursos oficiais de Anselmo na OLAS, não foram escritos por ele. Havia, como na assembleia dos marinheiros de 1964, um mentor por trás daquelas palavras explosivas.

É interessante registrarmos como nesse momento, o ex-marujo aparece como um dos quadros mais conhecidos nas esquerdas brasileiras. Uma imagem muito diferente daquela que será revelada nas memórias dos militantes na década de 1970 quando da traição e sua atuação como infiltrado na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Naquele momento, ele também passaria a ser conhecido por dezenas de simpatizantes da Revolução Cubana espalhados pela *Nuestra América*. Desde a chegada de vários representantes dos países latino-americanos ao evento, agentes do Itamaraty já informavam ao Ministério das Relações Exteriores -, com distribuição para principais órgãos de inteligência que compunham o Serviço Nacional de Informações (SNI) -, toda a movimentação na ilha. Nesse sentido, um minucioso boletim transmitido por agente de alta confiança, trazia a informação de que no dia 24 de julho, já

⁶⁰⁹ APESP, Ordem Social, pasta 52-Z-0 (562); documento 52-Z-0-35.628, folha 07. Depoimento de Hans Rudolf Manz. De acordo com Élio Gaspari, Hans Rudolf era da ALN e trabalhou para a polícia. Ver GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.156, nota 53.

⁶¹⁰ BN - *Jornal do Brasil*, 02 de ago. 1967, capa e p.02.

⁶¹¹ BN- *Jornal do Brasil*, 03 de ago. 1967, p.02.

⁶¹² BN- *Jornal do Brasil*, 09 de ago. 1967, p.02.

estavam em Cuba delegações do Brasil, Costa Rica, El Salvador, Guiana Holandesa, México e Uruguai. Constam, no relato, os nomes dos mais notórios representantes de cada país. Sobre o Brasil, destaque para as presenças já citadas de Aloísio Palhano, Cândido Aragão e Carlos Marighella.⁶¹³

No decorrer do evento, foram distribuídos panfletos com as propostas da nascente Organização. Entre os pontos mais emblemáticos estão:

(V) - que a luta revolucionária armada constitui a linha fundamental da revolução na América Latina; (VI) – que todas as demais formas de luta devem servir e não atrasar o desenvolvimento da linha fundamental, que é a luta armada; (VIII)- que os países nos quais esta tarefa não tiver sido proposta de modo imediato devem considerá-la de todas as formas como uma perspectiva inevitável no desenvolvimento da luta revolucionária em seu país; (X)- que a guerrilha, como embrião dos exércitos de libertação, constitui o método mais eficaz para iniciar e desenvolver a luta revolucionária na maioria dos países da América Latina; (XIV)- que a revolução cubana, como símbolo do triunfo revolucionário, constitui a vanguarda do movimento anti-imperialista latino-americano. Os povos que realizar a luta armada, à medida que avançam por este caminho, situam-se também na vanguarda.⁶¹⁴

No aspecto mais amplo, conforme ressaltou Jean Rodrigues Sales, o encontro de Havana pode ser visto como uma tentativa por parte dos cubanos de tornarem-se um centro revolucionário no continente. “Entre outras formulações, a OLAS criticou a política defendida pelos partidos comunistas e indicou a luta guerrilheira como estratégia adequada para a maior parte dos países latino-americanos, proclamando que o dever de todo revolucionário era ‘fazer a revolução’”.⁶¹⁵

De acordo com Marques, o PCB, juntamente com o Partido Comunista Argentino (PCA) e o Partido Comunista Venezuelano (PCV) se negaram a participar do encontro. Entre outros desencontros entre a OLAS e esses partidos, estava a crítica sobre as formas de luta revolucionária. Como vimos, os participantes do congresso em Cuba estavam decididos que o único caminho possível era a guerrilha, as ações armadas. Para os partidários comunistas, existiriam outras rotas:

O PCB, pelo menos desde o mês de julho de 1967, se queixava de que a OLAS, em seus comunicados e declarações, se manifestava sistematicamente como se a luta armada fosse a única forma de luta revolucionária, o que estaria em desacordo com as recomendações da Tricontinental, que se referia a ‘todas as formas de luta, conforme as condições concretas de cada país’. Além disso, o Comitê dirigente da organização estaria tentando ditar diretivas para o movimento revolucionário nos

⁶¹³ AN, COREG, IE 02.07, p.02-03.

⁶¹⁴ MARQUES, Artemio S. op. cit., p.124.

⁶¹⁵ SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007, p.60-61. Cf. ALMEIDA, Anderson. op. cit., p.110-111.

diversos países da América Latina, desrespeitando os respectivos partidos marxistas-leninistas, o que dificultaria a participação do PCB (...).⁶¹⁶

Essa divergência entre o PCB e a linha cubana vai marcar o rompimento de Carlos Marighella com o “partidão”. Ao participar do congresso como convidado, o ex-deputado baiano demonstrou que concordava com a luta armada. Marighella queria sair do que chamava de “imobilismo burocrático” e desejava um combate mais quente contra a ditadura.⁶¹⁷ Queria *incendiar* o mundo.⁶¹⁸ Marighella, segundo Mário Magalhães, foi quem redigiu o discurso da delegação brasileira, mas se recusou a pronunciá-lo, por não ser seu membro oficial. Anselmo foi o orador escolhido para dar vida às palavras rebeldes. Ao romper com o partido, o agora guerrilheiro enviou, nos meses seguintes, cartas a Fidel, aos membros do partidão e ao almirante Aragão.⁶¹⁹

4.4 - Letras Revolucionárias⁶²⁰

Havana, 28 de setembro de 1967

Ao Almirante Cândido Aragão

Prezado Patrício

Depois de nossas conversações e após o exame que fizemos dos problemas políticos do nosso país, estou remetendo esta carta para dizer-lhe que concordo com a sua posição em termo de unidade das forças populares e revolucionárias brasileira (sic). Suas posições sobre a recente Conferência da Olas, sobre a frente popular revolucionária, sobre a luta armada e outras questões contam com o meu apoio.⁶²¹

Escrevendo de Cuba em setembro de 1967, Marighella cita conversações anteriores entre os dois, nas quais discutiram necessariamente a conjuntura política brasileira e a busca de soluções para a derrubada da ditadura instalada em abril de 1964. Nesse sentido, embora não tenha aparecido na cobertura feita pela imprensa brasileira, Aragão esteve em Havana no período de realização da OLAS. Na continuação da missiva, mais revelações:

Penso que os revolucionários brasileiros têm o dever de procurar unificar suas forças. Sem tal unidade, nosso povo não pode libertar-se do domínio do imperialismo norte-americano e da opressão dos gorilas que assaltaram o poder com o golpe de abril.

⁶¹⁶ MARQUES, Artemio, op. cit., p.125.

⁶¹⁷ GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 94-97.

⁶¹⁸ MAGALHÃES, Mário, op. cit.

⁶¹⁹ Ibidem, p.349-350.

⁶²⁰ As análises aqui presentes sobre a carta são frutos do trabalho de curso ministrado pela professora Angela de Castro Gomes no primeiro semestre de 2010 no CPDoc da Fundação Getúlio Vargas. Uma versão do trabalho foi publicada na Revista *Dia-logos*, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2011. Cf. ALMEIDA, Anderson. “Letras revolucionárias: a carta de Marighella ao almirante Aragão”. In: *Dia-logos*, nº5. Rio de Janeiro: Uerj, outubro, 2011, p.23-32.

⁶²¹ APESP - Fundo Ordem Social, documento 30-Z-160-12.269.

O empenho na luta pela unidade das forças revolucionárias brasileiras merece o aplauso e a colaboração de todos os que não se conformam com o atual estado de coisas em nossa Pátria.

Secundando sua opinião, participo também da ideia de que concentrar os esforços em termo da luta de guerrilhas como genuína expressão da luta armada popular, é a melhor forma de pugnar pela unidade das forças revolucionárias brasileiras.⁶²²

Escrevendo a um militar de alta patente e tendo em seu remetente um dos mais expressivos militares que foi preso e processado por ter sido fiel ao presidente João Goulart, Marighella teve a preocupação e o cuidado de fazer referência ao *imperialismo norte-americano*, de matizar a expressão *forças revolucionárias brasileiras* - com destaque ao adjetivo pátrio – ratificando ainda a questão nativa com a expressão *nossa Pátria*. Para um experiente militante comunista, fazer uso de um vocabulário próprio ao seio militar foi também uma estratégia, uma escolha, uma tentativa de se aproximar ao máximo do mundo e da cultura política de um oficial conhecidamente nacionalista e anti-imperialista, como era o caso de Aragão. Nesse trecho, interessante também é a expressão *nosso povo*, tendo em vista que o destinatário da carta era conhecido no seio das esquerdas no início da década de 1960 como o “almirante do povo”.

Outro trecho da carta-documento expõe um Marighella teórico da revolução, mas acima de tudo pragmático. A ação salta em seu texto e é possível visualizarmos, sentirmos e compreendermos melhor porque sua organização seria batizada de *Ação Libertadora Nacional*:

O que nós – os revolucionários brasileiros – precisamos, é fazer unir nossas forças, partindo da luta de guerrilha e a criação de um núcleo armado com base na aliança operário-camponesa, a qual devem se juntar o combativo movimento estudantil, a intelectualidade, a juventude, a mulher brasileira, os funcionários públicos, e os militares revolucionários de dentro e fora das forças armadas. (...) É chegado o momento de fazer a coleta de fundos, comprar e capturar armas e munições, fabricá-las clandestinamente e, selecionar e adestrar combatentes, preparar médicos, enfermeiras, recolher remédios, roupas, calçados e alimentos, estabelecer o apoio logístico a guerrilha (sic).⁶²³

Esta passagem ilustra bem e corrobora algumas análises que apontam a participação de Marighella na OLAS como o momento crucial de sua “conversão” à luta de guerrilhas. Segundo Denise Rollemberg, há ainda certa polêmica em relação à sua adesão ou não à teoria do foco guerrilheiro naquele momento.⁶²⁴ Porém, a autora interpreta a concepção do líder da

⁶²² Idem.

⁶²³ Idem.

⁶²⁴ ROLLEMBERG, Denise. op. cit., 2007, p. 04. De acordo com a teoria do *foco guerrilheiro*, este deveria ser desencadeado a partir de uma região estrategicamente favorável ao desencadeamento da luta armada, onde um

ALN, em sua visão da luta revolucionária, como sendo de “uma maneira bem mais ampla e complexa do que o foquismo propunha, supostamente legitimado na Revolução Cubana”.⁶²⁵

A meu ver, ao fazer menção na carta à *aliança operário-camponesa*, ao *movimento estudantil*, à *intelectualidade*, à *juventude*, à *mulher brasileira*, aos *funcionários públicos* e aos *militares revolucionários*, Marighella expressa sim uma forma mais sofisticada e mais abrangente que o tipo de luta proposta pelo *foquismo*. Sem dúvida, esta correspondência contribui de sobremaneira no que diz respeito à interpretação do que seria [foi] o pensamento embrionário dos militantes de uma das mais importantes organizações armadas que atuou no período da ditadura civil-militar. Fica ainda a impressão, neste trecho da missiva, que o almirante Aragão poderia ser um valoroso colaborador em relação à logística da nascente organização, afinal, eles precisariam de armas, munições, remédios etc. Naquele contexto, o seu interlocutor não seria um dos mais indicados para intermediar também adestramento de combatentes? Quem sabe até seus antigos homens, os fuzileiros navais – muitos deles expulsos da Marinha após o golpe - não poderiam somar forças e agregar conhecimento militar sobre armamentos, táticas e treinamentos específicos para a nova organização guerrilheira? Ou seja, há demandas nas letras, nas palavras.⁶²⁶

Na epístola também há, *um tempo*. Apressado, imediato, inadiável, corrido, que fica bem explícito na passagem: “É chegado o momento (!)”. É um tempo individual, próprio do remetente, do “eu”, de si, mas necessariamente provocado e inspirado nos problemas da sociedade, da coletividade: “o dilema é realmente submissão ou rebelião, pacifismo ou luta armada, organizar o povo para a violência, legítima e necessária, ou ficar no conformismo, a reboque da burguesia”, prossegue Marighella, para em seguida, se declarar, mostrar um “eu” decidido, assumindo sua posição: “Diante deste dilema já temos uma posição definida. Somos pela luta armada e pela unidade das forças revolucionárias, e por isso mesmo estamos juntos”.⁶²⁷ Este trecho deixa claro que o autor compromete-se, assina um contrato, dá sua palavra [escrita] de honra sob condições estabelecidas entre as partes em contatos anteriores. Daí a sua característica principal ser um documento-testemunho, que fica ainda mais explícita pelo fato de estar arquivada como pertencente ao acervo da antiga Delegacia (Departamento)

pequeno grupo de guerrilheiros realizaria as primeiras ações armadas do processo revolucionário. A partir das ações do contingente e do apoio das massas camponesas entre as quais se realizaria a propaganda armada, seriam criadas as condições necessárias para a transformação da região numa zona de guerrilhas, permitindo o surgimento de novas zonas de guerrilhas e ampliando sua zona de ação, dando-se assim os primeiros passos para a construção do Exército Popular Revolucionário (...). Dois livros teriam influenciado a esquerda brasileira a aderir ao foquismo: *A guerra de guerrilhas* de Che Guevara (1961) e *Revolução na revolução* (1967), do francês Régis Debray. Cf. SALES, Jean Rodrigues. op. cit., 2007, p.69; 91-92.

⁶²⁵ ROLLEMBERG, Denise, op. cit.

⁶²⁶ ALMEIDA, Anderson, 2011, op. cit.

⁶²⁷ Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Ordem Social, documento 30-Z-160-12.269.

de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS-SP), provavelmente encontrada com algum militante preso.

O futuro mostraria que as letras revolucionárias escritas por Carlos Marighella em setembro de 1967 eram mesmo para valer. Em dezembro daquele ano, sua organização guerrilheira deu início às ações, interceptando um carro que transportava dinheiro em São Paulo. Nos anos seguintes, ações contra instituições financeiras foram a principal marca da ALN, sendo uma das mais impressionantes, a efetuada contra o trem pagador em agosto de 1968.⁶²⁸ A morte física de *Meneses* – codinome utilizado na guerrilha – aconteceria em novembro de 1969 depois de ter sido emboscado pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, em São Paulo.⁶²⁹

4.5 - Vivendo os socialismos

No mês seguinte à escrita da carta, em outubro de 1967, o CIEX já repassava para os demais órgãos do sistema de informações da ditadura, um encontro ocorrido em Praga entre os brasileiros que participaram da OLAS. Para os agentes, não restava dúvidas que Aragão esteve em Havana e seu regresso ao Uruguai não era mais aceito pelas autoridades daquele país. As razões são expostas no texto a seguir:

1. Em fins de SET/67 Max da Costa Santos, José Anselmo dos Santos, Carlos Marighella e Cândido da Costa Aragão se encontravam em Praga, procedentes de Havana (...).
2. Segundo foi possível apurar, os marginados pretendiam tomar os seguintes destinos: Max da Costa Santos regressaria a Paris; Carlos Marighella retornaria ao Brasil, via Uruguai, clandestinamente; Aragão retornaria ao Uruguai; José Anselmo dos Santos – ignorado.
3. Com respeito a Aragão cumpre observar que o Título de Identidade e Viagem, fornecido pelas autoridades uruguaias, com que viajou a Montevideu para a Europa (e, posteriormente, para Havana), não autoriza seu regresso ao Uruguai. Por outro lado, tendo deixado aquele país, perdeu ele, por força da legislação uruguia, sua qualidade de asilado político (...).⁶³⁰

Para os agentes do Itamaraty, Aragão procuraria uma forma de regressar sem chamar a atenção das autoridades uruguaias e, com seu ingresso, criar um fato consumado. Ele teria cobertura de asilados brasileiros em Montevideu orientados por membros da Embaixada da Tchecoslováquia naquela capital.

⁶²⁸ GORENDER, Jacob. op. cit., p. 98.

⁶²⁹ Ibidem, p. 175.

⁶³⁰ AN, COREG, BR BSB IE 002.010, p.09.

No final do mês de outubro, sem saber ao certo o paradeiro do almirante brasileiro, o presidente do Uruguai Oscar Gestido, assinou decreto no qual declarou cancelado o asilo político de Aragão. Na nota do CIEEX, a informação de que “o referido decreto vem formalizar a extinção automática da condição de asilado político de que gozava Aragão, nos termos da legislação uruguaia, por haver ele deixado o território uruguaio”.⁶³¹

Os exilados brasileiros no Uruguai não eram o principal problema do presidente. Complicações em sua saúde aliadas a questões de administração abreviaram sua passagem no executivo daquele país. Apenas dois meses após assinar o decreto, o general deixou vaga sua cadeira. Gestido governou menos de um ano e não conseguiu conter a crise por qual passava o país, falecendo de infarto em 6 de dezembro de 1967. Sua rápida gestão foi marcada pelo pedido de demissão de cinco ministros, descontentes com os rumos da política econômica adotada. Essa instabilidade política teria gerado uma imensa fuga de capitais, agravando a crise econômica.⁶³²

A morte de Gestido levou à presidência Jorge Pacheco Areco. Embora representasse um partido de esquerda, seu governo foi marcado por um recrudescimento da política, tornando-se cada vez mais autoritária, revelada na ofensiva contra grupos políticos de esquerda, na censura e no fechamento de órgãos da imprensa opositora. Pode-se caracterizar este momento histórico como um período de ‘radicalização de posições’. Por um lado, o governo propôs e realizou medidas destinadas a aumentar a restrição do exercício das liberdades individuais. Em paralelo e em estreita interação, grupos cada vez mais radicalizados das esquerdas, como o Movimento de Libertação Nacional, que havia surgido em 1962, proclamou a luta armada como a única solução.⁶³³

No emblemático ano de 1968, curiosamente, os agentes do CIEEX no Uruguai, responsáveis pela vigilância de Aragão, ficaram sem muitas informações. Apenas algumas notas esparsas sobre a movimentação dos membros da RAN e relatos de que Aragão estaria em Cuba.⁶³⁴ Certamente, para Aragão, naquele momento o Uruguai não era o melhor porto.

⁶³¹ Ibidem, p. 73.

⁶³² Cf. “Oscar Gestido”. Disponível em: <http://www.biografiasyvidas.com/biografia/g/gestido.htm>. Acesso em 19 nov. 2013.

⁶³³ Tradução livre de: “La muerte de Gestido llevó a la Presidencia de la República a Jorge Pacheco y a un recrudescimiento de una política crecientemente autoritaria, que se manifestó en el ataque a grupos políticos de izquierda, censura y cierre de la prensa opositora y la implantación nuevamente de medidas prontas de seguridad. Se podría caracterizar este momento histórico como un período de “radicalización de posiciones”. Por un lado, desde el gobierno en especial desde el Poder Ejecutivo se proponían y llevaban a cabo medidas tendientes a la restricción creciente del ejercicio de las libertades individuales. Paralelamente, y en una estrecha interrelación, grupos cada vez más radicalizados de izquierda como el Movimiento de Liberación Nacional, surgido en 1962, proclamaban la lucha armada como única solución. Disponível em: <http://www.uruguayeduca.edu.uy/Userfiles/P0001/File/Uruguay%20entre%201958-1968.pdf>. Acesso em 15 nov. 2013.

⁶³⁴ AN, COREG, BR AN BSB IE 003.003.

Ao assumir a presidência, Jorge Pacheco Areco aumentou a vigilância e a repressão aos grupos das esquerdas mais radicais, principalmente os guerrilheiros Tupamaros, e seu governo é lembrado como um regime civil autoritário, por ter contribuído para a crescente intervenção militar na cena política uruguaia.⁶³⁵

Em sua análise sobre o que chamou de *Pachecato*, Enrique Serra Padrós ressaltou que “(...) Poucos dias após assumir, em nome da estabilidade política e do combate à ‘subversão’, Pacheco dissolveu diversos partidos, movimentos sociais e jornais identificados com o pensamento político de esquerda”.⁶³⁶ Na contextualização dessas ações, Padrós destacou que 1968 foi o ano no qual “a guerrilha urbana se tornou uma presença constante no processo político do país (...)” e ainda, “os tupamaros se transformaram no paradigma da guerrilha urbana latino-americana e tiveram enorme sucesso contra as forças policiais”.⁶³⁷

Embora o objetivo principal fosse desenvolver ações de guerrilha no Brasil, a carta de Marighella a Aragão ainda ecoou no Uruguai que estava agitado pelas ações dos Tupamaros. Em março de 1968, circulou uma nota entre os órgãos da repressão brasileira, disseminando a informação que o asilado brasileiro em Montevideu Francisco Lages dos Santos teria em seu poder “uma carta impressa em Havana, escrita por Carlos Marighella, apoiando a liderança do ex-almirante Cândido da Costa Aragão e os diversos grupos de asilados brasileiros no Uruguai”.⁶³⁸ O objetivo do portador da missiva ao divulgar a carta seria fazer “propaganda positiva pró-Aragão e o grupo da ‘Resistência Armada Revolucionária’”.⁶³⁹

Dias depois, a confirmação que Aragão estaria mesmo em Cuba e que o grupo da RAN sediado em Montevideu, sob a liderança de Emanuel Nicoll, iria divulgar um manifesto em apoio a Aragão, “a fim de dar cobertura à RAN e dificultar possíveis diligências das autoridades policiais uruguaias”.⁶⁴⁰ O documento tem data de 18 de março de 1968, após esse momento, a base do CIEX na representação diplomática brasileira no Uruguai, só divulgaria novos informes sobre Aragão no ano seguinte.

O período de Aragão na ilha pode ser analisado a partir de um relatório divulgado pelo Cenimar dois anos depois.⁶⁴¹ O que fica evidente é que os problemas entre os cubanos e Brizola em relação ao financiamento do MNR e o fracasso da Guerrilha de Caparaó,

⁶³⁵ BRITO, Alexandra B. op. cit., p.116.

⁶³⁶ PADRÓS, Enrique S. “Uruguai: o Pachecalato e a escalada autoritária no final dos anos 60. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, 2011, p.02. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300628025_ARQUIVO_TEXTOENRIQUESERRAPADRO_S.pdf. Acesso em 13 dez. 2013.op. cit., p.02.

⁶³⁷ Ibidem, p.05.

⁶³⁸ AN, COREG, BR AN BSB IE 003.003, p.03.

⁶³⁹ Idem.

⁶⁴⁰ Ibidem, p.51.

⁶⁴¹ AN, COREG, A0190410.

principalmente sobre o suposto sumiço de dinheiro enviado por Cuba, influenciaram para que a relação de Aragão com os cubanos não fosse das mais empolgadas. De acordo com o marinheiro e ex-diretor da AMFNB, Antônio Duarte, que teve contato com Aragão durante o exílio, a presença de Aragão em Cuba tinha como objetivo principal adquirir recursos financeiros “para comprar armas e recrutar soldados para a formação de um verdadeiro exército”.⁶⁴² Na prática, resumiu-se a um pedido do governo local para que Aragão produzisse relatórios sobre o funcionamento das Forças Armadas Brasileiras, principalmente sobre a Marinha.

A frieza dos revolucionários cubanos em relação a Aragão também foi recíproca. O almirante queixava-se da não existência de um plano revolucionário para o Brasil e, segundo o Cenimar, “passou a fazer críticas candentes ao governo local e ao Partido Comunista Cubano”.⁶⁴³ Em Havana, sua rede de sociabilidade era basicamente formada por oficiais e praças excluídos da Marinha após o Golpe, tendo como interlocutores mais assíduos o comandante brasileiro Thales Fleury Godoy – que trabalhou como oficial da marinha mercante cubana - e José Anselmo, o “cabo”, com quem teve problemas de relacionamento.⁶⁴⁴

Ao visitar a embaixada chinesa em Havana, recebeu convite para conhecer o país, mencionado pela Cenimar como Chinacom (China Comunista), porém, o governo cubano não concordou com a viagem, contribuindo para que a permanência de Aragão na Ilha se prolongasse por quase um ano.⁶⁴⁵ O ostracismo chegou ao fim no segundo semestre de 1968 e, enfim, Aragão foi conhecer a terra de Mao Zedong.

4.6 - Almirante na terra do *timoneiro*

No segundo semestre de 1968, a polêmica Revolução Cultural (RC) chinesa dava seus últimos suspiros depois de dois anos de intensa agitação urbana. Nascida com o objetivo reformular o ensino, as artes e a formação dos intelectuais chineses, a RC baseava-se, sobretudo, na premissa de que, até que o Partido Comunista Chinês (PCCh) “não possuísse o seu próprio exército de intelectuais provenientes dos trabalhadores urbanos e do campesinato, via-se obrigado a usar os talentos dos acadêmicos formados nas velhas escolas do regime anterior”⁶⁴⁶, afirmou Moisés Fernandes. O regime anterior citado, apresentava uma China

⁶⁴² DUARTE, Antonio, op. cit., 2012, p.225.

⁶⁴³ AN, COREG, A0190410, p.02.

⁶⁴⁴ DUARTE, Antonio. op. cit., 2012, p.225.

⁶⁴⁵ AN, COREG, A0190410, p.02.

⁶⁴⁶ FERNANDES, Moisés S. “O maoísmo: leninismo confuciano chinês”. In: ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro A. *As ditaduras contemporâneas*. Lisboa: Edições Colibri, 2003, p.101.

desmembrada e dirigida pelo que Fernandes chamou de “caudilhos regionais” que ganharam força a partir de 1916, com a morte do general Yuan Shikai, um dos responsáveis pela implantação do regime republicano na China, após a queda da Dinastia *Qing*, em 1911. Ainda segundo Fernandes, “muitos desses caudilhos eram ditadores atroztes que precipitaram numerosas guerras para aumentarem o seu poder e para protegerem os seus domínios territoriais”.⁶⁴⁷

Essa configuração começaria a se transformar a partir de 1935, com a ascensão de Mao Zedong (ou Mao Tsé-Tung) à direção do PCCh, convicto de que o campesinato, e não o proletariado urbano, deveria ser a classe protagonista da revolução chinesa. Ao reformular as diretrizes vindas do Partido Comunista da União Soviética, Mao ainda incorporou ao pensamento marxista aquela que ficou conhecida como teoria da “Nova Democracia”, explicada através da inclusão de outras classes como agentes da revolução social. Além do proletariado e do campesinato, ganhou espaço o que ele chamou de pequena burguesia e a burguesia patriótica. A dimensão *radical* e *violenta* da imaginada revolução não foi esquecida:

(...) não é o convite para um jantar, a composição duma obra literária, a pintura dum quadro ou a confecção dum bordado; ela não pode ser assim tão refinada, calma e delicada, tão branda, tão afável e cortês, comedida e generosa. Uma revolução é uma insurreição, é um ato de violência pelo qual uma classe derruba outra.⁶⁴⁸

A Revolução veio em 1949, com Mao Zedong como figura mais notória. O país seria rebatizado com a sonora consigna de República Popular da China (RPC). Durante cerca de dez anos a Revolução Chinesa transformou o cenário político, como também as relações econômicas e sociais, tendo seus maiores feitos acontecido nas áreas rurais, a exemplo da forte e sintomática Reforma Agrária. Segundo Daniel Aarão Reis Filho, “as expropriações eram realizadas no quadro de um debate político, onde cada camponês fazia o seu ‘relato de amarguras’ contando sua vida, condições de trabalho (...). O processo, assim, adquiria um profundo significado social e político”.⁶⁴⁹

⁶⁴⁷ Ibidem, p.93.

⁶⁴⁸ Ibidem, p.95.

⁶⁴⁹ REIS FILHO, Daniel A. *A construção do Socialismo na China*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.15. O autor ainda destaca a importância de mais duas leis. A Lei do Casamento, que proibiu o casamento obrigatório, tramado pelos pais e imposto aos mais jovens, e a Lei da Organização Sindical Urbana, que garantiu a criação de sindicatos, estabeleceu o seguro-desemprego e a participação dos operários na gestão das empresas estatais e privadas. Mas, por outro lado, essa mesma lei manteve o direito de despedir os trabalhadores e os horários de trabalho permaneceram os mesmos, sem direito a férias. Ibid, p.16.

Entretanto, no final dos anos 1950, os recursos para a execução dos planos de industrialização mostram-se insuficientes e o novo regime passa a agir com enorme violência contra seus opositores, notadamente os intelectuais contrários a Mao Zedong. Com o objetivo de demonstrar publicamente que não dependia “da cooperação dos intelectuais e dos profissionais, Mao precipitou o ‘Grande Salto em Frente’, entre 1958 e 1963 que resultou num fiasco total”, segundo Fernandes. Acrescentando ainda que “(...) A grande fome que se gerou durante esta campanha resultou na morte de 30 milhões de chineses e desacreditou seriamente a política megalômana de Mao Zedong”.⁶⁵⁰

Nas palavras de Alberto Moravia, o Grande Salto foi a tentativa de transformar o que ele chamou de “atrasados camponeses” em “operários agrícolas moderníssimos de tipo russo ou mesmo americanos”⁶⁵¹ e de fazer das fazendas agrícolas centros de produção de aço. Entretanto, apesar do entusiasmo, a falta de experiência dos camponeses no campo industrial provocou a queda sintomática da produção de aço e a desorganização da produção agrícola, onde também houve perdas significativas.⁶⁵²

Nas explicações do próprio Mao Zedong, o programa fracassou em virtude da “inexperiência dos quadros [partidários], idealismo de muitos na execução da política, ‘esquerdismo’ e supervalorização da vontade em outros”.⁶⁵³

Desprestigiado dentro do PCCh com o fracasso da política do “Grande Salto”, Mao foi substituído no cargo de chefe de estado pelo seu sucessor na hierarquia partidária, o moderado Liu Shaoqi. Entretanto, continuou exercendo forte influência como o comandante de todo o processo revolucionário.

Em meados dos anos 1960 há um acirramento entre as posições antagônicas dos moderados e radicais, dentro do próprio partido. No primeiro grupo, Liu Shaoqi e Deng Xiaoping aparecem com mais destaque. Já entre os chamados radicais, Mao está mais uma vez como protagonista ao lado de Lin Biao, no movimento que ficou conhecido como Revolução Cultural. Inicialmente concebida como um desdobramento do Movimento de Educação Socialista no plano das artes e da literatura, “foi ampliada para a discussão ao conjunto da sociedade, incluindo-se debates sobre a cultura em geral, o sistema de ensino e o

⁶⁵⁰ FERNANDES, Moisés, op. cit., p.100.

⁶⁵¹ MORAVIA, Alberto. *A Revolução Cultural Chinesa*. Braga: Publicações Europa-América, 1970, p.62. Apesar de ser uma obra da década de 1970 e a de Daniel Aarão Reis dos anos 1980, decidi utilizá-los como referências, ao lado de Moisés Fernandes, em um texto publicado em 2003, pela linguagem didática e pela fluida escrita dos referidos autores. Para um maior aprofundamento sobre a Revolução Chinesa, ver também as ótimas análises de SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China Moderna – quatro séculos de história*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996; POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.

⁶⁵² Idem.

⁶⁵³ Ibidem, p.34.

combate aos ‘Quatro Velhos’ (velhos hábitos, velha cultura, velhas ideias e velhos costumes).⁶⁵⁴

O movimento social é apoiado e confirmado por uma carta de Mao Tse-tung a Lin Biao, de 7 de maio de 1966, onde se formula a crítica ao sistema de ensino vigente, destacando-se a necessidade da combinação do trabalho manual e intelectual. A data ficaria conhecida por dar origem, mais tarde, ao nome das escolas de reeducação dos quadros do PCC[h], denominadas Escolas 7 de Maio. (...) As manifestações de estudantes e jovens estendem-se a todo o país no segundo semestre de 1966. Oito comícios-monstros se realizarão em Pekin nos três meses seguintes, reunido onze milhões de Guardas Vermelhos.⁶⁵⁵

Na análise de Fernandes, a RC foi desencadeada também sob “o pretexto de extirpar os ‘cancros morais’ implantados nas estruturas do partido e do Estado, isto é, o clientelismo e o economicismo”.⁶⁵⁶ Sobre as premissas teóricas, o documento determinante foi a Resolução do Comitê Central do PCCh, de 8 de agosto de 1966 que ficou conhecido como “16 pontos”.⁶⁵⁷

Este documento traçou as grandes orientações da ‘revolução cultural’. Exortou o partido, as forças armadas e o povo chinês a envolverem-se na luta contra os representantes da ‘burguesia’ que se encontravam no interior dos aparelhos do partido e do Estado para defenderem o socialismo. (...) Embora explícito no espírito, os objetivos e os meios da ‘revolução cultural’ não estavam bem definidos e tornaram-se ainda mais ambíguos consoante evoluiu a conjuntura e os maoístas perderam o controle da situação.⁶⁵⁸

O ano de 1967 foi extremamente agitado, o movimento operário se radicaliza e conquista perigosa autonomia, agindo, em muitos momentos, ao largo das orientações do PCCh. O mesmo acontece com os Guardas Vermelhos e jovens estudantes.⁶⁵⁹ O ano seguinte, segundo análise de Reis Filho, “seria marcado pelo controle de direção, pela estabilização do processo de lutas sociais, pela retomada da produção e pelos últimos espasmos de um Movimento que não conseguira encontrar seus rumos”.⁶⁶⁰

Os ecos da RC ainda eram ouvidos quando Aragão chegou ao território chinês. Se tivermos como base os documentos do Cenimar, Aragão passou quatro meses de atividades intensas.

⁶⁵⁴ Ibidem, p.50-51.

⁶⁵⁵ Ibidem, p.55.

⁶⁵⁶ FERNANDES, Moisés, op. cit., p.100.

⁶⁵⁷ Ibidem, p.102; REIS, Daniel Aarão, op. cit., 1981, p.53.

⁶⁵⁸ FERNANDES, Moisés, op. cit., p.102.

⁶⁵⁹ Ver REIS, Daniel Aarão, op. cit., p.56-70.

⁶⁶⁰ Ibidem, p.64.

Na Chinacom, Cândido Aragão foi recebido pelo Presidente da Associação de Amizade China-América Latina (...). Cândido Aragão recebeu tarefas de preparar organogramas sobre funcionamento das Forças Armadas brasileiras, seguido de um trabalho explicativo sobre o funcionamento, efetivos, classes sociais que as compõem, etc...⁶⁶¹

Ao contrário do período que passou em Cuba, a passagem de Aragão pela China não ficou apenas nisso. Constam nos documentos que realizou Conferência sobre as Forças Armadas brasileiras em uma Academia Militar de Pequim, seguida de debate. Também foi relatado que o almirante “percorreu grande parte da China, fazendo ainda um curso de guerra revolucionária e um estágio nas chamadas bases de apoio”.⁶⁶²

Pela análise desse documento fica a impressão que Aragão foi prestigiado na China comunista. Entretanto, é necessário sublinharmos, mais uma vez, que essas fontes não podem ser interpretadas como a representação da “verdade”. Ainda assim, o próprio Aragão, como bom falante que era, relatava suas viagens e mostrava fotografias a interlocutores mais próximos e, possivelmente, as conversas chegavam até os agentes da repressão no Brasil.⁶⁶³

É possível que os chineses levaram em conta seu histórico de vida e suas inclinações à esquerda de características anti-EUA, como também sua intensão de retornar ao Brasil e derrubar a ditadura através das armas. De Pequim, foi convidado pela embaixada do Vietnã do Norte para conhecer Hanói e ir presencialmente ao teatro de guerra. Ainda de acordo com o relatório da inteligência naval, percorreu durante um mês e meio o país, visitando as frentes de batalha e realizou um curso denominado de *guerra popular*.⁶⁶⁴

A visita de Aragão ao Vietnã do Norte acontece em um período marcado por um prolongado conflito armado contra as forças do Vietnã do Sul. O norte tinha como maior aliado a China, e o sul, os EUA. Iniciada efetivamente em 1955, a chamada Guerra do Vietnã explicita, mais uma vez, a existência de duas visões fortemente antagônicas de mundo.

A presença dos norte-americanos na guerra deixa claro sua intensão de tentar conter o avanço do comunismo no Sudoeste da Ásia, onde os guerrilheiros, chamados pejorativamente de *Viet Cong*s pelos norte-americanos,⁶⁶⁵ tentavam conquistar territórios após o cancelamento das eleições seguido de repressão violenta empreendida pelo líder anticomunista Ngo Dinh Dien.⁶⁶⁶

⁶⁶¹ AN, COREG A0190410, p.03

⁶⁶² Idem.

⁶⁶³ No capítulo VI, *A última retinida*, apresento as fontes dessa afirmação, entre elas a entrevista de Aragão ao jornalista Hélio Goldstejn para o Jornal *Versus*, nº 31, abr. 1979, na qual o almirante apresentou-lhe seu álbum do fotografias onde consta suas viagens dos tempos de exílio.

⁶⁶⁴ Idem.

⁶⁶⁵ Observação de Daniel Aarão Reis por ocasião da defesa desta tese, em 09 de abril de 2014.

⁶⁶⁶ Cf. <http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,guerra-do-vietna,879,0.htm>. Acesso em 05 dez. 2013.

Em 1964, os norte-americanos entram efetivamente na guerra, utilizando armas químicas como napalm e o agente laranja.⁶⁶⁷ Em 1968, ano da visita de Aragão às várias frentes da guerra, foi realizada a maior operação dos “Viet Congs” contra os Vietnamitas que ficou conhecida como a Ofensiva Tet. Embora não tenha obtido êxito inicial com a ofensiva, os guerrilheiros conseguiram levar a opinião pública norte-americana e a de vários países do mundo a se colocarem abertamente contra aquela guerra.

Cada vez mais desgastado internamente e sofrendo pressões de artistas, militantes pacifistas e familiares dos militares, o presidente Nixon – sem nenhuma perspectiva de vitória –, ordenou a retirada dos soldados em 1973. Dois anos depois, “Saigon [atual Ho Chi Minh] foi tomada pelos Viet Congs e os funcionários da embaixada norte-americana tiveram que fugir”.⁶⁶⁸

Após esses meses “navegando” pelo continente asiático e vivenciando conflitos culturais e conflitos armados em 1968, Aragão continuou sua viagem. Antes de retornar clandestinamente para o Uruguai, passou pela Argélia e ficou hospedado na residência do exilado brasileiro Miguel Arraes. Lá esteve por cerca de sete meses aguardando resolver problemas na documentação. Os agentes do Cenimar relataram que Aragão havia saído de Montevideú “com um título de viagem expedido pelo Ministério do Interior Uruguaio, válido por dois anos, sem direito a retorno”.⁶⁶⁹

Mesmo sabendo que voltaria na ilegalidade, o Uruguai seria seu destino. Era um território estratégico para por em prática seus planos.

4.7 - Sr. Federico! Regresso e adiós Uruguay

Com o passaporte espanhol em nome de Julio Dorado, conseguido por Miguel Arraes, ele voou de volta ao Uruguai. Antes de desembarcar em Montevideú, teria passado pela Suíça e Chile, onde ficou sob a proteção de Almino Afonso.⁶⁷⁰ Atendendo solicitação de Arraes, uma de suas missões no Uruguai era ser o elo entre Brizola e Goulart para a criação de uma possível frente popular revolucionária. Entretanto, conforme já exposto, sua ligação com

⁶⁶⁷ O Napalm é um agente carbonizante produzido a partir da mistura de gasolina com uma resina de palmeira. Em combustão, pode chegar a temperaturas acima de 1.000 °C. O agente laranja foi produzido para derrubar as folhas das árvores, impedindo que os soldados inimigos se escondessem nas matas. “Os herbicidas utilizados nessas ofensivas foram fornecidos ao exército norte-americano basicamente por algumas grandes empresas: em primeiro lugar, a Dow Chemical - uma das mais poderosas empresas norte-americanas nesse setor -, seguida, entre outras, pela Thompson, Diamond, Monsanto, Hercules e Uniroyal”. Cf: <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=530>. Acesso em 05 dez. 2013.

⁶⁶⁸ Cf. <http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,guerra-do-vietna,879,0.htm>. Acesso em 05 dez. 2013.

⁶⁶⁹ AN, COREG, A0190410, p.03.

⁶⁷⁰ Idem.

Brizola era inexistente, como também deste com Jango. Na visão dos agentes do Cenimar, esse entendimento era “coisa difícil de conseguir”, pois, Leonel Brizola “nem queria ouvir o nome de Cândido da Costa Aragão, pois o considera um canalha por tê-lo denunciado em Cuba e em todo lugar por onde andou, como ladrão de dinheiro de países socialistas”.⁶⁷¹

As análises da situação inusitada – a volta proibida de um exilado para um país que não era o seu – indicam que Jango também não via com bons olhos o retorno de Aragão. Mas ele voltou. E já monitorado: “Após uma ausência de um ano e meio retornou ao Uruguai, em fevereiro de 1969, o ex-Almirante (FN) Cândido da Costa Aragão, procedente da Argélia, via Chile e Argentina”.⁶⁷² Os informes dão conta que “as áreas” sob o controle de Jango e Brizola mantiveram-se indiferentes, chegando a existir hostilidades. A presença de Aragão era um problema para a comunidade dos exilados brasileiros no Uruguai porque geraria desconfortos com as autoridades daquele país. Aragão ainda tentou cumprir a missão solicitada por Arrares, tendo como intermediário o primeiro secretário do Partido Comunista Uruguaio Rodney Arismendi, mas não obteve êxito.⁶⁷³

Também entre os comunistas uruguaio, segundo os agentes, ele passou a ser um “problema”. Em boletim secreto, datado de 24 de março, o CIEX relatou que:

1. O PC Uruguaio estaria insatisfeito com a presença de Cândido da Costa Aragão em Montevidéu, já que este se deixou ver por toda a ‘comunidade brasileira’ naquela cidade, onde sua presença não seria mais segredo.
2. O PC Uruguaio teria sugerido a Aragão viajar para o Chile, onde o marginado regularizaria sua situação e pediria asilo. Para tanto, o PCU estaria disposto a fornecer recursos e escolta até o Chile.
3. A atitude do PCU seria interpretada por Aragão como resultante das necessidades de política do PCU, comprometido com uma posição conciliadora, com o Governo Pacheco Areco, notadamente após a visita a Moscou do Vice-Presidente da República, senhor Abdala, posição essa que podia ser prejudicada por uma necessidade de envolvimento e proteção ostensiva a Aragão.
4. Aragão estaria agora receoso de viajar ao Peru, como era sua intenção, pois teme que, com sua nova orientação, o PCU venha até a ‘traí-lo’.⁶⁷⁴

Entre abril e junho cresceram as buscas do governo uruguaio no sentido de expulsar Aragão do país. Policiais do Departamento de Imigração visitavam residências de brasileiros exilados e faziam perguntas sobre o paradeiro do “brasileiro careca”.⁶⁷⁵ A CIA aparece com

⁶⁷¹ Idem.

⁶⁷² AN, COREG, A0190410, p.02.

⁶⁷³ AN, COREG, BR AN BSB IE 004.003, p.53.

⁶⁷⁴ AN, COREG, BR AN BSB, IE 04.003, p.62.

⁶⁷⁵ AN, COREG, BR AN BSB, IE 004.004, p.31; BR AN BSB IE 004.006, p. 05.

interesse no paradeiro de Aragão. Em maio, pouco antes da prisão de Aragão, mais revelações de Alberto Conrado usando o codinome Altair.

Altair teria sido informado por Raul Sartório, do SI/ROU, de que a ‘CIA’ estaria procedendo investigações sobre ele, Altair, no Brasil e Uruguai, tratando-se de investigação de rotina (...). Altair, entretanto, suspeita de que a ‘CIA’ já descobriu que é ele, Altair, quem acompanha a CÂNDIDO ARAGÃO e a JEFERSON CARDIM OSÓRIO; como está a CIA extremamente interessada nestes e não possui informações sobre os mesmos, buscaria chegar a eles através de Altair. Este teria indícios de que está sendo vigiado por elementos da ‘CIA’, a diversos lugares, inclusive à casa de ARAGÃO, cujo endereço é de conhecimento da ‘CIA’. Altair supõe que esta [a CIA] espera apenas a confirmação do fato de que ele, Altair, é a única pessoa que visita ARAGÃO e que conhece o endereço deste, a fim de tentar uma abordagem, sob a ameaça de dar conhecimento à polícia do paradeiro de ARAGÃO e comprometer, assim, seriamente a Altair.⁶⁷⁶

As diligências chegaram ao fim ao fim no dia 07 de junho, quando, finalmente, Aragão foi localizado e conduzido para interrogatório.⁶⁷⁷ Conhecido no prédio onde morava apenas pela alcunha de “Sr. Federico”, foi levado para um interrogatório que durou cerca de dez horas. Os agentes uruguaios buscavam informações sobre sua entrada e posterior saída do Uruguai; relações políticas naquele país; relações com Cuba; e meios de subsistência.

Sobre a primeira questão, Aragão tergiversou e disse que o motivo de seu pedido para sair do Uruguai em 1967, foi a necessidade de realizar tratamento de doença dos olhos, em São Paulo, onde teria ficado até novembro de 1968, quando retornou a Montevideú de forma clandestina.⁶⁷⁸ A respeito de suas relações políticas, afirmou que não tinha vinculação com o Comitê de Solidariedade com Revolução Cubana e não se relacionava com muitas pessoas “a fim de não divulgar seu paradeiro”.⁶⁷⁹ Sobre a residência onde morava, citou que foi indicada por Emílio Gavagnin, amigo uruguaio que conheceu quando era presidente da Associação de Exilados Brasileiros no Uruguai. Gavagnin, segundo os documentos pesquisados, era dirigente comunista. Aragão disse ainda que sobrevivia com cerca de US\$ 400,00 (quatrocentos dólares) que recebia como pensão do governo brasileiro,⁶⁸⁰ diga-se, a Marinha.

⁶⁷⁶ AN, COREG, BR AN BSB IE 025.001, p.128.

⁶⁷⁷ AN, COREG, IE 04.06.

⁶⁷⁸ AN, COREG, BR AN BSB IE 004.006, p. 33-35.

⁶⁷⁹ Idem.

⁶⁸⁰ Idem. Pela legislação em vigor na época do golpe de 1964, Aragão tinha direito a deixar pensão para seus herdeiros. Provavelmente, seus filhos o repassavam algum valor. Dilma Aragão é a que mais aparece nos registros, fazendo visitas ao pai. Sobre a legislação específica, Cf. BRASIL. LEI 3.765, DE 04 DE MAIO DE 1960 – Dispões sobre as pensões militares. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L3765.htm>. Consultado em 07 de dez. 2013. “Art. 20. O oficial da ativa, da reserva remunerada ou reformado, contribuinte obrigatório da pensão militar, que perde posto e patente, deixará aos seus herdeiros a pensão militar correspondente. Parágrafo único. Nas mesmas condições, a praça contribuinte da pensão militar com mais de 10 (dez) anos de serviço, expulsa ou não relacionada como reservista por efeito de sentença ou em virtude de ato da autoridade competente, deixará aos seus herdeiros a pensão militar correspondente”.

Em poder de Aragão foi apreendida um pistola, carregada com 17 munições e uma documentação que deixaria a chamada “comunidade de informações” em alerta. Já no ofício de encaminhamento ao SNI, o adido militar do Exército Brasileiro no Uruguai, sublinhou que “tal documentação merece um estudo cuidadoso e uma investigação meticulosa, que poderão concorrer eficientemente para neutralizar o planejamento subversivo”.⁶⁸¹ Na papelada apreendida pela polícia uruguaia, foram encaminhados aos órgãos brasileiros textos dos quais foram extraídos alguns tópicos especiais.

Missão no Uruguai dentro do esquema de união de forças revolucionárias que são ARRAIS (sic), MARIGHELLA, ALMINO AFONSO e ARAGÃO; possibilidade de ajuda da CHINA; necessidade de utilizar o URUGUAI como base de apoio; importância da ajuda peruana em armas e tolerância para utilização das linhas limítrofes; importância do ACRE, como território a ser liberado, para a eclosão da revolução; necessidade de descentralizar a ação no Rio Grande do Sul, ‘inconveniência mercê ao grande contingente de efetivos militares; ida de dois emissários ao BRASIL para contatos nas áreas de marinheiros e fuzileiros navais, com os companheiros CARLOS MARIGHELLA, MAURO BORGES e JOSÉ PORFÍRIO, em GOIÁS; ida de dois emissários à região de IJUÍ (Rio G. do Sul) para o estudo de uma fazenda cedida como local de treinamento; carta de MARIGHELLA, datada de HAVANA, 28 de setembro de 1967, a ARAGÃO; em que ponto a COREIA pode ajudar.⁶⁸²

O documento mais importante tem como título “Da necessidade de uma estratégia para a Revolução Brasileira”. As dez páginas que compõem a referida estratégia, receberam dos agentes o nome de “Plano de subversão apreendido na residência do ex-Almirante CÂNDIDO DA COSTA ARAGÃO”.⁶⁸³ As análises do material apreendido, levaram os arapongas brasileiros a concluir que o plano, possivelmente teria sido escrito por Marighella, em espanhol, com alterações e acréscimos feito por Aragão, também este responsável por sua tradução para a língua portuguesa. Pelo que foi apresentado, tanto de caráter teórico-político, quanto pela profundidade das questões debatidas, seria mesmo Marighella o autor do Plano. Aragão poderia ter colaborado com aspectos mais militares, acredito.

O plano inicia com uma parte teórica no qual elege o principal inimigo: “A revolução brasileira está intimamente integrada à luta contra a denominação (sic) [dominação] dos povos subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina exercida pelo imperialismo, principalmente o imperialismo norte-americano”.⁶⁸⁴ Em seguida, a crença de que a chamada *revolução brasileira* teria “um papel da maior importância na América do Sul, pelo relevo de suas condições dimensionadas de país continente”, dentre outros fatores, como posição

⁶⁸¹ AN, COREG, AC-ACE- 6356-69, p.03.

⁶⁸² Ibidem, p.02-03.

⁶⁸³ Idem.

⁶⁸⁴ Ibidem, p.03-04. Todas as citações do parágrafo são da mesma fonte.

geográfica, população, condição de subdesenvolvimento, reservas e riquezas naturais, miséria social etc. Sobre a ditadura especificamente, consta, entre outras análises, que “desnacionalizou a nação brasileira entregando todo o seu complexo de riquezas naturais e subordinando completamente a sua capacidade industrial aos monopólios ianques”.

Nos momentos seguintes, o texto indica os setores da sociedade brasileira que teriam a responsabilidade de fazer a revolução, deixando transbordar a “fé” que seu (s) autor (es) tinha (m) no caráter revolucionário do povo brasileiro, personalizado no operário, no camponês, e nos jovens estudantes, cabendo aos últimos o papel de vanguarda.

O operariado brasileiro é combativo e conseqüentemente revolucionário; é neste momento quem mais aspira – ao lado do campesinato – o desencadeamento da luta armada – é quem tem a maior responsabilidade na sua deflagração e na condução do processo de luta – no entanto a sua vanguarda vem falhando na coordenação e na criação de perspectivas para a oportunidade de sua deflagração.

Da aliança operário-camponês-estudante depende não só o surgimento da luta armada em vários pontos do território brasileiro – como o seu vertiginoso crescimento no campo e nas cidades.

O campesinato brasileiro explorado desde os primeiros albos da nacionalidade é quem mais objetiva junto com o operário a sua luta de emancipação.

A juventude brasileira tem estado sempre presente na luta contra a opressão, desde Abril de 1964 e está consciente da grande responsabilidade da tarefa que neste momento histórico da vida da nação brasileira repousa sobre os seus ombros de se constituir em vanguarda da luta de libertação nacional e pela sua bravura e abnegação própria de sua idade entendendo já que deve ir buscar o operário nas fábricas e nas oficinas e o camponês na sua miséria e no seu abandono no campo e juntos e de armas na mão escolherem as bases de apoio mais próprias e deflagrarem a grande luta de emancipação de nosso povo.⁶⁸⁵

Na continuação do histórico documento, segue-se uma linha política da estratégica com as medidas a serem adotadas caso o plano fosse vitorioso, com destaque para a linguagem imperativa: derrubar a ditadura pela violência armada; instaurar um governo popular; destruir de imediato o exército tradicional; nacionalizar tudo que pertencesse ao imperialismo; reforma agrária; reforma urbana; assegurar trabalho aos nacionais e estrangeiros radicados no Brasil; e, por último, a reforma bancária, nacionalizando todos os bancos privados.⁶⁸⁶

Na parte final do texto apreendido da residência de Aragão, a reafirmação do papel da guerrilha como instrumento de deflagração da imaginada revolução e um “plano geral de sabotagem”, o qual deveria preceder o “surto guerrilheiro”, envolvendo principalmente, “a destruição de pontes, túneis e viadutos nas estradas de ferro, rodovias e portos, se for possível”, com a finalidade principal de tirar as tropas dos quartéis e expô-las ao cenário

⁶⁸⁵ Ibidem, p.07.

⁶⁸⁶ Ibidem, p.09-10.

externo, provocando o desgaste físico e psicológico do exército regular, que seria obrigado a guarnecer os pontos estratégicos no sentido de evitar novos ataques dos guerrilheiros.⁶⁸⁷

Os policiais uruguaios que apreenderam toda a documentação em poder de Aragão repassaram-na para os agentes brasileiros tanto do CIEEX, como também para o Adido Militar em Montevideú. A constatação é feita partir da observação das diversas siglas encontradas no campo “distribuição”, presente nesse tipo de documento oficial. Lá estão o SNI, CENIMAR, NSISA, sem contar ainda o carimbo da Embaixada da República Federativa do Brasil no Uruguai – Adido do Exército.⁶⁸⁸

Após o seu depoimento prestado no dia 07 de junho, Aragão foi intimado a deixar o Uruguai no prazo de noventa dias, “a partir do dia 10/JUN/69”,⁶⁸⁹ sem direito à volta. Ou seja, suas viagens a Cuba, China, Vietnã e Argélia; sua inquietação e movimentação política em Montevideú, aliadas à apreensão dos referidos documentos, resultaram em sua expulsão do Uruguai. Estava ele mais uma vez em uma encruzilhada. Prestes a deixar o Uruguai, recebeu solidariedade de um emissário enviado por Marighella, que estava no Brasil desenvolvendo ações de guerrilha, como expropriações bancárias, assaltos a pedreiras para adquirir explosivos e propaganda contra a ditadura. Em documento de agosto de 1969, consta que:

O agente foi procurado por telefone por Sá Roris [Roriz] para que o levasse até Aragão. (...) Disse que Marighella mandava uma mensagem para Aragão, que tivesse paciência, que nesta fase da luta urbana Aragão era muito peso para tê-lo dentro do Brasil; que o mandaria levar para o Brasil quando já se estivesse na fase rural.⁶⁹⁰

Fica claro nesse relato que Aragão não era apenas um embaixador da guerrilha. O texto explicita que o almirante queria voltar para o Brasil, mas foi obediente e ouviu o conselho enviado por Marighella. No mês seguinte, aconteceria a “mais espetacular” ação da guerrilha urbana no Brasil, que foi o rapto do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. Os generais aceitaram as exigências feitas pelos guerrilheiros da ALN e do MR-8 e, depois de ler um manifesto em rede nacional em pleno feriado de 07 de Setembro, libertou 15 presos políticos que voaram em direção ao México.⁶⁹¹

⁶⁸⁷ Ibidem, p.12.

⁶⁸⁸ Ibidem, p.02.

⁶⁸⁹ AN, COREG, BR AN BSB IE 004.006, p.33.

⁶⁹⁰ AN, COREG, BR AN BSB IE 025.001, p.122.

⁶⁹¹ Cf. http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=manifesto-do-sequestro-do-embaixador-americano-rio-1969.

A ação também respingaria em Aragão. De acordo com relatos dos agentes no Uruguai, “tão logo se verificou o sequestro do embaixador americano no Rio, o serviço americano, através da tal Dirección de Información e Inteligencia, começou a pressionar Aragão a sair do país dizendo que tinha prazo até o dia 7 de setembro não dando um dia mais”.⁶⁹²

A primeira opção foi o Peru, mas a autorização foi negada, após consulta feita à embaixada peruana em Montevideú.⁶⁹³ Faltando poucos dias para terminar o prazo, solicitou das autoridades uruguaias a autorização de deixar o país, mas antes pediu de volta sua pistola.⁶⁹⁴ Ainda não era hora de se desarmar... O Chile, pré-eleição de Allende, foi o seu destino.

Os quase três anos vividos em solo uruguaio, entre idas e vindas, ficaram marcados pelos grupos guerrilheiros criados (MRMN e RAN), mas que não entraram ação por falta de recursos - principalmente materiais; pelo rompimento “sem volta” com Leonel Brizola; pelo diálogo com os guerrilheiros Tupamaros; e pela vigilância constante que os órgãos de informações tinham sobre ele. Ao desembarcarem no Chile, um agente da Embaixada Brasileira em Santiago – provavelmente sem saber da infiltração de Conrado, reportou o seu nome para os órgãos de informações no Brasil.⁶⁹⁵ Lá estava ele, ao lado de Aragão.

4.8 - Vivendo a “experiência chilena”

No ano do golpe no Brasil assumiu a presidência do Chile, Eduardo Frei Montalva, do Partido da Democracia Cristã (PDC), agremiação ligada aos setores mais abastados da sociedade. Frei venceu Salvador Allende e substituiu Jorge Alessandri Rodriguez, do Partido Nacional (PN), que governava o Chile após vencer as eleições de 1958. O governo de Alessandri, segundo Tereza Marques, “foi marcado pela defesa dos interesses da burguesia, dos latifundiários e do capital internacional” e, “(...) para conter as insurgências, Alessandri recorreu a diversas medidas repressivas, fazendo com que seu governo ficasse notabilizado pelo autoritarismo”.⁶⁹⁶

⁶⁹² AN, COREG, BR AN BSB IE 025.001, p.119.

⁶⁹³ Ibid, p.40; e AN, COREG, BR AN BSB IE 004.007, p.24.

⁶⁹⁴ AN, COREG, BR AN BSB IE 004.010, p.17.

⁶⁹⁵ AN, COREG, A006477.

⁶⁹⁶ MARQUES, Tereza Cristina S. *Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2011, p.80. A autora cita como referência GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *História Contemporânea da América Latina: 1960-1990*. 2ª ed, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.55.

Ao assumir a chefia do executivo chileno, Frei conseguiu avanços significativos na produção industrial e executou, com relativo sucesso, o programa de reforma agrária. Entretanto, devido à migração em massa de pessoas do campo para a cidade – o que parece um paradoxo – surgiu o grande problema da falta de moradias nos grandes centros urbanos do Chile. Manifestações de sem-teto e de mineiros reivindicando melhores condições de vida foram violentamente reprimidas pelo governo, o que, decisivamente contribuiu acirramento dos ânimos em um período pré-eleitoral. Aos manifestantes somaram-se os operários que já eram presença constante nas ruas chilenas.⁶⁹⁷ Como exemplos dessa crescente mobilização, Cátia Silva cita “a tomada da catedral metropolitana de Santiago por um grupo de jovens, o movimento grevista dos magistrados e a tentativa de levante militar comandada pelo general Roberto Viaux (...)”.⁶⁹⁸

No triênio 1968-1970 houve considerável aumento da presença de brasileiros exilados no Chile. Ao analisar dos documentos produzidos pelo CIEX, Cátia Silva constatou que a partir de 1968 o volume dos informes aumentou e houve diversificação nas temáticas. “Além de acompanharem os passos dos exilados, de apresentarem os itinerários e o conteúdo das reuniões realizadas entre os exilados, abordavam também questões sobre política interna, economia, sociedade e relações externas”.⁶⁹⁹

Em maio de 1970, o informante do CIEX mencionou a existência de aproximadamente três centenas de brasileiros exilados naquele país, isso cinco meses antes da eleição de Allende:

1. O afluxo de asilados e refugiados brasileiros no Chile ter-se-ia incrementado nos últimos meses, estimando-se que, em ABR/70, se encontrariam naquele país cerca de 300 elementos, entre asilados de júri, refugiados, ingressados como turistas ou clandestinamente.
2. A razão de tal incremento seria atribuível a:
 - i) Existência de uma chamada ‘caixinha’, sustentada por asilados que usufruem de cargos, bem remunerados em dólares, em organismos internacionais com sede no Chile, como CEPAL, OIT, etc.
 - ii) Possibilidades de contatos com o PC Chileno e outras organizações de esquerda, bem como as perspectivas otimistas de uma vitória eleitoral de SALVADOR ALLENDE, que teria prometido ao grupo de asilados, encabeçados por Almino Afonso apoio a movimento tendente a derrubar o governo brasileiro.⁷⁰⁰

⁶⁹⁷ Idem.

⁶⁹⁸ SILVA, Cátia Cristina de Almeida. *Repressão, exílio e informação: brasileiros no Chile (1964-1973)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT. Cuiabá, 2009, p.70-71.

⁶⁹⁹ SILVA, Cátia. op. cit., p.109.

⁷⁰⁰ Idem.

Nas eleições a serem realizadas em setembro de 1970, as perspectivas otimistas relatadas pelo agente secreto brasileiro se confirmariam. Segundo Tereza Marques, nessas eleições:

A esquerda chilena ampliou as suas alianças, demonstrando grande coesão interna”. (...) As alianças da esquerda resultaram na Unidade Popular (UP), que reunia os Partidos Comunista e Socialista, além do Partido Radical (formado por setores médios urbanos e médios proprietários), do Movimento de Ação Popular Unitário (MAPU), da esquerda cristã e do Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR). Já a direita se dividiu entre o Partido Nacional (PN) e o Partido da Democracia Cristã (PDC). Allende venceria a eleição com 36,6% dos votos, contra 34,9% do ex-presidente Jorge Alessandri, que concorreu pelo PN. Em terceiro lugar, com 27,8%, ficou Radomiro Tomic, do PDC.⁷⁰¹

Era apenas o primeiro passo. De acordo com a legislação chilena em vigor à época, o candidato que não obtivesse a maioria absoluta dos votos na eleição direta, teria que passar pela aprovação do Congresso para tomar posse. Após acordos com o PDC – ou apenas DC -, e de ter assumido o compromisso de manter as promoções previstas para os oficiais das Forças Armadas Chilenas, Allende, enfim, pôde tomar posse.⁷⁰²

De acordo com Peter Winn, “Salvador Allende era agora o presidente do Chile, eleito com a promessa de liderar seu país pela via chilena – um caminho democrático para um socialismo democrático”.⁷⁰³ Entretanto, os índices da eleição demonstram como seria complexa a governabilidade do novo presidente.

Um ano antes da eleição de Allende, Aragão desembarcou em Santiago e foi recebido pelo senador Rafael Tarud, apontado pelos informantes como candidato à presidência do Chile “pelos partidos esquerdistas API [Ação Popular Independente] e PSD [Partido Social Democrático]”.⁷⁰⁴ A decisão de Aragão de escolher o Chile após a negação de entrada no Peru, possivelmente levou em conta a existência de um bom número de brasileiros exilados vivendo em Santiago, como também a perspectiva de vitória da ampla frente de esquerda que já se articulava. Seu principal interlocutor no novo lugar de morada, foi Almino Afonso.⁷⁰⁵

⁷⁰¹ MARQUES, Tereza, op. cit., p.81. GUAZELLI, César A. Barcellos, op. cit., p.55-56.

⁷⁰² SADER, Emir. “Chile: 40 anos”. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/Chile-40-anos/2/28927>. Acesso em 01 mai. 2014. Agradeço ao professor Daniel Aarão Reis a observação sobre a participação do Parlamento Chileno na eleição de Allende.

⁷⁰³ WINN, Peter. *A Revolução Chilena*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p.75.

⁷⁰⁴ AN, COREG, BR AN BSB IE 004.010, p.1; 22.

⁷⁰⁵ Almino Afonso nasceu 11 de abril de 1929, em Humaitá, Amazonas. Em janeiro de 1963, foi nomeado ministro do Trabalho e Previdência Social, pouco depois do plebiscito que reinstalou o regime presidencialista. Um dos signatários do Estatuto do Trabalhador Rural, começou a se afastar de Goulart em abril, quando reconheceu como legal o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), entidade criada à margem da estrutura sindical oficial. No fim de maio, recusou-se a impedir que o CGT deflagrasse uma greve geral, cujo objetivo era pressionar o governo para que desse início às reformas de base. Em junho, foi afastado do ministério e retornou à Câmara dos Deputados. Em 1º de abril de 1964, Almino Afonso foi um dos redatores de documento gravado por Goulart para ser transmitido pela Rádio Nacional, na qual o presidente afirmava que lutaria contra sua deposição, ocorrida no dia anterior, e denunciava o caráter reacionário do golpe militar. À noite, no entanto, Goulart seguiu

Em maio de 1970, de acordo com o informantes, os exilados brasileiros no Chile foram divididos em dois grupos, o chamado grupo do partidão (PCB) - no qual são citados como membros importantes Edmur José Fonseca, Licio Hauer e Ulrich Hoffman -, e o grupo liderado por Almino Afonso e Márcio Moreira Alves. Aragão foi indicado como pertencente ao segundo agrupamento, cujo objetivo principal seria

a formação de uma frente contra o governo brasileiro, utilizando ação de propaganda ostensiva e, eventualmente, ação direta de guerrilhas, em coordenação com Amarilio Vasconcellos, elemento que teria vivido quatro anos na China comunista, onde trabalhou na revista ‘Pequim Informa’, ensinando também português para chineses. (...) Amarilio teria a missão de recrutar novos elementos maoístas dentre os refugiados brasileiros no Chile integrantes ou ex-integrantes de organizações subversivas, como Marighella, Lamarca, POLOP, PC do B, etc, sendo o objetivo de Amarilio a formação de um grupo político-militar.⁷⁰⁶

No rastro desse documento, a conclusão do informante é que Aragão ficou encarregado da parte militar, com a incumbência de criar uma escola de “quadros políticos-militares” em uma propriedade pertencente a Almino Afonso. A escola funcionaria inicialmente com 15 militantes, onde teriam aulas de política, manuseio de armamentos, explosivos, confecção de documentos falsos etc. Até o endereço e valor que teria sido adquirido a propriedade aparece no informe do CIEX. Ela estava localizada em um lugar conhecido como “Los Angeles, caminho Santa Bárbara (distante cerca de três horas de automóvel de Santiago do Chile) com 500 hectares, propriedade cujo preço de aquisição seria 225 mil escudos chilenos”.⁷⁰⁷ Aragão estaria com a intenção de convencer os sargentos José Medeiros Dantas, Arnaldo de Araújo e Jacy Pereira Lima, ainda exilados no Uruguai, para fixarem residência no Chile e atuarem como instrutores na referida “escola de quadros”.

Essas articulações em território chileno aconteciam bem antes do governo da Unidade Popular tomar posse, mas a expectativa gerada pela vitória de Allende, em setembro, certamente gerou uma onda de otimismo entre os brasileiros exilados no Chile. Contudo, a sonhada *via democrática ao socialismo* enfrentaria inúmeros obstáculos para sua concretização. De acordo com Winn,

para Porto Alegre e, daí para o exílio no Uruguai. Ainda em abril, Almino Afonso perdeu seu mandato e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos, por força do Ato Institucional nº 1. Permaneceu mais de uma década no exílio, tendo residido em diversos países da América do Sul. De volta ao Brasil em 1976, três anos depois ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido oposicionista criado pela instalação do bipartidarismo em 1965. Com o retorno ao pluripartidarismo em novembro de 1979, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Cf. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/almino_afonso. Acesso em 02 dez.2013.

⁷⁰⁶ AN, COREG, BR AN BSB IE 005.004, p.08.

⁷⁰⁷ Ibidem, p.09.

Allende herdou uma crise econômica e um sistema político profundamente abalado, em primeiro lugar por sua eleição e depois pelo assassinato do comandante-em-chefe das Forças Armadas. Ele entendia que sua primeira tarefa era restaurar a estabilidade econômica; caso contrário se arriscaria a criar as condições para um golpe militar. Por isso, durante suas primeiras semanas como presidente eleito, Allende foi um modelo de moderação, uma presença tranquilizadora que advertia sobre a necessidade de se mover lentamente e agir com contenção.⁷⁰⁸

O programa de governo da Unidade Popular estava ancorado em quatro pilares básicos: a recuperação das riquezas básicas do país, especialmente as minas de cobre; a nacionalização dos bancos; uma reforma agrária profunda; e a socialização das principais empresas de produção e distribuição chilenas. “Esses eram o cerne ‘los cambios’ (as mudanças) que se tornaram sinônimo da revolução chilena”, conforme analisou Peter Winn.⁷⁰⁹

Ao fazer um levantamento sobre os caminhos escolhidos por Allende e a UP para alcançar os objetivos que constavam no plano de governo, Thereza Marques nos indica as principais medidas tomadas já no primeiro ano da gestão de Allende. Baseado em uma lei de 1932, ainda em vigor à época, ele promoveu a nacionalização da exploração mineira, como também de “uma parcela relevante do setor bancário e da indústria manufatureira (...)”⁷¹⁰ e colocou em prática “a maior desapropriação de terras já vivida até então pelo Chile em favor da reforma agrária” o que contribuiu, não sem enfrentar problemas, para o aumento da produção agrícola e da produção industrial. Ao fazer um balanço do primeiro ano de governo, os números positivos ainda seriam revelados em outras áreas, como a diminuição da inflação e da taxa de desemprego, e ainda “a elevação dos salários nos setores público e privado, o que aumentou o poder de compra da população”.⁷¹¹

Mesmo diante dessa agenda complexa e de enfrentamentos de demandas históricas do seu país, o presidente Allende ainda tinha espaço em sua agenda para atender os exilados brasileiros que ali se encontravam, entre eles, Aragão.

Em maio de 1971, recebeu a visita de sua filha Dilma e, no mesmo mês, ao lado de Amarílio Vasconcelos, Aragão foi recebido pelo presidente Allende.⁷¹² Na pauta, a concessão e visto de entrada no Chile para Miguel, e a possibilidade de o prêmio da loteria chilena (Polla), em um dia que não houvesse ganhadores, fosse dada a um exilado brasileiro como

⁷⁰⁸ WINN, Peter. op. cit., p.77.

⁷⁰⁹ Ibidem, p.78.

⁷¹⁰ MARQUES, Teresa. op. cit., p.83. De acordo com a autora, os principais problemas enfrentados para a execução da reforma agrária foram as greves no campo e as invasões organizadas por grupos da UP e do Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR).

⁷¹¹ Idem.

⁷¹² Para a visita de sua filha, Cf. AN, COREG, BR AN BSB IE VAZ 126.0176, p.1.

forma de contribuir para a revolução brasileira. Allende teria repassado para Aragão uma quantia em espécie no valor de cinco mil escudos chilenos (aproximadamente 350 dólares), como forma de colaborar com a “caixinha” dos exilados brasileiros.⁷¹³ Allende continuaria com sua tarefa, muito mais árdua – de implantar o socialismo pela via democrática -, e Aragão com sua missão – buscar meios e instrumentos para derrubar a ditadura no Brasil.

Em julho de mesmo ano, Aragão aparece em um documento divulgado pelo CISA com uma dos personagens importantes, entre os exilados brasileiros no Chile, comprometidos com o que chamaram de “Plano Geral para a Revolução Brasileira”.⁷¹⁴ Além dele, foram citados Darcy Ribeiro, Almino Afonso e Amarílio Vasconcelos. Não há nada no informe que indique a contribuição de Allende para com o Plano. É pouco provável que todos os citados estivessem ainda pensando em derrubar a ditadura no Brasil através das armas. Nunca é demais relembrar que os agentes da repressão muitas vezes sobrevalorizavam as esquerdas, armadas ou não, como uma forma de justificar seu trabalho e existência. Alguns meses depois do encontro com Aragão, ao comemorar seu primeiro aniversário no governo, o presidente chileno discursou no Estádio Nacional praticamente lotado:

‘...hemos cumplido. Hoy vengo a manifestar que...hemos ido conquistado el poder, y hemos ido realizando los cambios revolucionarios establecidos en el Programa de la Unidad Popular. Es Pueblo de Chile há recuperado lo que le pertenece. Ha recuperado sus riquezas básicas de manos del capital extranjero. Ha derrotado los monopolios pertenientes a la oligarquía...Hemos avanzado en el área social, base del programa económico, fundamento del poder para el Pueblo. Controlamos el 90% de lo que fuera la banca privada... Más de setenta empresas monopolísticas y estratégicas han sido expropiadas, intervenidas, requisadas o estatizadas. Somos dueños. Podemos decir: nuestro cobre, nuestro carbón, nuestro hierro, nuestro salitre, nuestro acero. Las bases fundamentales de la economía pesada son hoy de Chile y los chilenos. Y hemos acentuado y profundizado el proceso de la reforma agraria: 1.300 predios de gran extensión, 2 millones 400 mil hectáreas han sido expropiados’.⁷¹⁵

É possível inferirmos como aquela experiência por qual estava passando o Chile poderia marcar os exilados brasileiros que ali viviam. Era o futuro que queriam para o Brasil.

⁷¹³ AN, COREG, BR AN BSB IE 006.006, p.06.

⁷¹⁴ AN, COREG, BR AN BSB VAZ 053.0104, p.1-2.

⁷¹⁵ Apud WINN, Peter, op. cit., p.106. Tradução que consta na mesma referência: ‘...cumprimos. Hoje venho manifestar que...estamos conquistando o poder e realizando as mudanças revolucionárias estabelecidas no Programa a Unidade Popular. O povo do Chile recuperou o que lhe pertence. Recuperou as riquezas básicas das mãos do capital estrangeiro. Derrotou os monopólios pertencentes à oligarquia...Avançamos na área social, base do programa econômico, base do poder para o povo. Controlamos 90% do que eram bancos privados... Mais de setenta empresas monopolistas e estratégicas foram expropiadas, sofreram intervenção, foram requisitadas ou estatizadas. Somos donos. Podemos dizer: nosso cobre, nosso carbono, nosso ferro, nosso salitre, nosso aço. As bases fundamentais da economia pesada são hoje do Chile e dos chilenos. E enfatizamos e aprofundamos o processo da reforma agrária: 1.300 prédios de grande extensão, 2 milhões e 400 mil hectares foram expropiados’.

Mas o futuro, rapidamente, viraria passado. Sobre essa vivência de brasileiros exilados no Chile, Denise Rollemberg destacou que “a chegada ao Chile produziu, para a maior parte, um impacto extremamente favorável e positivo”.⁷¹⁶

Em inícios dos anos 1970, a política não se restringia a uma classe política, a segmentos da sociedade. Não era feita na clandestinidade, em voz baixa, em *aparelhos*, por vanguardas. Ao contrário, ocupava as ruas, cada esquina, envolvendo a todos, numa verdadeira contramão da história latino-americana. (...) Manifestações de massa, discussões políticas nas ruas, nos transportes públicos, nos locais de trabalho, nos partidos, nas associações. Assistiam à participação de uma população politizada e com posições definidas.⁷¹⁷

Aragão era um deles e continuava seus contatos com as redes de bombordo latino-americanas. Em novembro de 1971, teria sido procurado por um dos representantes do grupo peronista “17 de Outubro”, relatado como Roberto Vigliano. O visitante relatou a Aragão o objetivo se formar uma aliança entre militares da esquerda latino-americana, à qual seria formada pelo almirante brasileiro; por Juan Domingo Péron - Argentina; pelo general boliviano Juan José Torres, ex-presidente da Bolívia - deposto após um golpe de estado liderado por Hugo Banzer em 1971;⁷¹⁸ e o major uruguaio Pablo Vicente.⁷¹⁹ Antes de findar o ano, recebeu a visita de seu filho, Dilson, que teria sido o portador de uma quantia em dinheiro e correspondências enviadas pelos familiares.⁷²⁰

Em março de 1972, Aragão recebeu a visita de Juan José Torres,⁷²¹ que estava em Santiago à procura de apoio internacional para retomar o poder em seu país. No mesmo mês, aparece prestigiado por Allende como principal interlocutor entre os exilados bolivianos no Chile que lá chegaram após a queda de Torres.

1. Atendendo a pedido de autoridades chilenas, inclusive do próprio Presidente ALLENDE o asilado brasileiro ex-Almirante CANDIDO DA COSTA ARAGÃO tem mantido frequentes contatos com os líderes das três principais

⁷¹⁶ ROLLEMBERG, Denise. op. cit., p.98.

⁷¹⁷ Idem.

⁷¹⁸ Hugo Banzer governou a Bolívia entre 1971 e 1978. Em 1997, voltou ao poder, após perder várias eleições nas décadas de 80 e 90. Seus simpatizantes afirmam que ele fez mais pela democracia boliviana do que qualquer um de seus antecessores, e seu maior feito foi erradicar do país a folha de coca, usada como matéria prima para a cocaína. Seus críticos, entretanto, afirmam que ele nunca foi um democrático, e acusam o ex-general de não respeitar os direitos humanos, de sucumbir à corrupção. Cf. <http://www.estadao.com.br/arquivo/mundo/2002/not20020505p46232.htm>. Acesso em 05 dez. 2013.

⁷¹⁹ AN, COREG, BR AN IE 07.04, p.04.

⁷²⁰ AN, COREG, BR AN IE 07.04, p.03.

⁷²¹ AN, COREG, BR AN BSB IE 008.005, p.21. Juan José Torres, após ser deposto em 1971, exilou-se em Lima, no Peru e foi assassinado na Argentina em 1976. Das inúmeras versões que existem, a mais forte é a de que foi assassinado por membros da Operação Condor. Cf. <http://www.oexplorador.com.br/site/ver.php?codigo=19115>; e, <http://www.infobiografias.com/biografia/34152/Juan-Jos%C3%A9-Torres-Gonz%C3%A1lez.html>. Acesso em 10 fev. 2014.

correntes de asilados bolivianos no Chile, funcionando como uma espécie de ‘mediador’ entre essas correntes.

2. Os mencionados líderes são os seguintes: ex-Presidente General J.J. TORRES, ex-Major SANCHEZ, e o líder mineiro JUAN LECHIN.
3. A finalidade do encontro é encontrar um denominador comum entre as três correntes citadas.⁷²²

A presença de militantes das esquerdas da América Latina no Chile sofreria um revés em pouco tempo. Na mesma proporção da profundidade, rapidez e intensidade das reformas implantadas por Allende, começariam as reações dos conservadores chilenos. Nas palavras de Tereza Marques “os setores dominantes da economia chilena, contrariados principalmente no tocante às expropriações, procuraram se organizar para sabotar essa tentativa da UP de instalar o socialismo através das vias democráticas (...)”.⁷²³ Peter Winn chama atenção para os problemas causados por algumas medidas econômicas tomadas pela equipe de Allende, o que teria contribuído para aumentar o coro dos descontentes.

Na teoria, as empresas nacionalizadas da área de propriedade social produziriam um lucro que ajudaria a pagar os programas sociais expandidos do governo. Na prática, caminhavam para um déficit por elas financiado aos emprestar dinheiro dos bancos nacionalizados, com o Estado finalmente pagando por essa onda crescente de tinta vermelha por ter imprimido dinheiro. [Houve então o aumento da inflação] (...) que era de apenas 27% em 1971, mas que aceleraria dramaticamente em 1972 e atingiria os três dígitos em 1973.⁷²⁴

Outro problema que sempre é citado em análises sobre aquele contexto chileno é a *escassez de bens de consumo*, provocada pelo aumento considerável da renda dos trabalhadores chilenos.⁷²⁵ Existem ainda as explicações que fazem alusão à tentativa de sabotagem contra Allende, exemplificada na criação de um mercado paralelo, clandestino, que teria contribuído para o aumento dos preços e o surto inflacionário.⁷²⁶ Nessa conjuntura de aumento das tensões sociais, surgiram as chamadas “greves dos patrões”, organizadas pelas empresas de transportes rodoviários e comerciantes.⁷²⁷ Sob a ótica das configurações políticas partidárias, houve uma reaproximação dos membros do Partido da Democracia Cristã com o Partido Nacional. “Ao mesmo tempo a Unidade Popular passou a enfrentar

⁷²² AN, COREG, BR AN BSB IE 008.003, p.01.

⁷²³ MARQUES, Teresa. op. cit., p. 86.

⁷²⁴ WINN, Peter. op. cit., p.139.

⁷²⁵ Idem.

⁷²⁶ MARQUES, Teresa. op. cit., p.86.

⁷²⁷ Idem.

problemas com membros da esquerda armada do MIR. A oposição passou a organizar diversas manifestações de rua contra o governo, que se tornavam cada vez mais violentas”.⁷²⁸

Possivelmente, percebendo o recrudescimento da política chilena, Aragão passou a fazer contatos com a esquerda argentina no sentido de contar com uma opção caso a conjuntura em Santiago continuasse o processo de radicalização e tivesse um desfecho desfavorável a Allende. Em maio de 1972, Aragão enviou carta ao “Movimiento Peronista 17 de Octubre”, na Argentina. Na carta, ele se mostrava entusiasmado com o processo político argentino e ressaltou a “necessidade da unificação das ‘forças revolucionárias’ sul-americanas como única forma de derrotar as ‘oligarquias e seus patrões, o imperialismo norte-americano’”.⁷²⁹ Em outra carta, agora enviada ao Major Pablo Vicente, peronista residente no Uruguai, Aragão considerou que a Argentina, através de Péron, seria o próximo país a adotar a via socialista no sul do continente, logo seguido pela Bolívia e, finalmente, o Brasil. Segundo o almirante, naquele momento, Juan Domingo Péron exercia uma liderança que ultrapassava as fronteiras da Argentina e estendia-se para toda América do Sul, podendo ajudar no que chamou de ‘processo de libertação dos povos latino-americanos’.⁷³⁰

Se observarmos a análise de Luís Alberto Romero sobre o contexto argentino dos doze meses seguintes à carta escrita por Aragão, veremos que não ocorreu aquilo que o almirante brasileiro previa. De acordo com Romero:

O Programa de Reconstrução e Libertação Nacional, apresentado em maio de 1973, apesar da concessão do clima da época que havia em seu título, consistia em superar as limitações ao crescimento de uma economia cujos traços básicos não se pensava modificar. Não havia nada que indicasse orientação na direção do ‘socialismo nacional’, e tampouco uma tentativa de buscar novos rumos para o desenvolvimento do capitalismo (...). Seus objetivos, de acordo com as mudanças já consolidadas na estrutura econômica do país, eram fortemente intervencionistas e, em menos medida, nacionalistas e distribucionistas, e não implicava em nenhum ataque direto a nenhum dos interesses estabelecidos.⁷³¹

No mesmo mês de apresentação do Plano peronista, ou seja, maio de 1973, os informantes indicam que Aragão viajou à Buenos Aires, com o objetivo de verificar a receptividade dos argentinos diante de uma possível transferência de exilados brasileiros para aquele país. Ele também vislumbrava a ida de Miguel Arraes, ainda na Argélia, para reforçar a futura comunidade brasileira em Buenos Aires.⁷³² No mês seguinte, mais uma viagem ao

⁷²⁸ Idem.

⁷²⁹ AN, COREG, BR AN BSB IE 008.006, p.24.

⁷³⁰ Ibidem, p.77.

⁷³¹ ROMERO, Luís Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p.86.

⁷³² AN, COREG, BR AN BSB IE 010.006, p.59.

mesmo destino, agora acompanhado por Amarílio Vasconcelos.⁷³³ Era mais uma tentativa, agora presencial, de preparar o terreno para sua possível ida junto com demais brasileiros para a capital argentina. A ida de Aragão à Argentina, em mais uma curta viagem - já que voltaria ainda ao Chile -, possivelmente foi motivada pela vitória dos candidatos peronistas ocorrida em março daquele ano. Héctor Cámpora e Vicente Solano Lima presidente e vice, respectivamente, assim que assumiram o governo convocaram novas eleições com o objetivo de passar a presidência para o líder Juan Domingo Perón, que não pode concorrer nas eleições de março por estar no exílio. O coronel do Exército argentino ficou dezoito anos fora do país após ter governado a Argentina por quase dez anos em períodos de intensas turbulências políticas. Nas eleições de setembro, a chapa formada por Perón e sua segunda esposa, Maria Estela Martinez de Perón, foi vencedora com mais de sessenta por cento dos votos. Juan Domingo Perón já havia governado a Argentina por dois mandatos (1946-1952/1952-1955) e sua expressiva vitória em 1973 demonstra sua força política e sua liderança entre o eleitorado argentino.⁷³⁴

Em solo chileno, a via democrática para o socialismo já não estava tão pacífica assim. A radicalização, assim como no Brasil em 1964, também atingira os quartéis. Em 29 de junho de 1973, houve uma tentativa de golpe por parte da extrema direita. “Um regimento blindado de Santiago (...) atacou de surpresa o palácio presidencial e os principais prédios do governo. Foi rapidamente reprimido (...) pelas tropas leais ao presidente, comandadas pessoalmente pelo comandante do Exército”.⁷³⁵ O ataque resultou em duas dezenas de mortos e nove

⁷³³ Ibidem, p.63.

⁷³⁴ O peronismo não é um fenômeno fácil de ser compreendido. De acordo com Paulo Renato da Silva, “Em 1943, quando houve um golpe de Estado no país, liderado por militares autoritários e anticomunistas, simpatizantes do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) na Segunda Guerra Mundial, Juan Domingo Perón (1895-1974) foi um dos líderes do golpe. Na ditadura militar instaurada, acumulou os cargos de vice-presidente, ministro da Guerra e secretário do Trabalho. Nesta última função, implantou vários avanços na legislação trabalhista, como férias remuneradas e o *aguinaldo* – o décimo terceiro salário dos argentinos. As medidas foram possíveis graças à boa situação econômica do país, que durante a guerra foi um dos principais fornecedores de alimentos para a Europa. Como consequência, Juan Perón ganhou o apoio de parte expressiva dos trabalhadores. Fortalecido, Juan Perón decidiu concorrer à Presidência do país. Durante a campanha, apresentou-se como defensor dos interesses populares e nacionais – dois pilares do discurso peronista até hoje – e prometeu consolidar e ampliar benefícios sociais e trabalhistas. Em fevereiro de 1946, venceu as eleições. Nos primeiros anos de governo a economia continuou bem, e o novo presidente pôde nacionalizar ferrovias e serviços, como o fornecimento de gás, energia elétrica e telefonia. Em 1949, uma reforma constitucional nacionalizou também os recursos naturais do país. Consolidava-se a imagem de Perón como líder nacionalista e anti-imperialista. A lenda ganhou ainda mais apelo depois que os militares que derrubaram Perón em 1955 sequestraram o corpo de Evita [sua primeira esposa] da CGT. Mandaram enterrá-la com um nome falso na Itália, e seu paradeiro permaneceu desconhecido por 15 anos”. Cf. SILVA, Paulo Renato. “República de Perón”. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/república-de-peron>. Acesso em 12 dez. 2013. Para um maior aprofundamento, ver: CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

⁷³⁵ WINN, Peter. op. cit., p.167-168.

feridos, entre rebeldes e tropas leais ao governo. No final de julho estourou mais uma grande greve. Os proprietários de caminhões decretaram a paralisação nacional dos transportes.

Também em um dia 29, agora em agosto, ocorreu mais um movimento liderado por militares contrários a Allende. De acordo com Peter Winn, foi um assalto ostensivo, combinado e de surpresa da Aeronáutica e do Exército, utilizando helicópteros e caminhões, ao Centro de Produção Jorge Fernandez, em busca de armas.⁷³⁶ No dia 04 de setembro, estima-se que meio milhão de chilenos e simpatizantes de Allende marcharam pelas ruas de Santiago em comemoração ao terceiro ano de sua eleição. Gritavam, entusiasmados: *‘Allende! Allende! El pueblo te defiende’*.⁷³⁷

Sete dias depois, parte dos que marchavam estariam na esquina do palácio presidencial La Moneda, no centro de Santiago, e presenciariam o ataque protagonizado pelo Exército seguido do bombardeamento dos caças da Força Aérea Chilena. Lá dentro, decidido a não se entregar, Allende fez seu último pronunciamento em uma rádio. “‘Colocado en un tránsito histórico, pagaré con mi vida la lealtad al pueblo’ [Colocado numa encruzilhada histórica, pagarei com minha vida a lealdade ao povo]”.⁷³⁸ Horas depois, ele cumpriu o prometido utilizando um fuzil que ganhara de presente de Fidel Castro. Nas palavras de Peter Winn, “Em uma ironia final, Salvador Allende, que havia passado a vida toda tentando criar um caminho pacífico para o socialismo, seria lembrado por morrer defendendo uma revolução com uma arma na mão”.⁷³⁹

Armas, povo, presidente morto, militares cercando palácio, manifestações de rua, generais fiéis, generais golpistas. Parece que a história se repetia no filme assistido pelo exilados brasileiros no Chile. Entretanto, um filme que não eram espectadores, eram a própria cena. Quase vinte anos antes, o suicídio de Vargas. Quase dez anos antes, o golpe de 1964. O futuro que imaginavam para o Brasil ou a construção do socialismo – com a violência que fosse necessária – poderia ser alcançado também pela via democrática? A experiência chilena, certamente, foi marcante para eles, inclusive para Aragão.

Denise Rollemberg, ao analisar o impacto do golpe de 11 de setembro de 1973 entre os exilados brasileiros no Chile, resumiu com muita propriedade o que entendemos ter acontecido também com Aragão e dos demais desterrados. Segundo ela,

⁷³⁶ Ibidem, p.169-170.

⁷³⁷ Ibidem, p. 174-175.

⁷³⁸ WINN, Peter. Ibidem, p.179.

⁷³⁹ Ibidem, p.177.

A queda de Allende, desencadeando uma onda de terror, provocou uma ruptura de grande impacto. A vitória das forças reacionárias era uma realidade até mesmo no país que contava com uma ampla base social na luta pelo socialismo, estimulando a reflexão sobre a viabilidade ou não da revolução institucional. De uma forma ou de outra, a revolução latino-americana estava derrotada, pelo menos momentaneamente. ‘A derrota de um continente’. Com o fim da experiência chilena, uma outra etapa começava: o *exílio no exílio*.⁷⁴⁰

Foi a derrota não apenas da via democrática ao socialismo. Foi também a derrota da Revolução na América Latina. Ainda segundo Rollemberg, “os brasileiros já exilados no país integraram-se à leva de chilenos e latino-americanos fugidos da repressão. A chegada ao exílio, a partir de então, identificava-se à desesperança na revolução latino-americana”.⁷⁴¹ Para Aragão, chegava ao fim o período da “experiência chilena”.

4.9 - O almirante e o coronel – Aragão “visita” Péron

Meses depois, em novembro, Aragão deixou Santiago definitivamente. Ao contrário do que ocorrera quando teve que deixar o Uruguai, dessa vez ele já tinha um destino definido: a Argentina peronista.

1. Por volta de 2 de novembro de 1973 o asilado brasileiro CÂNDIDO DA COSTA ARAGÃO, viajou de Santiago de Chile com destino à cidade de Buenos Aires onde pretende se radicar.
2. O marginado que viajou portando ‘salvo-conduto’ chileno pretende, no momento, se dedicar à subversão na Bolívia e teria sido portador de instruções de JUAN JOSÉ TORRES e seus representantes na Argentina.
3. Em Buenos Aires o marginado tentaria contacto com os asilados Joaquim Pires Cerveira, ROQUE APARECIDO DA SILVA, AMARÍLIO DE OLIVEIRA VASCONCELLOS e com o refugiado ALBERTO CONRADO.⁷⁴²

Percebe-se, mais uma vez, o nome do infiltrado Alberto Conrado, agora já na Argentina. Meses depois, no início de 1974, quando de uma visita do ex-presidente João Goulart à Argentina, Aragão o procurou para que Jango intercedesse junto ao governo argentino para que fossem resolvidas algumas questões que envolviam os exilados brasileiros. Goulart teria os encaminhado a um alto funcionário do governo e ficou decidida a criação de uma comissão composta por três membros para atuar como “canal de comunicação entre o Ministério do Interior e os asilados brasileiros”.⁷⁴³

⁷⁴⁰ ROLLEMBERG, Denise. op. cit., p.57.

⁷⁴¹ Idem.

⁷⁴² AN, COREG, BR AN BSB IE 011.005, p.64.

⁷⁴³ AN, COREG, BR AN BSB IE 012.001, p.26.

Ainda em solo argentino, um exemplo da queda de prestígio que vinha sofrendo o almirante Aragão. Já no seu oitavo ano de exílio, foi surpreendido quando tentou se passar por um jornalista que queria realizar uma entrevista com o presidente do Panamá, general Omar Torrijos, em visita oficial à Argentina. “Ao aproximar-se de Torrijos, foi reconhecido por policiais argentinos incumbidos da guarda pessoal do visitante e foi por eles posto para fora do recinto”.⁷⁴⁴

Para os analistas de informações do CIEEX, Aragão estaria tentando interceder para resolver problemas de documentação de exilados brasileiros no Panamá, visto que “a maioria desses asilados está tentando obter documentação de viagem (...) que os habilitem a se deslocar do Panamá para outros países, dentre eles a Argentina”.⁷⁴⁵ No documento não aparece os nomes dos exilados que estariam no Panamá.

Um informe de maio de 1974 dava conta da presença do exilado brasileiro Carlos Figueiredo Sá em Buenos Aires que estaria em posse de “elevada quantia de dólares americanos, de procedência sueca, para suprir o movimento subversivo brasileiro e chileno, radicados na Argentina”.⁷⁴⁶ A distribuição dos dólares e a disputa pela liderança do exilados entre Aragão e Carlos Sá, levou este a acusar o almirante de “agente do ‘CENIMAR’ na Argentina e todos deviam tomar o maior cuidado possível com o ex-Almirante”.⁷⁴⁷ Era a típica acusação entre os militantes da esquerda diante qualquer desavença ou impasse.

Em julho de 1974, Perón morre e sua esposa Maria Estela assume. Dois meses depois Aragão deixaria Buenos Aires. É possível que já estivesse pensado em sair da Argentina, mas o seu destino era incerto, talvez Cuba, de novo; talvez Argélia... É o que consta em um relato do CIEEX, datado de abril daquele ano.

1. Semanalmente, Cândido da Costa Aragão vai à Embaixada cubana em Buenos Aires. Pretende transferir-se para Cuba ou para Argélia.
2. Os cubanos não confiam em ARAGÃO, pois, em sua última viagem a Cuba, o marginado seguiu de Havana para Pequim.
3. ARAGÃO pensa que os cubanos também o julgam implicado no golpe dado pelo ex-coronel Emanuel Nicoll, que recebeu dez mil dólares para desenvolver a organização R.A.N. O dinheiro desapareceu e nunca foi dada explicação convincente para o fato.⁷⁴⁸

⁷⁴⁴ Ibidem, p.76.

⁷⁴⁵ Idem.

⁷⁴⁶ AN, COREG, BR AN BSB 012.005, p.11.

⁷⁴⁷ Idem.

⁷⁴⁸ AN, COREG, BR AN BSB IE 012.004, p.01. A RAN nunca chegou a operar uma guerrilha, ou seja, ficou apenas na fase do planejamento e tentativa de organização.

Parece que dessa vez ele havia acertado em sair logo de onde estava, pois dois anos depois Maria Estela seria retirada da presidência por um golpe de estado em 24 de março de 1976.⁷⁴⁹

Não foi apenas uma questão de percepção, a morte de Juan Péron contribuiu para que Aragão tomasse a decisão de deixar a Argentina. Havia também a atração por uma nova revolução que estava sacudindo a Europa do Sul, desde abril. Lá também, os militares foram protagonistas, mas ao invés de derrubar um regime democrático para instalar uma ditadura, ocorreu o contrário.

O Tejo seria seu próximo porto. O Fado substituiria o Tango!

⁷⁴⁹Ver “Juan Domingo Péron”, disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/ango/biografias/juan_domingo_peron. Acesso em 10 dez. 2013.

CAPÍTULO V

DO TEJO À GUANABARA

Quanta alegria nos traz a volta, à nossa Pátria
do coração, dada por finda nossa derrota,
temos cumprido nossa missão.

(Trecho da Canção do Marinheiro, também
conhecida como *Cisne Branco*).

Às 22h55min, ainda no dia 24 de abril de 1974, todos os lisboetas que estavam sintonizados na rádio Emissores Associados de Lisboa, ouviram a canção “E Depois do Adeus”, interpretada por Paulo de Carvalho e concorrente no Eurofestival daquele ano.⁷⁵⁰ Para a maioria, apenas mais uma bela canção de amor, mas para outros, era a chegada a hora de amarrar os coturnos, abotoar os uniformes e ouvir as últimas instruções de seus capitães antes de deixarem os quartéis. O segundo e decisivo sinal viria já no dia 25, às 00h20min. A canção senha foi “Grândola, vila morena”, de Zeca Afonso, tocada pela Rádio Renascença.⁷⁵¹ Esta emissora tinha um alcance além-capital e poderia ser ouvida em grande parte do país. Um dos trechos mais empolgantes da música que se tornaria o hino do “25 de Abril”, adverte que “dentro de ti ó cidade, o povo é quem mais ordena”. Seguiu-se o deslocamento de tropas em vários pontos do país e a tomada, sem grandes sobressaltos, de emissoras de tv, rádios, aeroportos e bancos. O passo seguinte foi a tomada de quartéis.

Bastariam mais algumas horas para que os militares rebelados conquistassem a simpatia dos portugueses e, Marcelo Caetano, sucessor de Salazar no comando do regime autoritário iniciado em 1926,⁷⁵² passasse o poder para o general António Spínola, representante do Movimento das Forças Armadas (MFA) nos instantes iniciais de transição. Dias depois, já começavam a desembarcar em Lisboa líderes políticos que estavam exilados, a

⁷⁵⁰Cf. <http://www.25abril.org/index.php?content=1&hora=1>. Acesso em 20 dez. 2012.

⁷⁵¹ ROSAS, Fernando. *Lisboa revolucionária, 1908-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2010, p.103.

⁷⁵² De acordo com Francisco C. P. Martinho, o período da História Portuguesa conhecido como Primeira República chegou ao fim com um golpe militar, em 1926, mas logo depois transformou-se em ditadura civil com a ascensão do ex-ministro da economia, Antonio Oliveira Salazar, ao comando do chamado Estado Novo português, em 1933. Cf. MARTINHO, Francisco Carlos P. “A ordenação do trabalho e a nostalgia do Império: o Estado Novo português e as razões do consentimento (1933-1974)”. In ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*, vol.1, Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.285-287.

exemplo de Mário Soares do Partido Socialista (PS) e Álvaro Cunhal do Partido Comunista Português (PCP).⁷⁵³ Na análise de Cláudio de Farias Augusto,

(...) a Revolução de 1974 inicia-se na Guiné-Bissau. O significativo controle de grande parte do território pelo PAIGC possibilitou, em 24 de setembro de 1973, a proclamação unilateral da independência, e a República da Guiné-Bissau passou a ser reconhecida por setenta Estados soberanos – número maior que o de Estados que reconheciam a ditadura salazarista como um governo legítimo naquele momento. Em novembro do mesmo ano, a ONU condenou Portugal pela ocupação ilegal de parte das terras guineenses, instando-o a retirar suas tropas dali imediatamente. Isso criou condições únicas para a mobilização inicial de oficiais que visavam solucionar um conflito que privara o país de uma vida política condizente com os rumos do Ocidente europeu, levando-o a uma situação deplorável e anacrônica no cenário internacional.⁷⁵⁴

A questão da guerra colonial contra os movimentos de libertação na África, o *ultramar* para os patrícios, aparece invariavelmente como o motivo principal, responsável por desencadear a rebeldia dentro das Forças Armadas portuguesas, particularmente o Exército e seus oficiais intermediários, os capitães. De acordo com Fernando Rosas, quando Marcelo Caetano, em setembro de 1968, substituiu Salazar na presidência do Conselho, a escolha crucial que se colocava para o regime estava entre conseguir “abrir caminho para uma solução política para a guerra colonial (que já durava sete anos e iria durar mais seis), com isso viabilizando um eventual processo de transição do regime, apesar dos riscos evidentes da opção; ou a continuação sem alternativa à vista da guerra colonial impediria qualquer processo de abertura e corria o risco de por em causa o próprio regime”.⁷⁵⁵ Rosas, indicando qual a opção feita por Caetano, apontou ainda as consequências das opções feitas pelo chefe de estado que seria deposto em 25 de abril.

Sabe-se que Caetano não logrou, ou não quis seguir a primeira escolha. O que significou que o cansaço e o descontentamento político e social com a guerra, não podendo exprimir-se livremente em movimentos de opinião ou de pressão no quadro do regime vigente que os proibia, foi instalar-se na oficialidade intermediária que conduzia as operações da guerra colonial no terreno.⁷⁵⁶

Em 1968, Portugal já estava há cerca de sete anos em conflito com suas colônias africanas. A difícil missão de um exército regular em lutar contra grupos guerrilheiros e as desastrosas notícias vindas das colônias (particularmente da Guiné Bissau), faziam com que

⁷⁵³ Cf. <http://www.instituto-camoes.pt/revista/cronologia.htm>. Acesso em 08 nov. 2012.

⁷⁵⁴ AUGUSTO, Cláudio de F. *A Revolução portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.33

⁷⁵⁵ ROSAS, Fernando. *Lisboa revolucionária, 1908-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2010, p.101.

⁷⁵⁶ Idem.

muitos jovens migrassem de Portugal com o objetivo de fugir do recrutamento para guerra. Ocorreram ainda problemas corporativos entre os chamados “milicianos” do Quadro Especial (QE) e os militares de carreira do Quadro Permanente (QP).⁷⁵⁷

Também como consequência das derrotas na África, em fevereiro de 1974, o ex-governador e comandante-geral das forças portuguesas na Guiné-Bissau, general António Spínola, lançou o livro *Portugal e o futuro*. “Os pontos principais preconizavam a democratização do país, sua integração à Europa (...), o fim da guerra e a adoção de um sistema federalista”.⁷⁵⁸ Segundo Maria Inácia Rezola, ao chegar às livrarias, o livro rapidamente se transformou num sucesso editorial inédito em Portugal.⁷⁵⁹ Além dos pontos já citados, chama atenção no livro a defesa feita pelo general da “progressiva autonomia dos Estados e Províncias Ultramarinas, reconhecendo o ‘direito dos povos à autodeterminação’”.⁷⁶⁰ Nesse sentido, esclarece Rezola, “Spínola demolia um dos mais fortes pilares do regime – o Império – e abria o debate sobre um tema tabu – a guerra”.⁷⁶¹

Para além do seu óbvio impacto junto da opinião pública nacional e internacional, o livro gerou uma onda de entusiasmo em grande parte dos capitães. Apesar de nem todos concordarem com as teses federalistas de Spínola, muitos se reveem nas suas críticas à política colonial do regime e na ideia de que a solução para a guerra era política e não militar. *Portugal e o Futuro* transforma-se numa Bíblia, não por ter constituído o suporte ideológico do Movimento, mas porque permitiu que muitos ultrapassassem a questão da apoliticidade das Forças Armadas e, sobretudo, o complexo de se oporem à continuação da guerra.⁷⁶²

A publicação da obra de Spínola, que havia sido convidado pelos capitães para dirigir o Movimento das Forças Armadas (MFA) ao lado do também general Francisco da Costa Gomes, expressa o entendimento dos conspiradores de que a saída para o fim da guerra seria especificamente política e, em segunda instância, a força da questão hierárquica entre os militares, elegendo dois generais para a chefia do movimento.

Inicialmente compreendido como um golpe militar clássico, o “25 de Abril” se transformaria em Revolução, batizada por jornalistas e autores estrangeiros como *Revolução*

⁷⁵⁷ REZOLA, Maria Inácia. *25 de Abril – mitos de uma revolução*. Lisboa: Esfera dos livros, 2007, p.29-30. Com a crescente falta de jovens oficiais para lutar na guerra colonial, o governo português aprovou decretos alterando os regulamentos internos tentando igualar os “milicianos” aos oficiais de carreira, diminuindo interstícios de promoção aos postos superiores, o que gerou forte reação dos “permanentes”.

⁷⁵⁸ AUGUSTO, Cláudio de F. op. cit., p.82.

⁷⁵⁹ REZOLA, M. op. cit., p.42. A autora é portuguesa, assim como a editora do livro.

⁷⁶⁰ Ibidem. p.43

⁷⁶¹ Idem.

⁷⁶² Idem.

dos Cravos.⁷⁶³ Nos primeiros dias, a conhecida cartilha comum nesses episódios - instalação de uma Junta de Salvação Nacional (JSN) e debates acerca dos caminhos a serem tomados.

Em sua composição militar, a JSN contava com três oficiais do Exército, dois da Aeronáutica e dois da Marinha. Nesta última, os indicados pelos delegados do MFA na Armada foram o capitão de fragata Rosa Coutinho – que ficaria conhecido posteriormente como o almirante vermelho -, e Pinheiro de Azevedo, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais. Almirante vermelho... fuzileiros... aí vem Aragão.

Os primeiros dezenove meses da Revolução foram de intensos debates e dúvidas quanto ao caminho que o Processo Revolucionário em Curso (PREC) deveria seguir. Divisões dentro dos grupos revolucionários e as discussões sobre o papel do MFA após a vitória foram constantes. Existiam ainda pressões advindas dos partidos políticos de esquerda, às quais fizeram com que os primeiros meses fossem marcados por tentativas de Golpe,⁷⁶⁴ mobilizações nas ruas e mudanças de rumo em relação ao programa inicial do MFA. Governos provisórios sucederam, mas parecia que a Revolução não iria encontrar um norte, mesmo após a inclusão de diversos partidos de esquerda no governo, a exemplo do Partido Socialista (PS) e do Partido Comunista Português (PCS).⁷⁶⁵ Os debates mais calorosos giravam em torno da execução do programa de governo conhecido como “três D” – Descolonização, Democratização e Desenvolvimento.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), em Portugal, constam dossiês sobre a movimentação de brasileiros exilados em terras lusas no período da ditadura no Brasil. Alguns documentos dizem respeito a Cândido da Costa Aragão. Eles fazem parte do acervo produzido pelo Ministério da Administração Interior (MAI), responsável, dentre outras coisas, pela vigilância dos estrangeiros em Portugal. De acordo com os relatórios, Aragão entrou em

⁷⁶³ O “25 de Abril” teria recebido esse nome, principalmente fora de Portugal, por causa de uma entregadora de flores que, empolgada que estava com a presença dos militares na rua, saiu distribuindo os cravos para os soldados que estavam na Praça do Rossio. Sem saber como reagir, eles coloram as flores no cano do fuzil e os fotógrafos encarregaram-se de perpetuar as cenas, que nos dias seguintes estariam nas páginas dos jornais e revistas. Cf. “37 anos depois: da Revolução dos Cravos à bancarrota portuguesa”. In <http://www.diarioliberalidade.org/portugal/batalha-de-ideias/26572-37-anos-depois-da-revolu%C3%A7%C3%A3o-dos-cravos-%C3%A0-bancarrota-portuguesa.html>. Acesso em 25 dez. 2013; Ver também: “Revolução dos Cravos repercute no Brasil” In: <http://www.estadao.com.br/arquivo/artelazer/2000/not20001221p2182.htm>. Acesso em 25 dez. 2013.

⁷⁶⁴ Maria Inácia Rezola destaca a renúncia do general Spínola em 28 de setembro de 1974, após constante queda de braço entre este e os dois órgãos consultivos, a JSN e a “Coordenadora” - composta por membros do MFA. Cf. REZOLA, M. op. cit., p.108-110. Cláudio de Farias Augusto relata ainda, um movimento de paraquedistas ocorrido em março de 1975, os quais, descontentes com os rumos tomados pela Revolução, atacaram um quartel no norte de Portugal. Cf. AUGUSTO, Cláudio de F. op. cit., p. 92.

⁷⁶⁵ REZOLA, Maria I. op. cit., p.72.

Portugal pelo aeroporto de Portela, exatamente no aniversário de cinco meses da Revolução de Abril, em 25 de setembro de 1974.⁷⁶⁶

A ida de Aragão para as margens do Tejo, obviamente não foi algo isolado e pensado individualmente. Américo Freire, ao estudar a presença de exilados brasileiros em Lisboa após o “25 de Abril,” nos apresenta um valioso panorama na comunidade de brasileiros que lá chegaram, encantados com “Grândola, Vila Morena”.

Ao longo do ano de 1974, uma leva de exilados brasileiros, vindos de diferentes direções, desembarcou em Lisboa. Para uns, a capital portuguesa representava, antes de tudo, a oportunidade de fugir do frio belga; para outros, era a hora de deixar pra trás a instabilidade política argentina e cair na ‘festa democrática lusa’; para outros, ainda, era o momento de buscar compreender o que pensavam os ‘soldados socialistas de Portugal’, como também o de reconstruir a trajetória profissional no jornalismo e na academia.

Em meados de 1975, a colônia de exilados brasileiros concentrava-se em Lisboa e em seus arredores e compreendia personalidades e ex-militantes de diversos matizes das esquerdas brasileiras. Da ‘geração 64’, o nome mais conhecido era o *do almirante Cândido Aragão* – um dos líderes da corrente nacionalista militar radical que fora varrida pelo regime de 1964. Já nos meios intelectuais, a figura de maior peso era a do jornalista e escritor Márcio Moreira Alves, seja pelo seu trânsito com Miguel Arraes, um dos próceres do exílio brasileiro, (...) pelos vínculos que construiu com importantes lideranças civis e militares portuguesas.⁷⁶⁷

Ao chegar a Lisboa, Aragão procurou contato com membros da Marinha Portuguesa e lá encontraria acolhida entre militares que tinham influência não apenas na Armada, como também na política nacional. Um dos membros do Conselho da Revolução (CR) se tornaria o principal interlocutor de Aragão na instituição naval. O então capitão de fragata Manuel Martins Guerreiro aparece na documentação com forte ligação ao colega de farda brasileiro. Em 20 de setembro de 2012 ele nos revelou alguns aspectos da personalidade, ocupações e aspirações do nosso investigado durante sua estadia em Portugal.

Não me recordo como foi esse contato inicial do almirante Aragão com a Marinha, mas é natural que ele tenha procurado a Marinha. O recebemos ali no gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada, onde acredito, eu estava como chefe de gabinete do almirante Pinheiro de Azevedo (...). Fui eu quem o recebi. Eu era capitão de fragata... quando ao almirante Aragão cá estava eu era capitão de fragata. Portanto, eu o recebo e imediatamente se manifestou aquela solidariedade normal entre pessoas próximas ideologicamente e sobretudo nós o recebemos com muito carinho e consideração. Nós procuramos resolver a questão material do almirante porque era uma pessoa que estava sem recursos. (...) Arranjamos-lhe essa situação de ser investigador [pesquisador] da Biblioteca Central de Marinha. E portanto

⁷⁶⁶ PORTUGAL, ANTT, Fundo MAI, folhas 246-247. Agradeço ao professor Américo Freire, do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, a indicação dessa fonte.

⁷⁶⁷ FREIRE, Américo. “Ecos da estação Lisboa: notas sobre o exílio das esquerdas brasileiras em Portugal”. In: QUADRAT, Samantha. op. cit., 2011, p.117-118. Grifo meu.

arranjamos um local de trabalho, um gabinete e essa situação de investigador. E o que ele ganhava era suficiente para sua estadia em Portugal, para se manter cá, e digamos, para viver com alguma dignidade.

Ele também almoçava conosco na mesa dos oficiais. Durante muito tempo ele almoçou na minha mesa (...). Nós conversávamos sempre. Nós estávamos interessados em conhecer a experiência brasileira, sobretudo como é que as coisas tinham passado, e ele também estava muito interessado em falar conosco e em conhecer a realidade portuguesa (...). Tínhamos longas conversas à hora do almoço, às vezes fora da hora do almoço. Às vezes ele próprio ia ao gabinete do Chefe do Estado Maior da Armada porque ele sempre foi um homem muito preocupado com a situação portuguesa. Creio que ele teve alguns contatos políticos em Portugal, creio que com a Isabel do Carmo, era uma dirigente do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP).⁷⁶⁸

A vigilância sobre o militar brasileiro em Portugal aparece inicialmente nos documentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Pedidos de revalidação de visto; de renovação de passaporte e até solicitações do governo brasileiro para dificultar a vida de Aragão e outros exilados em Portugal, podem ser consultados no arquivo do MNE.

Em uma pasta com os nomes de José Serra e Cândido da Costa Aragão, é mencionada a solicitação das autoridades da ditadura brasileira, em fevereiro de 1970, para que fossem apreendidos os passaportes dos mencionados, caso pisassem em solo português.⁷⁶⁹ Em maio de 1975, o Comandante Geral da Polícia de Segurança Pública consultou o MNE no sentido de saber se a ordem de apreensão ainda estava em vigor. Iniciou-se ali uma intensa troca de mensagens entre diferentes repartições do ministério, no sentido de encontrar uma saída para o imbróglio.

A Repartição Consular cumprimenta a Repartição da Política Europa América e tem a honra de lhe enviar os seguintes documentos:

Cópia da Nota da Embaixada do Brasil nº26, de 6/2/1970, em que se pede a apreensão de dois passaportes brasileiros, um deles pertencente a CÂNDIDO DA COSTA ARAGÃO.

(...) Cópia do ofício do Comandante Geral da Polícia de Segurança Pública ... em que se pergunte se esta Secretaria de Estado mantém o seu pedido de apreensão daquele passaporte, pertencente a um ex-almirante da marinha de guerra brasileira.

A Repartição Consular muito agradecerá que a Repartição de Política da Europa América a habilitasse a responder àquele Comandante Geral e pede a sua atenção para a circunstância de que tem vindo a receber, diariamente, insistências telefônicas da Polícia de Segurança Pública no sentido de ser urgentemente esclarecida sobre o caso.

Lisboa, 15 de maio de 1975.
Repartição da Política Europa América⁷⁷⁰

⁷⁶⁸ PORTUGAL. Entrevista com o Almirante Manuel Martins Guerreiro, Lisboa, Sede da Associação 25 de Abril, 20 de setembro de 2012.

⁷⁶⁹ PORTUGAL, Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros - MRE (Palácio das Necessidades); Fundo PEA - Política Europa América, Relações Bilaterais de Portugal com o Brasil. Cândido da Costa Aragão e José Serra, pedido do governo brasileiro para apreensão dos respectivos passaportes.

⁷⁷⁰ Idem.

No segundo semestre de 1975 os agentes da ditadura brasileira já estavam mais uma vez seguindo os rastros de Aragão, e andavam bem informados quanto às ocupações do exilado. Em uma pequena nota, reportaram ao Brasil que Aragão continuava trabalhando na “Biblioteca do Estado Maior da Armada [na realidade era a Biblioteca Central da Marinha] portuguesa e estaria assessorando aquela unidade militar no que diz respeito aos assuntos navais brasileiros, chilenos e argentinos”.⁷⁷¹ Estaria ele vivendo com uma chilena, conhecida apenas como Maria. Morava temporariamente na Pensão “Janelas Verdes”, em Lisboa, onde também estariam os ex-marinheiros Manoel Livino Riberio Leal e José (ou Antônio) Duarte dos Santos.⁷⁷²

Entretanto, as funções de Aragão não se limitavam a cumprir expediente na biblioteca e debater assuntos navais. Sobre o conteúdo das conversas com os oficiais portugueses, além do interesse na trajetória pessoal de Aragão, havia também a necessidade de saber sobre as experiências de Aragão pelos países por onde tinha vivido. Depois de nove anos de exílio, já passara por Uruguai, Cuba, China, Argélia, Vietnã do Norte, Chile e Argentina. O almirante brasileiro, segundo Martins Guerreiro, passou a ser uma espécie de consultor informal no processo revolucionário português. “Nós discutíamos tudo, a questão portuguesa, as várias questões (...) porque aquilo era um processo muito acelerado, muito quente e ele tinha algumas ideias, aliás, por conta de sua própria experiência, quer no Chile, quer no Brasil”.⁷⁷³

Imerso naquela conjuntura como ator e observador privilegiado, Aragão ainda acreditava na guinada da Revolução portuguesa rumo ao socialismo. Suas conversas não eram apenas com os pares na Marinha, ele também procurava membros da esquerda mais radical. O ex-militante do PCP e à época um dos quadros do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP), Carlos Carneiro Antunes nos revelou alguns temas tratados com Aragão nas conversas que tiveram na sede do próprio partido. Segundo Antunes, foi o exilado brasileiro quem os procurou.

O Aragão queria... o sonho dele era fazer uma aliança entre mim e o Martins Guerreiro e por mais que eu explicasse isso que estou a explicar a si, ele achava que havia pontos em comum... e eu achava que não havia pontos em comum. No fundo, eu dizia-lhe, ‘o Aragão, nós queremos outra sociedade, queremos acabar com este estado. (...) Aquilo que nos distingue dos outros, é sobretudo a questão do estado, e, portanto, o nosso trabalho estará feito, quando a gente destruir este estado. Ora, ninguém quer isso, e portanto não há aliança’. Porque ele sonhava no fundo com o

⁷⁷¹ AN, COREG, IE 014.09, p.01.

⁷⁷² Idem.

⁷⁷³ PORTUGAL, Entrevista de Manuel Martins Guerreiro ao autor, op. cit.

golpe de estado. Um golpe de estado que tirasse a direita do poder e os militares de direita. E eu sempre fui contra os golpes de estado, eu sempre defendi a necessidade da insurreição, e insurreição é uma coisa que tem a ver com o povo, com os trabalhadores, não tem a ver com os exércitos. (...) Era uma discussão sem fim com o nosso amigo Aragão. Eu tenho a sensação que ele me estimava e eu também o estimava, mas que existia ali uma zona de incompreensão, porque, por exemplo, ele vivia muito a necessidade da ação de força. E eu que fiz ação armada, sempre vi a ação armada como último recurso.⁷⁷⁴

Essa imagem de Aragão como um componente inserido no contexto da revolução portuguesa, inclusive sendo ouvido por importantes atores políticos, não ficaria apenas nas conversas informais. A pedido de Martins Guerreiro, Aragão elaborou um documento intitulado “Sobre a disciplina revolucionária – contribuição para o desenvolvimento do processo revolucionário português”. Pela primeira vez, nas fontes consultas, aparecem claramente inspirações marxistas no pensamento de Aragão. O termo “socialismo” substituiu o “nacionalismo” na ideologia de Aragão, pelo menos naquele momento. Não é fácil detectarmos quando se deu essa transição, mas sua vivência no exílio já havia influenciado suas ideias políticas, principalmente após sua viagem à China.

Em quatro páginas, o exilado brasileiro tentava convencer os militares da Armada portuguesa a tomar partido na construção de uma sociedade socialista em Portugal. Alguns trechos do referido texto, deixam claro a intenção de Aragão que a Revolução em terras lusas levasse o país a uma sociedade socialista.

O 25 de Abril fez brotar um tipo novo de disciplina, que foi espontaneista, arrancada das minorias dominantes pela eclosão do processo revolucionário em Portugal, mas não consideramos salutar a sua prática por não assentar em bases ideológicas firmes, tendo em vista os interesses superiores da nação, a quem fundamentalmente a disciplina se destina.

(...) Entendemos também que a DISCIPLINA REVOLUCIONÁRIA exige melhorar a cultura das amplas massas para a perfeita receptividade da ideologia da SOCIEDADE SOCIALISTA – justa – sem explorados nem exploradores, buscando alcançar a ‘sociedade sem classe’ que se deseja.

(...) Consideramos do maior interesse desenvolver-se a maior atenção para o difícil momento que atravessa o povo português, para que a atual contradição ideológica em que se vive não sirva de pretexto aos atuais detentores do Poder Militar, insensivelmente ou por conveniência, para fazer retornar a disciplina autoritária, com a anulação plena de direitos do escalão subordinado, servindo assim, deliberadamente, às exigências do sistema político que desejam implantar em Portugal.

(...) Na primeira fase de transição para o socialismo todos os esforços poderão convergir para a produção e transformação ideológica do homem, passando

⁷⁷⁴ PORTUGAL. Entrevista de Carlos Carneiro Antunes ao autor. Lisboa, 20 de novembro de 2012. Carlos Antunes foi militante do PCP e depois rompeu com os comunistas e ingressou nas Brigadas Revolucionárias, organização partidária das ações armadas. Militou ainda no PRP e ficou preso durante quatro anos, acusado de “autor moral” de várias ações durante o período revolucionário iniciado em abril de 1974.

a ideologia a constituir o eixo em torno do qual vai se desenvolver a caminhada rumo ao Socialismo, entrando o grau cultura como fator decisivo do resultado desejado. A DISCIPLINA REVOLUCIONÁRIA que se deseja alcançar para o processo revolucionário português, constituirá a espinha dorsal da transformação social para conscientemente suportar os duros embates contra o sistema capitalista espoliador e o ‘Czarismo Moderno’ representado pelo Imperialismo Norte-Americano.

Lisboa, 9 de Fevereiro de 1976.
CANDIDO DA COSTA ARAGÃO⁷⁷⁵

Tudo indica que esse documento já seria uma segunda versão, pois os agentes do CIEX já haviam relatado aos órgãos no Brasil, a encomenda feita pelo oficial português Martins Guerreiro.

1. Por solicitação do Comandante Martins Guerreiro, da Marinha portuguesa, os asilados brasileiros Cândido da Costa Aragão e Carlos Figueiredo Sá resolveram, em 07 de fevereiro de 1976, alterar o documento intitulado “Sobre a disciplina revolucionária; contribuição para o desenvolvimento do processo revolucionário português”, cujo texto original fora entregue ao referido militar português, em 19 de novembro de 1975.
2. Não se conhecem as razões que levaram à alteração deste documento, que foi executado para servir de roteiro-guia nas “reuniões de esclarecimento” efetuadas, antes do ‘25 de Novembro’, em dependências da Armada portuguesa.⁷⁷⁶

As ideias do almirante brasileiro não podem ser compreendidas fora a conjuntura específica no qual estava vivendo. Conforme já frisamos, a chamada Revolução dos Cravos não se encerra com a queda de Marcelo Caetano em abril de 1974. Grupos heterogêneos dentro das próprias Forças Armadas – da direita, de centro e da esquerda mais radical – tentavam assumir o controle do Estado português e definir o projeto de futuro para o país. Menos de dois meses antes da data que consta no texto, houve um novo episódio que marcou o destino da Revolução.

5.1 - O “25 de Novembro”

Um acontecimento de difícil explicação e envolvido em disputas memoriais. Essa é a mais esclarecedora afirmação que se pode concluir ao analisarmos parte da produção historiográfica portuguesa sobre o “25 de Novembro” de 1975.⁷⁷⁷ Marcado pela tentativa de paraquedistas em tomar alguns quartéis - particularmente bases aéreas – e a tomada de

⁷⁷⁵ AN, COREG, A0940173, p.04-07.

⁷⁷⁶ AN, COREG, IE 15.01, p.03.

⁷⁷⁷ Ver REZOLA, Maria I. op. cit., ROSAS, Fernando. op. cit., REZOLA faz um balanço historiográfico e de obras memoriais sobre o episódio.

estações de TV-, os estudos mais profundos indicam a presença da extrema esquerda entre os militares comandantes da ação. Do outro lado, estariam os chamados “Nove”, grupo composto por oficiais mais moderados, alguns acusados de direitistas, sob a liderança do general Costa Gomes. Este oficial, presidindo o Conselho da Revolução (CR), decretou estado de sítio parcial em Lisboa e manteve o CR em reunião permanente. Na Marinha, destacaram-se Rosa Coutinho e Martins Guerreiro – com quem Aragão dialogava diariamente -, que obtiveram êxito em impedir a adesão dos fuzileiros navais ao movimento rebelde.⁷⁷⁸

O general Ramalho Eanes, um dos expoentes do grupo dos “Nove” e que seria presidente da República, reconheceu que a facção moderada tinha relações preferenciais com o Partido Socialista (PS). ‘Era o partido com maior implantação, representação democrática, com maior aproximação afectiva não só com os militares’.⁷⁷⁹ Existem também inúmeras versões que dão conta da difícil relação do Partido Comunista Português (PCP) e a extrema esquerda. Ambos disputando espaço dentro das Forças Armadas com a intenção clara de reconfigurar a composição do CR, que naquele contexto estava nas mãos dos moderados, contando até com representantes da ala conservadora das Forças Armadas. De acordo com Fernando Rosas, que considera o 25 de Novembro como “a contenção da Revolução”,

(...) A Revolução tinha dividido a sociedade portuguesa em dois campos fundamentais, embora muito distintos e contraditórios em si mesmos.

De um lado, um campo hegemónico pelo PCP e os sectores do MFA que lhe deram afectos, tendo como figura de proa o primeiro-ministro Vasco Gonçalves. Mantinham uma aliança instável com vários grupos da esquerda radical com vários grupos da esquerda radical próximos de Otelo Saraiva de Carvalho e dos oficiais do Comando Operacional do Continente (Copcon). Eram globalmente defensores do aprofundamento do processo revolucionário e de uma sociedade socialista assente no poder popular, como meta distinta do que consideravam ser a democracia burguesa, ainda que tal correspondesse a visões, por vezes, muito distintas entre os seus componentes.⁷⁸⁰

Diante dessa configuração e disputas, com a vitória dos moderados – ou da direita, segundo os esquerdistas mais extremos -,⁷⁸¹ a Revolução portuguesa tomou seu rumo, dentro da estabilidade institucional e política. Segundo Rezola, “independentemente da interpretação sobre os acontecimentos do 25 de Novembro, a sua consequência mais directa é a completa

⁷⁷⁸ Ibid, p.255.

⁷⁷⁹ Ibid, p.258

⁷⁸⁰ ROSAS, Fernando. op. cit., p.106-107.

⁷⁸¹ São portadores dessa ideia, o militante Carlos Carneiro Antunes, entrevistado por mim, como também a militante Isabel do Carmo, que mesmo após várias tentativas, não nos concedeu entrevista. Isabel foi indicada como uma das possíveis interlocutoras de Aragão durante seu exílio em Portugal. Sua opinião sobre o “25 de Novembro” pode ser conferida em “Isabel do Carmo”. Cf. <http://anabelamotaribeiro.pt/68604.html>. Acesso em 20 dez. 2013.

alteração da correlação de forças político-militares”.⁷⁸² Na opinião de Rosas, “A revolução perdera seu braço armado, ou seja, tudo. A partir daí, aprovou-se a Constituição de 1976 e elegeram-se nos sucessivos actos eleitorais daquele ano as novas instituições da democracia”.⁷⁸³ Na mesma linha interpretativa, Rezola conclui que após o 25 de Novembro “assiste-se à abertura de um novo momento político: o da transição entre o processo revolucionário, que marcara os anos 1974-1975, e a institucionalização da democracia”.⁷⁸⁴

Não era só o processo revolucionário português que interessava a Aragão. Ele também se relacionava com a comunidade dos exilados brasileiros em Portugal, sendo convidado para inúmeros eventos em Lisboa e arredores. Nesses encontros e convívios surgiam histórias, que aos olhos de hoje, ganham ares de surrealismo. Uma delas foi revelada pelo exilado Enoir de Oliveira Luz – conhecido em Lisboa como “Seu Juca” do Restaurante Brasuca -, proprietário do local que serviu de ponto de reunião de brasileiros e dos revolucionários portugueses a partir do final dos anos 1970.

De vez em quando os exilados faziam convívio. Uma vez eu fui a um convívio desses e estava o Duda Agnes, jornalista, e lá eu vi o Aragão. Mas quando eu vi o sargento Camacho⁷⁸⁵ eu fui embora. Além de nome, sabia que podia ser uma pessoa infiltrada. Eu não participava muito das atividades dos exilados porque havia infiltração. A maioria vivia com nome de guerra. A gente não sabia o nome verdadeiro. A casa ficava em Algés, eu não lembro o nome dele todo, mas a companheira dele era bancária. Ele [Aragão] era um gajo de festa. Falava com todo mundo. Nessa época a gente estava tentando criar uma casa da Anistia, para todos.

Chegou uma hora que quiseram usar o almirante Aragão e ele foi usado. Muita gente que queria ir embora de qualquer jeito para o Brasil. De que forma usaram? O comandante Aragão era uma personalidade, pela idade, pela história dele... Então fizeram uma proposta para o comandante Aragão de se alugar um barco e por os exilados todos nesse barco e entrar pelo Rio Amazonas...vir pelo mar, entrar pelo Rio Amazonas e entrar no Brasil, como se fosse dar um impacto né. Isso é a maior loucura que pode haver. Mas o comandante aceitou, tava na disposição de conseguir um barco. Vai ver, meia dúzia de maluco dentro. Isso saiu no jornal, aqui e no Brasil. (...) Uma loucura!⁷⁸⁶

⁷⁸² REZOLA, Maria I. op. cit., p.271.

⁷⁸³ ROSAS, Fernando. op. cit., p.109.

⁷⁸⁴ REZOLA, Maria I. op. cit., p.272.

⁷⁸⁵ Trata-se de Carlos Camacho [Carlos Galeão Camacho Matos?], apontado entre os exilados em Lisboa como agente infiltrado e muito próximo a Aragão. A passagem de um homônimo durante o exílio no Chile também foi marcada por acusações de infiltração e participação em torturas como agente da DINA, a polícia política chilena. Alguns o recordam como ex-militar do Exército Brasileiro, exilado, militante do MIR e estudante de Sociologia na Universidade de Concepción. Há ainda um homônimo, que aparece com hábito religioso e é dirigente do Partido Verde de São Paulo. Não temos informações que indiquem ser a mesma pessoa, apesar da coincidência dos nomes. Para as acusações no Chile, BASSO, Carlos. *El ultimo secreto de Colonia Dignidad*. Santiago: Editorial Mare Nostrum, 2002, p.35-39. Cf. <http://pascualrojasarias.blogspot.com.br/2012/09/caso-pascual-rojas-y-el-agente-de.html>. Acesso em 15 out. 2013.

⁷⁸⁶ PORTUGAL. Entrevista de Enoir de Oliveira Luz ao autor. Lisboa, Restaurante Brasuca, 28 de setembro de 2013. Seu Juca foi dirigente sindical do Sindicato dos Trabalhadores em joalheria e pedras preciosas em Caxias

Tudo indica que os agentes da ditadura não conseguiram essa informação, mas a documentação indica outras reuniões dos exilados em Portugal. Mais um informe do CIEEX, enviando relatos sobre dezembro de 1975, alertou que Aragão teria se reunido com exilados brasileiros, na residência de Carlos Figueiredo Sá, para a comemoração do 78º aniversário de Luís Carlos Prestes. Estiveram presentes ainda Márcio Moreira Alves, Fernando Leite Perrone, Jose Maria Crispim, dentre outros.⁷⁸⁷ A nota segue, explorando os passos de Aragão e suas diversas articulações:

1. O ex-Almirante Cândido da Costa Aragão teria comunicado em 22 de dezembro de 1975, ao Comodoro-Diretor de Pessoal da Marinha Portuguesa, que só exerceria seu cargo na Biblioteca Central da Marinha, até o dia 15 de janeiro próximo e que seu afastamento era justificado por “motivos de saúde”.
2. Em fins de dezembro de 1975 o nominado estava muito desgostoso com o atual panorama político português e, por tal, confidenciava a amigos mais chegados que seu próximo destino poderia ser Argel, ao lado de Miguel Arraes, ou Buenos Aires, com Alberto Conrado [o infiltrado].
3. Em 15 de dezembro de 1975, o ex-Almirante estabeleceu contato, em dependências do “Hotel Sheraton de Lisboa” com o reitor da Universidade de Lourenço Marques, professor Fernando Ganhão, com a finalidade de examinar a possibilidade de instalação de uma escola de quadros em Moçambique destinada a refugiados brasileiros e chilenos. Fernando Ganhão disse a Aragão que o assunto em tela seria decidido pelo Doutor Oscar Monteiro – atual chefe de gabinete de Samora Machel – que deveria chegar a Lisboa por volta de 27-28/dezembro/1975 (o que não viria a concretizar-se).⁷⁸⁸

Percebe-se que o agente não estava bem informado, pelo menos em alguns aspectos. Não fora Aragão que pedira exoneração. Em 24 de fevereiro, o almirante brasileiro recebeu a notícia de que deveria abandonar suas funções na Biblioteca da Marinha portuguesa “por ordem expressa do Estado-Maior daquela força naval”.⁷⁸⁹ Ele contou com a solidariedade dos Comandantes Martins Guerreiro e Serrano. Os referidos oficiais portugueses revelaram, ainda, que tal fato consumou-se por pressão da Embaixada do Brasil e de seu Adido Naval, comandante Valbert Medeiros de Figueiredo, e asseguraram Aragão não ficaria desamparado. No informe consta que Aragão agradeceu a proteção dos citados oficiais e, solicitou uma passagem aérea Lisboa-Buenos Aires, para onde pensava viajar com o fim de radicar-se e trabalhar em um ‘negócio’ de sociedade com os refugiados Avelino Bione (sic) Capitani e

do Sul, no Rio Grande do Sul. Devido sua militância política, teve que deixar o Brasil e viveu em Moscou por cerca de três anos até chegar a Portugal em fevereiro de 1976, onde vivia até o dia da entrevista.

⁷⁸⁷ AN, COREG, IE 15.01, p.01.

⁷⁸⁸ AN, COREG, IE 15.01, p.02.

⁷⁸⁹ AN, COREG, IE 15.03, p.07.

Alberto Conrado [o agente].⁷⁹⁰ Por interferência dos amigos de farda, Aragão ainda ficaria mais alguns meses em sua função. Martins Guerreiro teria recorrido ao Primeiro-Ministro, almirante Pinheiro de Azevedo, que teria pedido que tudo fosse feito ‘sem que a Embaixada Brasileira suspeite de alguma coisa’.⁷⁹¹ Em informes seguintes o assunto foi tratado nos mínimos detalhes:

1. Apesar da solicitação de exoneração do cargo que ocupa na Biblioteca Central da Marinha portuguesa, o ex-Almirante Cândido da Costa Aragão ainda não foi afastado daquelas funções, como era de se esperar.
2. O nominado, que é protegido do Comandante Martins Guerreiro – membro pró-comunista do Conselho da Revolução foi avisado, por este, de que o seu trabalho naquela Repartição da Marinha estará assegurado enquanto ele, Martins Guerreiro, permanecer como membro do Conselho da Revolução.⁷⁹²

Alheio às questões ocupacionais e as perseguições ocultas ou não, ainda em fevereiro Aragão aparece tentando viabilizar a ida de exilados brasileiros para Moçambique. O interlocutor moçambicano, citado apenas como Quincas, prometeu encaminhar a solicitação de Aragão ao vice-presidente da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), Marcelino dos Santos.⁷⁹³ Também no mesmo mês ocorreu uma reunião com o objetivo de se discutir o Estatuto do Comitê Português pela Anistia Geral no Brasil (CPAGB). O encontro foi presidido por Márcio Moreira Alves e contou a presença de bom número de brasileiros ali exilados, entre eles Fernando Leite Perrone, Almir Dutton Ferreira, Altair Lucchesi Campos-ex-capitão, etc. Aragão ficou responsável pela parte da organização de atos de repúdios à ditadura no Brasil, marcados para março.⁷⁹⁴

No mês seguinte, março, Aragão aparece em mais uma comissão, agora formada por exilados brasileiros e latino-americanos em Portugal. O objetivo era organizar um protesto junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados (ACNUR) no sentido de reivindicar explicações pela expulsão de país do boliviano José Jorge Sanjines.⁷⁹⁵

Curiosamente, em primeiro de abril, data efetiva do golpe no Brasil, o militar brasileiro foi dispensado definitivamente de sua assessoria na Marinha portuguesa. Apesar de o alto comando da Armada ter cedido às pressões do governo brasileiro, seus camaradas não o deixaram desamparado. No documento que decretou a exoneração de Aragão, constava a

⁷⁹⁰ Idem.

⁷⁹¹ AN, COREG, BR AN BSB IE 15.04, p.27.

⁷⁹² AN, COREG, IE 15.03, p. 02.

⁷⁹³ Ibidem, p.04.

⁷⁹⁴ AN, COREG, IE 15.03, p.05.

⁷⁹⁵ AN, COREG, IE 15.05, p.01.

indenização equivalente a um ano de seu salário e outras vantagens. Os agentes do CIEX desconfiavam que Aragão continuasse trabalhando, agora de forma clandestina, como membro do serviço de inteligência da Marinha portuguesa.⁷⁹⁶

Alguns dias depois da exoneração, mais uma indicação de que seus companheiros não o deixariam “a ver navios”. Dessa vez, além de Martins Guerreiro e Serrano, aparece no relato o “almirante vermelho” português Rosa Coutinho,⁷⁹⁷ que esteve entre os sete membros da JSN na Revolução de dois anos antes. A política interna portuguesa também estava na agenda.

A nota diz que em 14 de abril de 1976, no ‘Restaurante do Mercado do Povo’, em Lisboa, Aragão compareceu a um almoço com os três militares citados. Rosa Coutinho estaria viabilizando um emprego para Aragão em uma empresa estatal angolana, com sede em Luanda, e o brasileiro poderia trabalhar como gerente ou assessor administrativo, com salário de mil e quinhentos dólares, aproximadamente.⁷⁹⁸

Seus familiares estavam preocupados com a situação do brasileiro em Portugal. Em maio, Aragão recebeu a visita de seu irmão, Alceu, que tentou convencer-lhe a se entregar e encerrar de vez o período de exílio. No relato do agente, “depois de várias conversas com seu irmão, Cândido Aragão passou a considerar a ideia de entregar-se à Embaixada do Brasil em Lisboa, com o fim de ser repatriado para o Brasil e lá ‘morrer condignamente’”.⁷⁹⁹

5.2 - Os atentados?

O carimbo no boletim divulgado em outubro tem a marca do SNI. A Agência Central retransmitiu informação recebida pelo CIEX que tratava de um ato realizado por Aragão no dia 07 de setembro e que obteve relativa repercussão na imprensa portuguesa. Em uma cerimônia, no mínimo inusitada, foi depositada uma coroa de flores no monumento a D. Pedro I (D. Pedro IV em Portugal), na região do Rossio, em Lisboa.⁸⁰⁰ Segundo o relato,

⁷⁹⁶ AN, COREG, IE 15.05, p. 02.

⁷⁹⁷ Rosa Coutinho era capitão de fragata em 1974. Foi um dos militares do Movimento das Forças Armadas que desencadeou a Revolução do 25 de Abril, tendo integrado a Junta de Salvação Nacional. Notabilizou-se no pós-25 de Abril de 1974, tendo ficado conhecido como o “almirante vermelho” pela sua proximidade ideológica com o PCP. Após a revolução de 1974 integrou a Junta de Salvação Nacional e em outubro de 1974 foi designado Alto Comissário em Angola até janeiro de 1975. No período pós-revolucionário, coordenou o Serviço de Extinção da PIDE-DGS e da Legião Portuguesa. Na Marinha, Rosa Coutinho passou grande parte da sua carreira embarcado, tendo sido capturado nos anos 1960 numa missão de patrulhamento e pesquisa no rio Zaire. É um personagem que desperta amor e ódio devido suas posições ideológicas a favor da independência de Angola. Cf. <http://expresso.sapo.pt/rosa-coutinho-morre-aos-84-anos=f586276#ixzz2oLQxJ126>

Acesso em 23 dez. 2012.

⁷⁹⁸ AN, COREG, IE 15.05, p.03.

⁷⁹⁹ NA, COREG, BR AN BSB IE 15.05, p.83.

⁸⁰⁰ AN, COREG, A0979089, p.06.

teriam comparecido jornalistas do Diário de Lisboa, Página Um, Agência France Press, além da RTP (Rádio Televisão Portuguesa). Outra coroa de flores seria depositada na Chancelaria da Embaixada do Brasil, em mais uma cerimônia. Entretanto, devido ao forte esquema de segurança, foi deixada na garagem do prédio durante à noite.⁸⁰¹

A iniciativa de Aragão, que contou com a cobertura de militantes do PRP, seria uma retaliação ao embaixador do Brasil em Portugal, a quem Aragão culpava pela explosão de uma bomba em frente ao prédio no qual residia, no dia 05 de setembro.

Na madrugada do dia 05 set 76, em frente ao edifício onde reside o ex-Almirante Cândido da Costa Aragão, à Av Infante Dom Henrique, 808, Cascais (...), explodiu uma bomba que danificou alguns automóveis estacionados no local e quebrou alguns vidros dos prédios mais próximos, não tendo havido vítimas. O ex-Almirante atribui ao Gen Carlos Alberto Fontoura, embaixador do Brasil em Portugal, a responsabilidade pela citada explosão.⁸⁰²

No dia 10 de setembro ocorreu um incêndio no prédio da Chancelaria da Embaixada Brasileira. O embaixador Fontoura, não satisfeito com a investigação feita pela polícia portuguesa, convocou agentes do SNI, que se deslocaram até Portugal para investigar o caso. O principal suspeito de coordenar o possível atentado era Aragão. De acordo com o agente do CIEX, em almoço no dia seguinte, Aragão teria confidenciado que ‘toda a guarda interna da Embaixada fora narcotizada’.⁸⁰³ Carlos Alberto Fontoura foi o chefe do SNI no governo Costa e Silva e gozava de prestígio na comunidade de informações. Havia chegado a Lisboa um mês após o “25 de Abril” sob protestos de militantes das esquerdas, principalmente brasileiros e portugueses.⁸⁰⁴

Não há como comprovarmos que essa explosão e retaliação de Aragão tenha alguma ligação com o suposto documento que ganhou o apelido de “Código 12”, divulgado pela imprensa brasileira em maio de 1978.⁸⁰⁵ O “Código 12” resume-se a troca de informações com data de início em 23 de setembro de 1975 -, sobre uma ordem do então chefe do SNI, general João Baptista Figueiredo, ao embaixador do Brasil em Lisboa, para assassinar Aragão e Carlos Figueiredo de Sá.

‘Por decisão do Comando operacional do SNI, se deverá empreender, antes do dia 15 de outubro de 1975, uma operação Código 12, contra o ex-almirante

⁸⁰¹ Idem.

⁸⁰² Ibidem, p.05.

⁸⁰³ AN, COREG, IE 15.10, p. 04.

⁸⁰⁴ Cf. FONTOURA, Carlos Alberto da. (Depoimento, 1993). Rio de Janeiro, CPDOC, 2005, p. 80-86. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista626.pdf>. Acesso em 12 fev. 2014.

⁸⁰⁵ Cf. *Jornal O Globo*, 07 de maio de 1978; *Jornal do Brasil*, 08 de maio de 1978. Apud FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p.576; 577-578.

Cândido Aragão e o dr. Carlos Sá. Simultaneamente, empreenderemos como cortina de fumaça uma ação em Paris ou Roma, a cargo da DINA. General João Figueiredo. Ministro Diretor do SNI.⁸⁰⁶

Em seu livro de memórias, o general Sylvio Frota, faz indagações sobre o silêncio das autoridades militares à época da divulgação do documento, esclarecendo que não seria difícil questionar a veracidade do que fora divulgado. Apesar de setores da imprensa afirmar que os documentos eram forjados e que o objetivo da divulgação clandestina objetivava atingir o então candidato à presidência, João Figueiredo, Sylvio Frota colocou em dúvida essa versão e apontou a defesa antecipada feita por parte da imprensa como algo estranho, talvez orquestrado. Em suas palavras “A imprensa, de modo geral, abordou o assunto com interesse, na primeira quinzena de maio daquele ano. Os argumentos justificadores, como já defini, eram frágeis e balburdiavam mais do que convenciam”.⁸⁰⁷ Disse ainda o general que,

Não tendo sido dadas provas nem explicações convincentes sobre esses eventos, a opinião geral, na incerteza sobre a realidade, penduleou sobre as versões – algumas antagônicas – contadas à socapa na chamada comunidade de informações ou publicamente relatadas pela imprensa.⁸⁰⁸

Entre as versões citadas por Sylvio Frota, duas seriam as mais conhecidas. A primeira dizia que a divulgação dos documentos, apenas em 1978, seria obra do Partido Comunista Português, que teria tido acesso às correspondências ainda em 1975 mas aguardara o momento ideal para divulgação. A outra, dizia ser obra da CIA, que não estaria satisfeita com a indicação de Figueiredo para a presidência e tentava desgastá-lo publicamente. Entretanto, para o ex-ministro do governo Ernesto Geisel e um dos expoentes da chamada linha dura do regime, ambas versões são fantasiosas, “como sói acontecer quando a imaginação esforçar-se por esclarecer fatos apenas superficialmente conhecidos. A primeira parece nascida de especulações oposicionistas ou reacionárias, enquanto a segunda afigura-se de geração oficiosa”.⁸⁰⁹ Onde estaria a verdade?

Pelo menos algumas informações corroboram com os documentos pesquisados. Inicialmente, podemos afirmar que Carlos Figueiredo Sá era um dos principais companheiros de Aragão desde a passagem dos dois pelo Chile até a ida de ambos para Portugal. Também é fato as atividades de Aragão dentro da Marinha Portuguesa e isso foi referido em uma das

⁸⁰⁶ FROTA, Sylvio. op. cit., p.577.

⁸⁰⁷ Ibidem, p.578.

⁸⁰⁸ Ibid, p.581.

⁸⁰⁹ Ibid, p.582. Frota, a meu ver, coloca o problema dentro de um conflito interno e o objetivo do não esclarecimento do documento por parte do Exército, seria atingi-lo politicamente – como ex-chefe do SNI -, já que tencionava ser candidato à presidência no lugar de Figueiredo e fora preterido pelo presidente Geisel.

supostas mensagens trocadas entre Figueiredo e o embaixador Fontoura. O texto diz que “os indivíduos acima citados foram considerados ‘grave risco’ para a segurança nacional, o primeiro pelas suas atividades políticas dentre das FA portuguesas, e o segundo, pelas suas comprovadas conexões a terrorista (sic) de renome internacional.”⁸¹⁰

Outra hipótese de atentado, agora levantado por Dilma Aragão, a filha mais jovem e a mais ligada ao pai, diz respeito a um atropelamento sofrido pelo almirante brasileiro em Portugal. Segundo ela, ‘tentaram matá-lo em Portugal, quando papai sofreu um acidente violento de carro. Quando foi atravessar a rua, veio um carro que jogou ele longe, que quase morreu. Foi um atentado’.⁸¹¹

Outro fator, hoje inquestionável, foi o envio de um araponga para “cuidar” especialmente de Aragão em Portugal. Mais uma vez, todas as evidências nos levam a afirmar que Alberto Conrado era o agente infiltrado. Os relatos mais pormenorizados e atualizados sobre Aragão em Portugal são do período compreendido entre março e outubro de 1976, justamente os meses nos quais Conrado foi enviado a Lisboa para a missão especial. Segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo, publicada em dezembro de 2012,

Duas das mais ousadas ações de Conrado foram viagens ao Brasil e a Portugal. A ‘Missão Portugal’ ou ‘Neuzona’ custou US\$ 7,62 mil, divididos entre Itamaraty e o Cenimar (Centro de Informações da Marinha). De acordo com os preparativos da operação, ‘totalmente planejada e integralmente conduzida pelo Cenimar’, Conrado passaria de quatro a seis meses em Lisboa, para ‘levantar em Portugal as atividades subversivas em execução ou a serem executadas no Brasil, a fim de prover dados e informes’. Dois homens da ditadura, ‘Paulo’, baseado em Londres, e ‘Antonio’, no Brasil, manteriam contatos esporádicos com ele. Para encontros ‘tête à tête’, Conrado deveria ligar e indicar um local. Ao se aproximar dos agentes, ele devia perguntar sobre ‘a loja da Varig’ e mostrar um pedaço de uma nota de um cruzeiro. Segundo os documentos, Conrado esteve em Portugal entre março e outubro de 1976, mantendo estreito contato com o almirante Aragão. Em dezembro, já de volta a Montevidéu, entregou ao Ciex um relatório de dez páginas com os nomes de 76 ‘subversivos detectados’ em Portugal, Itália e França ou ‘em trânsito’ por Portugal. Havia desde anônimos a gente conhecida, como o ex-deputado Márcio Moreira Alves e o futuro presidente Fernando Henrique Cardoso.⁸¹²

Ignorando a vigilância e o acompanhamento constante de seus passos, Aragão aparece no mês de dezembro em atos organizados pelo Comitê Português Pró-Anistia Geral no Brasil (CPAGB) que tinham como objetivo protestar contra a ditadura no Brasil. Foram sete dias de ações diversas, culminando com um colóquio, realizado dia 20, no Instituto Superior de

⁸¹⁰ Ibidem, p. 578.

⁸¹¹ Entrevista de Dilma Aragão a Antônio Duarte. Apud DUARTE, A. op. cit., 2012, p.221.

⁸¹² VALENTE, Rubens e LEITÃO, Matheus. “O araponga uruguaio”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/84076-o-araponga-uruguaio.shtml>. Acesso em 18 dez. 2013.

Economia (ISE) com o tema *O Governo João Goulart e o Golpe de Estado de 1964*.⁸¹³ Na ótica do agente infiltrado “a peça principal do colóquio foi o discurso pronunciado pelo ex-Almirante Cândido da Costa Aragão, ‘em homenagem ao falecido ex-Presidente João Goulart’”.⁸¹⁴ O citado CPAGB tinha uma publicação própria, intitulada *Amnistia*, e em seu quarto número publicou uma foto do evento no qual Aragão aparece em destaque, ao lado dos militantes da esquerda portuguesa Piteira Santos, Eduardo Cruz, Nuno Teotónio e o major Pedroso.⁸¹⁵



No mesmo mês, constatamos a decisão do almirante de viajar à Venezuela. Aragão comprou, em 07 de dezembro, três passagens aéreas. Além de seu bilhete pessoal, os outros seriam para sua esposa chilena [nome não mencionado] e para o exilado José Maria Crispim.⁸¹⁶ As passagens deveriam ser usadas no prazo limite de 31 de março de 1977.⁸¹⁷ Até

⁸¹³ AN, COREG, IE 16.01, p.01.

⁸¹⁴ Idem.

⁸¹⁵ PORTUGAL, BNP, Jornal *Amnistia*, nº04, p.03. O *Amnistia* teve sete edições e tiragens que atingiram a marca de 5 mil exemplares. Os principais temas explorados na publicação - que contava na redação com exilados brasileiros e militantes das esquerdas portuguesas - eram: denúncias de tortura e violência contra presos políticos ou mesmo contra a população brasileira; acompanhamento dos movimentos sociais no Brasil (ênfase no movimento estudantil e na atuação da oposição sindical); a ação da Igreja Católica na luta contra o regime; e análises da conjuntura política brasileira. Cf. FREIRE, Américo, op. cit., p.130-136.

⁸¹⁶ José Maria Crispim era um histórico militante comunista do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e estava entre os 14 deputados federais do partido cassados em 1948. Também constam na lista Carlos Marighella, Jorge Amado, Maurício Grabois, Henrique Oest, Gregório Bezerra, João Amazonas, Oswaldo Pacheco, dentro outros. Em 13 de agosto de 2013 a Câmara dos Deputados, simbolicamente, devolveu os mandatos em cerimônia que contou com a presença de filhos e netos dos cassados, visto que todos já haviam morrido. Cf.

decidir se iria mesmo para a Venezuela, se dedicaria a escrever, de próprio punho, algumas considerações sobre a “Revolução brasileira”. Nesse sentido, em janeiro de 1977, os arapongas provavelmente estavam eufóricos analisando os manuscritos que roubaram dos pertences do almirante. Nas cerca de dezoito páginas, o agente tentou resumir o conteúdo, afirmando que

o autor advoga uma sociedade sem classes e o recurso à lutar armada para alcançá-la. Elogia MAO TSE-TUNG e critica a URSS pela política de ‘desanuviamiento’, que estaria comprometendo a ‘Revolução Mundial’. Considera chegado o momento de promover a organização do povo brasileiro, ‘pela base’- operários, camponeses, intelectuais patriotas, etc – ‘numa frente patriótica ampla, de libertação nacional e pela salvação do Brasil’.⁸¹⁸

Ainda em janeiro, Aragão vai a Paris e fez vários contatos com inúmeros exilados brasileiros que lá viviam. Um dos pontos mais destacados pelo CIEEX, foi um encontro entre ele e Apolônio de Carvalho, quando debateram sobre a instalação de uma “escola de quadros” na Guiana. Aragão teria recebido o apoio do histórico militante comunista.⁸¹⁹ Na mesma viagem, o almirante brasileiro visitou a embaixada da China em Paris e pediu intervenção no auxílio de brasileiros lá exilados, especialmente para Amarílio de Oliveira Vasconcelos. Tentando conseguir apoio material (dinheiro, metralhadoras antiaéreas, rádios transmissores, minas, etc) para por em prática suas ideias revolucionárias, mostrou ao funcionário da embaixada fotos onde aparecia com militares do alto escalão das Forças Armadas chinesas, como também com o general Giap, do Vietnã.⁸²⁰ Nessa viagem, contou com a companhia de Carlos Camacho, o mesmo suspeito de infiltração.⁸²¹

Conforme já relatamos, havia certo desencantamento com o processo português após o “25 de Novembro” e sua não guinada ao socialismo. Diferente do “25 de Abril”, não era o povo quem mais ordenava. Aragão iria buscar novos ares. Um informe do início de fevereiro ajudou-nos a compreender, ou ao menos indicar possibilidades, de como se deu a escolha de Aragão para sua nova atracção. Em contato direto com o Cônsul da Venezuela em Lisboa, a decisão seria tomada rapidamente.

<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/camara-devolve-mandatos-de-comunistas-cassados-em-1948,732d55c822a70410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>. Acesso em 12 fev. 2014.

⁸¹⁷ AN, COREG, IE 16.01, p.03.

⁸¹⁸ AN, COREG, BR AN BSB IE 16.002, p.08.

⁸¹⁹ AN, COREG, BR AN BSB IE 16.002, p.45.

⁸²⁰ AN, COREG, BR AN BSB IE 16.002, p.46-47. O agente relata do pedido de US\$ 50.000,00 (Cinquenta mil dólares).

⁸²¹ Ibidem, p.18.

1. No início de 1977, os asilados políticos brasileiros Cândido da Costa Aragão, Domingos Ferreira (esquerda ‘revolucionária’), Carlos Figueiredo Sá (do PCB), e Carlos Galeão Camacho contactaram (sic) o Consulado-Geral da Venezuela em Lisboa, tendo em vista obter visto para entrada e permanência em território venezuelano.
2. O ex-Almirante Aragão foi ali tratado com especial deferência pelo próprio Cônsul-Geral, e obteve o visto rapidamente, havendo mesmo sido dispensado do preenchimento dos numerosos requisitos legais para radicação na Venezuela.
3. O Cônsul-Geral da Venezuela em Lisboa, Carlos Alberto Taylhardat, é Almirante da reserva, ex-Secretário de Junta Interamericana de Defesa e ex-Professor da Escola de Formação de Oficiais da Marinha venezuelana. Teria sido, também, Cônsul no Rio de Janeiro período esse no qual teria realizado um estudo aprofundado da situação interna brasileira (campo político, econômico, social, etc.).
4. O contato de Taylhardat com os asilados brasileiros em Lisboa não seria casual, mas corresponderia a um projeto de arregimentar aqueles subversivos para infiltrá-los em território brasileiro, aí fomentando a subversão, inclusive armada. Tudo isso se enquadraria numa estratégia de ‘contenção’ do Brasil, que permitiria à Venezuela assumir um papel condizente com sua condição de país mais rico da área (3º lugar na OPEP, em produção de petróleo).
5. ARAGÃO deverá ser esperado no Aeroporto, em Caracas – chegará dentro de uma semana, aproximadamente – pelo Vice-Almirante Rafael Luce, a quem entregará uma sobrecarta lacrada, que lhe foi entregue por Taylhardat. Luce teria sido aluno de Taylhardat e ocuparia atualmente o cargo de chefe do Serviço Nacional de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela.
6. Na Venezuela, Aragão deverá assumir nova personalidade, com documentos de identidade falsos e aparência física modificada (bigode, barba, etc.). As despesas de manutenção serão pagas pelos venezuelanos (não se sabe se com recursos de origem governamental).

Diante de tão boas condições, não seria fácil recusar as propostas apresentadas. Dois almirantes com interlocutores certamente também pesaram em sua decisão. Em 11 de fevereiro de 1977 ele parte para Madrid, acompanhado de sua esposa chilena mencionada como Maria, e de Carlos Galeão Camacho.⁸²² Após alguns dias na Espanha, desembarcou em Caracas.

5.3- A última estação!

Em 21 de fevereiro, Aragão teria feito uma ligação telefônica comunicando seu novo país de morada ao “infel” secretário Alberto Conrado, então vivendo no Uruguai. Dias depois, lá estava Conrado, agente do Cenimar e do CIEX sob os codinomes ‘Altair’ e ‘Johnson’, recebendo a missão de Aragão de arregimentar militantes para sua futura “escola

⁸²² AN, COREG, BR AN BSB IE 16.003, p.06.

de quadros’.⁸²³ O almirante brasileiro chegou à Venezuela durante do governo de Carlos Andrés Perez, que, segundo documentos do governo brasileiro, apoiou a ida e a permanência de Cândido Aragão em seu país.⁸²⁴

Perez havia assumido a presidência em março de 1974 como candidato da Ação Democrática sob a consigna “Democracia com energia”.⁸²⁵ Algumas de suas principais medidas foram as nacionalizações das indústrias de ferro e petrolífera. Estabilizou as relações com as Forças Armadas e em 1976 tornou-se o vice-presidente da Internacional Socialista. Aragão sentia-se prestigiado pelo presidente venezuelano e teria advertido o agente infiltrado Conrado para evitar relacionar-se com os opositores de Perez.

Durante sua estada em Caracas, Alberto Conrado manteve contato com um deputado, JESUS (und), e também com alguns elementos do MIR. A reação do Almirante Aragão com relação a esses contatos foi desaprovadora. Considera ARAGÃO que não se deve fazer contatos ou aliar-se com adversários e inimigos de Carlos Andrés Perez, que, até o momento, tem-lhes dado um apoio mais ou menos concreto.⁸²⁶

Em maio de 1977, Aragão aparece como Assessor da Comissão de Política Exterior do Senado venezuelano. Nesse período, os relatos indicam a sua recusa de participar da recriação do Partido Socialista Brasileiro – PSB, que estaria sendo articulada por Miguel Arraes. Segundo os informantes, estava havendo um deslocamento de exilados brasileiros de Lisboa para Caracas, procurando integrar-se ao “projeto de ressurreição do PSB”.⁸²⁷ Esse debate no exílio acompanha as discussões internas no Brasil, que à época ensaiava a volta ao pluripartidarismo após de treze anos sob o sistema do bipartidarismo, representado pelo governista ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e pelo oposicionista MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

⁸²³ AN, COREG, BR AN BSB IE 025.001, p.515.

⁸²⁴ Idem.

⁸²⁵ Cf. Postulado como candidato de Acción Democrática a la presidencia en las elecciones del 9 de diciembre de 1973, lanza la consigna "Democracia con energía", obteniendo el triunfo con 2.142.427 votos, asumiendo el poder el 12 de marzo de 1974. En su primer año de gobierno desarrolló dos iniciativas relacionadas con el ámbito cultural: la Biblioteca Ayacucho (calificada colección de las obras maestras de las letras latinoamericanas) y el Programa de Becas Gran Mariscal de Ayacucho, para la capacitación de millares estudiantes venezolanos en los centros universitarios más prestigiosos del mundo. En 1975 nacionaliza la industria del Hierro y al año siguiente, la industria del Petróleo. Al fin de su mandato pudo afirmar la absoluta normalidad registrada en el orden militar durante todo el ejercicio de su quinquenio. Por su desvelo insistente en la protección a la naturaleza y en pro de la recuperación ecológica, recibió en 1975 el reconocimiento mundial del Premio "Earth Care", otorgado por primera vez a un jefe de Estado de América Latina. En 1976 se convirtió en el vicepresidente de la Internacional Socialista. En 1979 entrega el cargo de presidente a su sucesor Luis Herrera Campins y se incorpora a la Cámara del Senado como miembro vitalicio. Disponível em: <http://www.venezuelatuya.com/biografias/perez.htm>. Acesso em 25 dez. 2013.

⁸²⁶ AN, COREG, BR AN BSB IE 025.001, p.515.

⁸²⁷ AN, COREG, IE 16.07, p.03.

Por não ter aderido ao projeto, o almirante brasileiro teria ficado um período afastado das atividades da comunidade de exilados na Venezuela. Teria sofrido uma espécie de isolamento por parte dos demais “desterrados”.

1. CÂNDIDO DA COSTA ARAGÃO reativou seus contatos com grupos político-militares venezuelanos depois de um curto período de marginalização, motivado pela sua recusa em participar de uma possível restauração do ‘PSB’. Dos grupos contados, os principais são: o ‘Frontera’ e o ‘Pró-Venezuela’.
2. O grupo ‘Frontera’ seria composto de mais de trezentos oficiais das três armas, além de representantes da Guarda Nacional, entre elementos da ativa e da reserva. Nesse grupo estuda-se, ostensivamente, a possibilidade de uma situação tensa, ou mesmo de guerra, com o Brasil, ou com a Colômbia. No caso de uma investida contra a Guiana, prevê-se um tipo de aliança com Cuba ou a concessão de vantagens petrolíferas a Fidel Castro.
3. O grupo ‘Pró-Venezuela, por sua vez, cogita de planos similares ao do ‘Frontera’ porém com traços nitidamente marxistas. O almirante Wolfgang Larrazabal integra, simultaneamente, os dois grupos citados.⁸²⁸

Ainda no mesmo período, Aragão foi o destinatário de uma carta enviada por D. Pedro Casaldáliga, que o informava sobre um convite que recebeu para visitar igrejas na Venezuela, mas estava com receio de sair do Brasil, pois achava que seu retorno seria proibido pelas autoridades brasileiras.⁸²⁹

A partir daí, as notícias começaram a ficar mais raras. No Brasil e nas comunidades de exilados no exterior, o debate sobre a Anistia ganhava força e cada vez mais o ímpeto revolucionário daria lugar à luta pela democracia dentro da estabilidade institucional. O último suspiro das conspirações revolucionárias nas quais Aragão aparece durante o exílio, aconteceria na Argentina. O Departamento da Polícia Federal do Paraná transmitiu à comunidade de informações, a notícia da criação de uma Junta de Coordenação Revolucionária, em dezembro de 1977, envolvendo países do Cone Sul.⁸³⁰

(...) Os dados conhecidos que constam neste OI: Dá-nos conta de uma reunião realizada no balneário de Lahuem/Argentina, na qual participaram

⁸²⁸ AN, COREG, IE 16.07, p.04.

⁸²⁹ AN, COREG, IE 16.07, p.05. Pedro Casaldáliga nasceu na Catalunha, Espanha e chegou ao Brasil em 1968. Na época em que enviou a carta a Aragão já era conhecido como crítico contumaz da ditadura no Brasil. Ligado às populações indígenas na região do Mato Grosso, é bispo emérito de São Félix do Araguaia. Recentemente teve de deixar a região por sofrer ameaças de morte em virtude de sua luta em defesa das terras dos índios Xavantes. Cf. <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/ameacado-de-morte-o-bispo-d-pedro-casaldaliga-84-anos-deixou-sua-casa-e-esta-bem-mas-preocupado-diz-sobrinha/>. Acesso em 23 out. 2013; Ver também: <http://www.brasildefato.com.br/node/11835>. Acesso em 23 out. 2013.

⁸³⁰ Tradicionalmente, é a região formada por Argentina, Chile e Uruguai. Alguns estudos também incluem o Paraguai. Cf. <http://www.cartacapital.com.br/politica/paises-do-cone-sul-investigam-e-punem-criminosos-das-ditaduras>. Acesso em 07 dez. 2013.

guerrilheiros da Argentina, Chile, Uruguai e Brasil. Na oportunidade foi criada a Junta de Coordenação Revolucionária - JCR, cuja a finalidade seria a de formar uma estratégia de atuação para o chamado Cone Sul e coordenar as ações das Brigadas de Choque nos países que o compõem. Organizações que reuniram-se ERP/Argentina, ELN/Bolívia, MIR/Chile, MLEN-TUPAMAROS/Uruguai, ALN e VAR-PALMARES/Brasil (...) e um representante do MR-8. Subversivos que participaram – Fernando Gabeira, José Ferreira, Isidoro Antônio Viana Gutierrez, Cândido da Costa Aragão e Carlos Figueiredo de Sá (...).⁸³¹

Em 1978, ao que parece, diminuiu a vigilância sobre Aragão na Venezuela, haja vista a inexistência de informações a respeito do investigado naquele ano. Mais notícias só em março de 1979, meses antes da aprovação da Anistia no Brasil, quando foi relatada sua participação em um dossiê da Inteligência Militar venezuelana, que envolveria o levantamento e sistematização de informações sobre os vizinhos do Cone Sul.

As atividades da DIM (Dirección de Inteligencia Militar) venezuelana estão estruturadas, de forma autônoma, sob a denominação de Projeto Fênix (Proyecto Phenix), para coordenar as informações sobre o campos político, econômico e militar dos países do Cone Sul.

(...) Na seção brasileira, aparece como ‘diretor’ o ex-Almirante Cândido da Costa Aragão. Nela colaboram outros brasileiros: Carlos Camacho, José Silvio Pereira da Silva e uma Secretária venezuelana. A seção funciona no Edifício Parque Central, aptº 907.⁸³²

Meses depois do informe, em 18 de maio, Aragão já aparece ensaiando sua volta ao Brasil. Ele compareceu ao serviço consular da embaixada brasileira em Caracas e formulou o pedido de passaporte para regressar ao Brasil. Mostrou ao funcionário vários recortes de jornais que falavam sobre a possibilidade de aprovação da anistia e estava se preparando para regressar após cerca de 14 anos de exílio.⁸³³ Três dias depois ele retornou ao consulado, agora para registrar uma declaração em nome de uma cidadão chilena – à qual o nome não foi mencionado pelo agente -, passando-a o direito sobre “seus bens e proventos a que possa ter direito no Brasil, tanto no passado quanto no futuro”.⁸³⁴

Aragão estava realmente ansioso e queria voltar ao Brasil de qualquer jeito. Parecia oscilar entre a esperança na aprovação da lei e a total descrença de que o retorno legal seria possível. Aproveitando a presença do jornalista José Gomes Talarico em um evento de sua categoria realizado em Caracas, o almirante brasileiro teria confidenciado a Talarico sua disposição de retornar ao Brasil, ainda em Julho, sem esperar a anistia. Para isso, indagaria ninguém menos de que o ministro brasileiro das Relações Exteriores, que estava com visita

⁸³¹ AN, COREG, ZD 001.006, p. 01.

⁸³² AN, COREG, IE 17.03. p.01.

⁸³³ AN, COREG, IE 17.04. p.01.

⁸³⁴ Idem.

marcada para a Venezuela no mês de julho. Aragão queria saber dele se poderia voltar ao Brasil sem sofrer nenhuma represália. A reação de Talarico foi pedir para que Aragão não tomasse “qualquer atitude capaz de prejudicar o regresso ao Brasil de Leonel Brizola e Luis Carlos Prestes”.⁸³⁵

Por fim, a última nota do CIEX sobre o período de exílio de Aragão, já após aprovação da lei de Anistia, ocorrida em 28 de agosto de 1979.

1. Este Centro remete cópia do título de nacionalidade válido para o regresso ao Brasil, concedido ao ex-Almirante CÂNDIDO DA COSTA ARAGÃO, pelo Serviço Consular da Embaixada do Brasil em Caracas, em 11.setembro.1979.
2. O nominado declarou, na ocasião, que pretende regressar em breve ao Brasil, com passagem fornecida pelo ‘Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)’.⁸³⁶

Era chegada a hora do regresso, do retorno. A revolução armada já não era mais a palavra de ordem. O tempo, sempre ele, contribuía para as transformações, as metamorfoses. A palavra mais pronunciada agora era *democracia*. Os militares, de qualquer orientação ideológica, perderiam espaço para os “paisanos” que começavam a regressar ao Brasil com grandes recepções, festas, comícios.

E Aragão, como será sua volta? Terá ele uma grande recepção como outros exilados?

⁸³⁵ AN, COREG, IE 17.07, p.01.

⁸³⁶ AN, COREG, IE 17.08, p.01.

CAPÍTULO VI

A ÚLTIMA RETINIDA⁸³⁷

O biógrafo sabe que jamais concluirá sua obra, não importa o número de fontes que consiga exumar.⁸³⁸

François Dosse

Antes de deixar a Venezuela Aragão foi procurado pelo jornalista Helio Goldstejn, do jornal combativo *Versus*, publicado no Brasil, e foi subtema da chamada de capa, com o título “Aragão, o almirante que quis invadir o Brasil”.⁸³⁹ A notícia principal apresentava o “novo” Brasil que emergia nas grandes greves do ABC Paulista: “Lula e Marcílio comandaram a grande greve que abalou Figueiredo. Nas ruas, nas fábricas, nos sindicatos, em todo o país... CRESCE A REVOLTA”.⁸⁴⁰ Sobre a entrevista, que ocupou o espaço de seis páginas, estavam em pauta vários temas: o golpe de 1964 e a não resistência; a origem social do entrevistado; o perfil das Forças Armadas; o governo Jango; a peleja com Lacerda etc. No que diz respeito ao seu período no exílio, Aragão falou sobre sentimentos e ressentimentos:

Só o próprio exilado sabe do exílio. É indefinível, principalmente para um homem como eu, que veio para o exílio sem recursos, sem uma profissão definida, sem uma profissão técnica, e desajudado plenamente por todas as forças políticas, quer dizer, por todos os países por onde andei e do meu país. Nunca pertenci a nenhuma organização. Sempre fui contra, não sei porque, talvez por uma questão de defeito ideológico (...), sempre achei que não tinha sentido. Ou as organizações se fundiam e formavam o partido da revolução, adquiriam conteúdo, e podiam fazer alguma coisa, ou a heterogeneidade era consequência de que havia de conteúdo de cada brasileiro pertencente à organização. Havia uma inquietude muito grande, uma ânsia permanente de ser chefe, chefe de alguma coisa...⁸⁴¹

Entre os vários questionamentos, um especialmente sobre o processo de abertura política iniciado no governo do general Ernesto Geisel a partir de 1974. Aragão disse que

⁸³⁷ Na linguagem marinheira, retinida é um cabo (corda) de fina bitola (circunferência) que é lançada da embarcação para o cais dando início ao processo de atracação e à posterior amarração do navio na chegada ao porto de destino. No retorno pra casa, ou seja, ao porto de origem, é lançada a última retinida daquela viagem.

⁸³⁸ DOSSE, François, op. cit., p. 14.

⁸³⁹ Jornal *Versus*, nº 31, abr. 1979, capa.

⁸⁴⁰ Idem..

⁸⁴¹ Ibidem, p.08.

servia mais como propaganda política para o exterior e que internamente não tinha nenhuma significação. Seria “mera propaganda para garantir a saída, a liquidação, uma fórmula dos homens da ditadura fecharem a porta da ditadura”.⁸⁴²

Encontramos, ainda, perguntas que dizem respeito ao que ele achava da possibilidade de ocorrer uma anistia ampla, geral e irrestrita no Brasil. Naquele momento, em abril de 1979 – agora mais Cândido que Aragão – disse ele que “A anistia tem uma configuração histórica. A anistia é uma esponja no passado”.⁸⁴³ Ou seja, naquela conjuntura, como era comum aos demais exilados, o principal seria esquecer o que passou e reintegrar as pessoas à vida social e política do Brasil.

O interesse do jornalista no sentido de tentar fisgar o pensamento de Aragão sobre a anistia está inserido em um contexto no qual não apenas os canais de menor expressão, como é o caso da *Versus*, mas também publicações de grande circulação exploravam o tema. Poucos meses antes, em janeiro de 1979, a anistia de Aragão e demais militares excluídos após o golpe aparecia como um dos principais problemas para o governo. À época, falava-se em reintegração dos proscritos nas Forças Armadas, o que verdadeiramente seria um problema. Em reportagem da revista *Veja* daquele mês, o deputado Thales Ramalho afirmou que ‘o calcanhar de Aquiles é a questão dos militares punidos, que são mais de 1.000’.⁸⁴⁴ No texto da matéria vem o aprofundamento,

De fato, o amplo espectro formado pelos militares punidos vai do coronel Francisco Boaventura, afastado do Exército em 1969 por divergências táticas com o governo, até o ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, preso e condenado por ter ensaiado um movimento guerrilheiro em 1965 – passando pelo ex-almirante Cândido Aragão, o ‘Almirante Vermelho’, exilado há quinze anos. Diante desse quadro, Thales Ramalho imagina que ‘o futuro presidente vai encontrar resistência dentro das próprias Forças Armadas’. Talvez não. Segundo uma bem informada fonte militar de Brasília, o Exército já está preparado para receber com naturalidade um projeto de anistia – ‘desde que limitada e restrita,’ ressalva – graças aos efeitos do debate já estabelecido nos meios políticos em torno do assunto.

Restaria convencer, então, os oficiais mais diretamente ligados ao combate à subversão, ao aparelho de segurança – ‘que não devem estar gostando muito dessa história’ reconhece a mesma fonte. De qualquer forma, assinala, o aparelho de segurança não é o Exército. ‘É só uma parte dele – limitada, pequena e, o mais importante, sob inteiro controle’.⁸⁴⁵

Indagado por Hélio Goldstejn, Cândido falou mais e participou do debate:

⁸⁴² Ibidem, p.09.

⁸⁴³ Ibidem, 05.

⁸⁴⁴ *Revista Veja*, 31 de jan. 1979, p.14. Thales Ramalho era deputado pelo MDB e, na época, ocupava o cargo de Secretário-Geral da agremiação.

⁸⁴⁵ Idem.

Figueiredo tem feito declarações contrárias a isso. Eu acredito que ele deveria fazer uma revisão dessas punições. Ele fala muito em democracia. Mas para falar, ele tem que partir dessa posição: anistia ampla, geral e irrestrita. Não pode haver democracia com exilados políticos. Democracia é um manto protetor onde todo o povo é tutelado por ela. Não existe sentido em falar em anistia restrita. Acho que o general Figueiredo devia aproveitar essa oportunidade que lhe é dada e transformar o carrasco que é hoje, no anjo tutelar de amanhã.

O Brasil já devia ter marchado para uma reformulação política, com uma Assembleia Constituinte e uma nova constituição com postulados democráticos, dentro de uma democracia popular, atualizada e moderna. Não uma democracia à Dom João VI! Não uma democracia dos quartéis!⁸⁴⁶

Aragão ainda achou fôlego para atacar as Forças Armadas brasileiras e seu perfil conservador e revelou seu desejo, há muito ensaiado, de voltar e viver no Brasil, não mais como revolucionário armado, mas como anistiado político. “Desde que me sejam dadas as condições. Da mesma maneira que os militares viveram no Brasil e morreram no Brasil, eu também quero viver no Brasil, e morrer no Brasil. Afinal, eu não dou a ninguém o direito de querer ser mais brasileiro do que eu”.⁸⁴⁷

Era comum os exilados mais conhecidos serem recepcionados por muitos jornalistas, políticos, familiares e militantes do movimento da anistia no Brasil. Para a grande maioria, a volta era uma verdadeira festa, mas não foi a única forma de se viver esse regresso. Os significados do retorno após a aprovação de lei, em agosto, foram bem exemplificados na análise de Rollemberg:

A anistia era, ao mesmo tempo, o fim e o começo. Promoveria a retomada de uma sequência interrompida. Pertencer, enfim, ‘plena e verdadeiramente’, a uma sociedade. Restabelecer uma identidade perdida, usurpada. Recuperar a capacidade de expressão e compreensão na língua materna. Reencontrar as origens, o meio onde se nasceu e cresceu. Reunir partes fragmentadas. Retomar a luta. Reinsere-se na vida política do país. Reintegrar-se a uma história. A expectativa de atuar ‘lá dentro pra conquistar o resto’(...). [Entretanto] Se o fim do exílio e a volta estiveram, em geral, associados a tempos de felicidade, os testemunhos vão descortinando uma realidade mais complexa e nuançada. Trata-se de um momento delicado. (...) A volta nem sempre é gloriosa.⁸⁴⁸

Era chegada a hora do regresso. Como vimos no capítulo anterior, nos documentos do CIEX e em sua própria fala, era certo seu retorno. Entre 12 de novembro de 1965 – data que deixou o Brasil – e 18 de outubro de 1979, haviam se passado praticamente quatorze anos. Alguns de seus principais interlocutores durante o exílio já haviam retornado, como são os casos de Leonel Brizola – que ficaria inimigo de Aragão - e Miguel Arraes. Brizola havia desembarcado em Foz de Iguaçu no dia 06 de setembro, com cerca de 300

⁸⁴⁶ Jornal *Versus*, nº 31, abr. 1979, p.05.

⁸⁴⁷ *Ibidem*, p.09.

⁸⁴⁸ ROLLEMBERG, Denise. op. cit., 1999, p.264-265.

pessoas à sua espera, segundo reportagem do Jornal do Brasil.⁸⁴⁹ Arraes, no dia de seu retorno, em 15 de setembro, foi recepcionado por milhares de pessoas em um comício realizado em Recife.⁸⁵⁰

Como seria a volta de Aragão?

Antes mesmo de pisar em solo brasileiro ele já era notícia nos jornais de grande circulação. Mas não eram palavras animadoras: “Ex-almirante Aragão será preso ao chegar”.⁸⁵¹ Os agentes do DOPS do Rio de Janeiro trataram logo de recortar a notícia e incluir no prontuário do almirante. Não era especulação. No dia seguinte o Jornal do Brasil abordou com detalhes a volta, sem glórias, do militar paraibano: “Almirante Aragão chega e é preso por peculato sem poder ver parentes”.⁸⁵²

Esperado por três delegados representantes da Marinha, militares cassados, mais de 20 parentes e sem a costumeira recepção de parlamentares e manifestantes pró-anistia, o almirante Cândido de Aragão foi preso ontem ao chegar ao Aeroporto Internacional, vindo de Caracas, a última das quatro cidades onde se asilou desde 1964 (sic). Ele está condenado a seis anos por peculato.

Com passaporte português, terno escuro, duas malas e uma pasta 007 na mão, o almirante foi levado para a sala da Polícia Federal no Aeroporto. Uma hora depois – sem que fosse cumprida a promessa de que seu advogado e os três filhos poderiam vê-lo – um veraneio do DOPS levou-o ao 1º Distrito Naval.⁸⁵³

Pelo tom da notícia, percebe-se que Aragão não estava entre os exilados mais esperados pelas esquerdas. Ele não era um deles? Não era o almirante vermelho? O almirante do povo?⁸⁵⁴

Além dos filhos, Dilson, Diva e Dilma, a matéria faz alusão à presença de cinco netos e do advogado Augusto Sussekind de Moraes Rego. O defensor ainda tinha esperanças de que o Juiz da 2ª Auditoria da Marinha se manifestasse antes da chegada do avião, sobre o pedido por ele feito para que o almirante apelasse da pena em liberdade. ‘Afinal’, desabafou o Sr. Sussekind, ‘ele é primário e este processo de peculato que o condenou a seis anos é o mais infame que já vi em minha ida’.⁸⁵⁵

Aragão havia sido acusado de ter autorizado, na época em que era comandante-geral dos fuzileiros navais, obras na rede elétrica de sua corporação sem concorrência pública e de ter-se apropriado de um ventilador e de um rádio de sua residência oficial do comando. Havia

⁸⁴⁹BN. Jornal do Brasil, 07 set. 1979, p.05.

⁸⁵⁰BN. Jornal do Brasil, 17 set. 1979, p.04. A reportagem fala na presença de cerca de dez mil pessoas no comício, realizado no bairro de Santo Amaro.

⁸⁵¹BN. Jornal O Globo, 18 out. 1979, s.p. Acervo do APERJ, prontuário 638.

⁸⁵²BN. Jornal do Brasil, 19 out. 1979, p.26.

⁸⁵³Idem.

⁸⁵⁴Agradeço à minha orientadora Samantha Viz Quadrat pela preciosa observação.

⁸⁵⁵BN. Jornal do Brasil, 19 out. 1979, p.26.

ainda a condenação a 9 anos e 3 meses, pela Lei de Segurança Nacional. Na realidade essa condenação foi por não ter reprimido os marinheiros em 1964, quando foi acusado de abandono de posto e incitamento à disciplina. A matéria informava que essa pena estava prescrita, mas o advogado queria que ela fosse enquadrada na lei de anistia, cujo alcance era maior, assim como seus efeitos.

Ao desembarcar, tinha ao seu lado a companheira que aparecia nos documentos apenas como “chilena” e que na reportagem foi citada, equivocadamente, como Deolinda Bobadilla. Seu nome correto, Audolinda Del Carmen Llanter.⁸⁵⁶

Suas filhas reclamaram da ausência de deputados e das entidades que lutavam pela Anistia. De acordo com a matéria jornalística, o Comitê Brasileiro da Anistia enviou um representante que se retirou antes do avião chegar. Ao ser informado pelo delegado sobre o mandado de prisão, um Aragão sorridente teria perguntado: ‘são só seis anos? Ora, eu até pensei que fosse pior’.⁸⁵⁷ Na sala da Polícia Federal ele foi interrogado pelo superintendente, coronel Agnelo Bizo, e pelo delegado Wilson Bizo, da Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras.

Dois dias depois da chegada de Aragão, desembarcou no Rio de Janeiro Luís Carlos Prestes. Vindo de Paris, onde prestou concorrida entrevista na sede do Partido Comunista Francês antes do embarque. Prestes teve recepção organizada pelo amigo, o arquiteto Oscar Niemeyer. O histórico militante foi saudado por centenas de simpatizantes, com direito à música “o bêbado e o equilibrista”, de João Bosco e Aldir Blanc - que fala da anistia e da volta dos exilados -, sendo tocada no sistema de som do aeroporto.⁸⁵⁸

Aragão, evidentemente, não pôde marcar presença ao evento de retorno do exilado com quem havia encontrado em Portugal por ocasião do aniversário de Prestes. O almirante, após interrogatório no dia de sua chegada, foi levado posteriormente para o então Regimento Caetano de Farias, atual Batalhão de Choque de Polícia Militar do Rio de Janeiro.⁸⁵⁹

Apesar de isolado, o militar de 72 anos ainda despertava o interesse de simpatizantes e de muitos que haviam sido seus oponentes nas décadas de 1950-1960. O relato é do jornalista José Amaral Argolo:

⁸⁵⁶ No verbete do CPDOC o nome da companheira chilena de Aragão aparece como Aldalina Bobadilla, no entanto, na Certidão de Óbito, o nome oficial da segunda esposa do militar aparece como Audolinda Del Carmen Llanter Aragão. Para o primeiro nome, cf. ABREU, Alzira A. et al. op. cit., p.271.

⁸⁵⁷ BN. *Jornal do Brasil*, 19 out. 1979, p.26.

⁸⁵⁸ BN. *Jornal do Brasil*, 21 out. de 1979, p.03.

⁸⁵⁹ ARGOLLO, José Amaral. “Dominação e Informação (Para Além da Batalha das Mídias)”. In *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 24, n. 49, p. 227-256, jan/jun. 2008, p.241-242.

Pouco antes da deflagração do Movimento Militar que derrubou o Presidente da República, o Vice-Almirante destacou um pelotão de fuzileiros navais empunhando metralhadoras para que invadissem a Redação do Globo na Rua Irineu Marinho e prendesse todos os jornalistas (incluindo Roberto Marinho e seus irmãos Ricardo e Rogério). Como repórter do Globo fui designado para entrevistar o Vice-Almirante, pois o Dr. Roberto Marinho queria a todo custo saber o que pensava, tanto tempo depois, o ex-comandante do Corpo de Fuzileiros Navais. Por sorte consegui conversar ao telefone com o filho mais velho do Sr. Cândido Aragão; expliquei o que acontecera e ele compreendeu o problema. A solução foi a seguinte: eu me apresentaria como se fora sobrinho do Vice-Almirante e, na companhia do filho deste, entraria e deixaria o quartel do Batalhão de Choque. Foi o que aconteceu. Durante quase duas horas conversei com o Vice-Almirante Cândido Aragão. Afável e brincalhão (apesar do desconforto do alojamento), respondeu a todas as perguntas, exibiu diversos álbuns contendo fotografias das suas inúmeras viagens, inclusive ao Vietnã do Norte. De volta à Redação redigi cinco laudas sob a forma de entrevista pingue-pongue (aproximadamente cento e cinquenta linhas). Resultado: gaveta. Nem um fragmento foi publicado.⁸⁶⁰

Esse relato exemplifica qual seria tônica a partir daí. O fato de a entrevista não ter sido publicada marca o início dos silêncios em torno de Aragão. O momento era político e eles seriam os mais procurados e mais ouvidos. O ano de 1979 marca certamente a caminhada do país para o processo de abertura política e a volta da democracia eleitoral pluripartidarista. Brizola, Arraes, Ulysses Guimarães, Lula, Tancredo Neves etc, seriam atores importantes na “nova” República que emergia em trajes civis.

A assunção de João Batista Figueiredo naquele ano e sua posterior saída em 1985, marcam os seis anos de consolidação da abertura iniciada no governo de seu antecessor, general Ernesto Geisel, que ditou os rumos da política nacional de março de 1974 a março de 1979. Antes deles, além do citado Castelo Branco, já haviam passado pela presidência os também generais Costa e Silva – marcado principalmente pelo fechamento do regime, com a edição do Ato Institucional 5, o AI-5, em dezembro de 1968 –, e Garrastazu Médici, que teve seu governo sublinhado tanto pelo “milagre econômico”, como pelo aumento da repressão de todas as formas e das mortes de militantes da esquerda armada.

Com o início do processo de abertura consolidado, o MDB, que então se firmara durante o regime como único partido oposicionista, se transformaria em PMDB. Será que o antigo fardado, Aragão, teria espaço ou queria participar do jogo partidário? Outras opções mais claras, no futuro bem próximo, seriam o nascente Partido dos Trabalhadores (PT), que emergia do movimento sindical da região do ABC paulista, cuja figura mais notória era o líder do sindicato dos metalúrgicos Luís Inácio Lula da Silva; o Partido Socialista Brasileiro (PSB), refundado por Miguel Arraes; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ressurgido na figura, do agora inimigo de Aragão, Leonel Brizola. No entanto, como os processos ainda não

⁸⁶⁰ Idem.

tinham sido prescritos, o almirante continuava, mesmo após sua volta, *proscrito*⁸⁶¹ politicamente, mas não estava totalmente abandonado.

Entre 15 e 18 de novembro de 1979 foi realizado em Salvador o II Congresso Nacional de Anistia. Neste encontro, a ideia era demonstrar para o regime que a mera aprovação da lei não era o fim da linha. Queriam os organizadores, reafirmar o compromisso “de continuar, e de intensificar cada vez mais, unitariamente, a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, até a derrocada final e definitiva do arbítrio e do autoritarismo”.⁸⁶²

No documento final, uma dimensão do contexto histórico no qual os militantes que que regressavam do exílio iriam atuar:

O caráter parcial e discriminatório do projeto de anistia da Ditadura aponta, de forma insofismável, a necessidade de prosseguimento e ampliação da luta: os cárceres do País ainda retêm, presos, os nossos companheiros; muitos brasileiros, ainda exilados ou na clandestinidade, não podem retornar ao Brasil ou reintegrar-se plenamente na vida social e política; perduram, ainda, sem esclarecimentos nem punições, as mortes, os desaparecimentos e as sequelas dos incontáveis crimes cometidos em quinze anos de Ditadura, e permanecem intactos todos os aparatos jurídicos e materiais da repressão. Enquanto perdurar o arbítrio, deve continuar a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita; sem vacilações nem esmorecimentos.⁸⁶³

A prisão de Aragão não passou despercebida dos organizadores. Em um trecho do documento final, foi manifestada a “solidariedade ao almirante Cândido Aragão, anistiado e posteriormente preso, e apoio à sua libertação imediata”.⁸⁶⁴

Parece que o apelo tinha a intenção de pressionar para a execução de uma decisão tomada pelo STM dias antes. Desde 05 de novembro o Superior Tribunal Militar havia deferido o pedido de habeas corpus feito por seus advogados,⁸⁶⁵ mas a decisão demorou algumas semanas para ser cumprida, daí a inclusão de Aragão no Manifesto do II Congresso de Anistia e o pequeno gesto de solidariedade na nota.

No final de novembro Aragão ganhou sua liberdade. Mesmo sub-júdice, era uma liberdade que não gozava desde 1964. Desde documentos falsos, a nomes inventados, passando por diversos países, línguas, culturas, ideologias, tinha agora um currículo invejável, não apenas de militar, mas de ator político, de articulador, de embaixador dos militares e militantes do nacionalismo de esquerda. Algumas brigas na bagagem. Amigos e inimigos.

⁸⁶¹ Utilizo aqui o termo *proscrito* no sentido de vetado, excluído, mesmo que de forma branda e sutil. Agradeço ao professor Américo Freire a observação para essa questão durante o exame de qualificação.

⁸⁶² Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/manifesto-do-ii-congresso-nacional-de-anistia>. Acesso em 14 jan. 2014.

⁸⁶³ Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/ii-congresso-nacional-pela-anistia-luta-continua>. Acesso em 19 jan. 2014.

⁸⁶⁴ Idem.

⁸⁶⁵ ABREU, Alzira A. et al. op. cit., p.271.

Decepcionou-se com muitos. Decepcionou tantos outros. Só não havia ensarilhado sua arma. Queria, ainda, travar alguns combates.

6.1 - O manifesto

No início de junho de 1980 foi divulgado no jornal carioca *Tribuna da Imprensa* um texto assinado por Cândido Aragão. Em quinze parágrafos, o almirante volta às ideias que haviam o seduzido no período pré-golpe e que ficaram adormecidas durante seu longo exílio, quando se tornou um entusiasta da revolução mundial, principalmente após sua visita à China maoísta. Aragão, talvez querendo contribuir para o efervescente debate político que marcava o país, apresentou aquilo que entendia como *nacionalismo*.

Povo e Nacionalismo⁸⁶⁶

A execução da estratégia global para a defesa da soberania e segurança da nossa pátria implica e inclui preliminarmente uma profunda preparação psicológica das amplas massas populares – abrangentes mesmo de todo o potencial da nacionalidade, para fazer criar enraizadamente o sentimento nacionalista do homem, sentimento este que é origem e razão de ser do mesmo homem na sua convivência e integração social.

Sabemos por definição que o Exército é o Povo em armas. Sabemos também que as forças armadas da ativa representam uma modesta vanguarda que tem a missão de barrar a entrada de um circunstancial inimigo do território sagrado da nossa Pátria enquanto dá o tempo necessário para a mobilização da Nação para a guerra. Isto quer dizer que a Nação é o povo – quem a defende é o povo – quem a constrói é o povo.

Chamamos por definição de nacionalismo, o amor ou apego dos naturais de uma nação a Ela e a tudo quanto a Ela pertence; ou, também, a doutrina das reivindicações políticas de nacionalidades oprimidas.

Após apresentar seu particular conceito do nacionalismo, tendo o ‘povo’ - também de difícil definição - como protagonista. Aragão deixa transparecer todo o seu ressentimento com o regime instalado em 1964. Como tudo que vivera ainda fervilhava em suas lembranças, o inimigo externo continuava o mesmo, o imperialismo norte-americano. Obviamente, Aragão não falava mais em vanguarda ou partido revolucionário, em escolas de quadros, em distribuição de armas etc. O povo, mesmo apresentado de uma maneira frágil e quase degenerado, deveria ser o protagonista das transformações que viriam.

A ditadura militar instituída em 1964 teve o propósito vil e comprometido com nação estrangeira, de destruir um governo constitucionalmente eleito e esmagar as liberdades democráticas de que gozava todo o povo brasileiro, o que perdura até hoje – com o antinacional e mesquinho propósito de entregar todo o nosso imenso

⁸⁶⁶ Jornal *Tribuna da Imprensa*, 09 jun. 1980, s.p. Apud APERJ, prontuário 638, folha 35. O texto aqui apresentado foi encontrado também no Arquivo Nacional, Coordenação Regional de Brasília – AN, COREG, BR AN BSB VAZ 132A-0172.

potencial de riquezas ao imperialismo norte-americano e empresas multinacionais, submetendo o povo brasileiro à difícilíssima emergência que o aniquila e submerge.

Nesta difícilíssima encruzilhada em que foi colocada a Nação Brasileira; o povo enfermo – ignorante e faminto, tem que forçosamente buscar uma saída, com novos caminhos, que implique uma transformação social, com a construção da Pátria Grande que sempre sonhamos, sob o império da liberdade, independência econômica e verdadeira justiça social – levando principalmente em conta sua auto-determinação e inter-dependência, manter relações com todos os povos do mundo e buscando permanentemente a Paz Mundial.

A partir de 1964, o setor mais graduado da ditadura militar entendeu montar a ‘Estratégia’ do Terror, para despersonalizar o povo e criar o clima geral de perplexidade para facilitar a sua tarefa ‘entreguista’ e de suporte do imperialismo norte-americano e empresas multinacionais.

O povo brasileiro, faminto e desesperado vem tomando consciência que tem de lutar em seu benefício – apesar de continuar mantido todo o mecanismo do Estado Policial fascista perseguindo e encarcerando o povo e intervindo policialmente nos sindicatos das classes trabalhadoras. Segue, portanto, o mesmo clima de opressão para que não seja contrariado o entreguismo do patrimônio nacional. Vende-se parte do sagrado solo de nossa Pátria e as oligarquias nativas funcionam no campo de nas cidades como excelentes ‘testas de ferro’ das multinacionais facilitando enormemente o funcionamento de todos os canais da espoliação do nosso povo faminto, miserável e abandonado.⁸⁶⁷

Na conclusão do que denominou de *Manifesto à Nação*, o apelo sentimental do comandante aos valores que apreendeu na instituição castrense durante os quarenta anos de vida militar. No desfecho, não apenas o nacionalismo e o patriotismo, também os “sentimentos cívicos” ganham destaque. As expressões *alma, sentimento, heroísmo, espírito, dom e sagrada luta*, com todas as abstrações que carregam, exprimem, a meu ver - para além de uma simples estratégia discursiva -, o pensamento de um homem que viveu e vivenciou intensamente os impasses, as imprecisões, as dúvidas, os erros, as incertezas, as encruzilhadas e os dilemas sociais de seu tempo, quer individualmente, quer coletivamente.

Se o país marchava decisivamente rumo à democracia eleitoral e partidária, as canções a serem ouvidas pelo povo deveriam ter como temas a nação e a pátria. Mas o povo não deveria ser mero ouvinte, seria mesmo compositor, instrumentista, arranjador e intérprete da “Democracia moderna”. Esse era o prenúncio elaborado pelo teórico Aragão.

A perplexidade anulou na nossa gente os sentimentos mais necessários à vida social, que são os sentimentos cívicos de nacionalismo e patriotismo – que fazem nascer no homem o verdadeiro sentido de Pátria – pois é o nacionalismo que acrisola o patriotismo e que temos a prova prática nas grandes lutas de reivindicações populares em vários países do mundo.

O povo brasileiro também muito em breve desenvolverá a sua consciência ideológica nacionalista e de unidade nacional, para a sua luta de libertação nacional, para expulsar da nossa Pátria o imperialismo norte-americano e empresas

⁸⁶⁷ AN, COREG, BR AN BSB VAZ 132A-0172.

multinacionais, criando a nossa verdadeira independência econômica que significa a nossa real independência.

A nossa estrutura política obsoleta do capital estrangeiro e das oligarquias será transformada em Democracia moderna – eminentemente participativa – situando-se o seu Poder Político nas organizações sociais de base – onde o povo se estruturará em juntas-comitês e conselhos etc, de rua - bairro – cidades e Estados – com toda a massa trabalhadora organizada em sindicatos fortes exercitando permanentemente o Poder Popular, que é o poder nas mãos do Povo, para dar vida à letra morta da nossa Constituição que diz: Todo o poder emana do Povo!..

O nacionalismo é a mola que impele o homem para sua transformação de qualidade – principalmente político-sociais – levando o homem para a história como bravo herói e mártir sempre em benefício da causa social.

O nacionalismo é a gênese e o rumo certo e seguro para o patriotismo.

O sentimento patriótico constrói a alma coletiva, robustece o espírito das amplas massas, identifica caminhos e possui o grande dom de despertar entusiasmo para logarmos a conquista de objetivos superiores e a permanente superação do próprio homem.

Por tais razões consideramos da mais válida e superior importância buscarmos desenvolver permanentemente a consciência coletiva nacionalista e patriótica do povo brasileiro para conseguirmos transformá-lo no fulcro da causa da sagrada luta do povo brasileiro para reconquistar a sua liberdade e pacificamente empregar todos os esforços para a reconstrução econômica, política e social – cuja meta a atingir é o bem comum do povo brasileiro.

Para isto, conclamamos enfaticamente a cada um e a todo povo brasileiro a tomar consciência da hora presente e da angústia em que se debate a Nação Brasileira, para nos organizarmos cívica e pacificamente em torno da causa nacionalista e da Salvação Nacional.

Viva o Brasil!

Cândido da Costa Aragão⁸⁶⁸

Não temos com precisar qual o alcance desse manifesto à época de sua divulgação. De concreto, os agentes ficaram mais atentos aos passos daquele senhor que ainda incomodava o regime. O texto ganhou ares de documento e foi anexado a um dos prontuários de Aragão no antigo DOPS do Rio de Janeiro.⁸⁶⁹ Meses depois de sua divulgação, mas precisamente em setembro de 1980, agentes do Centro de Inteligência da Aeronáutica (CISA), encontraram várias cópias do texto no gabinete do vereador do Rio de Janeiro, Antônio Carlos Nunes de Carvalho. Segundo os agentes - que fizeram questão de difundir a notícia para o SNI, CIE e Cenimar – também foram encontrados estêncil e um mimeógrafo que eram utilizados para a reprodução de cópias do manifesto.⁸⁷⁰

Antônio Carlos, mais conhecido como Tônico, era vereador pelo PMDB e teve destacada atuação contra o regime militar. Foi um dos estudantes detidos por ocasião do Congresso da UNE em Ibiúna-SP, em 1968, e chegou a ser preso e torturado em virtude de sua militância no MR-8, no grupo conhecido como Dissidência da Guanabara (DI-GB).⁸⁷¹ A presença dos agentes do CISA em seu gabinete em setembro de 1980, foi para apurar um

⁸⁶⁸ Idem.

⁸⁶⁹ APERJ, Fundo Polícia Política, prontuários 638 e 22.503.

⁸⁷⁰ AN, COREG, BR AN BSB VAZ 132A-0172, p.01.

⁸⁷¹ Tônico viria a falecer em novembro de 1993. Disponível em: www.cecac.org.br/Tonico_trajetoria.htm. Acesso em 08 jan. 2014.

atentado contra ele, através de uma carta-bomba, que explodiu e feriu violentamente seu tio José Ribamar de Freitas, deixando-o sem o braço esquerdo, cego, e sem alguns dedos da mão direita.⁸⁷²

O atentado, certamente organizado pela extrema direita militar inconformada com o processo de abertura política, ocorreu em 27 de agosto – véspera do aniversário de um ano da lei de anistia –, e não foi o único daquele dia. Mais duas bombas explodiram no Rio de Janeiro, uma na sede do jornal Tribuna Operária – não deixando vítimas – e outra na sede da OAB, que provocou a morte de Lyda Monteiro da Silva, secretária da entidade. O alvo seria o então presidente do Conselho Federal, Eduardo Seabra Fagundes. Ninguém foi preso ou responsabilizado pelos crimes. No enterro de Lyda Monteiro, compareceram cerca de 20 mil pessoas que organizaram um “ato de repúdio ao terrorismo”.⁸⁷³

Apesar de ainda não ter sido totalmente “perdoado”, Aragão conquistava algumas vitórias nos tribunais. É o que fica evidente através da consulta ao Diário Oficial da União (DOU) do dia 24 de outubro de 1980. A partir daquele dia, Aragão não era mais ex-almirante, ele reconquistou o direito de ter de volta seu posto de vice-almirante do Corpo de Fuzileiros Navais e foi para a reserva remunerada da Marinha.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, de acordo com os artigos 1º da Lei nº 6683 de 28 de agosto de 1979 e 110, item 1, letra a) da Lei nº 5774 de 23 de dezembro de 1971 (...)

RESOLVE:

Considerar CANDIDO DA COSTA ARAGÃO reformado, a contar de 27 de dezembro de 1979, no posto de Vice-Almirante do Corpo de Fuzileiros Navais, por ter atingido a idade-limite de permanência na Reserva Remunerada da Marinha no ano de 1975, com a remuneração a que faz jus (...).

BRASÍLIA, em 23 de outubro de 1980
159º da Independência e 92º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Maximiniano Fonseca⁸⁷⁴

Porém, os prontuários de Aragão nos órgãos de repressão da ditadura ainda não haviam sido encerrados. Logo, a vigilância sobre ele e demais regressos do exílio continuava. Nesse sentido, agentes do DOPS do Rio de Janeiro registraram, apenas sete dias depois da publicação da reforma do almirante, que Cândido Aragão se filiara ao Partido do Movimento

⁸⁷² Disponível em: www.cecac.org.br/Tonico_atentado.htm. Acesso em 08 jan. 2014.

⁸⁷³ Ibid. Cf. também www.oab.org.br/noticia/26014/ha-33-anos-lyda-monteiro-foi-vitima-da-bomba-contra-a-democracia. Acesso em 09 jan. 2014.

⁸⁷⁴ BRASIL, Ministério da Justiça, Diário Oficial da União, 24 out. 1980, Seção II, 9204. Maximiniano da Fonseca era o ministro da Marinha à época.

Democrático Brasileiro (PMDB).⁸⁷⁵ O ato de assinatura teria ocorrido no dia 30 de outubro de 1980. Na oportunidade, o anfíbio almirante declarou - entre outras coisas que constavam no seu manifesto de meses antes – que poderia ser candidato nas eleições de 1982, desde que fosse do interesse do partido. Também lamentou, segundo os agentes do DOPS, “que se queira fazer separação entre civis e militares (...). A conversação em questão é um imperativo das duas partes, e o Exército, como as Forças Armadas, em seu todo, não pode se transformar numa ilha”.⁸⁷⁶

6.2 - PMDB. O novo, nem tão seguro, porto

A nova “casa” política de Aragão, como já mencionado, havia se consolidado como o único partido autorizado para representar a oposição durante o regime militar.

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, “o MDB foi formado na esteira da derrota de 1964, após a onda de cassações que extirpou da vida política nacional lideranças identificadas com as esquerdas e com os projetos reformistas ensaiados na conjuntura anterior”.⁸⁷⁷ Como toda mudança radical, a nova ordem que emergia necessitava de uma reconfiguração nas estruturas político-partidárias do país, objetivando dar aos militares uma maior tranquilidade para aprovação de seus projetos, principalmente nos primeiros quatro anos, 1964-1968, período no qual ainda o regime não se fechara completamente. Nesse sentido, parte expressiva dos políticos conservadores identificados com as ideias e projetos da nascente ditadura, muitos deles integrantes da antiga União Democrática Nacional – UDN, agora militariam na Aliança Renovadora Nacional - Arena.

Sobre a Arena, Lúcia Grinberg ressaltou a existência de silêncios que não colaboram para um entendimento do jogo político que se iniciou com a ditadura. De acordo com a autora,

Durante do regime militar, a Arena sempre foi associada diretamente à UDN e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ao PSD. (...) Mas essa imagem reproduzida por pessedistas filiados ao MDB silencia sobre o pessedismo que apoiou o movimento de 1964 e que migrou para a Arena. Ao longo de sua existência, havia realmente uma disputa compartilhada quer pelos membros da

⁸⁷⁵ APERJ, Fundo Polícia Política, Prontuário 638. Resenha Diária nº 206, 31 de out. 1980.

⁸⁷⁶ Idem.

⁸⁷⁷ MOTTA, Rodrigo Patto S. “O MDB e as esquerdas”. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (org.). *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia – 1964...vol.3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.285.

antiga UDN, agora na Arena, quer pelos membros do extinto PSD, então MDB. No entanto, a Arena era formada, de fato, tanto por udenistas quanto por pessedistas.⁸⁷⁸

Do outro lado, o enfraquecido MDB, “reunindo o que restou no Congresso de parlamentares dispostos a se filiar a uma organização formalmente de oposição ao novo regime”.⁸⁷⁹ Porém, adverte Motta, embora o MDB contasse com militantes realmente interessados em lutar com a ditadura, “nem todos os emedebistas tinham perfil de oposição; alguns estavam mais para auxiliar do regime do que qualquer outra coisa”.⁸⁸⁰ Ainda segundo Motta,

No período inicial de sua existência, entre 1966 e 1969 (...), o partido contou com um grupo de parlamentares aguerridos, que tentou dar vida real à organização e aproximá-la dos setores mais politizados da sociedade. Esses parlamentares, alcunhados de ‘imatuross’ pelo grupo moderado do MDB... tentaram colar o partido à onda de protestos antiditatoriais que eclodiu em 1967-8. Dos membros do grupo acabou ganhando maior notoriedade o deputado Márcio Moreira Alves autor do discurso utilizado pelos militares como desculpa para forçar o recrudescimento da repressão.⁸⁸¹

Com o advento do AI-5 o MDB teve cerca de sessenta deputados federais cassados, num universo de 139. O ressurgimento mais efetivo viria em 1974.⁸⁸²

Com a presença disfarçada de militantes do PCB em seus quadros, e contando com um pequeno, mas aguerrido, grupo de parlamentares chamados de *autênticos*, o partido conseguiu superar os candidatos da Arena. Em 1978, em mais um processo eleitoral, o MDB derrotou mais uma vez os candidatos arenistas. Agora, o reforço vinha também de representantes das várias correntes do marxismo. Segundo Motta, “a partir de 1974, vários grupos políticos marxistas iniciaram uma rota de aproximação com o partido, que levou parte deles a se integrar efetivamente ao MDB, a exemplo do PC do B e do MR-8, recém-saídos de experiências fracassadas de luta armada”.⁸⁸³ A repetição do êxito em 1978 já seria um resultado dessa nova leva de ingressos.

Em relação ao grupo denominado de *autênticos*, algumas fontes contabilizam o número de 23 deputados, que a partir de 1971 faziam um contraponto ao grupo moderado do MDB.⁸⁸⁴

⁸⁷⁸ GRINBERG, Lucia. “Uma memória política sobre a Arena: dos ‘revolucionários de primeira hora’, ao ‘partido do sim, senhor’”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto S. *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p.144.

⁸⁷⁹ MOTTA, Rodrigo Patto S. op. cit., 2007.

⁸⁸⁰ Idem.

⁸⁸¹ MOTTA, Rodrigo Patto S. op. cit., 2007, p.288-289.

⁸⁸² Idem.

⁸⁸³ Ibidem, p.296.

⁸⁸⁴ Cf. “Os autênticos: timinho bom de briga”. In: *Revista Caros Amigos - A ditadura militar no Brasil: a história em cima dos fatos*, fascículo 11, 2007, p.325. A matéria destacou as atuações de Lysaneas Maciel, Chico

Os autênticos transformaram o parlamento em campo de luta pela volta da democracia. Lysaneas Maciel discursava sobre direitos humanos, Chico Pinto combatia a política econômica do governo e defendia nossa soberania. Um discurso marcante foi o de Alencar Furtado, em 1971: denunciou o desaparecimento de Rubens Paiva e cobrou o governo, um tema tabu. Sucederam-se pronunciamentos contra a censura, a tortura, o desaparecimento de presos políticos e a favor do mercado nacional.

Em 1973, os autênticos idealizaram a anticandidatura de Ulysses Guimarães, principal líder do MDB, para a sucessão de Médici, fundamental para a vitória em 1974 e para um avanço sem precedente da oposição.⁸⁸⁵

Acredito ser importante recuperar aqui um pouco dessa trajetória dos emedebistas, no sentido de situar o contexto e a instituição na qual militaria Aragão. Os dois anos que antecederam a filiação de Aragão ao MDB, 1978-9, foram marcados, principalmente, pelo debate em torno dos três “R”: Reabertura (política), Retorno (dos exilados e dos presos políticos à vida pública) e Reforma (partidária). Intrinsecamente ligados, esses temas de caráter político foram amplamente debatidos na imprensa e no parlamento. Especificamente sobre a reforma partidária, o MDB acabaria perdendo um bom número de militantes para os demais partidos que se reestruturavam ou surgiam, a exemplo do PTB, PDT e PT. Sendo esse último o que mais atrairia emedebistas.⁸⁸⁶

6.3 - A absolvição jurídica

No dia 23 de fevereiro de 1981, Cândido da Costa Aragão foi, enfim, absolvido das acusações de peculato. O julgamento final, ocorrido na sede do STM em Brasília, não passou despercebido da imprensa. Segundo reportagem do *Jornal do Brasil*, o Procurador da Justiça Militar, Milton Menezes da Costa, afirmou que não ficou comprovada a culpa do réu e pediu a nulidade do processo. Aragão, talvez com certa ironia, ficou de pé e pediu permissão para fazer um agradecimento, mas teve seu pedido negado.⁸⁸⁷ Na saída, analisou a decisão do júri e foi questionado sobre seu futuro.

Aragão é absolvido pelo STM

Brasília – O comandante do Corpo de Fuzileiros Navais no Governo João Goulart, vice-Almirante Cândido Aragão, foi absolvido ontem do último crime a ele imputado por ocasião da Revolução de 1964 – o peculato. Após 29 minutos de debates secretos, o STM proferiu a sentença favorável (...).

À saída do plenário, declarou-se surpreso com a sentença: ‘Se o meu julgamento é político e se este tribunal é eminentemente político, eu não poderia esperar ser absolvido, mas o fato é que termina hoje minha longa peregrinação de quase 17 anos

Pinto, Alencar Furtado, Fernando Lyra, Marcos Freire, Freitas Nobre, Amaury Müller, Fernando Cunha, Francisco Amaral, Jailson Barreto, Nadir Rossetti, Paes de Andrade, Severo Eulálio, Josaphat Borges.

⁸⁸⁵ Idem.

⁸⁸⁶ MOTTA, Rodrigo Patto S. op. cit., 2007, p.299.

⁸⁸⁷ *Jornal do Brasil*, 24 fev. 1981, p.02.

em cárceres, exílios e degradações. Do Brasil, espero me reintegrar ao seu povo e com ele lutar em busca de melhores caminhos.’

O Almirante Aragão manifestou descrença quanto ao sistema partidário. Observou que ‘o melhor partido político no momento é a Igreja’. E admitiu ingressar no Partido dos Trabalhadores. ‘Isso só depende do PT’, acrescentou.⁸⁸⁸

O Partido dos Trabalhadores (PT), tinha apenas um ano de criação quando da indagação do repórter do Jornal do Brasil a Aragão. Fundado oficialmente “em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo”,⁸⁸⁹ o partido reuniu em seu ato de fundação “lideranças sindicais *autênticas*, revolucionários marxistas-leninistas e militantes cristãos radicais. Um encontro inusitado”, destacou Daniel Aarão Reis.⁸⁹⁰ Ao revelar o cenário daquele momento de ascensão dos sindicatos e de radicalização promovida pelo movimento operário brasileiro, particularmente os trabalhadores das indústrias automobilísticas de São Bernardo do Campo, Reis destacou que:

A ditadura estava em franco declínio: seu aparelho repressivo, ainda intacto, e embora em atividade, intimidava cada vez menos. Mesmo entre as elites, principalmente entre elas, talvez, prevaleciam as tendências favoráveis à democratização do país. O contexto internacional também ajudava: o triunfo da revolução sandinista, em 1979; o declínio das ditaduras nas Américas ao sul do Rio Grande; e a própria atitude do governo Carter nos Estados Unidos, que via com bons olhos o declínio dos regimes ditatoriais, desde que substituídos em boa ordem, e pelo alto, tudo isso favorecia propostas alternativas fundadas na imaginação e na criatividade.

Foi num contexto como esse que se estruturou o PT, ganhando rapidamente notoriedade os nomes dos líderes sindicais que, desde meados de 1978, iriam decidir sua construção (...).⁸⁹¹

Ainda sobre a criação do PT, Aarão Reis ressaltou que a decisão de criá-lo provocou questionamentos oriundos de expressivos setores das esquerdas. A pergunta mais repetida era: “Fundar um novo partido popular não contribuiria para enfraquecer o MDB, fazendo o jogo da ditadura?”⁸⁹² Segundo o autor, o PCB e o PC do B, faziam coro a esses argumentos, apontando a criação de um novo partido como uma decisão inconsequente “no delicado momento da última fase da transição democrática, alquebrar o MDB, o principal instrumento

⁸⁸⁸ Idem.

⁸⁸⁹ REIS, Daniel Aarão. “O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas”. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (org.). *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia – 1964...Vol.3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.507. Grifo do original.

⁸⁹⁰ Idem.

⁸⁹¹ Ibidem, p.506. O autor cita os nomes de Luiz Inácio Lula da Silva, José Cicote, Henos Amorina, Paulo Skromov, Jacó Bitar e Olívio Dutra.

⁸⁹² Ibidem, p.508.

que, mal ou bem, fora construído pela sociedade brasileiras em suas lutas contra a ditadura”.⁸⁹³

Não sabemos o porquê, mas não seria o partido da estrela vermelha que tiraria Aragão do PMDB, ao contrário do que ocorrera com militantes históricos emedebistas.⁸⁹⁴ O que fica explícito é que após algumas meses de sua filiação, Aragão já estaria disposto a deixar o PMDB e demonstrava ceticismo quanto ao sistema partidário que estava em pleno reflorescimento.

A partir desse momento, Cândido Aragão começa a desaparecer do cenário, do contexto, da paisagem. Nos arquivos do DOPS, do CIEX, do Cenimar, suas fichas e respectivos prontuários deixam de ser alimentados. Começa o crepúsculo da pessoa física, do homem político. Aragão não é localizado nos próximos embates de seu tempo. Nas eleições de 1982; no movimento pelas eleições livres e diretas, *as Diretas Já*, em 1984, não se fala no “almirante vermelho”. Ele também não aparece como personagem nos embates para a formação e a atuação da Assembleia Constituinte de 1987/1988.

Curiosamente, à medida que os fardados autoritários vão deixando o poder, a farda de Aragão também vai deixar de ter importância. Os fuzis, de ambos os lados, perdem seu protagonismo. O fuzileiro vai na mesma maré. Agora viria o tempo dos engravatados, da força da caneta, dos grandes oradores, dos políticos profissionais. Essa não era a praia de Aragão.

Talvez ele até quisesse participar, mas sua esposa chilena, Audolinda Bobadilla, estava sempre por perto para deixá-lo fora das confusões. É de Ramalho Leite, conterrâneo de Aragão, o seguinte relato:

A última vez que o Almirante Cândido da Costa Aragão esteve nesta capital [João Pessoa-PB], já depois de anistiado, recepcionei-o com um almoço na minha residência do Jardim Luna. José Aragão, seu primo e meu sogro, pedira a cada membro da família para acolhê-lo com carinho. Era uma forma de compensá-lo dos

⁸⁹³ Daniel Aarão Reis apontou ainda alternativas que apareciam no novo cenário partidário: “ Por outro lado, apareciam acenando no cenário político diversas alternativas, sedutoras e persuasivas. De um lado, a construção de um partido socialista democrático, em que se empenhavam figuras políticas de prestígio e de tradição, como o Almino Afonso, experiente e respeitado líder político da esquerda trabalhista anterior a 1964; Fernando Henrique Cardoso, eleito, em 1978, com apoio de lideranças operárias de São Bernardo, suplente de senador na chapa encabeçada por Franco Montoro, além de outros deputados e lideranças *autênticas* do MDB. De outro, a proposta de Leonel Brizola, lançada ainda do exílio, em Lisboa, em 1979, antes da anistia, quando refundara o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), conservando, mas, ao mesmo tempo, atualizando, a tradição trabalhista, associando-a agora ao socialismo democrático europeu e a temáticas e a reivindicações novas, que passariam, desde então, a agitar as esquerdas brasileiras: o racismo na sociedade, a criança marginalizada e abandonada, a opressão da mulher, a questão, considerava decisiva, da educação. Era o *socialismo moreno*, aberto às realidades concretas do Brasil, potencializado pela notável capacidade de comunicação de Brizola. Ibid.

⁸⁹⁴ Rodrigo Patto Sá Motta cita o exemplo do deputado federal Aírton Soares, que defendia uma relação de respeito do partido com os movimentos sociais, sem cooptá-los e respeitando a autonomia destes. Cf. MOTTA, Rodrigo Patto S. op. cit., p.297.

sofrimentos e da distância que mantivera dos seus. Chamei alguns amigos, entre os quais Jório Machado, Edivaldo Motta e Orlando Almeida. O militar, cansado e cego de um olho, resultado de torturas na Fortaleza de Lajes, se queria falar, não conseguiu, mesmo diante da insistência de Jório, já deputado, mas que não largava seu faro de repórter. A segunda esposa do almirante, Aldalina Bobadilha (sic), uma chilena com quem andou por vários países durante o exílio de quinze anos, não deixava que abrisse a boca sobre o passado. Ainda vivia apavorada com os inimigos do chamado Almirante do Povo.⁸⁹⁵

Essa será a tônica a partir desse momento de protagonismo dos atores políticos. Ao lado de sua esposa, residindo no Bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, o “almirante Aragão da Paraíba” – como gostava de ser chamado -,⁸⁹⁶ paulatinamente sairia de cena. Porém, era um sair de cena da conjuntura daquele momento histórico específico. Foi justamente a partir da consolidação do processo de abertura política, na esperança de que os traumas do passado, ainda tão vivos, não se repetisse, que se iniciou a publicação sistemática, em datas e momentos pontuais, dos livros de memórias, reportagens, obras e pesquisas acadêmicas em diversos campos das humanidades, sobre o governo João Goulart e o golpe de 1964. Mesmo que Aragão, Audolinda, e seus familiares quisessem esquecer e silenciar sobre os ressentimentos que ainda incomodavam-nos, a trajetória de Aragão fazia dele um personagem dos mais lembrados e enunciados.

Até sua morte, em 11 de novembro 1998, sua fala desapareceria dos jornais à medida que o tempo iria, organicamente, consumindo seu corpo e suas memórias. Esse crepúsculo do personagem que falava muito e que cada vez mais se recolhia dos embates de seu tempo foi ratificado por Dênis de Moraes, em publicação com data de 1989. “A fala do Almirante Aragão é extraída de um de seus raros pronunciamentos desde que voltou do exílio, em dezembro de 1979”, ressaltou o autor.⁸⁹⁷

Nos anos seguintes, será praticamente rotina ler um livro sobre o golpe de 1964 e cruzarmos com o seu nome em algum parágrafo. Ou seja, o sepultamento de seu corpo não significou necessariamente sua morte social. Arrisco-me a dizer, que foi mais início do que fim. Suas constantes “reaparições” são exemplos dessa resistência ao naufrágio às profundezas do esquecimento.

⁸⁹⁵ LEITE, Ramalho. “O Almirante do Povo”. Disponível em: <http://expressopb.com/2013/07/o-almirante-do-povo/>. Acesso em 09 set 2013.

⁸⁹⁶ Jornal *Versus*, nº 31, abr. 1979, p.05.

6.4 - A volta nos braços dos marinheiros

Não é recente a presença de Aragão nos livros sobre o período. Quer sendo citado como coadjuvante, quer como protagonista, ele foi sempre lembrado em diversas publicações, mesmo quando ainda vivo. Nossa intenção aqui não é apresentar um levantamento sistemático, ano a ano, de todas as publicações que mencionaram o investigado em suas páginas, mas sim, mostrar como o personagem sempre ocupou espaços nas análises sobre o golpe de 1964.

Como relatado no primeiro capítulo, ainda em 1964 ele teve sua foto publicada no livro organizado por Alberto Dines por ocasião de seu comparecimento à sede do Automóvel Clube, em 30 de março.⁸⁹⁸

Pouco mais de dez anos depois, precisamente em 1975, exilado em Portugal, ele mesmo presentearia o comandante Augusto Santos, da Marinha portuguesa, com um exemplar do livro de Hélio Silva, no qual consta sua foto ao lado dos marinheiros rebeldes de 1964. Ao que parece, o almirante brasileiro queria comprovar seu protagonismo e sua importância nos acontecimentos de uma década atrás. Escreveu uma dedicatória ao amigo, “como reconhecimento dos seus méritos pessoal de lutador informado pela causa do povo”.⁸⁹⁹ Na volumosa obra, Aragão aparece nos momentos em que já registramos aqui e que iriam marcar as referências futuras sobre o personagem. No texto de Silva, a sequência o mostra atuando como negociador na Rebelião dos Marinheiros; registra sua presença na sede do Automóvel Clube, dia 30 de março; e, como não poderia faltar, o possível ataque a Carlos Lacerda, este o momento mais destacado.⁹⁰⁰

O Cel. Gustavo Borges comunicara ao Governador que o Alm. Heitor Lopes de Sousa interceptara um telegrama do Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, mandando o Alm. Aragão, Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, atacar a Guanabara. Confirmando, em parte, essa informação, chegou ao Palácio a notícia de que os dois batalhões de fuzileiros, aquartelados na Ilha do Governador, o Humaitá e o Riachuelo, estavam se deslocando pela Avenida Brasil. Essa notícia estourou como uma bomba. Conta Marcelo Garcia, Chefe da Casa Civil do Governador Carlos Lacerda: ‘Sabíamos da absoluta superioridade do inimigo em poder de fogo. Segundo o Gen. Salvador Mandim, que comandava a defesa do Palácio, não teríamos condições de resistir mais que duas horas’.⁹⁰¹

⁸⁹⁸ DIINES, Alberto et al. op. cit.,

⁸⁹⁹ Agradeço ao almirante Manuel Martins Guerreiro, da Marinha Portuguesa, a cópia da dedicatória escrita por Aragão ao comandante Augusto dos Santos.

⁹⁰⁰ SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 356-368; 364; 378; 414-417, respectivamente.

⁹⁰¹ Ibidem, p. 414.



Imagem de Aragão na obra de Hélio Silva, 1975.

Retomamos aqui esse episódio, porque durante nossas pesquisas feitas em Portugal, foi recorrente a afirmação dos entrevistados sobre os “fantasmas” que perturbavam Aragão por não ter tomado a decisão de atacar o Palácio da Guanabara e prender Carlos Lacerda. O almirante Martins Guerreiro, assim expressou o que percebeu nos diálogos com o amigo brasileiro:

Lembro-me que uma vez eu disse, Sr. Almirante, pra não ser assim só uma conversa rápida, o senhor escreva isso. Escreva o que é que pensa, como é que acha, como é que a coisa deve ser. Aquilo levou algum tempo. Ele acabou por fazer, escrito à mão. Já era uma letra um bocadinho trêmula, tinha alguma dificuldade. Ele fez um documento talvez com umas vinte páginas, talvez eu o tenha guardado. Onde é que o documento está? Não sei exatamente.

Eu li, discuti com ele, discutimos muito o processo português. Eu acredito que ele tinha essa ligação com o Partido Revolucionário do Proletariado exatamente por causa das conversas que nós tínhamos. Porque ele dizia tem que atuar... a força das armas...

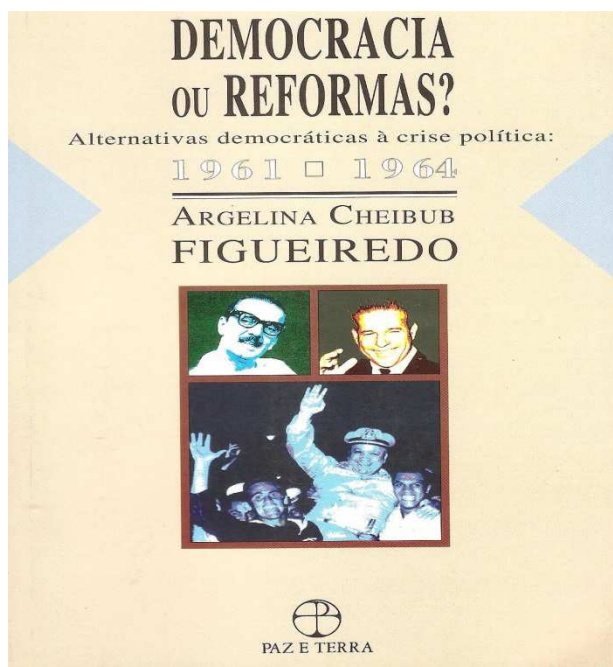
Eu diria que ele tinha um problema, não diria de consciência, mas era qualquer coisa que o perturbava e o frustrava, digamos, era o Golpe no Brasil. Porque sendo ele um comandante militar poderia ter intervido, ele tinha isso na sua cabeça. E realmente acabou por não fazer a intervenção, isso era um pesadelo que ele tinha.

Essa questão de ‘nós temos os instrumentos e há de usá-los’, ele queria transferir isso para a situação portuguesa. Ele tava amargurado por não ter utilizado os instrumentos que deveria ter usado. O almirante Aragão dizia que a espingarda era pra usar. Ele nunca se libertou disso, não ultrapassou esse problema que era consigo próprio.⁹⁰²

⁹⁰² PORTUGAL. Entrevista com Manuel Martins Guerreiro. Lisboa, 20 set. 2012.

Ele teria que conviver com essa mágoa, esse ressentimento, até o fim. Pois, após sua volta ao Brasil, nas raras oportunidades que tiveram, seus entrevistadores tinham uma pergunta preferida: por que não houve resistência ao golpe?

Em 1993, cinco anos antes do seu falecimento, ele apareceria mais uma vez. Agora com um inegável destaque. Nesse ano, a Editora Paz e Terra publicou o livro *Democracia ou Reformas?*, fruto da tese de doutorado em Ciência Política de Argelina Cheibub Figueiredo, na Universidade de Chicago. Na capa, as imagens de Jânio Quadros, João Goulart aparecem em destaque tendo logo abaixo Candido Aragão, sendo carregado nos ombros da marujada.⁹⁰³



(Capa do livro de Argelino Cheibub Figueiredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Nela, a amplamente reproduzida imagem de Aragão nos ombros de marinheiros rebeldes em 1964)

Em 1998, dias após o velório de Aragão, o vereador Antonio Pitanga, eleito pelo PT carioca, apresentou dois Projetos de Lei como o objetivo de homenagear Aragão. O primeiro seria nomear um logradouro da cidade, e o segundo, uma unidade escolar na rede oficial do município. Na justificativa dos projetos, o texto dizia que:

No último dia 12 de novembro, o Almirante Aragão faleceu, aos 91 anos, após um longo período de enfermidade. No seu país, como ele sempre desejou.

⁹⁰³ FIGUEIREDO, Argelina C. op. cit., capa.

Infelizmente, sem ver construída a consciência ideológica nacionalista de seu povo, causa que justificou toda a sua vida.⁹⁰⁴

Um depoimento do jornalista Hélio Goldstejn, o mesmo que havia entrevistado Aragão em 1979, na Venezuela, reforçou os argumentos para aprovação dos Projetos:

‘Eu tinha dez anos quando ocorreu o golpe de 64.

Lembro que meu pai ouvia atentamente uma emissora de rádio do Rio Grande do Sul até que ela saiu completamente do ar. Mas as histórias contadas sobre o Almirante Aragão, o ‘Almirante Vermelho’, como era popularmente conhecido, desde aquela época, já me fascinavam.

Eu não tinha ideia de que, quinze anos depois daqueles tempo terríveis, eu estaria na Venezuela com o ‘Almirante Aragão da Paraíba’, que é como ele se apresentava para todo mundo, ainda nos anos de exílio em Caracas. Modestamente, vivia de seu dinheirinho de refugiado da ONU, dormindo em um quarto de pensão, e alimentava com carinho um único sonho: voltar ao seu país, ainda que fosse apenas para terminar seus dias no país onde nasceu e que jamais esqueceu.

Mais de oitenta anos (sic) tinha então aquele espírito inquieto e a doçura de sua prosa nordestina. Ele era uma das figuras mais controvertidas da história do Brasil e, talvez, um dos militares mais brilhantes e ativos que nosso país já conheceu.⁹⁰⁵

É inegável a simpatia do jornalista para com o nosso investigado. Entretanto, apenas um dos projetos foi aprovado, o que dá nome a um logradouro. Em 2005, Candido da Costa Aragão virou nome de rua no Bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro.⁹⁰⁶ Sobre a escola, não encontramos nenhuma na rede municipal do Rio de Janeiro com essa denominação.⁹⁰⁷

Contudo, relembro que para a Marinha, particularmente para o Corpo de Fuzileiros Navais, ele viraria uma espécie de *Tabu*. É o tipo de *Tabu* do qual nos fala Marc Ferro, citando Alain Rey, como “aquilo sobre o que se silencia por medo, por pudor”.⁹⁰⁸ Falar sobre Aragão não é algo que está proibido em uma lei, em uma norma ou em um regulamento militar. Alheio a essa indiferença, já aqui abordada, Aragão, como que numa vingança, empunhando um fuzil com silenciador – para não fazer muito barulho – continua suas aparições e assombra àqueles que querem, ainda, o exterminar. Para isso, conta com uma fiel escudeira desde remotos tempos.

⁹⁰⁴ BRASIL, *Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro*, 17 de dez. 1988, Ano XXII, nº 232. Projetos de Lei 999/98 e 1000/98, p.12-13. Atualizei a ortografia.

⁹⁰⁵ Idem.

⁹⁰⁶ Cf. <http://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/314843/decreto-25436-05>. Acesso em 14 jan. 2014.

⁹⁰⁷ Cf. <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/listas-das-escolasecreches>. Acesso em 14 jan. 2014.

⁹⁰⁸ FERRO, Marc. *Os tabus da História: a face oculta de acontecimentos que mudaram o mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003, p.16.

6. 5 - Dilma Aragão, a guardiã da *boa memória do pai*

Enquanto sua irmã mais velha, Diva, e a companheira de mais de duas décadas de Aragão, Audolinda, resolveram silenciar e não falar sobre o passado do personagem, Dilma é aquela que tem mais entusiasmo e gostaria de ver seu pai na galeria dos comandantes-gerais do Corpo de Fuzileiros Navais.⁹⁰⁹ Nascida em Santa Catarina, tinha aproximadamente trinta anos de idade quando ocorreu o golpe de 1964.

Como ficou constatado ao longo dos capítulos anteriores, ela esteve ao lado de Aragão em momentos turbulentos de suas vidas. Junto com seu irmão Dilson, já falecido, foi presa pela ditadura acusada de portar uma arma que era de uso particular das Forças Armadas. Dilma Aragão está sempre presente nos documentos do CIEX, em visita ao genitor no Uruguai, Chile e Argentina.⁹¹⁰

Em uma de suas passagens por Montevideú, de acordo com os informante do CIEX, além de ter sido convidada por Amaury Silva para ser a mensageira dos exilados – chamada pelo agente de pombo-correio –,⁹¹¹ Dilma retornaria ao Brasil levando informações para divulgar em jornais de oposição ao regime e recomendação de procurar o apoio do ex-Deputado José Gomes Talarico.⁹¹² No dia 20 de dezembro de 1966, o jornal *Última Hora* publicou uma pequena reportagem, com chamada de capa, na qual Dilma Aragão denunciou o que ela chamou de “situação de penúria” dos exilados brasileiros no país do Cone Sul.⁹¹³ Ou seja, ela não era apenas a “filha do almirante”. Fazia de sua situação particular um instrumento da luta coletiva.

No Chile, assim como no Uruguai, Aragão recebeu também a visita do seu filho Dilson, que segundo os arapongas, levaria “dinheiro e correspondência de familiares para seu pai”.⁹¹⁴ Durante a estada de Aragão no Chile, um fato no mínimo inusitado ilustra bem o forte relacionamento entre pai e filha. No dia 31 de maio de 1971, em visita à Câmara dos Deputados daquele país, o almirante distribuiu caixas de fósforos da Companhia Fiat Luz, personalizadas com seu nome.⁹¹⁵ Os supérfluos teriam sido levados por Dilma para presenteá-lo. A partir daí, os agentes da ditadura abriram uma investigação que duraria cerca de seis meses para tentar descobrir quem havia confeccionado as malditas caixinhas. Depois de várias

⁹⁰⁹ Entrevista não gravada ao autor.

⁹¹⁰ Para sua ida à Argentina, ver AN, COREG, BR AN BSB VAZ 126.078.

⁹¹¹ AN, COREG, Fundo CIEX, BR AN BSB IE 001.008, p.76.

⁹¹² Ibidem, p.48 e 76.

⁹¹³ Jornal *Última Hora*, 20 dez. 1966, edição vespertina, p. 10. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=20&mes=12&ano=1966&edicao=10&secao=>.

⁹¹⁴ AN, COREG, BR AN BSB VAZ, 126.0171.

⁹¹⁵ AN, COREG, BR AN A0392571, p.01-08.

diligências e ofícios enviados para Curitiba, São Paulo, Recife e Rio de Janeiro, em novembro o caso foi encerrado ao se descobrir que as caixinhas tinham sido confeccionadas no Rio de Janeiro, a pedido do funcionário da própria empresa, Edmo da Silva Tavares, que presenteou Dilma Aragão sem saber realmente quem era o pai da mesma.⁹¹⁶

Ao que parece, o carinho e apreço de Dilma por seu pai era recíproco. Em mais uma viagem de visita durante o exílio chileno, Dilma recebeu flores do “papai”, como ela o chama ainda hoje, acompanhadas do seguinte bilhete:

Dilma querida
Estas flôres representam – na data da tua chegada – todo o meu carinho – todo o meu amor e toda a minha ternura – que felizmente – a distância – o tempo e a minha grande saudade só tem feito aumentar.
Do teu pai – admirador e amigo
Candido
Santiago 21/3/72⁹¹⁷

No ano seguinte, já estaria Dilma solicitando autorização para visitar Candido - como assinado no bilhete - agora na Argentina. Ao requerer a permissão das autoridades brasileiras para deixar o país, Dilma argumentou dizendo que seu pai necessitava ‘não só dos meus cuidados, como também do meu apoio moral’.⁹¹⁸

Nossa intenção ao mostrar a relação amorosa entre filha e pai no passado é, principalmente, esclarecer que a afetividade resistiu ao tempo. Recentemente, e não coincidentemente, com a preciosa colaboração de Dilma, a *boa* memória sobre Aragão ganhou o reforço de um dos dirigentes da Associação dos Marinheiros em 1964. Antonio Duarte, foi responsável pela primeira obra que aborda aspectos biográficos do personagem aqui analisado. Mais ainda, Duarte, em 2012 - 48 anos após o golpe -, trouxe Aragão de volta nos braços dos marinheiros.⁹¹⁹

⁹¹⁶ Idem.

⁹¹⁷ Este bilhete foi fotografado por mim e faz parte do acervo particular de Dilma Aragão. Ortografia mantida do original.

⁹¹⁸ AN, COREG, BR AN BSB VAZ 062.0019.

⁹¹⁹ Antonio Duarte foi expulso após o golpe por ser um dos participantes ativos da Rebelião dos Marinheiros em março de 1964. Nascido no Rio Grande do Norte em 1940, foi aluno da Escola Industrial de Natal e da Escola de Aprendizes Marinheiros, em 1958. Por sua militância na AMFNB foi condenado a 12 anos de prisão. Em maio de 1969 fugiu da penitenciária Lemos de Brito com um grupo de marinheiros, outros presos políticos e comuns e criaram o Movimento de Ação Revolucionária – MAR. Com a decadência das ações armadas, exilou-se em Cuba, Chile e Suécia, onde se graduou em Antropologia na Universidade de Estocolmo. Também é autor do livro de memórias *1964: a luta dos marinheiros*. Natal: Diorama, 2009.

6.6 - Os fragmentos

Na obra em questão, Duarte adverte seu leitor que não se trata de “uma biografia tradicional com fulcro no homem, mas um ensaio comparativo de sua vida dentro do contexto político da época em que foi soldado”,⁹²⁰ e revela a imagem que guarda do seu investigado: “Com a história na mente, ele cumpriu o desempenho que se havia proposto. Foi um herói do povo, ironicamente reconhecido pelos seus inimigos”.⁹²¹ E mais,

(...) O Corpo de Fuzileiros Navais foi a sua casa desde a adolescência, como ele enfatizou várias vezes. Aragão amava o Corpo de Fuzileiros, e por essa razão não pretendeu fazer outra coisa na vida.

A burocracia militar que produziu o golpe de Estado e os posteriores acertos de contas riscou o nome do almirante Aragão do mapa da história. A luta política na sociedade, como resultado da anistia, recuperou quase todos os seus direitos. No entanto, permaneceu a injustiça do não reconhecimento do seu papel na corporação do Corpo de Fuzileiros Navais. Ironicamente, os oficiais das forças armadas, apesar de cultuarem os valores corporativos, tentaram negar este valor a Cândido da Costa Aragão. Não satisfeitos com o julgamento no qual o condenaram, retiraram todo seu valor simbólico como soldado.⁹²²

Esse é o enredo que se desenvolve ao longo de toda a obra. Duarte não esconde sua ligação e seu apreço pelo nordestino Cândido. Na tentativa de juntar os fragmentos biográficos de seu contemporâneo, o autor nos fornece um mosaico com uma imagem extremamente simpática do militar paraibano, não gratuitamente apelidado por seus soldados de *Gasparzinho, o fantasma camarada*.⁹²³ Ao entrevistar outro contemporâneo de Aragão, o sargento Campelo, essa imagem simpática se confirma entre os fuzileiros:

Embora fosse duro como disciplinador, não era o que se pensa. Eu me lembro que no dia em que foi promovido a almirante, tinha uma mulher lá na guarnição do quartel central, chamada Zélia, que entrava lá na hora que queria, era uma lavadeira, que conheceu Aragão sargento e soldado, e no dia que ele recebeu as platinas de Vice-Almirante, ela subiu lá junto das autoridades e deu um beijo nele. E aquilo foi muito simbólico, porque ele tinha essas qualidades.⁹²⁴

Sobre as características da personalidade de Aragão e seus *desvios* mais perceptíveis, estão o fato de alguns militares que conviveram mais próximos com ele relatarem que o oficial fuzileiro às vezes mostrava-se zangado e ameaçador – mas sem prejudicar ninguém.

⁹²⁰ DUARTE, Antonio, op. cit., p.11.

⁹²¹ Idem.

⁹²² Idem.

⁹²³ Ibidem, p.86.

⁹²⁴ Entrevista de Francisco Paulino Campelo a Antônio Duarte. In: DUARTE, Antonio, op. cit. 2012, p.139.

Também há referência ao *mulherengo*, “caráter reforçado pelo próprio Aragão quando aparecia em festas acompanhado de jovens mulheres”, escreveu Duarte.⁹²⁵

Apesar de expor também o lado, menos Candido, de Aragão, a imagem presente na capa é a clássica fotografia, de autor não identificado, do militar paraibano sendo carregado como herói. As lembranças de seus subordinados começam a misturar histórias e memórias, o homem e o mito, sem saber ao certo onde começa um e termina o outro. Essa passagem presente na obra, ilustra bem a afirmação acima:

E quando ele foi promovido, recebeu uma caneta de um ministro, o Victor Nunes Leal. Ele tinha muito relacionamento com a sociedade civil. E eu ouvi outras histórias, que eu não sei se são verdadeiras, mas eu ouvi que uma vez ele puniu um soldado, que foi expulso com 30 dias de cadeia rigorosa, como é dito lá. Aí quando passado um mês, mais ou menos, a mãe do soldado, que morava no subúrbio, era uma lavadeira, uma pessoa humilde, chegou e disse: ‘Eu quero falar com o almirante’. E ele era um homem que sendo chamado de almirante do povo, cedeu. Aí a mulher começou a chorar e falar ‘Comandante, o senhor expulsou meu filho. Ele ajuda a pagar a conta da luz e gás da minha casa. Eu estou com dificuldades’. Aragão mandou chamar o chefe de gabinete. ‘Traz a caderneta do soldado’. Trouxe e aí olhou e disse: ‘Tenente, o que eu posso fazer agora?’. E o tenente: ‘O senhor não pode fazer nada, porque já foi publicado o boletim’. Aí o Almirante Aragão queria: ‘O Almirante pode tudo!’. Pegou um lápis vermelho e escreveu: Anulo. E mandou o soldado voltar às cinco para receber de volta a farda.⁹²⁶

6.7 - O soldado desconhecido

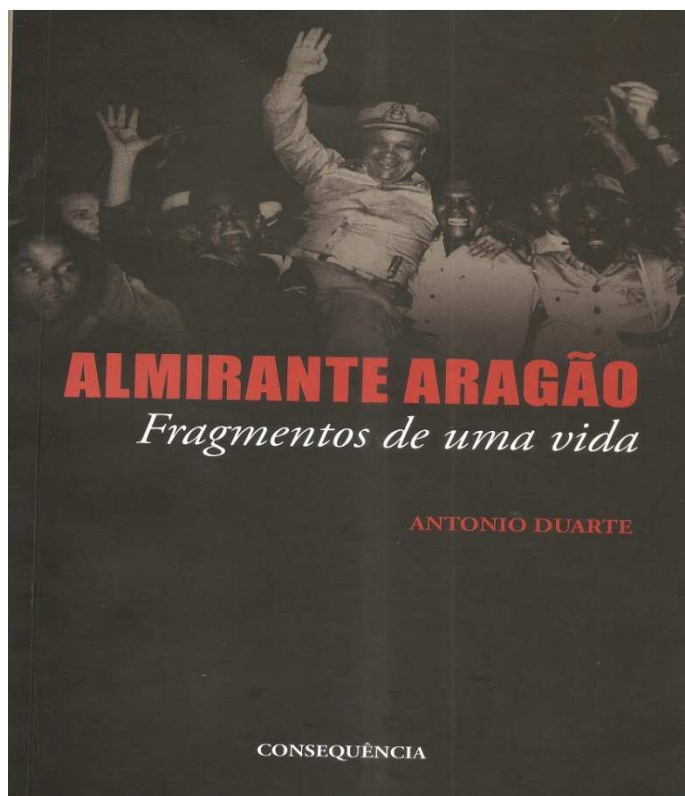
Como uma metáfora do fazer histórico, como uma provocação de Clio, há um dado que consideramos importante - entre tantos outros -, não desvendado nessa história. Aquilo que sempre teima em fugir do nosso alcance. Aquilo que vem comprovar nossas limitações. A história com rosto, mas, às vezes, sem nome.

Depois de ficar por horas e horas, por várias e várias vezes, observando a alegre, eufórica, impactante, extasiante e simbólica imagem de Aragão entre os marinheiros, quis saber quem são os rebeldes que o carregaram como herói. Não fui totalmente feliz na empreitada. Meu êxito foi relativo, parcial, limitado.

Ao lado esquerdo do sorridente almirante, tão eufórico quanto o protagonista, está Marcos Antônio da Silva Lima, vice-presidente da AMFNB e apontado pela maioria dos marinheiros de 1964 como o grande líder da entidade, apesar do destaque indiscutível do orador oficial e presidente, Anselmo.

⁹²⁵ Ibidem, p.87.

⁹²⁶ Entrevista de Francisco Paulino Campelo a Antonio Duarte. Cf. DUARTE, Antonio, op. cit., 2012, p.139.



Capa do livro de Antonio Duarte, 2012.

O vice-presidente da AMFNB, Marcos Antônio da Silva Lima,⁹²⁷ marinheiro paraibano – especialista em motores -, foi inegavelmente um dos quadros de destaque na segunda diretoria. Anselmo relatou em entrevista a Percival de Souza, que: “Internamente, a Associação também conhecia a disputa de excelência entre grupos políticos: o primeiro, ligado a mim, era mais moderado; o outro, mais radical, ligado a Marco (sic) Antônio, o vice-presidente da Associação”,⁹²⁸ descrevendo Marcos como um jovem “enérgico e decidido”.

“Cabo” Anselmo, em depoimento prestado em 10 de junho de 1964, relatou que Marcos tinha muito contato com a classe política e fazia a ligação entre eles e a AMFNB, citando os nomes de Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil do governo João Goulart, e o ministro da Educação e Cultura de Jango, Júlio Sambaqui.⁹²⁹ Este último convênio foi pauta de reportagem publicada no Jornal do Brasil em fevereiro de 1964.⁹³⁰ Antônio Duarte reforça o relato de Anselmo a respeito da ligação com Darcy Ribeiro, porém com outros propósitos:

⁹²⁷ Algumas fontes utilizadas para essa abordagem sobre Marcos Antônio foram utilizadas e citadas por mim em ALMEIDA, Anderson, op. cit., 2012.

⁹²⁸ SOUZA, Percival. op. cit., p.69-74.

⁹²⁹ APERJ - Fundo Polícia Política, prontuário 1183. Depoimento de José Anselmo dos Santos.

⁹³⁰ BN - *Jornal do Brasil*, 14 fev.1964, capa.

Algumas [...] reuniões foram realizadas no Rio de Janeiro entre vários diretores, o vice-presidente Marco (sic) Antônio, o delegado geral Antônio Geraldo da Costa, e o presidente do Conselho Deliberativo [...], eu próprio, [...], com o chefe da Casa Civil da Presidência, no apartamento do próprio Darci (sic) Ribeiro, com o objetivo de informar ao governo sobre o andamento do movimento golpista de setores da oficialidade da Marinha (...).

Após o golpe, Marcos Antônio se refugiou na embaixada do México,⁹³¹ para onde seguiu posteriormente, antes de desembarcar em Cuba para fazer treinamento guerrilheiro ainda no contexto do MNR de Brizola. Depois do curso na *Ilha*, entrou no Brasil com a função de liderar o grupo guerrilheiro na região do Mato Grosso, mas foi preso em São Paulo, em fevereiro de 1967, ao lado do amigo José Duarte, quando buscavam apoio para a guerrilha brizolista, já em decadência após a queda de Caparaó. Em seus depoimentos, Marcos Antônio e José Duarte nada revelaram sobre o MNR e foram cumprir suas penas por condenações em decorrência dos processos da AMFNB.⁹³²

Em maio de 1969, ao lado de antigos colegas da Marinha e de alguns presos políticos e comuns, foge da Penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro, e se refugia na região de Angra dos Reis, onde, junto com os demais foragidos, criam o Movimento de Ação Revolucionária – MAR. Após algumas ações bem sucedidas, o grupo entra em decadência com a prisão de integrantes encarregados das ações e ligações urbanas. Marcos, que consegue escapar às prisões, incorpora-se ao grupo armado do Partido Brasileiro Comunista Revolucionário – PCBR.⁹³³

Em janeiro de 1970, a repressão conseguiu cercá-lo em um apartamento em Copacabana e acabou de vez com a trajetória rebelde do marujo paraibano. Segundo Avelino Capitani:

[...] ao colocar a chave que lhes deram na fechadura, foi recebido com uma rajada de metralhadora. A polícia já estava dentro do apartamento e em todos os andares. Desceram as escadas trocando tiros. No térreo, Marco [sic] Antônio recebeu pelas costas um tiro fatal na cabeça. Na saída do prédio, a moça recebeu um tiro nas costas, mas sobreviveu.⁹³⁴

No prontuário de Marcos, arquivado no DOPS/RJ, constam as seguintes informações:

Era o chefe da esquadra de ‘cobertura’ durante os assaltos a Bancos, que passou a realizar após a fuga de Angra dos Reis onde se encontrava homisiado após fugir da Penitenciária Lemos de Brito. Participou de diversos assaltos a estabelecimentos bancários na GB, inclusive um levado a efeito no dia 17 de

⁹³¹ APESP – Ordem Social, 50-D-7-383. Depoimento de Marcos Antônio da Silva Lima, em 21 de fev. de 1967.

⁹³² Depoimento de José Duarte dos Santos: APESP – Ordem Social, 50-D-7-378. Marco Antônio da Silva Lima: APESP-Ordem Social, 52-Z-7923.

⁹³³ Para um maior aprofundamento sobre o MAR, cf. ALMEIDA, Anderson, op. cit., p.111-124.

⁹³⁴ CAPITANI, Avelino, op. cit., p.57.

dezembro de 1969, contra a agência Brás de Pina do Banco Sotó Maior [...]. Possuía antecedentes políticos no DOPS/GB. Ao resistir à prisão, foi morto.⁹³⁵

Na fotografia do cadáver, o texto é este: “[...] enviada pelo Serviço Técnico, deste Departamento, em 15/1/70, em cujo verso se lê o seguinte histórico: ‘cadáver de desconhecido fotografado no Hospital Souza Aguiar em 14/1/70, posteriormente identificado como – MARCOS ANTÔNIO DA SILVA LIMA.’”⁹³⁶ Esta referência comprova que Marcos, após ser atingido na cabeça,⁹³⁷ foi deixado no hospital como desconhecido. Um forte indício de que a repressão não queria assumir aquele assassinato. O procedimento correto não seria fazer a ocorrência do confronto e da resistência à prisão, como consta em seu próprio prontuário?

Foi dessa forma que chegou ao fim a trajetória guerrilheira que um dia carregara nos ombros seu conterrâneo, que, como ele, tinha iniciado a carreira como um simples soldado.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DA GUANABARA
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA
DELEGACIA DE ROLLOS E PORTOS



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DO ESTADO DA GUANABARA
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA
DELEGACIA DE ROLLOS E PORTOS

NOME: MARCOS ANTONIO DA SILVA LIMA
VULGO OU CODINOME: "HERBERTO" "HERBETO"
NOME DO PAI: Joaquim Lopes da Silva
NOME DA MÃE: Clarice da Silva Lima
NACIONALIDADE: Brasileira
NATURALIDADE: _____ ESTADO CIVIL: casado
NASCIMENTO: 21 de outubro de 1941 IDADE: 28 anos
PROFISSÃO ANTERIOR: Ex-militante casado pela revolução
GRAU DE INSTRUÇÃO: secundária
RESIDÊNCIA: Rua Ipiranga, nº 27/605
LOCAL DE TRABALHO: profissionalizando pela organização

OBSERVAÇÕES: PNR/ML. Em o chefe de segurança da "Comissão" durante os assaltos a Banco, que passou a realizar após a fuga de 2 regis dos "Fol" onde se encontram hospedados após fugir de Pontalzinho. Lemos de Dito. Participou de diversos assaltos e estabelecimentos bancários no GR, inclusive um levante a efeito no dia 17 de dezembro de 1969, contra a agência Brás de Pina do Banco Sotó Maior S/A, conforme foi apurado por esta Delegacia no inv. nº 17/70, distribuído à 3ª Auditoria de Instrução / de 1ª CPM, Possui antecedentes políticos no DOPS/GB. Ao resistir à prisão, foi morto (Cópia 800, livro C 305, folha 101-V de 9ª Circunscrição)

Prontuário de Marcos Antônio da Silva Lima, vice-presidente da AMFNB em 1964 e militante destacado do MNR, MAR e PCBR.
Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, APERJ, fundo Polícia Política.

⁹³⁵ APERJ – Fundo Polícia Política, prontuário 2.247. Marcos Antônio da Silva Lima. Fonte já citada e reproduzida em ALMEIDA, Anderson, 2012.

⁹³⁶ Idem.

⁹³⁷ Ver DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, p.330. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/arquivos/livrodireitomemoriaeverdadeid.pdf. Consultado em 01 mai. 2008. p.112.

Ao lado direito de Aragão, levantando o braço, também com um largo sorriso no rosto, aquele que chamamos de “o soldado desconhecido”.⁹³⁸ O rebelde sem nome. Apesar de ter mostrado essa imagem a vários contemporâneos dos acontecimentos, não consegui o identificar. Ele é a representação da face inalcançável dessa e de todas as histórias.

Mesmo que um dia venhamos a descobrir sua identidade, ficaria ele, assim como Marcos Antonio e os demais marinheiros e fuzileiros que aparecem nas imagens da época, escondidos por trás da alcunha de “marinheiros rebeldes que levantaram Aragão”. Imagem essa, que nas memórias dos golpistas de 1964, civis e militares, ficou marcada como o mais notório sinal da indisciplina, da subversão, da agitação social, e da falta de comando do presidente João Goulart, conforme já demonstrei aqui.



Em destaque, o “soldado desconhecido”.

Indiscutivelmente, Aragão é o personagem central da foto. Não é à toa que essa imagem foi escolhida como capa do livro de Duarte, em 2012. É a confirmação que nas memórias dos marinheiros ele não morreu em novembro de 1998. Aragão ainda continua bem

⁹³⁸ "Túmulo do Soldado Desconhecido" é o nome que recebem os monumentos erigidos para honrar os soldados que morreram em tempo de guerra, sem que os seus corpos tenham sido identificados. Na maioria das vezes, é um túmulo simbólico, representando os soldados de um país que morreram em determinado conflito sem identidade conhecida. No entanto, alguns contêm os restos mortais de soldados falecidos durante esses acontecimentos. A tradição desta prática teve início no Reino Unido quando, ao fim da Primeira Guerra Mundial, o país enterrou um combatente desconhecido em nome de todos os exércitos do Império britânico, na Abadia de Westminster em 1920. Este ato simbólico levou outras nações a seguir o exemplo. Um dos túmulos mais famosos é o que está sob o Arco do Triunfo de Paris, que foi instalado em 1921 para honrar os mortos da Primeira Guerra Mundial. Texto disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/livrariadafolha/ult10082u658828.shtml>. Acesso em 19 jan. 2014.

vivo nas lembranças daqueles que foram protegidos por ele em momentos de grande agitação social no país. Embora também ele seja um *soldado desconhecido* dos fuzileiros navais contemporâneos, os vestígios do passado recente do Brasil ainda perturbarão os sentinelas que guardam a chave do cofre onde seu quadro foi escondido.

Certamente, aqueles que o carregavam em 1964 queriam chegar aonde ele chegou: ser um oficial-general. Pois, ele fora um deles.

CONCLUSÃO (Os fuzileiros de Rachel)

Aragão foi um homem que viveu intensamente os embates de seu tempo. Sua vida é também uma viagem pelas disputas políticas, ideológicas e projetos de sociedade que dividiam indivíduos, famílias, instituições e nações ao longo do século XX.

Nascido ainda antes da Primeira Guerra Mundial, vivenciou com intensidade, após sua ida para o Rio de Janeiro – então capital do país - os mais quentes conflitos que marcaram a história política do Brasil e do mundo a partir da década de 1930, quando já era militar. Foi soldado, cabo, sargento, tenente, capitão, comandante, almirante. Foi militar, político, negociador, protetor, disciplinador, viajante, jogador, amante.

A Revolução de 1930; a Revolta Comunista em 1935; a tentativa da Ação Integralista em 1937 e os impasses do chamado “Estado Novo”, no mesmo ano; a Segunda Guerra Mundial; a campanha do Petróleo; o fim da Era Vargas ; o golpe preventivo do Marechal Lott e os anos JK; a renúncia de Jânio Quadros; os embates pelas reformas de base do presidente Jango; o golpe; o exílio; a democracia uruguaia; o socialismo cubano de Fidel e a teoria do foco; o comunismo chinês; a guerra do Vietnã, a guerrilha, a força das armas; a experiência socialista no Chile; a argentina do nacional-estatismo de Perón e Portugal do “25 de Abril”, estão entre os mais emblemáticos acontecimentos que marcaram o Brasil e o mundo. Aragão observou, participou, protagonizou em alguns momentos, foi coadjuvante em tantos outros. Teve dúvidas, incertezas, saiu e voltou, perdeu e ganhou em jogos de difícil decisão.

Em 2013, em data muito próxima dos quinze anos de sua morte, ele voltou à cena. No dia 31 de agosto, em um texto que obteve grande repercussão, os editores do Jornal *O Globo* – incomodados com as palavras de ordem “a realidade é dura, *a Globo* apoiou a ditadura”⁹³⁹ reverberadas pelos manifestantes que saíram às ruas do país protestando contra os gastos públicos para a Copa do Mundo de Futebol e contra o aumento de passagens do transporte urbano – admitiram ter sido um erro o apoio editorial que deram aos golpistas em 1964. Em um dos trechos, o momento que já relatamos no segundo capítulo – quando Aragão impediu o jornal de circular - foi lembrado com mais detalhes:

⁹³⁹ “A Globo” é a maior rede de televisão aberta do Brasil e pertence ao mesmo grupo do jornal homônimo que publicou o editorial. Grifo meu.

Na noite de 31 de março de 1964, por sinal, O GLOBO foi invadido por fuzileiros navais comandados pelo **Almirante Cândido Aragão**, do “dispositivo militar” de Jango, como se dizia na época. O jornal não pôde circular em 1º de abril. Sairia no dia seguinte, 2, quinta-feira, com o editorial impedido de ser impresso pelo almirante, “A decisão da Pátria”. Na primeira página, um novo editorial: “Ressurge a Democracia”.⁹⁴⁰

Em 2014, ano que marcou a efeméride dos 50 anos do Golpe, o nome de Aragão reapareceu. Ali, em um ou dois parágrafos, a imagem congelada no período compreendido entre a Rebelião dos Marinheiros e a derrota do governo Jango. Um dos exemplos é a obra de Marcos Napolitano, lançada já no *boom* de publicações do Cinquentenário do Golpe. Ao falar sobre a crise no governo Jango e particularmente na Marinha, a afirmação que:

O andar de baixo dos quartéis também se animou, só que em outra direção. Soldados e marinheiros transformaram os dias finais de março em um prelúdio revolucionário, apavorando de vez os membros do alto escalão, ainda indecisos se deveriam derrubar Goulart. No prédio do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, cerca de 2 mil marinheiros se rebelaram pelas ‘reformas de base’, por melhores condições de trabalho e pela reforma do draconiano código disciplinar da Marinha. (...) Os Fuzileiros Navais que foram encarregados de reprimir o movimento aderiram à causa, com apoio de seu comandante **Candido Aragão**, e a população civil forneceu alimentos aos marinheiros. Jango teve uma atitude ambígua em relação aos amotinados. Proibiu a invasão do prédio, o que causou a renúncia do ministro da Marinha, Silva Mota (sic). Em seguida, após um acordo, ordenou a prisão dos amotinados, enquanto preparava sua anistia, realizada em ato contínuo. É consenso na historiografia que o episódio convenceu os últimos oficiais hesitantes das Forças Armadas que o próprio governo patrocinava a sublevação dos quartéis e a quebra da hierarquia militar. Os legalistas mais convictos ficaram isolados.⁹⁴¹

E cá está Aragão mais uma vez entre nós. Foi antes, durante e depois de tudo um nacionalista. Esteve ao lado presidente Jango apoiando o projeto abortado de implantação das reformas de base. Esteve ombro a ombro com Carlos Marighella quando o guerrilheiro, desencantado com a impossibilidade de abreviar o período ditatorial por meios pacíficos,

⁹⁴⁰ “Apoio editorial ao golpe de 1964 foi um erro”. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em 25 jan. 2014. Até a data do acesso, o texto tinha 55 mil recomendações de leitura para uma rede social.

⁹⁴¹ NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 57-58. Além dessa obra, também já se anunciava o lançamento dos seguintes títulos para o mesmo ano: REIS, Daniel Aarão, MOTTA, Rodrigo Patto Sá e RIDENTI, Marcelo (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, [participo dessa coletânea com um artigo sobre a rebelião dos marinheiros de 1964]; REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1954 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014; FERREIRA, Jorge e GOMES, Angela Maria de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014; VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira*. São Paulo: Leya, 2014; FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014. Ainda sobre o *boom* de publicações, até o encerramento dessa pesquisa estava previsto o relançamento, pela Editora Intrínseca, da coleção do jornalista Élio Gáspari (*A ditadura envergonhada; A ditadura escancarada; A ditadura encurralada e A ditadura derrotada*) acrescida de mais um quinto volume, ainda sem título. Cf: <http://www.intrinseca.com.br/site/2013/01/elio-gaspari-na-intrinseca/>. Acesso em 27 jan. 2014.

recorreu ao uso das armas, *combatendo nas trevas*.⁹⁴² Quis invadir o Brasil. Acabar com a ditadura era a forma mais rápida de conseguir sua passagem de volta. Por onde andou, como uma espécie de embaixador e símbolo dos militares cassados, tentou sempre chamar a atenção para o que acontecia em seu país. Talvez estivesse tentando cumprir o juramento que fez ao entrar para a Marinha, quando prometeu dedicar-se “inteiramente aos serviços da Pátria, cuja honra, integridade e instituições” defenderia com o sacrifício da própria vida.⁹⁴³

Ainda sobre o juramento citado, mais curioso ainda é que um dos maiores “pecados” de sua vida, envolver-se com subalternos *como se fosse um deles*, à luz do que reza a tradição militar, pode ser visto como um gesto de obediência, do cumprimento do que havia jurado, já que o mantra repetido nas cerimônias militares obrigava-o a “tratar com afeição os irmãos de armas e com bondade os subordinados”.

Por esse motivo, principalmente por esse, teve sua imagem apagada da história da instituição que ajudou a construir, o Corpo de Fuzileiros Navais. Essa é a atitude mais vingativa, do ponto de vista do ressentimento das direitas em relação a ele.

Nas memórias em geral, aqui incluo também as esquerdas, apesar dos significativos avanços ocorridos com a chegada à presidência da República do ex-líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, em 2003 - como, por exemplo, a criação do Projeto e Prêmio Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional, sobre pesquisas que envolvem o período da ditadura. Apesar de desde 2011 uma ex-militante das ações de propaganda dos grupos armados ocupasse o cargo máximo do poder executivo nacional, Dilma Rousseff. Apesar de a mesma ter conseguido a difícil missão de criar a polêmica e necessária Comissão Nacional da Verdade (CNV) com o objetivo de apurar os crimes durante a ditadura Apesar da significativa vitória com a aprovação a Lei de Acesso a Informações Públicas...⁹⁴⁴ Ainda restam *ilhas* intocadas.

Uma delas é a Ilha das Cobras, na Baía da Guanabara, onde fica a Fortaleza de São José, sede do comando-geral do Corpo de Fuzileiros Navais. De lá são comandados cerca de 15 mil homens e mulheres, espalhados por todo o país, que hoje constituem o Corpo de

⁹⁴² A expressão é de Jacob Gorender.

⁹⁴³ O juramento vem de uma longa tradição nas Forças Armadas brasileiras e ainda hoje marcar o ritual de incorporação dos militares das três armas. Na Marinha, o juramento completo é: “Incorporando-me à Marinha do Brasil, prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a quem estiver subordinado. Respeitar os superiores hierárquicos. Tratar com afeição os irmãos de armas e com bondade os subordinados. Dedicar-me inteiramente aos serviços da Pátria, cuja honra, integridade e instituições, defenderei com o sacrifício da própria vida”.

⁹⁴⁴ Para a criação da Comissão Nacional da Verdade, ver: BRASIL, Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm. Acesso em 28 jan. 2014. Para a Lei de Acesso à Informações Públicas, ver: BRASIL, Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em 28 jan. 2014.

Fuzileiros Navais.⁹⁴⁵ Pra eles, a história da existência de um soldado que chegou a almirante ainda é desconhecida. Embora, em suas publicações institucionais, principalmente na revista *O Anfíbio*, exista uma seção chamada Projeto Memória, que visa, entre outras coisas, “preservar tanto a história da instituição, quanto a memória de seus comandantes”.⁹⁴⁶

Mas é a *história* e a *memória* selecionada, escolhida e garimpada de acordo com propósitos que não condizem com a tradição que o CFN proclama ser herdeiro. A tradição de compromisso com a verdade e a lealdade com os chefes supremos que governaram e governam o país. Tradição essa que encantou a escritora Rachel de Queiroz, simpatizante do regime militar, levando-a a escrever o poema mais conhecido de todos os fuzileiros navais:

Quando se houverem acabado os soldados do mundo
Quando reinar a paz absoluta
Que fiquem pelo menos os fuzileiros
Como exemplo de tudo de belo e fascinante que eles foram...⁹⁴⁷

Estaria, ou estará um dia, Aragão, entre os fuzileiros de Rachel?!

Na lápide que identifica seu túmulo, nenhuma inscrição em referência ao fuzileiro Aragão. Fotografado em traje civil, não há indicação de que foi um almirante. Lá, apenas o nome Candido da Costa Aragão. Mas o seu epitáfio revela que ali está sepultado alguém que não se negou a enfrentar, à sua maneira, as tempestades de seu tempo.

Quatro palavras se destacam no texto: glória, *tempo*, ruína e *história*.⁹⁴⁸

⁹⁴⁵ Com a publicação da Lei 12.216, de 11 de março de 2010, o CFN, no prazo de duas décadas, aumentará o seu efetivo em cerca de 4.800 militares. Cf. *O Anfíbio*, ano XXIX, edição extra, p.63-64.

⁹⁴⁶ Revista *O Anfíbio*, nº 30, ano XXX, 2011, p.72. Disponível em https://www.mar.mil.br/cgcfm/downloads/oanfibia/oanfibia_esp.pdf. Acesso em 27 jan. 2014.

⁹⁴⁷ “Rachel de Queiroz e os Fuzileiros Navais: uma paixão”. Cf. <http://www.recantodasletras.com.br/cronicas/3439093>. Acesso em 29 de jan. 2014. Rachel de Queiroz também é nome de um prêmio criado pelo CFN em parceria com a Academia Brasileira de Letras e foi homenageada com o seu nome da Base dos Fuzileiros Navais brasileiros em Missão das Nações Unidas no Haiti.

⁹⁴⁸ O epitáfio completo é: “Na Cruz de Cristo eis a minha Glória, vencedora do tempo e da ruína, toda luz da sagrada história, nela se revela santa e divina. Anjo Candido.” Grifos meus.

FONTES

ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E OUTRAS INSTITUIÇÕES

Arquivo Eclesiástico da Paraíba
 Arquivo Edgard Leuenroth, Universidade de Campinas
 Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiro – AMNE, Portugal
 Arquivo Nacional – Coordenação Regional de Brasília
 Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT, Portugal
 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
 Arquivo Público do Estado de São Paulo
 Associação 25 de Abril, Portugal
 Biblioteca da Associação Brasileira de Imprensa
 Biblioteca Nacional, Brasil
 Biblioteca Nacional de Portugal - BNP
 Câmara de Vereadores do município do Rio de Janeiro
 Cartório Azevêdo Bastos – João Pessoa/Paraíba
 Fundação Mário Soares, Portugal
 Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania – MODAC, Rio de Janeiro
 Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia – UMNA, Rio de Janeiro

ENTREVISTAS

ALMEIDA, Ângelo Nolasco. *Ângelo Nolasco de Almeida (depoimento, 1986)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1990, p.60. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista29.pdf> . Acesso em 07 fev. 2012.

ANTUNES, Carlos Carneiro. Entrevista ao autor. Lisboa, 20 de novembro de 2012.

ARAGÃO, Dilma da Costa. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2009.

COSTA, Raimundo Porfírio. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 20 de maio de 2009.

COUTINHO, Paulo Novaes. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 09 de nov. 2008.

GUERREIRO, Manuel Martins. Entrevista ao autor. Lisboa, sede da Associação 25 de Abril, 20 de setembro de 2012.

LUZ, Enoir de Oliveira (Seu Juca). Entrevista ao autor. Lisboa, Restaurante Brasuca, 28 de setembro de 2013.

PALMEIRA, Vladimir. Disponível em: <http://historia.abril.ig.com.br/gente/entrevista-vladimir-pereira-476699.shtml>. Acesso em 25 ago. 2009.

TEIXEIRA, Francisco. *Francisco Teixeira (depoimento, 1983/1984)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992, p. 251. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista102.pdf>. Acesso em 27 jan. 2012.

JORNAIS E PERIÓDICOS

Jornal do Brasil, *Jornal O Globo*, *Jornal Última Hora*, *Jornal Folha de São Paulo*, *Jornal Amnistia* (Portugal), *Tribuna do Mar*, *Tribuna da Imprensa*, *Diário Carioca*, *Panfleto*, *Correio da Manhã*, *Coojornal*, *Diário de Lisboa* (Portugal), *Revista O Cruzeiro*, *Revista Manchete*, *Revista Fatos e Fotos*, *Revista Veja*, *Revista O Anfíbio*, *Revista Versus*, *Revista Carta Capital*.

AUDIOVISUAL

CAPARAÓ (Documentário). Direção Flávio Frederico. Kinoscópio, 2006.

JANGO (Documentário). Direção Sílvio Tendler. Caliban Produções, 1984.

PROGRAMA Linha Direta Justiça. Rede Globo de Televisão, 05 de julho de 2007. Apresentação de Domingos Meireles.

MILITARES DA DEMOCRACIA – Os que disseram não. Direção Sílvio Tendler. TV Brasil, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6hD8JIHbu3w>

UTOPIA E BARBÁRIE (Documentário). Direção Sílvio Tendler. Caliban Produções, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*; vol. 1. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

ABREU, Alzira A. “Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb)”. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALBUQUERQUE, Durval M. A. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.

ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo o leme a bombordo – marinheiros de ditadura civil-militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

_____. “Letras revolucionárias: a carta de Marighella ao almirante Aragão”. In: *Dia-logos*, nº5. Rio de Janeiro: Uerj, outubro, 2011.

ALMEIDA, José Américo de. *A Parahyba e seus problemas*. Porto Alegre: Globo, 1937.

ALVES, Márcio M. *Torturas e Torturados*. 2ª ed. Rio de Janeiro: P.N.S.A, 1967.

ANSART, Pierre. “História e memória dos ressentimentos”. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

ARGOLO, José Amaral. “Dominação e Informação (Para Além da Batalha das Mídias)”. In *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 24, n. 49, p. 227-256, jan/jun. 2008.

ARQUIVO NACIONAL. *Os presidentes da República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

ASSIS FILHO, Jaime F. “A participação da Marinha do Brasil na Força Interamericana de Paz (FIP) na República Dominicana (1965-1966)”. *Revista O Anfíbio*, nº 23, ano XXIV, Rio de Janeiro, 2004.

AUGUSTO, Cláudio de F. *A Revolução portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BANDEIRA, Luiz Alberto M. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 8ª ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010.

BARROS, Zelinda dos Santos et al. *Educação e relações étnico-raciais*. Salvador: CEO\UFBA, p. 31-32. Disponível em

http://www.ceao.ufba.br/livrosevideos/pdf/livro4_EducacaoeRER-04.08.10.pdf. Acesso em 26 jan. 2013.

BASSO, Carlos. *El ultimo secreto de Colonia Dignidad*. Santiago: Editorial Mare Nostrum, 2002.

BASTOS, Paulo M. *Salvo-conduto: um voo para a história*. Rio de Janeiro: Família Bastos, 2003.

BASTOS, Paulo M. *A caixa-preta do golpe de 1964*. Família Bastos, 2006.

BIELINSKI, Alba Carneiro. *Os fuzileiros navais na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Agência 2ª Comunicação, 2008.

BIERRENBACH, Júlio de S. *1954-1964: uma década política*. Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996.

BITTENCOURT, Armando de Senna (org.). *A importância do mar na história do Brasil - (Coleção Explorando o ensino; 13)*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BOITEUX, Henrique. *Os Nossos Almirantes*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1915-1917, 1920; citado em FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil Republicano – Sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BORDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. In: *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BORGES, Vavy Pacheco. “Grandezas e misérias da biografia”. In PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.

BRITO, Alexandra B. “As ditaduras da América Latina: os casos do Chile e do Uruguai – razão de ser e dinâmica de repressão”. In: ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro A. (orgs.). *As ditaduras contemporâneas*. Lisboa: Colibri, 2003.

CANTARINO, Geraldo. *1964: a Revolução para inglês ver*. Rio de Janeiro: Mauad, sd.

CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

CAPITANI, Avelino. *A Rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

CARDOSO, Lucileide. *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura*. Cruz das Almas: UFRB, 2012.

CARLONI, Karla. *Forças Armadas e democracia no Brasil: o 11 de novembro de 1955*. Rio de Janeiro: Garamond/Faperj, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. “Vargas e os militares”. In: PANDOLFI, Dulce C. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CASCARDO, Francisco C. P. *O tenentismo na Marinha*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato: o som e a fúria das crônicas contra o Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

COSTA, Carlos Augusto. *Fuzileiros Navais: da praia de Caiena às ruas do Haiti*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2005.

COSTA, Geraldo Adjailson de Lima. *Em defesa da liberdade: a história de vida de José Adeildo Ramos*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; Fapesp, 2002.

_____. “Militares e anistia no Brasil: um dueto desarmônico”. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (Orgs.). *Visões do Golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

DELGADO, Lucilia de A. N. “Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964)”. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DINES, Alberto et al. *Os idos de março e a queda em abril*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

DOSSE, François. *O desafio biográfico*. São Paulo Edusp, 2009.

DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros*. Rio de Janeiro: Inverta, 2005.

DUARTE, Antônio. *Almirante Aragão: fragmentos de uma vida*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FAUSTO, Boris (dir.) e PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. *História geral da civilização brasileira: O Brasil Republicano, tomo III, vol. 9 – Sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação

(Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2009.

FERNANDES, Moisés S. “O maoísmo: leninismo confuciano chinês”. In: ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro A. *As ditaduras contemporâneas*. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. “Crises da República: 1954, 1955, 1961”. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. Neves. *O Brasil republicano – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____, e GOMES, Angela Maria de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Lúcia F. G. “A seca como manifestação político-social: oligarquias e cangaço na Paraíba”. Disponível em: http://historiadaparaiba.blogspot.com.br/2007/12/seca-como-manifestao-politico-social_21.html. Acesso em 09 de abr. 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes e SARMENTO, Carlos Eduardo. “A República brasileira: pactos e rupturas”. In: GOMES, Angela de Castro, PANDOLFI, Dulce Chaves e ALBERTI, Verena. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Editora da FGV, 2002.

FERRO, Marc. *Os tabus da História: a face oculta de acontecimentos que mudaram o mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

_____. *O ressentimento na História: compreender o nosso tempo*. Lisboa: Teorema, 2009.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – o Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FILHO, João R. Martins. “Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FILHO, Ciro M. *O capital da notícia*. São Paulo: Ática, 1989.

FILHO, Pio P. “Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEEX): o elo perdido da repressão. In: *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v.21, n.2, jul/dez. 2008.

FREIRE, Américo. “Ecos da estação Lisboa: notas sobre o exílio das esquerdas brasileiras em Portugal”. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FUZILEIROS NAVAIS : *combatentes anfíbios do Brasil*. Rio de Janeiro: Action Editora, 1998.

FUZILEIROS NAVAIS - *combatentes anfíbios do Brasil*. Rio de Janeiro: Action Editora, 2007.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* 18ª ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIANNOTTI, Vito. *História dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: NPC/ Mauad X, 2007.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – as esquerdas brasileiras: das ilusões perdidas à luta armada*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987.

GRINBERG, Lucia. “Uma memória política sobre a Arena: dos ‘revolucionários de primeira hora’, ao ‘partido do sim, senhor’”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto S. *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

GUZZELLI, César Augusto Barcellos. *História Contemporânea da América Latina: 1960-1990*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HEYMANN, Luciana Quillet. “O dever de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos”. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

JÚNIOR, Mário C. M. Lanna. “Tenentismo e crises políticas na Primeira República”. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira, 13: os últimos dias do Governo João Goulart*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964.

KUPERMAN, Esther. *A guerrilha de Caparaó (1966-1967): um ensaio da resistência*. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 1992.

LABORIE, Pierre. *Lês français dès années troubles. De la guerra d’Espagne a la Liberation*. Paris: Seuil, 2003.

LEITE, Eraldo Gueiros. *Pareceres e Julgados*. Vol. 1. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1975.

LEVI, Giovanni. “Usos da Biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. In: *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003, p.143.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998.

_____. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOUZEIRO, José. *Neiva Moreira: depoimento*. São Paulo: Terceiro Mundo, 1989.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MAIA, Doralice S. et al. “A iluminação pública na cidade da Parahyba: século XIX e início do século XX”. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 6, ano VI, nº 2, abr. 2009. Disponível em http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Artigo_03_Doralice_Satyro_Maia.pdf. Acesso em 01 mai. 2012.

MAIO, Marcos Chor e CYTRYNOWICZ, Roney. “Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARQUES, Artemio S. *A Organização Latino -Americana de Solidariedade (OLAS) e o embate ideológico na esquerda brasileira, 1960: o caso do PCB*. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana da Universidade Federal de Santa Maria). Santa Maria, 2009.

MARQUES, Roberval Pizarro (Apresentação). *Histórico do Corpo de Fuzileiros Navais* (livreto). Rio de Janeiro, 1974.

MARQUES, Tereza Cristina S. *Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2011.

MARIANO, Serioja R. C. “Na teia das relações de poder: as juntas governativas e os militares na Paraíba (1821-1823)”. *Saeculum – Revista de História* [15]; João Pessoa, jul./ dez./ 2006.

MARTINHO, Francisco Carlos P. “A ordenação do trabalho e a nostalgia do Império: o Estado Novo português e as razões do consentimento (1933-1974)”. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Europa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v. 1.

MATOS, Ralfo E. S. “Alguns aspectos sobre a importância das migrações internas para o Sudeste: uma questão histórica não resolvida”. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1992/T92V01A17.pdf>. Acesso em 07 set. 2013.

MAUAD, Ana Maria. “Memória, comunidade e identidade social.” (Texto discutido no curso de Pós-Graduação Lato-Sensu em História Contemporânea). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2008-2009.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. “História, cativa da memória: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”. In *Revista Instituto Brasileiro*, SP, 34: 9-24, 1992.

MONTEIRO, Tobias. *Funcionários e Doutores*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1919.

MORAES, Denis de. *A esquerda e o golpe de 64*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1989.

MORAVIA, Alberto. *A Revolução Cultural Chinesa*. Braga: Publicações Europa-América, 1970.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coordenação Geral). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. 14 Tomos.

MOTTA, Marly Silva. “O relato biográfico como fonte para a história”. *Revista Vydia*, nº34. Santa Maria, jul./dez. 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

_____. “O MDB e as esquerdas”. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (org.). *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia – 1964...vol.3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Faperj/ Mauad X, 2008.

NASCIMENTO, Edna M. F. “Prudência e aventura: Revista *O Cruzeiro* e formas de vida da mulher na década de 40”. In: *Revista Alfa*, São Paulo, 53 (2), 2009.

NETO, João Miguel Arias. “João Cândido 1919-1968: *arqueologia* de um depoimento sobre a Revolta dos Marinheiros”. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/JoaoCandido1910-1968.pdf>. Acesso em 20 jun. 2013.

NORA, Pierre. “Entre memória e História: a problemática dos lugares”. In *Projeto-História*, PUC, SP, (10), dez. 1993.

OLIVEIRA, Lúcia L. “Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADA, Lucilia de A. N. *O Brasil Republicano – o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PADRÓS, Enrique S. “Uruguai: o Pachecalato e a escalada autoritária no final dos anos 60. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, 2011, p.02. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300628025_ARQUIVO_TEXTOENRIQ_UESERRAPADROS.pdf. Acesso em 13 dez. 2013.

_____. “Uruguai na mira”. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/uruguai-na-mira>. Acesso em 20 nov. 2013.

PAIVA, Cláudio Lacerda (Org.). *Carlos Lacerda: depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

PEREIRA, Lígia Maria L. “Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias”. *Revista História Oral*, nº 3, 2000.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, vol.2, n.03. Rio de Janeiro, 1989.

POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.

PRATES, Tatiana Alves. “A Escola Naval”. *Revista de Villegagnon*, Rio de Janeiro, 2010, p. 66-69. Disponível em: https://www.mar.mil.br/en/historia_en.pdf. Acesso em 04 abr. 2012.

PRESOT, Aline. “Celebrando a ‘Revolução’: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964”. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários – legitimidade, consenso e consentimento no século XX, vol. 2. Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

QUADRAT, Samantha Viz. “A ditadura civil-militar em tempo de (in) definições (1964-1968)”. In: MARTINHO, Francisco C. P. (org.). *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

REBELLO, Gilson. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

REIS, Daniel Aarão. *A construção do Socialismo na China*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In: Daniel Aarão Reis, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo P. (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois: 1964-2004*. Bauru: Edusc, 2004.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. “O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas”. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (org.). *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia – 1964...Vol.3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1954 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____, MOTTA, Rodrigo Patto Sá e RIDENTI, Marcelo (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REZOLA, Maria Inácia. *25 de Abril – mitos de uma revolução*. Lisboa: Esfera dos livros, 2007.

ROCHA, Solange Pereira. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Edusp, 2009.

RODRIGUES, Flávio Luís. *Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964*. São Paulo: Cortez, 2004.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. “La biografia como género historiográfico: algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales”. In: SCHIMDT, Benito (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

RONIGER, Luis. “Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios”. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

ROSAS, Fernando. *Lisboa revolucionária, 1908-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2010.

SADER, Emir. “Chile: 40 anos”. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/Chile-40-anos/2/28927>. Acesso em 01 mai. 2014.

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder - Os protagonistas*. Vol. 1. São Paulo: Global, 1979.

_____. *Como se coloca a direita no poder - Os acontecimentos*. Vol. 2. São Paulo: Global, 1979.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos”. *Estudos históricos*, nº 19. Rio de Janeiro, 1997.

_____. (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

_____. “História e Biografia”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2012.

SETEMY, Adrianna Cristina L. “o Itamaraty e a institucionalização das políticas de repressão ao comunismo: revisões e novos apontamentos historiográficos”. In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, nº 31.2. Recife: UFPE, 2013.

SILVA, Cátia Cristina de Almeida. *Repressão, exílio e informação: brasileiros no Chile (1964-1973)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT. Cuiabá, 2009.

SILVA, Edjane L. et al. “Reformas urbanas: cidade de João Pessoa - 1850 a 1920”. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/reformas-urbanas-cidade-de-joao-pessoa-1850-a-1920/36777/>. Acesso em 01 de mai. 2012.

SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SILVA, Manoel Caetano. *Histórias de fuzileiros navais brasileiros: subsídios para a história do corpo de fuzileiros navais*. 1ª ed. Guanabara: Folha Carioca Editora, 1961.

SILVA, Paulo Renato. “República de Péron”. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/republica-de-peron>. Acesso em 12 dez. 2013.

SILVA, Ricardo Santos. *Os não anistiados: os militares da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista. Marília, 2011.

SIQUEIRA, Marcelo N. “Resistência e Enfrentamento: o movimento estudantil na Guanabara de 1964 a 1968”. http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300848314_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2011.pdf. Acesso em 09 nov. 2013.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica – PUC\SP, 2006.

SOUZA, Percival. *Eu, cabo Anselmo*. São Paulo: Globo, 1999.

SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China Moderna – quatro séculos de história*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Editora Globo, 1999.

TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: o golpe contra as reformas e a democracia”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra. *A política repressiva aplicada a militares após o Golpe de 1964*. Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Rio de Janeiro, 2010.

VECCIO, Angelo Del. “Política e Potência no Regime Militar Brasileiro”. *Projeto História*, PUC-São Paulo, (29) tomo I, dez. 2004.

VELHO, Gilberto. “Ciências Sociais e biografia individual” (Aula inaugural). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº38, julho-dezembro, 2006.

VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2001.

_____. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.

_____. *Ditadura à brasileira*. São Paulo: Leya, 2014.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. “O Regime Militar Brasileiro e sua política externa”. In: FILHO, João Roberto M. (Org.) *O Golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

WILLIAM, Wagner. *O soldado absoluto: uma biografia do marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

WINN, Peter. *A Revolução Chilena*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ANEXOS

Anexo 1 – Certidão de Batismo emitida pela Paróquia Nossa Senhora das Neves.

Anexo 2 - Jornal *A Tribuna do Mar*, março de 1963. Aragão foi entrevistado pelo jornal da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) por ocasião do aniversário de um ano da entidade dos marujos. Fonte: Unicamp, AEL, Coleção Brasil Nunca Mais, Anexos.

Anexo 3 – Exemplar o Jornal *O Anfíbio* sobre a promoção de Aragão a almirante.

Anexo 4 – Imagem que consta em edição do Jornal *O Anfíbio* sobre a posse de Aragão como Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais.

Anexo 5 – Jornal *O Globo*, 14 de ago. 1964. Registro do asilo de Aragão na Embaixada do Uruguai e o “problema” diplomático.

Anexo 6 – Jornal *Última Hora*, de 12 de novembro de 1965, sobre o salvo-conduto de Aragão e sua ida para o Uruguai.

Anexo 7 – Documento Confidencial do SNI sobre a apreensão de documentos na residência de Aragão no Uruguai.

Anexo 8 – Reportagem da *Folha de São Paulo* sobre Alberto Conrado, o infiltrado que era secretário de Aragão.

Anexo 9 – Documento do CIEX relatando a chegada de Aragão e Alberto Conrado ao Chile.

Anexo 10 – Bilhete de Aragão para sua filha Dilma, na ocasião da chegada dela ao Chile, em 21 de março de 1972.

Anexo 11 – Documento do Ministério da Administração Interna de Portugal sobre as atividades de Aragão naquele país. PORTUGAL. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo MAI.

Anexo 12 – Dedicatória de Aragão no livro de Hélio Silva em oferta ao comandante da Augusto Santos.

Anexo 13 – O autor e membros do Movimento das Forças Armadas portuguesas – os *Capitães de Abril*.

Anexo 14 – Certidão de Óbito de Candido da Costa Aragão.

Anexo 15 – Epitáfio de Aragão no Cemitério São Francisco Xavier, no Rio de Janeiro.



ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA
ARQUIVO ECLESIASTICO DA PARAÍBA

Centro Cultural de São Francisco
Praça São Francisco, s/n, Centro
58010-650 - João Pessoa – Paraíba – Brasil
E-mail: arquivo@arquidiocesepb.org.br
Fone: (0**83) 3218-4505

CERTIDÃO DE BATISMO

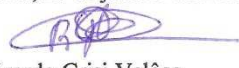
CERTIFICO que, à página 83 do Livro 27 (de Batizados) da Paróquia Nossa Senhora das Neves, sob o nº 629, que se encontra no Arquivo Eclesiástico da Paraíba, está lavrado o seguinte:

“Em dezoito de Novembro de mil novecentos e seis, baptizei solemnemente na Igreja de Nossa Senhora das Neves o parvulo “**Candido**”, nascido em quatro de Setembro do mesmo anno. filho legitimo de Manoel Virginio de Aragão e Dona Maria Venancia da Costa. Foram padrinhos Doutor Flavio Maroja, representado pelo seu procurador João Alcides Beserra Cavalcanti e Dona Maria da Purificação da Cunha Maroja. E para constar mandei fazer este termo que assigno. O Vigº. Conego Vicente Ferrer Pimentel.”

Nada mais continha o dito lançamento a que me reporto, o qual foi fielmente copiado do original.

João Pessoa, 26 de janeiro de 2012.




Ricardo Grisi Veloso
Notário

AMFNB Comemora Seu Primeiro Aniversário!

Grande baile comemorativo — Planos para 63 — Construção da Sede Social recreativa — assistência médico-social — Educação

ANTÔNIO DUARTE

ANO I

MARÇO, 1963 — GUANABARA

Nº 3

A TRIBUNA DO MAR

Órgão Oficial da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil
Diretor-Responsável — Manoel Omena de Oliveira

Sobre olhares de esperança de todo quadro social e a vontade de Deus, foram arriados os pavilhões Nacional e da AMFNB. Em seguida a Bandeira do Corpo de Fuzileiros Navais, executou o "Cine Branco", sendo

após aplaudida pela grande multidão que se apinhava em torno dos Marinheiros e Fuzileiros formados, em frente à Sede da Associação. As 19,00 horas houve outras cerimônias cívicas, quando diversos oradores exaltaram a data magna daquela Entidade, ressaltando-se o 1.º Classe José Anselmo, como orador oficial, o Professor Guerra e o Vice-Presidente da AMFNB, Sr. Antonio Geraldo da Costa. Grande Baile Comemorativo (Conclui na pág. 5)

PREÇO:
Cr\$ 15,00
EXEMPLAR

O Que Signifique Melhoria Social do Homem Levemos Ajudar Para Grandeza da Sociedade

A TRIBUNA DO MAR em entrevista exclusiva com o A.nte. Aragão, pelo transcurso do 155º aniversário do Corpo de Fuzileiros Navais

Reportagem de: Eudoxio Alves Neto e Raul Alves do Nascimento
Fotos: Leones de Araújo

Uma Comissão de representantes da AMFNB, e representantes de A TRIBUNA DO MAR estiveram na manhã do dia 7 de março p. p. com o Al.nte. Cândido da Costa Aragão, Comandante da Guarnição do C.F.N., a fim de cumprimentá-lo pela passagem do 155º aniversário do Corpo de Fuzileiros Navais e ao mesmo tempo (Conclui na pág. 5)

O 3D-FN Luiz Gonzaga Pereira Tumbaturu, do 2º Bl. 2 — P.T.R. quando executava o salto "Anjo". Num dos programas comemorativos do aniversário do C.F.N.



Momento em que o Al.nte. Aragão era entrevistado pelo nosso colega de reportagem Eudoxio Alves Neto.

Flagrante tomada na Associação dos Cubos e Soldados da P.M. por ocasião da posse da nova Diretoria, tendo como homenageada a Deputada Adalgisa Nery, na qualidade de Madrinha de Honra da Classe.

EDITORIAL

EQUILÍBRIO

Continuamos incessantemente na luta pelo equilíbrio de nossas aspirações. É necessário que todos os marinheiros e fuzileiros, tenham a consciência plena, que a AMFNB foi fundada para a consolidação e unificação de nossa classe e através dela, indiferentes às provocações, é que poderemos elevar bem alto o prestígio e o nome dos marinheiros e fuzileiros navais.

Os nossos ideais se fundamentam, em princípios cristãos, no entanto, lidamos com grandes dificuldades e somos pressionados por forças contrárias aos nossos interesses, porém, **MERCE DE DEUS, VENCEREMOS.** Cremos fielmente, no espírito pacífico e sobretudo ajudas dos no-

associados, é com a sua consciência inabalável nos destinos da AMFNB, que pugnamos, até ao fim de nossas forças, pela equidade e por uma integração firme e resoluta da classe no meio social.

Meus amigos, não deixem que este jornal seja amordaçado, porque ele representa a nossa voz autêntica e ativa, em defesa dos princípios cristãos.

Nesta oportunidade, reiteramos a nossa gratidão à Imprensa Raposa, pois, sem a sua prestimosa colaboração, estaríamos lutando com grandes dificuldades para a tiragem de A TRIBUNA DO MAR.

Esta casa, diga-se de passagem, nos dá o seu apoio desinteressado e exclusivamente a título FRATERNAL.

ACL, BNM - ANEXOS

derando segundo o que ele mesmo chama "sua formação", procura ser ele mesmo o exemplo no apuro dos uniformes e aspecto militar. Nasceu para ser militar e liderar, diz ele sempre aos que o cercam e aos que são chamados "à sua escôta". Mas é sempre o amigo de todos, sem jamais tem um *não* quando o *sim* é possível. Minha vida tem sido tôda ela na base da amizade — disse-me ele — Por isso continuo a ser amigo dos meus amigos.

"O SELF MADE MAN", DE VOLUNTÁRIO A ALMIRANTE

Nasceu o Alte Aragão em 4 de setembro de 1907, no Estado da Paraíba, filho de Manoel Sergino de Aragão e de d. Maria da Costa Aragão. Entrou para o Corpo de Fuzileiros Navais em 17 de outubro de 1927, como voluntário. Foi promovido em 20-12-1945, Capitão de Fragata em 16-3-1951, CMG em 13-7-55 e Contra-Almirante em 30-4-1960. É o primeiro almirante, na ativa, oriundo de praça. Fez o Curso de Educação

rinha do ano passado. Des sa inauguração damos notícias nesta reportagem, embora com grande atraso, pois só agora nos chegaram. Como parte das comemorações da Semana da Mari-



O Sr. Comte. Geral. Alte. Bustamante, fêz entrega ao Alte. Aragão de um par de dragonas que lhe foi oferecido pelos Suboficiais e Sargentos do GQC

Jornal dos fuzileiros navais destacou a promoção de Aragão a almirante, não deixando passar despercebido que ele era o primeiro almirante na ativa oriundo do Corpo de Praças.

Fonte: Jornal *O Anfíbio*, ano V, nº 36, abr/ago. 1960, p.18.



lo o Brasil
BRÁS:
ARIA
E DE
S

OSÉ CARLOS
IESUS

da "quinzena
ivemos opor-
avar conhe-
certas gran-
as do nosso
de visitas

tre outras,
DUQUE DE

mitação de
spúnhamos,
nos nossa
necessário
alguns dias
esmo a Pe-
doneirismo
petrolífera

ação, de
com pre.
pital sub.
no da Uni-
ólio esta-

No dia da assunção do Comando-Geral do CFN, durante as cerimônias realizadas na
Guarnição do Quartel Central, recebe o Vice-Almirante (FN) Cândido da Costa Aragão
o beijo congratulatório de sua netinha Mônica

Apesar dos protestos de oficiais da Armada, Aragão toma posse no cargo de Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, em dezembro de 1963 e recebe o carinho de sua neta Mônica.

Fonte: Jornal *O Anfibio*, ano IX, nº 50, ago-dez. 1963, Capa.

O globo 14-8-64

BE AN Rio PE 00071-d

ARAGÃO CRIA PROBLEMA DIPLOMÁTICO E AGITA A OFICIALIDADE DA MARINHA

EM círculos diplomáticos comentava-se ontem que o Brasil gostaria que o Uruguai "devolvesse" o Almirante Aragão. Entretanto, o Governo brasileiro não tem como gestio-

nar junto à Embaixada uruguaia para que cancele o asilo concedido, uma vez que esta concessão é ato de soberania de um país e quando feito presuppõe a convicção de que o asilado estava sofrendo perseguição política.

Admite-se, porém, que a expedição de salvo-conduto para que o Almirante Aragão deixe o País deverá demorar bastante.

Isso porque o Itamaraty vai oficializar ao Ministério da Justiça e da Marinha pedindo informações sobre a verdadeira situação do asilado e se sobre ele paira ameaça de perseguição política. Nessa transição burocrática alguns meses passarão.

Palavra Extra-Oficial

Corria ontem nos meios militares que o Embaixador uruguaio teria manifestado oficialmente ao Chanceler Vasco Leão da Cunha o desagrado do seu governo ante as tentativas que a Marinha vem fazendo visando a extradição do ex-Comandante-Geral dos Fuzileiros Navais. Na conversação telefônica que teria mantido com o Ministro das Relações Exteriores, o representante uruguaio teria feito sentir que o ofício do Ministro da Marinha já constituía "um arranhão à autodeterminação do seu país".

Inconformismo

Enquanto os entendimentos

diplomáticos se desenvolvem em torno de Aragão, grande número de oficiais da Marinha, principalmente do Corpo de Fuzileiros Navais, não se conforma ante a ideia de ver o "ex-almirante do povo" escapar à ação da justiça através de um salvo-conduto que lhe permita deixar o País. Esses oficiais não aceitam também a hipótese da procrastinação do "problema Aragão", o que só conviria aos adeptos do governo de posto, que se utilizariam do impasse para, através de noticiários deturpados, transformar Aragão em mártir, quando não passa de um criminoso comum, que durante toda a sua vida militar só contribuiu para enxovalhar a honra da Marinha. Para esse grupo de oficiais só há uma solução para o caso, que é a entrega de Aragão às autoridades navais brasileiras, para que ele preste contas dos 50 milhões que desviou do Fundo Naval e seja punido pelos crimes de natureza militar que cometeu.

Protesto

SÃO PAULO, 14 (O GLOBO) — Protestando contra a ação morosa do Clube Naval para expulsar Aragão e outros elementos do seu quadro social, um grupo de oficiais passou o

seguinte telegrama ao presidente daquela casa: "Lamentamos profundamente, como associados, que após quatro meses da Revolução, ainda haja necessidade de assembleia do Clube Naval a fim de expulsar ladrões e comunistas, bem como aqueles que favoreceram a sua soltura ou se omitiram". Entre os associados que subscreveram o telegrama estão os oficiais João Batista Gomes Pereira, ajudante do Capitão dos Portos; Astolfo Barro Miguez, comandante do navio-presídio "Raul Soares", e Lino Dantes Castelo Branco, sobrinho do Presidente da República.

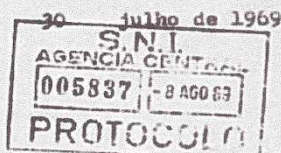
CAMDE

Assunto 341.433

Proc. Penal

Cândido

CONFIDENCIAL



2.2.2.1 - Atividades subversivas do ex-Alte ARAGÃO
COT

A - 2

EME - III Ex - SNI/Gab - CIE

Informes nº 531(080769) e 540(170769), deste Aditar.

Documentos Nº 7, 8 e 9 (Este apenas para o EME, CIE e SNI)

INFORME Nº 555 CONFIDENCIAL

1. FATO CONHECIDO

O constante dos informes acima referenciados.

2. DADOS COMPLEMENTARES

Anexo são remetidos os restantes documentos apreendidos na casa em que se encontrava C. ARAGÃO, em MONTEVIDÉU:

- Doc Nº 7 - Versos escritos por C. ARAGÃO, de próprio punho;
- Doc Nº 8 - "LA SITUACIÓN POLÍTICO-SOCIAL DEL BRASIL Y LA NECESIDAD DE UNA ESTRATEGIA REVOLUCIONARIA", documento que parece ser o original, escrito possivelmente por MARIGHIELLA, posteriormente adaptado e traduzido por C. ARAGÃO (Anexo ao Informe Nº 531);
- Doc Nº 9 - Rascunho escrito por C. ARAGÃO, em grande parte, tradução do documento Nº 8.

Consta como certo, que o Governo do PERU se teria negado a aceitar o ingresso de C. ARAGÃO àquele País.

3. COMENTÁRIO

Os planos de C. ARAGÃO parecem ter sido frustrados pela negativa do PERU, já que não é provável que outro país sulamericano lhe conceda asilo. Restar-lhe-ia, assim, tentar o MÉXICO ou retornar a CUBA ou à clandestinidade no BRASIL.



CONFIDENCIAL

FOLHA DE S.PAULO

O araponga uruguaio

Exclusivo: espião da ditadura fala à Folha

Lula Marques/Folhapress



Alberto Conrado Avegno com a mulher, Teresa

RESUMO **Folha** localiza agente infiltrado pela ditadura militar entre exilados no Uruguai. Por 14 anos, araponga municiou órgão de informação do Itamaraty com relatórios, cartas interceptadas e investigações no exterior. Em entrevista exclusiva, disse que dossiê do Arquivo Nacional sobre ele é "parte mentira, parte verdade".

RUBENS VALENTE**MATHEUS LEITÃO**foto **LULA MARQUES**

O PASTOR SAI DO TÁXI, no centro de Montevideu, e caminha com vagar até a igreja evangélica Centro El Shadday, que comanda desde 1998. São 20h, mas ainda faz sol. Aos 85 anos, ele curva seu 1,90 m, com o braço esquerdo ligeiramente inerte, sequela de um princípio de derrame. É magro e tem uma ferida na cabeça, causada por uma queda na rua, em agosto.

É a primeira vez que o vemos. Na entrada, estende a mão e o olhar, que esquadrinha demoradamente o rosto do interlocutor. Na véspera havíamos combinado ouvi-lo para uma reportagem sobre exilados brasileiros no Uruguai nas décadas de 60 e 70. Ele quis falar conosco na igreja, na hora do culto, pondo fim a 40 anos de silêncio.

De 1967 a 1980, Alberto Conrado Avegno teve intensa atividade secreta, como infiltrado da ditadura militar (1964-85) entre os exilados brasileiros no Uruguai. Interceptava e copiava cartas, produzia relatórios com nomes, endereços e planos, dando subsídios a 361 informes da ditadura apenas entre 1974 e 75. Fez viagens

1969

0 AGENTE
SECRETO

1969

Ac06477

1962

AC/INI

501
502

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Divisão de Segurança e Informações



CONFIDENCIAL

Nº - DSI/055

Em 16 de outubro de 1969

Índice: Viagem de Almino Affonso ao México. Ligações com o Ex-Amirante Cândido Aragão no Chile.

Distribuição: SNI/ARJ, CIE, CENTIMAR, NSISA.

06477

A Divisão de Segurança e Informações recebeu da Embaixada do Brasil no Chile comunicação do seguinte teor:

"O ex-Almirante Cândido da Costa Aragão ingressou, via aérea, em 10 de setembro, no Chile, procedente de Montevideu, em companhia do cidadão uruguaio Alberto Conrado Avegno. Foi recebido no aeroporto pelo Senador e candidato à Presidência da República pelos partidos esquerdistas API e PSD, Senhor Rafael TARUD SIWADY, em cuja residência se hospedou. Recebeu ali repetidas visitas do ex-Senador Almino Affonso, o qual seguiu via aérea dia 12 do corrente para o México.

Suspeita-se que Almino Affonso seja elemento de ligação com brasileiros eventualmente os que foram banidos quando do incidente que resultou no sequestro do Embaixador Charles Elbrick.



O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTE DOCUMENTO. (Art. 52, Dec. N.º 60.417/67 Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

Minha querida
 Estas flores representam - na
 data da tua chegada - todo o meu
 carinho - todo o meu amor e to-
 da a minha ternura - que feliz-
 mente - a distancia - o tempo e
 a minha grande saudade só
 tem feito aumentar.
 No teu pai - admirador
 e amigo
 Candido
 Santiago 21/3/72

Bilhete recebido por Dilma Aragão quando de sua chegada ao Chile em visita ao pai, no dia 21 de março de 1972 e ainda guardado como símbolo da ligação afetiva entre ambos.

CONFIDENCIAL



TOMBO

CANDIDO DA COSTA ARAGÃO

1. Filho de MANUEL VIRGINIA ARAGÃO e de MARIA DA COSTA ARAGÃO. Nasceu em João Pessoa - PARAIBA. Foi Vice-almirante da Marinha Brasileira. Entrou em Portugal, ultimamente, em 25SET74, pelo Aeroporto da Portela, possui o passaporte nº 741971 de 28OUT69, emitido em Santiago do Chile, válido até 25OUT75.
2. Há notícia de que esteve em Portugal em 1970 e possuía, nessa altura, o mesmo passaporte.
3. É residente na RUA INFANTE D. HENRIQUE, 308 - 1ºD em Cascais.
4. Por despacho de 28FEV75 do Almirante Adjunto do Chefe do Estado Maior da Armada, está prestando serviço na Biblioteca Central da Marinha com a categoria correspondente a investigador de 3ª classe.
5. A seu pedido foram-lhe concedidos vistos, no seu passaporte, de 90 dias em 22JUL75; de 30 dias em 25SET75 e concedido passaporte para estrangeiro em situação irregular em 17MAR76, nº 41/76, válido por 2 anos.
6. Em declarações que prestou disse que saiu do Brasil em 1965 com destino ao Uruguai devido a atitude política contrária ao governo vigente na altura. Andou por vários países tendo permanecido no Chile cerca de quatro anos e meio. Com a queda e morte de Salvador Allende seguiu para a Argentina e daí para Portugal.

CONFIDENCIAL

Documento do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ANTT, Portugal, onde constam dados sobre a entrada de Aragão naquele país e as supostas atividades do exilado brasileiro antes e após chegar a Lisboa

1964

Golpe ou Contragolpe?

Ao Estimado Conde
Augusto Santos - como re-
conhecimento dos seus meritos
pessoais de lutador intem-
do pela causa do povo.
No ex-ordem
Cautivo Aragão

Dedicatória no livro de Hélio Silva, com o qual Aragão presenteou o oficial português Augusto Santos.



O autor, segundo da esquerda para a direita, na sede da Associação 25 de Abril, em Lisboa, onde foi recebido pelos “Capitães” Vasco Lourenço (primeiro à esquerda), presidente da entidade; Garcia dos Santos, um dos responsáveis pelas comunicações dos Revolucionários; e Martins Guerreiro (o primeiro à direita), oficial da Armada portuguesa que conviveu com Aragão e foi entrevistado pelo autor.

República Federativa do Brasil



Estado do Rio de Janeiro

Capital

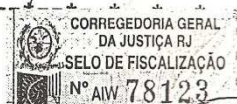
Euclydes Pereira Cortez,

Registrador e Notário da 10ª Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato
Freguesia de Engenho Novo - 5ª Zona
Méier - Rua Carolina Méier, 65

CERTIDÃO DE ÓBITO

Certifico que à fl. 261 do livro nº C-0251 de registro de óbitos, sob o número de ordem 59954, foi lavrado o óbito de **Cândido da Costa Aragão**, falecido aos 11 dias do mês de novembro do ano de 1998, às 10:30 horas, no(a) Hospital Naval Marcílio Dias - Nesta Cidade, do sexo masculino, filho de Manoel Virginio de Aragão e Maria da Costa Aragão, com 91 Anos de idade, profissão: Militar reformado, Estado Civil: casado com Audolinda Del Carmen Llanter Aragão, residente na R. Hadock Lobo, 313 / 401 - Tijuca, natural de Paraiba. Deixou 2 filhos(as) maiores, Causa mortis: Septcemia, Pneumonia de aspiração, demencia vascular. Médico atestante: Dr(a). Marcius Batista da Silveira, Local do sepultamento: Cemitério São Francisco Xavier - Caju. Declarante: Francisco Moraes Camelo. Observações: Registro feito aos 14 dias do mês de novembro do ano de 1998, o declarante ignora as demais declarações. Talão nº 8658.

Serventia da 10ª C.R.C.P.N. - Tabelionato, Rua Carolina Méier, 65
Méier. Registrador/Notário: Euclydes Pereira Cortez. Reconheço por
semelhança a firma de: **ANTONIO DE OLIVEIRA LOPES**
Nº: 21234
Rio de Janeiro, 17 de Novembro de 1998. Comf. por:
Em testemunho da verdade



Antonio de Oliveira Lopes

Escrevente

Mat.: 35508-110 RJ

Eu _____, escrevente,
a extraí. O referido é verdade e dou fé.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1998



Epitáfio de Aragão no Cemitério São Francisco Xavier, no Rio de Janeiro.
Foto de Anderson Almeida, 03 de nov. de 2013.